

AO

MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

Esplanada dos Ministerios

Brasilia/DF

Assunto: Renovação de Outorga

A FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ, inscrita no CNPJ sob nº 05.388.377/0001-83, concessionaria do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada para a localidade de Caucaia/CE, vem, por meio de seu representante legal, infra-assinado, com fulcro na Lei 14.351/2022 publicada em 26/05/2022, apresentar pedido de Renovação de Outorga ante a anistia concedida quanto a tempestividade do pleito, relativo ao período 14/11/2003 a 14/11/2013.

Para tanto junta a documentação em anexo.

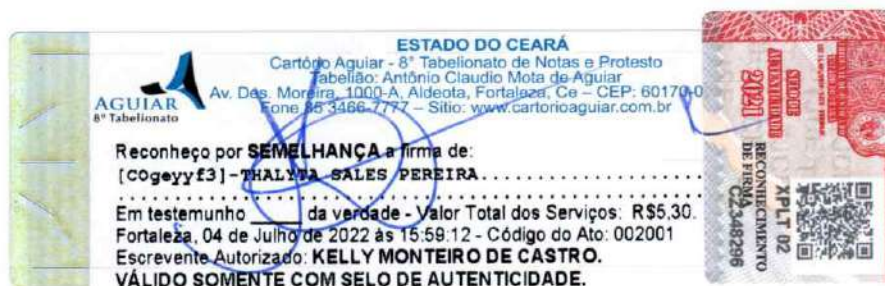
Caucaia/CE, 15 de junho de 2022.

*Thalyta Sales Pereira*

THALYTA SALES PEREIRA

Presidente

CPF:036.948.263-86



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

**REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA**

Para as Fundações de Direito Privado

IDENTIFICAÇÃO			
Nome da Pessoa Jurídica:	FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ		
CNPJ:	05.388.377/0001-83	CEP da sede:	61.685-000
Endereço da sede:	PV TAQUARA 1 LOTE 16, CAUCAIA/CE		
E-mail de contato:	fundacaoculturalterradaluz@gmail.com		
Serviço a ser renovado:	( x ) Radiodifusão Sonora	( x ) em frequência modulada ( ) em ondas curtas ( ) em ondas médias ( ) em ondas tropicais	
	( ) Radiodifusão de Sons e Imagens		
Canal ou frequência:	272		
Localidade de renovação:	CAUCAIA	UF:	CE
A localidade se encontra em faixa de fronteira?*	( ) Sim ( X ) Não	* A localidade se encontra em faixa de fronteira quando está situada, total ou parcialmente, na faixa interna de cento e cinquenta quilômetros da fronteira com outros países.	

Eu, THALYTA SALES PEREIRA, inscrito no CPF sob o nº 036.948.263-86, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, localidade e UF acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação necessária para a renovação da outorga.

Com vistas à instrução da presente solicitação, **DECLARO**, para os devidos fins, que:

- (a) a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do MCTIC, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento;
- (b) a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão/permissão que será renovada;
- (c) a entidade não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;
- (d) a entidade possui boa situação financeira e possui recursos para o empreendimento pleiteado;
- (e) nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a renovação da concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- (f) nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;



Assinatura do representante legal:

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

*Thalyta Sales Pereira*



bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



ANEXO VI

Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018

- (g) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- (h) a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- (i) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- (j) nenhum dos dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;
- (k) a responsabilidade editorial e as atividades de seleção, direção e conteúdo da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, nos termos dos §§1º e 2º do art. 222 da Constituição Federal; e
- (l) caso a outorga seja renovada, a entidade se compromete a observar e cumprir, na produção de conteúdo e na sua programação, a finalidade exclusivamente educativa do serviço, notadamente quanto aos princípios e disposições do art. 221 da Constituição Federal, do art. 38, d, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, do art. 13, e seu parágrafo único, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, do art. 28, itens 11 e 12, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, da Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, e da Portaria que estabelece as regras e os critérios em relação aos serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

*Thalyta Sales Pereira*

Assinatura do representante legal

THALYTA SALES PEREIRA

PRESIDENTE

**ESTADO DO CEARÁ**  
 Cartório Aguiar - 8º Tabelionato de Notas e Protesto  
 Tabelião: Antônio Claudio Mota de Aguiar  
 Av. Des. Moreira, 2909-A, Aldeota, Fortaleza, Ce - CEP: 60170-4  
 Fone 85 3486-7777 - Site: www.cartorioaguiar.com.br

Reconheço por **SEMELHANÇA** a firma de:  
**[C0geyyf1]-THALYTA SALES PEREIRA**

Em testemunho da verdade - Valor Total dos Serviços: R\$5,30.  
 Fortaleza, 04 de Julho de 2022 às 15:57:59 - Código do Ato: 002001  
 Escrevente Autorizado: **KELLY MONTEIRO DE CASTRO**.  
**VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.**






Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



AGUIAR  
8º Tabelionato

**ESTADO DO CEARÁ**  
Cartório Aguiar - 8º Tabelionato de Notas e Protesto  
Tabelião: Antônio Claudio Mota de Aguiar  
Av. Des. Moreira, 7000-A, Aldeota, Fortaleza, Ce - CEP: 60170-  
Fone: 35 3066-7777 - Site: www.cartorioaguiar.com.br

Reconheço por **SEMELHANÇA** a firma de:  
[COgeyyf0] - **THALYTA SALES PEREIRA**.....

junho \_\_\_\_\_ da Verdade - Valor Total dos Serviços: R\$5,30  
04 de Julho de 2022 às 15:57:59 - Código do Ato: 002001  
e Autorizado: **KELLY MONTEIRO DE CASTRO** com original  
**IONENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE**

2021  
SELO  
AUTENTICIDADE  
RECONHECIMENTO  
DE FIRMA  
KZMS 02  
C248293





## ANEXO VI

Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018

**DOCUMENTOS DE RENOVAÇÃO DA OUTORGA**

Para as Fundações de Direito Privado

<b>DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA RENOVAÇÃO</b>	
<b>DOCUMENTOS DA PESSOA JURÍDICA</b>	<p>(a) requerimento de renovação de outorga, <b>corretamente preenchido e assinado em todas as páginas</b>, com todas as declarações indicadas;</p> <p>(b) estatuto social em vigor e suas alterações, ou sua consolidação, devidamente registrado no Cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas, aprovado pelo Ministério Público, contendo a finalidade de executar serviço de radiodifusão;</p> <p>(c) ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas;</p> <p>(d) convênio firmado com uma única IES, com sede ou campus no Estado em que será executado o serviço de radiodifusão exclusivamente educativo, que garanta o fornecimento de suporte pedagógico e técnico à edição de programas voltados exclusivamente para a educação;</p> <p>(e) cópia do documento de identidade do representante da IES com a qual o convênio foi firmado;</p> <p>(f) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;</p> <p>(g) laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART;</p> <p>(h) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;</p> <p>(i) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;</p> <p>(j) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;</p> <p>(k) certidão conjunta negativa de débitos relativa aos tributos federais, à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;</p> <p>(l) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual/Distrital do local de sede;</p> <p>(m) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do local de sede;</p> <p>(n) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;</p> <p>(o) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; e</p> <p>(p) cópia do certificado de licença para funcionamento da estação.</p>
<b>DOCUMENTOS DOS DIRIGENTES</b>	<p>(a) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos por meio de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento/casamento, certificado de reservista, cédula de identidade, certificado de naturalização expedido há mais de dez anos, carteira profissional, carteira de trabalho e previdência social ou passaporte.</p>

**OBSERVAÇÕES**

- Os documentos registrados em cartório devem conter, em local visível e de forma legível, a indicação dos dados de registro.




Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

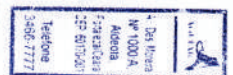
bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



**"ESTATUTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ"**

**CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINS E DURAÇÃO** Art. 1º. A FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ, sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado, de caráter científico – cultural, sem fins lucrativos, duração por tempo indeterminado, com sede no Sítio Santa Helena – Guajiru (Lagoa do Banana), Caucaia, estado do Ceará, podendo atuar em todo território nacional, e reger-se-á pelo presente Estatuto e pela legislação pertinente. Art.2º. A FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ, tem por objetivos: I – Manter, preservar e divulgar acervos, estimulando a realização de estudos e pesquisas de caráter histórico, político e social; II – Promover e realizar estudos e pesquisas sobre o pensamento político e a compreensão econômica e social do País; III – Promover a melhoria da qualidade de vida dos mais carentes em qualquer área de desenvolvimento; VI – Promover e executar a implantação, organização, manutenção, produção e supervisão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada e sons e imagens (Televisão) com fins exclusivamente educativos e culturais que forem outorgados pelo Poder Concedente, local e regional ou nacional; VI – O Departamento de Radiodifusão Sonora será operado em regime exclusivamente educativo, cultural e informativo, e seus dirigentes deverão ser brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e a sua investidura no cargo, depois que a Entidade se tornar Concessionária ou Permissionária do serviço de Radiodifusão Sonora Educativa, somente poderá ocorrer após haverem sido aprovados pelo Poder Concedente; VII – Realizar cursos, seminários, encontros e palestras e todas as promoções culturais necessárias à divulgação do conhecimento; VIII – Editar, publicar livros e periódicos produzir videos ou filmes; IX – Construir e abranger novos acervos pessoais, históricos e culturais de interesse da preservação da memória do Estado do Ceará; X – Contribuir para o desenvolvimento social e cultural do Município. XI – Promoção do desenvolvimento cultural do Município através do estímulo e da criação de condições de todas as exposições culturais; XII - Promoção e incentivo da realização de atividades e estudos de interesse local, de natureza científica, sócio cultural do Município e fora dele; XIII – Promoção com regularidade de programas culturais e recreativos de interesse da população; XIV -O quadro de pessoal da Rádio Educativa será constituído por pelo menos 2/3(dois terços)de trabalhadores brasileiros.XV –Qualquer alteração Estatutária dependerá de prévia autorização do poder Concedente. XVI – A Entidade constituirá um Conselho de Programação com representantes da Sociedade Civil e órgãos de Educação e Cultura do município e cidades circunvizinhas, para analisar o conteúdo pedagógico e a

*Substituta*  
Maria do Socorro C. Matos  
Advogada - OAB 1537/CE



06 OUT 2017

Carilson Moura Albuquerque  
Escriturante Autorizado





**CERTIDÃO**  
CARTÓRIO FRANCISCO XIMENES DE MELO  
3º Tabelionato de Notas de Caucaia-CE  
Patricia Guimaraes de Souza  
Tabela Substituta - CPF: 561.158.533-12  
Caucaia-CE

forma dos programas produzidos. **Art. 3º.** No desenvolvimento de suas atividades, a Fundação não fará qualquer discriminação de raça, cor, sexo ou religião. **Art. 4º.** Para concretização de seus objetivos, a Fundação poderá receber patrocínios, doações e subvenções, contratar serviços de terceiros e estabelecer convênios, acordos, ajustes, e contratos com entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras. **CAPITULO II - DO PATRIMÔNIO E RECURSOS - Art. 5º. A FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ** tem seu patrimônio constituído: I - Pelos bens, direitos e deveres relacionados na escritura de constituição; II - Por doação, dotações, legados e auxílios recebidos de terceiros; III - Pelos bens, direitos e haveres que adquirir; IV - Pelas rendas patrimoniais e pelas provenientes de serviços prestados a terceiros; V - Pela contribuição inicial de seus fundadores. **Art. 6º.** A Fundação poderá contar com o cumprimento de suas finalidades com as seguintes fontes de recurso: I - Os provenientes de convênios, acordos, ajustes, doações, subvenções e dotações; II - As remunerações recebidas por serviços; III - As rendas próprias dos bens que possua ou administre; IV - As rendas destinadas por terceiros a seu favor; V - As rendas dos títulos, ações ou papéis financeiros de sua propriedade; VI - Os juros de capital e outras receitas da mesma natureza; VII - Os usufrutos que lhe forem conferidos. **Art. 7º.** A Fundação aplicará integralmente suas rendas, recursos e eventuais resultados operacionais na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais no território nacional; I - Subvenções e doações recebidas somente serão aplicadas nas finalidades a que se vinculem; II - À Fundação fica vedado remunerar, conceder vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título, a seus diretores, sócios, conselheiros, instituidores, benfeitores ou equivalentes; III - Igualmente não poderá a Fundação, sob nenhuma forma ou pretexto, distribuir resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio. **CAPÍTULO III - DOS ORGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO - Art. 8º.** São órgãos da administração da Fundação: I - O conselho da administração; II - A Presidência; III - O Conselho Fiscal. **Art. 9º. O CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO** é o poder máximo da Fundação e será integrado por todos os instituidores da FUNDAÇÃO e por mais quatro (04) membros por eles designados. **Parágrafo Primeiro** - Cabe aos instituidores remanescentes promover a substituição daqueles que vierem a falecer ou renunciar a essa condição. **Parágrafo Segundo** - O Conselho da Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano e, extraordinariamente, sempre que necessário mediante convocação do Presidente da Fundação ou 2/3 (dois terços) de seus membros, a fim de deliberar, sobre: I - O Plano anual de trabalho da FUNDAÇÃO; II - A guarda, movimentação e alienação dos bens da Fundação; III - O relatório

*Sulatas*  
Maria do Socorro C. Mates  
Advogada - OAB 1587/CE





# CERTIDÃO

CARTÓRIO FRANCISCO XIMENES DE MELO  
3º Tabelionato de Notas de Caucaia - CE

32 R.P.J. DE CAUCAIA-CE  
Registro Livro 2 - PJ  
26 Ago 2002 = Folha: 154

CARTÓRIO FRANCISCO XIMENES DE MELO  
3º Tabelionato de Notas de Caucaia - CE  
PATRICIA GUIMARÃES Designado d. Notas de Caucaia/CE  
Substituto Maria Inês Lima de Souza  
Tabela Substituto 7. 567.188.543.72

anual e o balanço geral do exercício anterior; IV – A eleição da Presidência; V – O Regimento Interno da Fundação; VI – O Estatuto; VII – Casos omissos no Estatuto. **Parágrafo Terceiro** – A convocação do Conselho da Administração, quer ordinariamente ou extraordinariamente, será realizada com antecedência mínima de 24 horas, e deliberará, em primeira convocação, com maioria absoluta dos seus membros, e em segunda convocação, com os presentes, qualquer seja o número. **Parágrafo Quarto** – As deliberações nas reuniões do Conselho de Administração serão aprovadas por maioria simples, exceção aos casos neste Estatuto previsto expressamente. **Art. 10º.** A Fundação constituirá um Conselho de Programação com membros da comunidade para executar e acompanhar a programação da Radiodifusão Educativa. **Art. 11º.** A Presidência da Fundação será composta da seguinte forma: Presidente, Secretário e Tesoureiro. **Parágrafo Único** – O mandato dos membros da Presidência será de cinco (05) anos, permitida reeleição. **Art. 12º.** Compete ao **Presidente:** I – Representar a Fundação ativa e passivamente em juízo ou fora dele; II – Convocar, ordinariamente, e presidir as assembleias do Conselho da Administração; III – Designar o Superintendente Geral da Fundação; IV – Firmar convênios, acordos, ajustes e contratos no nome da Fundação; V – Fixar o quadro funcional, provê-lo e estabelecer a sua remuneração; VI – Apresentar ao Conselho da Administração o plano anual de trabalho, o relatório e o balanço do exercício anterior, ouvindo, com relação a este último, o Conselho Fiscal; VII – Prover os casos da Presidência em caso de vacância. **Art. 13º.** Compete ao **Secretário:** I – Redigir e assinar, com o Presidente, as atas das reuniões do Conselho da Administração; II – Responsabilizar-se pelos ofícios e demais correspondências da Fundação, assinando-os juntamente com o Presidente; III – Providenciar, organizar, arquivar e preservar toda a documentação referente à Fundação. **Parágrafo Único** – O secretário poderá delegar atribuições. **Art. 14º.** Compete ao **Tesoureiro:** I – Elaborar os balancetes mensais e anuais da Fundação; II – Assinar cheques, depositar e movimentar conta bancária aberta em nome da entidade, tudo juntamente com o Presidente, receber e pagar contas; III – Receber doações, legados e auxílios recebidos de terceiros. **Art. 15º.** O **conselho Fiscal** será constituído de quatro (04) membros, com mandato de cinco (05) anos, escolhidos pelo Conselho da Administração e reunindo-se semestralmente para: I – Apreçar as prestações de contas, balanços anuais e balancetes mensais da Fundação, emitindo competente parecer quando necessário; II – Promover por solicitação do Presidente ou do Conselho da Administração, auditorias e tomadas de contas em unidades, programas ou convênios específicos; III – Elaborar as normas e procedimentos contábeis, financeiros e patrimoniais a serem observadas em todos os registros e operações da Fundação. **CAPÍTULO IV – DO REGIME**



*Suplente*  
Maria da Sílvia G. Nunes  
Advogada - OAB 1187/CE

*mafe*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



# CERTIDÃO

CARTÓRIO FRANCISCO XIMENES DE MELO  
3º Tabelionato de Notas de Caucaia/CE

Caucaia - CE  
CARTÓRIO FRANCISCO XIMENES DE MELO  
3º Tabelionato de Notas de Caucaia/CE  
Maria Angélica de Souza  
Tabela Substituta - CPF: 567.188.533-72

3º R.P.J. DE CAUCAIA-CE  
Registro Livro 2 - P3  
26 Ago 2002 = Folha: 155

CARTÓRIO FRANCISCO XIMENES DE MELO  
3º Tabelionato de Notas de Caucaia-CE  
PATRICIA GUIMARÃES LOIOLA  
Substituto

**FINANCEIRO – Art. 16º.** O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.  
**Art. 17º.** Até o dia 30 de novembro de cada ano, o Presidente apresentará ao Conselho da Administração o plano de trabalho e a respectiva proposta orçamentária. **Art. 18º.** Ao fim de cada exercício a Presidência encaminhará ao Conselho da Administração, o relatório de atividades, a prestação de contas, o balanço geral e o inventário, com as deliberações financeiras e parecer do Conselho Fiscal, para deliberação, até o último dia de março do ano subsequente ao exercício. **CAPÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS – Art. 19º.** O presente Estatuto poderá ser emendado ou revisto mediante proposta do Presidente ou de metade dos membros do Conselho da Administração, dependendo a aprovação do voto favorável de dois terços dos membros do mesmo colegiado. **Art. 20º.** A Fundação se extinguirá ou se dissolverá por decisão favorável de dois terços dos membros do Conselho da Administração, na forma da lei, e o seu eventual patrimônio remanescente será destinado à entidade registrada no CNAS, ou entidade pública, a critério da instituição. **Art. 21º.** Os membros da Administração não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas em nome desta, por ato regular de gestão, todavia, serão responsáveis pelos atos que praticarem com culpa ou dolo violação da lei ou do presente Estatuto. **Art. 22º.** O presente Estatuto passará a vigorar quando devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Caucaia, Estado do Ceará. Após a leitura, sem nenhuma divergência, foi o Estatuto da FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ, acima transcrito e aprovado. Como patrimônio inicial da “FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ”, fazem desde já as seguintes contribuições: CLAUDIVAL CARDOZO DA SILVA, R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) em moeda corrente nacional; ROBERTA MARIA FERNANDES CAVALCANTE, R\$ 1.000,00 (hum mil reais) em moeda corrente nacional; ANA CLAUDIA CARDOSO DA SILVA, R\$ 1.000,00 (hum mil reais) em moeda corrente nacional; RAIMUNDA ALVES DA SILVA, R\$ 1.000,00 (hum mil reais) em moeda corrente nacional; LUIZ ANTONIO DE SANTANA, R\$ 1.000,00 (hum mil reais) em moeda corrente nacional; MARIA CLEIDE CARDOZA SILVA SANTANA, R\$ 1.000,00 (hum mil reais) em moeda corrente nacional; ROBERTO DA FROTA CAVALCANTE, R\$ 1.000,00 (hum mil reais) em moeda corrente nacional. A Assembléia passou a convocação dos órgãos da Administração da Fundação, na forma do Estatuto aprovado; I – são membros do Conselho da Administração, na qualidade de Instituidores: CLAUDIVAL CARDOZO DA SILVA, ROBERTA MARIA FERNANDES CAVALCANTE, ANA CLAUDIA CARDOSO DA SILVA, RAIMUNDA ALVES DA SILVA, LUIZ ANTONIO DE SANTANA, MARIA CLEIDE CARDOZO SILVA

*Substituta*  
Maria do Socorro G. Matos  
Advogada - OAB 1587/CE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d




# CERTIDÃO

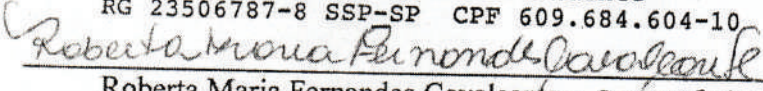
CARTÓRIO FRANCISCO XIMENES DE MELO  
3º Tabelionato de Notas de Caucaia-CE  
CARTÓRIO FRANCISCO XIMENES DE MELO  
3º Tabelionato de Notas de Caucaia-CE  
Maria Angélica de Souza  
Tabela Substituta - CPF: 567.182.533-72

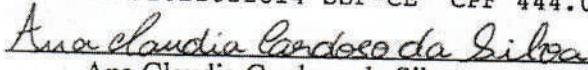
3º R.P.J. DE CAUCAIA-CE  
Registro Livro 2 -PJ  
26 Ago 2002 = Folha: 156

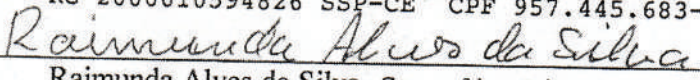
CARTÓRIO FRANCISCO XIMENES DE MELO  
3º Tabelionato de Notas de Caucaia-CE  
PATRICIA GUIMARÃES LIMA  
Substituto

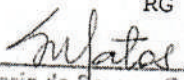
SANTANA e ROBERTO DA FROTA CAVALCANTE. II – Foram eleitos pelo Conselho da Administração, por aclamação, os seguintes membros da **Presidência**: Presidente – CLAUDIVAL CARDOZO DA SILVA, brasileiro, solteiro maior, empresário, residente na cidade de Fortaleza – CE, à Rua José Severiano, nº711 – casa 03, Bairro Água Fria, Carteira de Identidade RG: nº23506787-8-SSP/SP e do CPF: nº609.684.604-10; **Secretário** – ROBERTA MARIA FERNANDES CAVALCANTE, brasileira, divorciada, psicóloga, residente na cidade de Fortaleza- CE, à Av. da Universidade, nº3.264 – Apto 1.001 Bloco 3 – Bairro Benfica, Carteira de Identidade RG: nº91012022814-SSP/CE e do CPF: nº444.019.303-04; **Tesoureiro** – ANA CLAUDIA CARDOSO DA SILVA, brasileira, solteira maior, estudante, residente na cidade de Fortaleza- CE, à Rua José Severiano, nº711 – casa 03 – Bairro Água Fria, Carteira de Identidade RG: nº2000010594826-SSP/CE e do CPF: nº957.445.683-87; **III** – Foram escolhidos pelo Conselho da Administração para compor o **Conselho Fiscal**: RAIMUNDA ALVES DA SILVA, LUIZ ANTONIO DE SANTANA, MARIA CLEIDE CARDOZO SILVA SANTANA e ROBERTO DA FROTA CAVALCANTE. Com a autoridade que lhe foi outorgada pela presente Assembléia Geral dá posse aos membros do Conselho Fiscal. No intuito de constituir legalmente a “**FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ**”, visto que observado o art. 24 do Código Civil Brasileiro, ficam os Instituidores, responsáveis por submeterem o respectivo Estatuto, nesta aprovado, a apreciação do Ministério Público, nos termos dos artigos 1199 1201 do Código de Processo Civil, bem como providenciar o seu respectivo registro Civil das Pessoas Jurídicas, de conformidade com o art. 18 do Código Civil Brasileiro, autorizando-o, ainda, a praticar outros atos necessários à instituição da Fundação.

  
Claudival Cardozo da Silva - Presidente  
RG 23506787-8 SSP-SP CPF 609.684.604-10

  
Roberta Maria Fernandes Cavalcante - Secretária  
RG 91012022814-SSP-CE CPF 444.019.303-04

  
Ana Claudia Cardoso da Silva - Tesoureira  
RG 2000010594826 SSP-CE CPF 957.445.683-87

  
Raimunda Alves da Silva - Conselho Fiscal  
RG 3288522-SSP-BA CPF 023.434.024-00

  
Maria do Socorro C. Matos  
Advogada - OAB 13874/CE



06 OUT 2017

Cláudio Moreira Menezes  
Escritório Autorizado





39 R.P.J. DE CAUCAIA-CE  
Registro Livro 2 -PJ  
28 Ago 2002 = Folha: 157

CARTÓRIO FRANCISCO XIMENES DE MELO  
3º Tabelionato de Notas de Caucaia-CE  
PATRICIA GUIMARÃES LOIOLA  
Substituta

**CERTIDÃO**  
CARTÓRIO FRANCISCO XIMENES DE MELO  
3º Tabelionato de Notas de Caucaia/CE  
Maria Angélica de Souza  
Tabela Substituta - CPF: 567.188.533-72

*Luiz Antônio de Santana*  
Luiz Antônio de Santana - Conselho Fiscal  
RG 1571532 SSP-PE CPF 235.266.294-04

*Maria Cleide Cardozo Silva Santana*  
Maria Cleide Cardozo Silva Santana - Conselho Fiscal  
RG 4284706 SSP-PE CPF 643.996.134-91

*Roberto da Frota Cavalcante*  
Roberto da Frota Cavalcante - Conselho Fiscal  
RG 100750 SSP-CE CPF 001.195.803-06

*Suêtas*  
Maria da Soterra G. Molas  
Advogada - OAB 155545

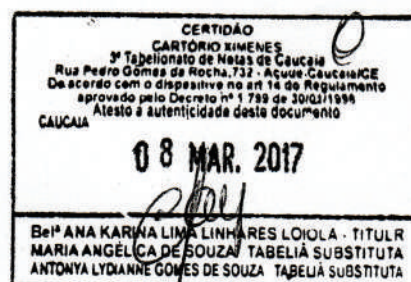
CARTÓRIO FRANCISCO XIMENES DE MELO	
TRIBUNAL DE JUSTIÇA PROVIMENTO 06/97	Emolumentos 57,37
	FERMOJU 4,00
	ACM 0,20
	FERC 2,00
	Nº Selo 183196
	Via(s) 12 duas
	VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE



Autêntico, para os devidos efeitos o presente  
copiar reprodução do original que me foi  
apresentado em Cartório pela parte interessada  
Esta foi da verdade.

06 OUT 2017

Cláudio M.  
Escrevente



CARTÓRIO FRANCISCO XIMENES DE MELO  
3º Tabelionato de Notas de Caucaia/CE  
Maria Angélica de Souza  
Tabela Substituta - CPF: 567.188.533-72



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d





Averbado sob o nº

002906  
3º RPJ DE CAUCAIA/CENáglia Lopes Souza  
Escrivente Autorizada  
CPF: 853.718.665-15**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA PARA A ELEIÇÃO E POSSE DO NOVO MANDATO DA DIRETORIA DA FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ - CNPJ: 05.388.377/0001-83**

Aos 13(treze) dias do mês de junho do ano de 2022(dois mil e vinte e dois), às 16 horas, na sua sede, localidade de PV Taquara 1 Lote 16, na Cidade de Caucaia, Estado do Ceará, CEP: 61685-000, reuniram-se em Assembléia Geral Ordinária, todos os membros da Fundação, sob a presidência da Sra. Thalyta Sales Pereira, a qual convidou a mim Carla Almeida Pereira Pfaender para secretariar os trabalhos. Assim, em primeira convocação, constatado o quorum estabelecido no Estatuto, a Presidente deu início a reunião com a leitura da Ordem do Dia, - Eleição e Posse da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, para o mandato de 05(cinco) anos, quinquênio 2022 a 2027- nos termos estatutários, conforme edital de convocação afixado na sede da entidade. Em seguida, foi apresentado chapa única composta pelos membros que já ocupam os cargos da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, sendo referendada pela Assembléia Geral, com a reeleição por aclamação unânime da Diretoria e do Conselho Fiscal, constituída dos seguintes membros: **DIRETORIA EXECUTIVA: PRESIDENTE: THALYTA SALES PEREIRA**, brasileira, natural da Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, solteira, maior, estudante, portadora da cédula de identidade RG nº 2007498332 SSP/CE e inscrita no CPF/MF sob o nº 036.948.263-86, residente e domiciliada na Av. Beira Mar, n. 1000, apto 1500, Ed. Jangada, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.165-120; **SECRETÁRIO: ARISTIDES SALES PEREIRA**, brasileiro, natural da Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 2006002022630 SSP/CE e inscrito no CPF/MF sob o nº 036.919.063-70, residente e domiciliada na Av. Beira Mar, n. 1000, apto 1500, Ed. Jangada, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.165-120; **TESOUREIRA: SHIRLEY ALMEIDA PEREIRA MAGALHÃES**, brasileira, natural da Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, casada, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 8908002018027- SSPDS/CE e inscrita no CPF/MF sob o nº 567.364.013-72, residente e domiciliada na Rua José Vilar, 180, apto 1500, Meireles, Fortaleza/CE, CEP: 60.125-000; e **CONSELHO FISCAL: 1. ZEQUINHA ARISTIDES PEREIRA**, brasileiro, natural da Cidade de Jati, Estado do Ceará, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 95002398059 SSPDS/CE e inscrito no CPF/MF sob o nº 058.499.263-72, residente e domiciliada na Av. Beira Mar, n. 1000, apto 1500, Ed. Jangada, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.165-120; **2. RAIMUNDA EDILEUDA DE SALES NOGUEIRA**, brasileira, natural da Cidade de Quixeré, Estado do Ceará, casada, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 950022394622- SSP/CE e inscrita no CPF/MF sob o nº 391.698.713-53, residente e domiciliada na Av. Beira Mar, n. 1000, apto 1500, Ed. Jangada, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.165-120; **3. CARLA ALMEIDA PEREIRA PFAENDER**, brasileira, natural da Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, casada, administradora, portadora da cédula de identidade RG nº 95021000820 - SSPDS/CE e inscrita no CPF/MF sob o nº 740.194.494-68, residente e domiciliada na Av. CE 040, n. 700, Condomínio Ibis, Euzébio/CE, CEP: 61.760.908; **4. CHARLES ARISTIDES DE ALMEIDA PEREIRA**, brasileiro, natural da Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 99010237169 -SSP/CE e inscrito no CPF/MF sob o nº

Lopes



Autenticado eletronicamente, após conferência com o original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d





Averbado sob o nº  
002906

Nágila Lopes Souza  
Escrivente Autorizada  
CPF: 853.718.665-15

038.200.383-70, residente e domiciliada na Rua Prof. Jacinto Botelho, n. 222, apto 1101, Ed. Paradiase, Guararapes, Fortaleza/CE, CEP: 60.810-050. Ficam empossados, neste ato, os eleitos acima nomeados e qualificados, para novo mandato que compreenderá o quinquênio 2022/2027, que se inicia nesta data. E nada a mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a Assembléia Geral Ordinária, cuja ata aprovada foi lida e lavrada por mim CARLA ALMEIDA PEREIRA PFAENDER, que secretariei os trabalhos, vai assinada por todos os presentes, e segue para apreciação do ilustre Ministério Público do Estado do Ceará, e posterior registro no Cartório Francisco Ximenes de Melo, para que surta seus efeitos legais e jurídicos. Caucaia/CE, 13 de junho de 2022.

*Thalyta Sales Pereira*

**THALYTA SALES PEREIRA**  
**PRESIDENTE**

CPF/MF : 036.948.263-86

*Aristides Sales Pereira*

**ARISTIDES SALES PEREIRA**  
**SECRETÁRIO:**

CPF/MF: 036.919.063-70

*Shirley Almeida Pereira Magalhães*

**SHIRLEY ALMEIDA PEREIRA MAGALHÃES**  
**TESOUREIRA**

CPF/MF : 567.364.013-72

**CONSELHO FISCAL:**

*Zequinha Aristides Pereira*

**1. ZEQUINHA ARISTIDES PEREIRA**  
CPF/MF : 058.499.263-72

*Raimunda Edileuda de Sales Nogueira*

**2. RAIMUNDA EDILEUDA DE SALES NOGUEIRA**  
CPF/MF: 391.698.713-53

*Carla Almeida Pereira Pfaender*

**3. CARLA ALMEIDA PEREIRA PFAENDER**  
CPF/MF: 740.194.493-68

*Charles Aristides de Almeida Pereira*

**4. CHARLES ARISTIDES DE ALMEIDA PEREIRA**  
CPF/MF: 038.200.383-70





Averbado sob o nº  
002906  
3º RPJ DE CAUCAIA/CE

Nágila Lopes Souza  
Escritora Autorizada  
CPF: 853.718.665-15



ESTADO DO CEARÁ  
Cartório Aguiar - 8º Tabelionato de Notas e Protesto  
Tabelião: Antônio Claudio Mota de Aguiar  
Av. Des. Moreira, 1000-A, Aldeota, Fortaleza, Ce - CEP: 60170-001  
Fone: 85 3466-7777 - Site: www.cartorioaguiar.com.br

Reconheço por SEMELHANÇA a firma de:

[CQs075q0]-CHARLES ARISTIDES ALMEIDA PEREIRA.....

Em testemunho da verdade - Valor Total dos Serviços: R\$5,30.

Fortaleza, 06 de Julho de 2022 às 10:01:32 - Código do Ato: 002001

Escritora Autorizada: KELLY MONTEIRO DE CASTRO.

VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.



ESTADO DO CEARÁ  
Cartório Aguiar - 8º Tabelionato de Notas e Protesto  
Tabelião: Antônio Claudio Mota de Aguiar  
Av. Des. Moreira, 1000-A, Aldeota, Fortaleza, Ce - CEP: 60170-001  
Fone: 85 3466-7777 - Site: www.cartorioaguiar.com.br

Reconheço por SEMELHANÇA a firma de:

[CQs09eb0]-RAIMUNDA EDILEUDA DE SALES NOGUEIRA.....

[CQs1XTU0]-CARLA ALMEIDA PEREIRA PFAENDER.....

Em testemunho da verdade - Valor Total dos Serviços: R\$10,60.

Fortaleza, 06 de Julho de 2022 às 10:01:32 - Código do Ato: 002001

Escritora Autorizada: KELLY MONTEIRO DE CASTRO.

VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.



ESTADO DO CEARÁ  
Cartório Aguiar - 8º Tabelionato de Notas e Protesto  
Tabelião: Antônio Claudio Mota de Aguiar  
Av. Des. Moreira, 1000-A, Aldeota, Fortaleza, Ce - CEP: 60170-001  
Fone: 85 3466-7777 - Site: www.cartorioaguiar.com.br

Reconheço por SEMELHANÇA a firma de:

[CQs0ECH0]-SHIRLEY ALMEIDA PEREIRA MAGALHAES.....

[CQsSh30]-ZEQUINHA ARISTIDES PEREIRA.....

Em testemunho da verdade - Valor Total dos Serviços: R\$10,60.

Fortaleza, 06 de Julho de 2022 às 10:01:32 - Código do Ato: 002001

Escritora Autorizada: KELLY MONTEIRO DE CASTRO.

VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.



ESTADO DO CEARÁ  
Cartório Aguiar - 8º Tabelionato de Notas e Protesto  
Tabelião: Antônio Claudio Mota de Aguiar  
Av. Des. Moreira, 1000-A, Aldeota, Fortaleza, Ce - CEP: 60170-001  
Fone: 85 3466-7777 - Site: www.cartorioaguiar.com.br

Reconheço por SEMELHANÇA a firma de:

[CQs0mLB0]-THALYTA SALES PEREIRA.....

[CQs075u0]-ARISTIDES SALES PEREIRA.....

Em testemunho da verdade - Valor Total dos Serviços: R\$10,60.

Fortaleza, 06 de Julho de 2022 às 10:01:31 - Código do Ato: 002001

Escritora Autorizada: KELLY MONTEIRO DE CASTRO.

VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA PARA A ELEIÇÃO E POSSE DO NOVO MANDATO DA  
DIRETORIA DA FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ - CNPJ: 05.388.377/0001-83

LISTA DE PRESENÇA - 13 de junho de 2022

Averbado sob o nº  
002906  
3º RPJ DE CAUCAIA/CE

Thalyta Sales Pereira

THALYTA SALES PEREIRA  
CPF/MF : 036.948.263-86  
RG : 2007498332 SSP/CE

Nágila Lopes Souza  
Escrivente Autorizada  
CPF: 853.718.665-15

Aristides Sales Pereira

ARISTIDES SALES PEREIRA,  
CPF/MF: 036.919.063-70  
RG: 2006002022630 SSP/CE

Shirley

SHIRLEY ALMEIDA PEREIRA MAGALHÃES  
CPF/MF : 567.364.013-72  
RG : 8908002018027- SSPDS/CE

Zequinha Aristides Pereira

ZEQUINHA ARISTIDES PEREIRA  
CPF/MF : 058.499.263-72  
RG : 95002398059 SSPDS/CE

Raimunda Edileuda de Sales Nogueira

RAIMUNDA EDILEUDA DE SALES NOGUEIRA  
CPF/MF: 391.698.713-53  
RG : 950022394622- SSP/CE

Carla Almeida Pereira Pfaender

CARLA ALMEIDA PEREIRA PFAENDER  
CPF/MF: 740.194.493-68  
RG : 95021000820 - SSPDS/CE

Charles Aristides de Almeida Pereira

CHARLES ARISTIDES DE ALMEIDA PEREIRA  
CPF/MF: 038.200.383-70  
RG : 99010237169 -SSP/CE





## TERMO DE CONVÊNIO

Termo de Convênio nº 001/2020 que entre si celebram a **FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ** e a **FACULDADE ESCOLA SOBRAL DE OLIVEIRA**, para os fins que especifica.

A **FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ**, inscrita no CNPJ sob nº 05.388.377/0001-83, com endereço de sua sede na localidade de PV Taquara 1 Lote 16, na Cidade de Caucaia, Estado do Ceará, sendo neste ato representada por sua Presidente, **THALYTA SALES PEREIRA**, brasileira, solteira, maior, universitária, portadora da cédula de identidade RG nº 2007498332 -SSP/CE e inscrita no CPF/MF sob o nº 036.948.263-86. doravante denominada simplesmente de **FUNDAÇÃO**, nos termos do Estatuto Social da Fundação, e a **FACULDADE ESCOLA SOBRAL DE OLIVEIRA**, com sede à Rua Joaquim Dias da Cunha, 545, Francisco Rodrigues Ramos, Guaiúba/CE, mantida por **DANILO SOBRAL DE OLIVEIRA EIRELI**, inscrito no CNPJ sob nº 18.454.197/0001-02, com endereço Rua Pinto Madeira, 519, Centro, Fortaleza/CE, CEP: 60.150-000, neste ato representada por seu Diretor Geral, Danilo Sobral de Oliveira, brasileiro, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 34.917 OAB/CE, inscrito no CPF/MF sob o nº 035.735.454-08, doravante denominada simplesmente de **FACULDADE**, resolvem de comum acordo celebrar o presente Termo de Convênio, regido pelas seguintes cláusulas e condições:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Constitui objeto do presente Termo de Convênio **a garantia do fornecimento do suporte pedagógico e técnico à edição de programas voltados exclusivamente para a educação, para imprimir melhor qualidade na execução** da programação do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, com vistas a contribuir com o processo de contínua formação do cidadão, com programas produzidos pela FUNDAÇÃO e orientados pela FACULDADE, de cunho educativo, com fins à comunicação, elevação do nível de vida e bem estar social nas áreas de abrangência da emissora.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES**

São obrigações dos partícipes:

#### **I – DA FUNDAÇÃO:**

T.S.

6





- a) Execução do Serviço de Radiodifusão Sonora e de sons e imagens em caráter educativo e cultural, produzindo e veiculando programas educacionais, culturais e artísticos de interesse comunitário.
- b) Realizar ações conjuntas com a FACULDADE recebendo da mesma a assessoria técnica na promoção da educação, nas localidades de atuação, de forma a difundir a programação informativa, educativa, cultural e científica.
- c) Divulgar a FACULDADE, por meio de 01(uma) inserção de 1(um) minuto, diariamente, dentro de sua grade de programação.
- d) Auxiliar de acordo com suas condições, atividades com finalidades sociais, educativo-culturais e de lazer, profissional e desenvolvimento de projetos comunitários, por meio da emissora;

## **II-DA FACULDADE**

- a) ***Garantir além do suporte pedagógico, o fornecimento do suporte técnico à edição de programas voltados exclusivamente para a educação.***
- b) Em ação conjunta com a FUNDAÇÃO, desenvolver/e ou sugerir conteúdo pedagógico a serem produzidos e transmitidos pela estação do serviço de radiodifusão, contemplada com a outorga do poder concedente para executar o serviço com fins exclusivamente educativos e culturais;
- c) Prestar a assistência necessária à consecução dos objetivos educativos de veiculação da emissora.
- d) Produzir a inserção institucional de divulgação da FACULDADE, para ser entregue à FUNDAÇÃO que transmitirá na emissora.

## **CLÁUSULA TERCEIRA- DA VIGÊNCIA**

O presente instrumento vigorará pelo prazo de 60(sessenta) meses, contados da data de sua assinatura e poderá ser prorrogado por igual período, mediante aditamento.

## **CLÁUSULA QUARTA - RESCISÃO**

O presente termo poderá ser rescindido a qualquer momento, por qualquer das partes contratantes, mediante comunicação formal com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

## **CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS**

**O presente Termo não envolve a transferência de recursos financeiros entre os partícipes, sendo cada uma delas, responsável, exclusiva e integralmente pela execução de suas respectivas atribuições.**

## **CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICIDADE**

A publicidade dos atos praticados em função deste Termo deverá restringir-se caráter educativos, informativo, ou de orientação social, não podendo dela constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

TS.





## CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Para dirimir os possíveis litígios decorrentes deste Convênio elege-se o fórum da cidade de Caucaia do Estado do Ceará.

E por estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento em 02(duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo, que também o subscrevem, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

Caucaia/CE, 09 de dezembro de 2020.

  
Thalyta Sales Pereira  
**FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ**  
**THALYTA SALES PEREIRA**  
**CPF: 036.948.263-86**  
**PRESIDENTE**

  
Daniilo Sobral de Oliveira  
**FACULDADE ESCOLA SOBRAL DE OLIVEIRA**  
**DANILO SOBRAL DE OLIVEIRA**  
**CPF: 035.735.454-08**  
**DIRETOR-GERAL**

### TESTEMUNHAS:

- Rafaelly Gomes Ferreira  
RG Nº 95002394622
- \_\_\_\_\_  
RG Nº \_\_\_\_\_





TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 13508930

USO OBRIGATÓRIO  
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS  
(Art. 13 da Lei nº 8.966/94)




ASSINATURA DO PORTADOR

14/4/12

AB

OBSERVAÇÕES



 **ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL**  
CONSELHO SECCIONAL DO CEARÁ  
IDENTIDADE DE ADVOGADO

INSCRIÇÃO: 34917

NOME:  
DANILO SOBRAL DE OLIVEIRA

FILIAÇÃO:  
JOSE DA GUIA AGUIAR DE OLIVEIRA  
MARIA DAS NEVES PEREIRA DE SOBRAL OLIVEIRA

NATURALIDADE:  
PATOS-PB

DATA DE NASCIMENTO:  
18/09/1982

RG:  
2473416 - SSPB

CPF:  
035.735.454-08

DOADOR DE ÓRGÃOS E TISSUES:  
NÃO DECLARADO

VIA EXPEDIENTE EM:  
01 27/07/2018

MARCELO MOTA GURGEL DO AMARAL  
PRESIDENTE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

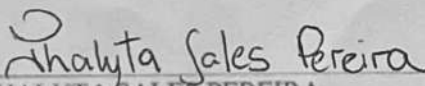
bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

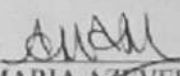
**FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ**  
**CNPJ 05.388.377/0001-83**

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

CONTAS	2020
<b>ATIVO</b>	<b>234.936,28</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>116.896,80</b>
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>116.896,80</b>
<b>CAIXA</b>	<b>11.550,20</b>
<b>BANCOS C/MOVIMENTO</b>	<b>1,00</b>
BANCO BRADESCO S/A - C/C 0027977-3	1,00
<b>APLICAÇÃO DE LIQUIDEZ IMEDIATA</b>	<b>105.345,60</b>
BANCO BRADESCO S/A 0027977-3	105.345,60
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>118.039,48</b>
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>118.039,48</b>
MAQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS	120.356,00
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	-(12.035,60)
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	10.798,98
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	-(1.079,90)
<b>PASSIVO</b>	<b>234.936,28</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>357,20</b>
<b>OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E FISCAIS A RECOLHER</b>	<b>357,20</b>
<b>OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS</b>	<b>306,85</b>
FGTS A RECOLHER	306,85
<b>IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>50,35</b>
PIS S/ FOLHA DE PAGAMENTO A RECOLHER	50,35
<b>PATRIMONIO SOCIAL</b>	<b>234.579,08</b>
<b>PATRIMONIO SOCIAL</b>	<b>234.579,08</b>

**CAUCAIA, 31 DE DEZEMBRO DE 2020.**

  
THALYTA SALES PEREIRA  
PRESIDENTE  
CPF 036.948.263-86

  
ALZIRA MARIA AZEVEDO DE MOURA  
CONTADORA - CRC-CE 9087/0-8  
CPF 322.000.053-34

SEDE: LOTE PV TAQUARA, I Nº 01, LOTE 16, BAIRRO TAQUARA CEP 61-685-000  
CAUCAIA-CEARÁ-BRASIL



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d





## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>05.388.377/0001-83</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>26/08/2002</b>	
NOME EMPRESARIAL <b>FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE <b>DEMAIS</b>	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>306-9 - Fundação Privada</b>			
LOGRADOURO <b>LOT PV TAQUARA 1</b>	NÚMERO <b>SN</b>	COMPLEMENTO <b>LOTE 16</b>	
CEP <b>61.685-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>TAQUARA</b>	MUNICÍPIO <b>CAUCAIA</b>	UF <b>CE</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE <b>(85) 3484-5173</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>03/11/2005</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **13/06/2022** às **16:36:21** (data e hora de Brasília).Página: **1/1**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>



[Voltar](#)[Imprimir](#)

## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 05.388.377/0001-83

**Razão Social:** FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ

**Endereço:** R SITIO SANTA HELENA S/N GUAGIRU / CENTRO / CAUCAIA / CE / 61600-970

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 27/06/2022 a 26/07/2022

**Certificação Número:** 2022062701265770756809

Informação obtida em 13/07/2022 09:32:08

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf](http://a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf)

<https://mforeg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



BOM DIA  
ALESSANDRA DUDASistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

BOLETO »» **Nada Consta** | menu ajuda

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

**Nome:** FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ**CNPJ:** 05.388.377/0001-83

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 09:45:42 do dia 13/07/2022 (hora e data de Brasília).

Válida até 12/08/2022.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[as.anatel.gov.br/boleto/NadaConsta/certidao.asp](https://as.anatel.gov.br/boleto/NadaConsta/certidao.asp)

<https://mreleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d







**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ**  
**CNPJ: 05.388.377/0001-83**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:34:23 do dia 13/07/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 09/01/2023.

Código de controle da certidão: **D2DE.4DB8.2E73.B0EF**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
Procuradoria Geral do Estado**

**Certidão Negativa de Débitos Estaduais**  
202212185370

**Emitida para os efeitos da Instrução Normativa Nº 13 de 02/03/2001**

IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE
<b>Inscrição Estadual:</b> *****
<b>CNPJ / CPF:</b> 05388377000183
<b>RAZÃO SOCIAL:</b> *****

**Ressalvado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para fins de direito, que revendo os registros do Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual - CADINE, verificou-se nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para constar, foi emitida esta certidão.**

**EMITIDA VIA INTERNET EM 13/06/2022 ÀS 16:40:57**  
**VÁLIDA ATÉ 12/08/2022**

**A autenticidade deste documento deverá ser comprovada via Internet, no endereço**  
**[www.sefaz.ce.gov.br](http://www.sefaz.ce.gov.br)**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[t-consultapublica.apps.sefaz.ce.gov.br/certidaonegativa/consultarPdf?tipoDevedor=2&codigoDevedor=05388377000183](https://internet-consultapublica.apps.sefaz.ce.gov.br/certidaonegativa/consultarPdf?tipoDevedor=2&codigoDevedor=05388377000183)

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d





**GOVERNO MUNICIPAL DE CAUCAIA**  
**SECRETARIA DE FINANÇAS, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS**  
**CERTIDÃO N 016560/ 2022**

**DADOS DO CONTRIBUINTE**

Contribuinte	CPF/CNPJ
<b>FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ</b>	<b>05.388.377/0001-83</b>
Endereço	Bairro
<b>LOC. DE PV TAQUARA 01 - LOTE 16, -</b>	<b>LOC. DE PV TAQUARA</b>
Cidade	UF CEP
<b>CAUCAIA</b>	<b>CE 61.685-000</b>

Certificamos, para os devidos fins, que o(a) requerente acima qualificado(a) encontra-se quite com os tributos municipais até a presente data, ressalvado porém, o direito da Secretaria de Finanças e Planejamento de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, na forma de legislação em vigor. Válida para todos os fins.

Caucaia-CE, 22 de junho de 2022 (11:21:52)

Certidão expedida gratuitamente com base no Decreto n 254, de 25 de janeiro de 2011.  
A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada obrigatoriamente no site da SEFIN  
(<http://www.sefin.caucaia.ce.gov.br>).

Valido até 90 dias a partir da data de expedição, apresentada RASURA a CERTIDÃO e NULA.

**CERTIDÃO EMITIDA VIA INTERNET**  
**<http://www.sefin.caucaia.ce.gov.br>**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

[https://servicos.sefin.caucaia.ce.gov.br/resultado\\_cnd\\_tributo.php?ns=tipo&CPFouCNPJ=05388377000183](https://servicos.sefin.caucaia.ce.gov.br/resultado_cnd_tributo.php?ns=tipo&CPFouCNPJ=05388377000183)

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 05.388.377/0001-83

Certidão nº: 18841480/2022

Expedição: 13/06/2022, às 16:45:39

Validade: 10/12/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **05.388.377/0001-83**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: [cnadt@tst.jus.br](mailto:cnadt@tst.jus.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



## CARTÓRIO XIMENES

3º TABELIONATO DE NOTAS E DE PROTESTO DE TÍTULOS, OFÍCIO DE REGISTROS DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIS DAS PESSOAS JURÍDICAS E TABELIONATO E OFÍCIO DE REGISTRO DE CONTRATOS MARÍTIMOS

Titular: **Bela. Ana Karina Lima Linhares Loiola**

Substituta: **Antonya Lydianne Gomes de Souza**

Substituta: **Ana Patrícia da Costa Câmara**

## CERTIDÃO DE PESSOA JURÍDICA

CERTIDÃO

A DRA. ANA KARINA LIMA LINHARES LOIOLA, TITULAR DO CARTÓRIO FRANCISCO XIMENES DE MELO, 3º TABELIONATO DE NOTAS E DE PROTESTOS DE TÍTULOS, OFÍCIO DE REGISTROS DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIS DAS PESSOAS JURÍDICAS E TABELIONATO E OFÍCIO E REGISTRO DE CONTRATOS MARÍTIMOS DA COMARCA DE CAUCAIA, ESTADO DO CEARÁ, POR NOMEAÇÃO LEGAL, ETC.

CERTIFICO, a requerimento da parte interessada, que, procedendo à busca nos assentamentos próprios do arquivo deste Cartório, à meu cargo, revendo os livros de registro de Pessoas Jurídicas, deles verifiquei existir a averbação da ata da **FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ** livro nº **A-142**, às fls. 232/238 datada de 21 de julho de 2022. Sendo recolhido às custas de R\$ 101,57. O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ. Caucaia, 21 de julho de 2022.

EM TESTEMUNHO DA VERDADE

*Nágila Lopes Souza*  
*Escrevente Autorizada*  
CPF: 853.718.665-15  
**Nágila Lopes Souza**  
**Escrevente autorizada**

	 <b>Poder Judiciário Estado do Ceará</b> Selo Digital de Autenticidade	<b>CUSTAS E EMOLUMENTOS INCIDENTES</b>
	Selo Tipo 4 CERTIDÃO - SELO 4 Nº AAC124787-E4P9  Consulte a validade do Selo Digital em: selodigital.tjce.jus.br/portal	Nº Atendimento: 20220721673966 Total Emolumentos: 76,28 Total Fermoju: 4,86 ISS, FFADEP e FRMP: 11,43 Total Selos: 9,01 Valor Total: 101,57  Base de Cálculo / Atos com Valor Declarado 0,00  Detalhamento da cobrança / Listagem dos códigos da tabela de emolumentos envolvidos Códigos: 5025



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



## CARTÓRIO XIMENES

3º TABELIONATO DE NOTAS E DE PROTESTO DE TÍTULOS, OFÍCIO DE REGISTROS DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIS DAS PESSOAS JURÍDICAS E TABELIONATO E OFÍCIO DE REGISTRO DE CONTRATOS MARÍTIMOS

Titular: **Bela. Ana Karina Lima Linhares Loiola**  
Substituta: **Antonya Lydianne Gomes de Souza**  
Substituta: **Ana Patricia da Costa Câmara**

Rua Pedro Gomes da Rocha, 732 - Açude CEP: 61605-150 Caucaia-Ce Fone: (85)3521.7501

### REGISTRO PARA FINS DE PUBLICIDADE E EFICÁCIA CONTRA TERCEIROS

Nº 2906 de 21/07/2022 13:46:50

Certifico e dou fé que o documento em papel com 7 (Sete) página(s), foi apresentado em 21/07/2022 13:46:50, o qual foi protocolado e registrado sob nº 2906 em 21/07/2022 13:46:50, no Livro de Registro Civil das Pessoas Jurídicas (Livro A-142) deste Cartório do 3º Tabelionato de Notas e de Protesto de Títulos, Ofício de Registros de Títulos e Documentos e Civis das Pessoas Jurídicas e Tabelionato e Ofício de Registros de Contratos Marítimos de Caucaia - CE, CNPJ 01.730.807/0001-42, na presente data.

#### Natureza:

AVERBACAO DE ATA

CNPJ do Emitente: 05388377000183

Caucaia, 21/07/2022 13:46:50

**Luana Soares da Silva**  
Escrevente

**Nágila Lopes Souza**  
Escrevente Autorizada  
CPF: 853.718.665-15

Este certificado é parte integrante e inseparável do registro do documento acima descrito.

#### CUSTAS E EMOLUMENTOS INCIDENTES

Nº do Atendimento: 20220721000988  
Total Emolumentos: R\$ 122,85  
Total FERMOJU: R\$ 9,05  
Total Selos: R\$ 8,15  
Total ISS, FRMMP e FAADep: R\$ 18,42  
Valor Total: R\$ 158,47

Base de Cálculo / Atos com Valor Declarado  
Bem/Negócio: R\$ 0,00

Detalhamento da cobrança / Listagem dos  
códigos da tabela de emolumentos envolvidos

Códigos: 005013 / 005023 / 005026



PODER JUDICIÁRIO  
Estado do Ceará

Selo Tipo 1  
MicroFilmagem e Digitalização  
Nº AAO619613-I5K9/  
AAO619614-J6K9

Selo Tipo 11  
Registro RTD&PJ  
Nº AAK2941-I7W9

**SELO DIGITAL DE  
AUTENTICIDADE**



Consulte a validade do Selo Digital em:  
[selodigital.tjce.jus.br/portal](https://selodigital.tjce.jus.br/portal)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



Nágila Lopes Souza  
Escritor Autorizada  
CPF: 853.718.665-15

Averbado sob o nº  
002906  
3º RPJ DE CAUCAIA/CE



**MPCE**  
Ministério Público  
do Estado do Ceará

12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAUCAIA

SAJ/MPCE nº 01.2022.00022271-5

**CERTIDÃO Nº 0174/2022/12ª PmJCAU**

Certifico, que dei ciência pessoal à interessada acerca da autorização do registro da ata em Cartório e procedi a devolução dos documentos originais juntados ao procedimento em epígrafe, na data de 20/07/2022.

O referido é verdade. Dou fé.

Caucaia/CE, 20 de julho de 2022.

(Assinado eletronicamente conforme o Ato Normativo nº 209/2021)

Willia Soares Lopes  
Assessor Jurídico  
Matrícula nº 21416410

12ª Promotoria de Justiça de Caucaia  
Rua José Emídio da Rocha, 331, Grilo, Caucaia-CE - CEP 61600-420  
Telefone: (85) 3342-9083, E-mail: 12prom.caucaia@mpce.mp.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO MILTON BARBOSA DE SOUSA



Polgar Direito



Thalyta Sales Pereira

ASSINATURA DO TITULAR

ARTEIRA DE IDENTIDADE

Autentico para os devidos efeitos a presente  
cópia reprográfica do original que me foi  
apresentado em Cartório pela parte interessada  
Dou fé.  
Em test. da verdade

31 JUL. 2017

Rafaelly Gomes Ferreira  
Escrevente Autorizada

Telefone  
3466-7777

REGISTRO GERAL 2007498332 - 0

DATA DE EXPEDIÇÃO 05/04/2010

NOME  
THALYTA SALES PEREIRA

FILIAÇÃO  
ZEQUINHA ARISTIDES PEREIRA

RAIMUNDA EDILEUDA DE SALES NOGUEIRA

NATURALIDADE  
FORTALEZA - CE

DATA DE NASCIMENTO  
25/11/1996

DOC. ORIGEM

CERT. NASCIMENTO - CARTÓRIO: MONDUBIM TERMO: 13417 FOLHA: 044

LIVRO: A-15 FORTALEZA - CE

CPF 036.948.263-86

1 VIA

ASSINATURA DO DIRETOR

P.: 178

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



Autentico para os devidos efeitos a presente  
cópia reprográfica do original que me foi  
apresentado em Cartório pela parte interessada  
Dou fé.  
Em test. da verdade

31 JUL. 2017

Rafaelly Gomes Ferreira  
Escrevente Autorizada

Telefone  
3466-7777



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

**ESTADO DO CEARÁ**  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ  
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO HUMANA E PERÍCIAS BIOMÉTRICAS

**Proibido Plasticar**

**Polegar Direito**

**Aristides Sales Pereira**

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2006002022630 DATA DE EXPEDIÇÃO 31/03/2015

NOME  
**ARISTIDES SALES PEREIRA**

FILIAÇÃO  
**ZEQUINHA ARISTIDES PEREIRA**

**RAIMUNDA EDILEUDA DE SALES NOGUEIRA**

NATURALIDADE  
**FORTALEZA - CE**

DATA DE NASCIMENTO  
**18/10/1991**

DOC. ORIGEM  
**CERT. CASAMENTO - CARTÓRIO:5 OFÍCIO TERMO:22452 FOLHA:252**

**LIVRO:839 FORTALEZA - CE**

CPF 036.919.063-70

2 VIA

ASSINATURA DO DIRETOR

P.: 8

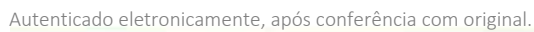
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ESTADO DO CEARÁ SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL POLÍCIA DELEGADA DO ESTADO DO CEARÁ COMANDO-GERAL DE POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA MONITORIAL		VALDA EM FOLIO - TERMINO NACIONAL DATA DE EMISSÃO 11/03/2016	
REGISTRO SINAL 0905002810627		DATA DE NASCIMENTO 03/12/1974	
NOME SHIRLEY ALMEIDA PEREIRA MASALHÃES EZEQUIAS AZEVEDOS PEREIRA RAIMUNDA ALMEIDA PEREIRA MOTOBILOGIA FORTALEZA - CE		CERT. CASAMENTO - CARTÓRIO: MONDUBIM TERMO: 3407 FOLHA: 237 LIVRO: 8-75 FORTALEZA - CE CPF: 567.364.013-72	
2 VIA		2 VIA	

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



ceptora de sinais de televisão repetidos via satélite, visando a retransmitir os seus próprios sinais.

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO  
(7.386-0 03/12/02 95,23)

PORTARIA Nº 2.639, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 53000.005284/02, resolve:

Autorizar, de acordo com o artigo 18 do Decreto n.º 3.965, de 10 de outubro de 2001, a TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 5 (cinco), na cidade de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul, a executar os Serviços de Retransmissão e de Repetição de Televisão, anclares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, na cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão, através do canal 27 (vinte e sete), utilizando estação terrena receptora de sinais de televisão repetidos via satélite, visando a retransmitir os seus próprios sinais.

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO  
(7.410-7 04/12/02 95,23)

PORTARIA Nº 2.640, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 53000.005263/02, resolve:

Autorizar, de acordo com o artigo 18 do Decreto n.º 3.965, de 10 de outubro de 2001, a TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 5 (cinco), na cidade de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul, a executar os Serviços de Retransmissão e de Repetição de Televisão, anclares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, na cidade de Limeira, Estado de São Paulo, através do canal 4 (quatro), utilizando estação terrena receptora de sinais de televisão repetidos via satélite, visando a retransmitir os seus próprios sinais.

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO  
(7.312-7 04/12/02 95,23)

PORTARIA Nº 2.641, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 53000.005260/02, resolve:

Autorizar, de acordo com o artigo 18 do Decreto n.º 3.965, de 10 de outubro de 2001, a TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 5 (cinco), na cidade de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul, a executar os Serviços de Retransmissão e de Repetição de Televisão, anclares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo, através do canal 12 (doze), utilizando estação terrena receptora de sinais de televisão repetidos via satélite, visando a retransmitir os seus próprios sinais.

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO  
(7.313-5 04/12/02 95,23)

PORTARIA Nº 2.643, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 53000.005283/02, resolve:

Autorizar, de acordo com o artigo 18 do Decreto n.º 3.965, de 10 de outubro de 2001, a TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 5 (cinco), na cidade de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul, a executar os Serviços de Retransmissão e de Repetição de Televisão, anclares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, na cidade de Americana, Estado de São Paulo, através do canal 33 (trinta e três), utilizando estação terrena receptora de sinais de televisão repetidos via satélite, visando a retransmitir os seus próprios sinais.

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO  
(7.314-3 04/12/02 95,23)

PORTARIA Nº 2.644, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, resolve:

Outorgar permissão à Fundação Quilombo para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Marechal Deodoro, Estado de Alagoas. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição. (Processo n.º 53000.000848/2002).

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO  
(413-1- 02.12.02 - 95,23)

PORTARIA Nº 2.701, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, resolve:

Outorgar permissão à Fundação Stênio Congro para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Paranaíba, Estado de Mato Grosso do Sul. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição. (Processo n.º 53700.000079/2002).

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO  
(399-2- 02.12.02 - 95,23)

PORTARIA Nº 2.703, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, resolve:

Outorgar permissão à Fundação Rádio Igreja de Araquai para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Araquai, Estado de Minas Gerais. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição. (Processo n.º 53710.000221/2001).

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO  
(400-X- 02.12.02 - 95,23)

PORTARIA Nº 2.704, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, resolve:

Outorgar permissão à Fundação Cultural e Educacional Cescage para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição. (Processo n.º 53000.000113/2002).

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO  
(412-3- 03.12.02 - 95,23)

PORTARIA Nº 2.709, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, resolve:

Outorgar permissão à Fundação Espaço Cultural de Paulínia para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Paulínia, Estado de São Paulo. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição. (Processo n.º 53830.001494/99).

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO  
(455-7-3- 04.12.02 - 95,23)

PORTARIA Nº 2.781, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, resolve:

Outorgar permissão à Fundação Stênio Congro para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Aparecida do Taboado, Estado de Mato Grosso do Sul. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição. (Processo n.º 53700.000081/02).

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO  
(298-8- 09.12.02 - 95,23)

PORTARIA Nº 2.782, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, resolve:

Outorgar permissão à Fundação Cultural de Radiodifusão Educativa Costa Dourada para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição. (Processo n.º 53000.002138/02).

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO  
(448-4- 06.12.02 - 95,23)

PORTARIA Nº 2.795, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, resolve:

Outorgar permissão à Fundação Cultural Terra da Luz para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Caucaia, Estado do Ceará. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição. (Processo n.º 53000.005113/2002).

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO  
(300-3- 11.12.02 - 95,23)

PORTARIAS DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto n.º 2.615, de 3 de junho de 1998, resolve autorizar as entidades abaixo relacionadas a executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária. Os atos de autorização somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição.

Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF
2.833	53830.002489/98	Associação Comunitária Rádio e Televisão Dom Bonifácio	São José do Rio Pardo/SP
2.834	53740.002009/99	Associação de Difusão Comunitária Prefeito Luiz Gonzaga Bonissoni	Ouro/SC
2.835	53790.000307/99	Associação Cultural de Divulgação Comunitária da Vila Tropical e Região Sul de Santa Maria	Santa Maria/RS
2.836	53740.000173/99	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Presidente Castelo Branco - ACODECAB	Presidente Castelo Branco/PR
2.837	53103.000668/98	Sociedade de Radiodifusão Comunitária Couraço	Cachoeirinha/PE
2.838	53640.001454/98	Associação Comunitária Beneficente de Tanhaçu para o Desenvolvimento Cultural e Artístico	Tanhaçu/BA
2.839	53710.000613/99	Associação Comunitária de Radiodifusão "Novo Horizonte de Virginópolis"	Virginópolis/MG
2.840	53830.001742/98	Associação Comunitária de Amparo Social	Álvares Machado/SP
2.841	53740.000900/98	Rádio Comunitária Terra FM	Terra Rica/PR
2.842	53830.000986/99	Associação Rioclarense dos Colecionadores de Discos de Vinil	Rio Claro/SP
2.843	53700.001313/98	Associação Comunitária e Cultural Shalon	Cassilândia/MS
2.844	53650.001150/01	Associação de Radiodifusão Comunitária para o Progresso de Triunfo	Nova Olinda/CE
2.845	53830.000717/99	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico do Bairro da Capela	Vinhedo/SP
2.846	53830.000654/99	Associação Cultural Comunitária do Alto do Ginásio	Sertãozinho/SP
2.847	53670.000463/98	Associação Cultural e Educativa de Goiatuba	Goiatuba/GO
2.848	53830.002238/98	Associação Mensageiros da Paz de Iepê	Iepê/SP
2.849	53740.001052/98	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Jaguapitã	Jaguapitã/PR
2.850	53740.000897/99	Associação Comunitária, Ecológica, Cultural e Esportiva de Campo Bonito - Paraná	Campo Bonito/PR
2.851	53670.000459/98	Associação de Radiodifusão Comunitária de Itapuranga	Itapuranga/GO
2.852	53710.000648/02	Associação Comunitária e Cultural Projeto Vida	Igaratinga/MG

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

(Of. El. nº 538/02/SE/MC)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que refere a Portaria nº 525, de 29 de agosto de 2001, que autoriza a Associação Comunitária dos Bairros Funcionários, Inconfidentes e Plataforma - ASFIP a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedra Azul, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de novembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 850, DE 2003

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO VERDES CAMPOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que refere a Portaria nº 191, de 25 de fevereiro de 2002, que renova, a partir de 4 de outubro de 1996, a permissão outorgada à Rádio Verdes Campos Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de novembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 851, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO PADRE ADELMAR DA MOTA VALENÇA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Garanhuns, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 876, de 4 de junho de 2002, que outorga permissão à Fundação Padre Ademar da Mota Valença para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Garanhuns, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de novembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 852, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à UNIESTE PROPAGANDA MARKETING E RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Guapó, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que refere a Portaria nº 1.221, de 5 de julho de 2002, que outorga permissão à Unieste Propaganda Marketing e Radiodifusão Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Guapó, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de novembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 853, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA LIBERDADE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Guaiúba, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere Portaria nº 1.937, de 1º de outubro de 2002, que outorga permissão ao Sistema Liberdade de Comunicação Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Guaiúba, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de novembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 854, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caucaia, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.795, de 11 de dezembro de 2002, que outorga permissão à Fundação Cultural Terra da Luz para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Caucaia, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de novembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 855, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à AJURICABA COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Massapê, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.060, de 26 de junho de 2002, que outorga permissão à Ajuricaba Comunicações Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Massapê, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de novembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 856, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à CEBELWAM COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Acorizal, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 436, de 22 de março de 2002, que outorga permissão à Cebelwam Comunicação e Consultoria Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Acorizal, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de novembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 857, DE 2003

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à TROPICAL RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Macapá, Estado do Amapá.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.215, de 5 de julho de 2002, que renova, a partir de 25 de agosto de 1998, a permissão outorgada à Tropical Radiodifusão Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Macapá, Estado do Amapá.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de novembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 858, DE 2003

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE CENTRO OESTE DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 634, de 24 de outubro de 2001, que renova, a partir de 24 de agosto de 1996, a permissão outorgada à Rede Centro Oeste de Rádio e Televisão Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de novembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 859, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO CULTURAL MONTE SIÃO, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Jacareí, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 494, de 26 de março de 2002, que outorga permissão à Fundação Cultural Monte Sião, para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Jacareí, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de novembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal





DETALHES DA IES

ATO REGULATÓRIO

GRADUAÇÃO

ESPECIALIZAÇÃO

PROCESSOS E-MEC

OCORRÊNCIAS



MANTENEDORA

**Mantenedora:** (17352) DANILO SOBRAL DE OLIVEIRA - EIRELI**CNPJ:** 18.454.197/0001-02**Natureza Jurídica:** Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresária)**Representante Legal:** DANILO SOBRAL DE OLIVEIRA ( COORDENADOR )

IES

**Nome da IES - Sigla:** (24399) Faculdade Escola Sobral de Oliveira - FAESDO**Situação:** Ativa**Endereço:** Rua Joaquim Dias da Cunha**Nº:** 545**Complemento:****CEP:** 61890-000**Bairro:** Francisco Rodrigues Ramos (Santo Antônio)**Município:** Guaiúba**UF:** CE

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>**Telefone:** 85. 991569547**Fax:**

**Telefone:** 85 991569547**Fax:****Organização Acadêmica:** Faculdade**Sítio:** www.faesdo.com.br**E-mail:** faesdo@gmail.com**Categoria Administrativa:** Privada com fins lucrativos**Reitor/Dirigente Principal:** DANILO SOBRAL DE OLIVEIRA**Tipo de Credenciamento:** EAD

## ÍNDICES

Índice	Valor	Ano
CI - Conceito Institucional:	-	-
CI-EaD - Conceito Institucional EaD:	4	2020
IGC - Índice Geral de Cursos:	-	-
IGC Contínuo:	-	-



## DE ÍNDICES

ANO	CI	IGC	CI-EaD
2020	-	-	4

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.


<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>



**PORTARIA Nº 001/2022 DE 22 DE MARÇO DE 2022**

**REF.: ATO DE CRIAÇÃO DE POLO DE ENSINO A DISTÂNCIA**

- a) A Faculdade Escola Sobral de Oliveira – FAESDO, através da Diretoria Acadêmica, no exercício de suas competências institucionais, e de acordo com os ditames legais homologados, institui o presente ato com as seguintes considerações;
- b) A LEI 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) estabelece em seu art. 80, que o poder público incentivará o desenvolvimento de programas de ensino a distância em todos os níveis de ensino e que a EAD será organizada com abertura e regimes especiais e oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União;
- c) Para ampliar a oferta de cursos de ensino superior no país, o Ministério da Educação (MEC) publicou a portaria que regulamenta o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, melhorar qualidade da atuação regulatória do MEC na área, aperfeiçoando procedimentos, desburocratizando fluxos e reduzindo o tempo de análise e o estoque de processos;
- d) A portaria de credenciamento para a modalidade a distância da Faculdade Escola Sobral de Oliveira - FAESDO deu-se pela Portaria MEC nº 434, de 24/06/2021;
- e) O conceito de polo de apoio presencial estabelecido no art. 12, X, c, do Decreto nº 5.622, de 2005, que define as seguintes diretrizes: "polo de apoio presencial é a unidade operacional, no País ou no exterior, para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância; (Redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 2007)";
- f) Institui o presente ato de instalação de endereço de polo de ensino a distância, conforme os dados abaixo discriminados:

  
Danilo Sobral de Oliveira  
Diretor Geral  
Portaria 001/2019


1



Cidade: Fortaleza  
Estado: Ceará  
Endereço: Rua Boa Vista, 901, João XXIII  
CEP: 60525-555

Cidade: Fortaleza  
Estado: Ceará  
Endereço: Av. João Pessoa, 4976, Damas  
CEP: 60.115-082

Guaiúba-CE, 22 de março de 2022.

  
Danilo Sobral de Oliveira  
Diretor-Geral  
Faculdade Escola Sobral de Oliveira - FAESDO

Danilo Sobral de Oliveira  
Diretor Geral  
Portaria 001/2019







## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

**Nome:** FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ

**CNPJ:** 05.388.377/0001-83

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 09:32:32 do dia 08/08/2022 (hora e data de Brasília).

Válida até 07/09/2022.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://inuleg-autenticidade-assinatura.camara-reg.br/0c0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

grec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 05.388.377/0001-83

**Razão Social:** FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ

**Endereço:** R SITIO SANTA HELENA S/N GUAGIRU / CENTRO / CAUCAIA / CE /  
61600-970

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 04/08/2022 a 02/09/2022

**Certificação Número:** 2022080401372226539030

Informação obtida em 08/08/2022 09:35:06

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<http://crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>

<http://www.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d





BOM DIA  
Donizetti José dos Santos

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		05.388.377/0001-83									
FUNDAÇAO CULTURAL TERRA DA LUZ											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ARISTIDES SALES PEREIRA	<a href="#">036.919.063-70</a>	FUNDAÇAO CULTURAL TERRA DA LUZ	<a href="#">05.388.377/0001-83</a>	Diretor (SECRETÁRIO)	0	--	--	FM	--	CE	Caucaia
SHIRLEY ALMEIDA PEREIRA MAGALHÃES	<a href="#">567.364.013-72</a>	FUNDAÇAO CULTURAL TERRA DA LUZ	<a href="#">05.388.377/0001-83</a>	Diretor (TESOUREIRA)	0	--	--	FM	--	CE	Caucaia
THALYTA SALES PEREIRA	<a href="#">036.948.263-86</a>	FUNDAÇAO CULTURAL TERRA DA LUZ	<a href="#">05.388.377/0001-83</a>	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	CE	Caucaia

Usuário: donizetti.mc - Donizetti José dos Santos

Data: 08/08/2022

Hora: 09:25:14

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



BOM DIA  
Donizetti José dos Santos

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		036.919.063-70									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICÍPIO
ARISTIDES SALES PEREIRA	<a href="#">036.919.063-70</a>	FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ	<a href="#">05.388.377/0001-83</a>	Diretor (SECRETÁRIO)	0	--	--	FM	--	CE	Caucaia

Usuário: donizetti.mc - Donizetti José dos Santos

Data: 08/08/2022

Hora: 09:25:58





BOM DIA  
Donizetti José dos Santos

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		036.948.263-86									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICÍPIO
THALYTA SALES PEREIRA	<a href="#">036.948.263-86</a>	FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ	<a href="#">05.388.377/0001-83</a>	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	CE	Caucaia

Usuário: donizetti.mc - Donizetti José dos Santos

Data: 08/08/2022

Hora: 09:27:21



BOM DIA

Donizetti José dos Santos

Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		567.364.013-72									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
SHIRLEY ALMEIDA PEREIRA MAGALHÃES	<a href="#">567.364.013-72</a>	FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ	<a href="#">05.388.377/0001-83</a>	Diretor (TESOUREIRA)	0	--	--	FM	--	CE	Caucaia

Usuário: donizetti.mc - Donizetti José dos Santos      Data: 08/08/2022      Hora: 09:26:42



bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

Id solicitação: 57dbac14a46cc

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ	
<b>Nome Fantasia:</b>	
<b>Telefone: ( )</b>	<b>E-mail:</b>
<b>CNPJ:</b> 05.388.377/0001-83	<b>Número do Fistel:</b> 50012913308
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 17/11/2003	<b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	<b>Categoria da Estação:</b> Principal
<b>Val. RF:</b> 17/11/2013	
<b>Observações:</b> ATO 28.588/2002;ATO 49.438/2005;ATO Nº 53.979, DE 10/11/2005, PUBLICADO NO DOU. DE 11/11/2005.	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> SITIO SANTA HELENA	<b>Complemento:</b> L. BANANA	
<b>Bairro:</b> GUAGIRU	<b>Numero:</b> S/Nº	
<b>Município:</b> Caucaia	<b>UF:</b> CE	<b>CEP:</b> 61600000

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b> Rua Gonçalves Ledo	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Praia de Iracema	<b>Numero:</b> 172	
<b>Município:</b> Fortaleza	<b>UF:</b> CE	<b>CEP:</b> 60060325

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> SERRA DA TAQUARA	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> -	<b>Numero:</b> S/N	
<b>Município:</b> Caucaia	<b>UF:</b> CE	<b>CEP:</b> 61640000

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> SERRA DA TAQUARA	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> -	<b>Numero:</b> N/S	
<b>Município:</b> Caucaia	<b>UF:</b> CE	<b>CEP:</b> 61640000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b>	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização			
<b>Município:</b> Caucaia		<b>UF:</b> CE	

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 272	<b>Frequência:</b> 102.3 MHz	<b>Classe:</b> A4	<b>ERP Máxima:</b> 16.8kW
<b>HCI:</b> 42 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 2

## Informações da Estação



22/09/2016 eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>



Informações Gerais	
Número da Estação: 682710474	Número Indicativo: ZYS800
Data Último Licenciamento: 05/08/2016	Número da Licença: 000007/2016-CE

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 3° 49' 29.00" S	Longitude: 38° 40' 13.00" W	Cota da base: 232.00 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 005730500518	Modelo: FM10000S
Fabricante: MTA Eletrônica Industrial Ltda.	Potência de Operação: 10.000 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 1 5/8	Fabricante: KMP CABOS ESPECIAIS E SISTEMAS LTD		
Comprimento da Linha: 50.00 m	Atenuação: .90 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: INV-30-4	Fabricante: INOVATOR ANTENAS				
Ganho: 3.22 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 30 °	Polarização: Vertical	HCI: 42 m	ERP Máxima: 16.8 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.54	5°: 0	10°: 0.28	15°: 0	20°: 0.08	25°: 0	30°: 0	35°: 0	40°: 0.08	45°: 0	50°: 0.28	55°: 0
60°: 0.54	65°: 0	70°: 0.88	75°: 0	80°: 1.28	85°: 0	90°: 1.62	95°: 0	100°: 1.76	105°: 0	110°: 1.85	115°: 0
120°: 2.16	125°: 0	130°: 2.92	135°: 0	140°: 3.92	145°: 0	150°: 4.73	155°: 0	160°: 5.2	165°: 0	170°: 5.48	175°: 0
180°: 5.68	185°: 0	190°: 5.81	195°: 0	200°: 5.86	205°: 0	210°: 5.85	215°: 0	220°: 5.81	225°: 0	230°: 5.71	235°: 0
240°: 5.52	245°: 0	250°: 5.23	255°: 0	260°: 4.85	265°: 0	270°: 4.44	275°: 0	280°: 3.97	285°: 0	290°: 3.47	295°: 0
300°: 2.97	305°: 0	310°: 2.5	315°: 0	320°: 2.05	325°: 0	330°: 1.62	335°: 0	340°: 1.22	345°: 0	350°: 0.85	355°: 0

Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -

Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW



Transmissor Auxiliar 2							
<b>Código Equipamento:</b>				<b>Modelo:</b> Equipamento não encontrado			
<b>Fabricante:</b>				<b>Potência de Operação:</b> kW			
Linha de Transmissão Auxiliar							
<b>Modelo:</b>				<b>Fabricante:</b>			
<b>Comprimento da Linha:</b> m	<b>Atenuação:</b> dB/100m			<b>Perdas Acessórias:</b> dB		<b>Impedância:</b> ohms	
Antena Auxiliar							
<b>Modelo:</b>				<b>Fabricante:</b>			
<b>Ganho:</b> dBd	<b>Beam-Tilt:</b> °	<b>Orientação NV:</b> °	<b>Polarização:</b>	<b>HCI:</b> m	<b>ERP Máxima:</b> 16.8 kW		
Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	2795	Portaria	MC	11/12/2002	13/12/2002	Outorga	1
Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	454	Portaria	SSCE	09/10/2006	11/12/2006	Aprovação de Local	Técnico
Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	854	Decreto Legislativo	CN	14/11/2003	17/11/2003	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
535600018032004	44903	Ato	ER	22/06/2004	24/06/2004	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	159	Portaria	SSCE	06/05/2005	09/05/2005	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
53560002906/2011-41	1580	Portaria	MC	09/04/2015	27/07/2015	Multa	Jurídico
Horário de funcionamento							



## CHECKLIST DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

### RENOVAÇÃO DE OUTORGA RÁDIO EDUCATIVA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado - Fundação de Direito Privado)

Processo nº: 53115.020282/2022-54

Interessada/Outorgada: FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ

CNPJ nº: 05.388.377/0001-83

Município: Caucaia

Estado: Ceará

Data do protocolo do pedido de renovação de outorga: 25/07/2022

Período da outorga a ser renovado: 17/11/2013 a 17/11/2023

#### Tipo de outorga a ser renovada:

( ) Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter educativo.

**(X) Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter educativo.**

( ) Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter educativo.

#### Natureza jurídica da interessada/outorgada:

( ) Pessoa Jurídica de Direito Público (Ente Federativo, Fundação Pública e Instituição de Educação Superior Pública)

( ) Instituição de Educação Superior de Natureza Privada

**(X) Fundação de Direito Privado**

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade, acompanhado das declarações de que:	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	SEI 10230514 fls. 2 e 3	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelo Decreto nº 9.138/2017 e Decreto nº 10.775/2021)	-
a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	SEI 10230514 fl. 2 "d"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	SEI 10230514 fl. 2 "e"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	SEI 10230514 fl. 2 "f"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	SEI 10230514 fl. 3 "g"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	SEI 10230514 fl. 3 "h"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	SEI 10230514 fl. 3 "i"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q", da Lei Complementar nº 64, de 1990;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	SEI 10230514 fl. 3 "j"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	SEI 10230514 fl. 3 "l"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;	( ) Sim ( ) Não (X) Não se aplica	Não se aplica	- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.	- A interessada/ outorgada tem natureza de fundação de direito privado, logo, ela não possui capital social - art. 62 e seguintes do Código Civil (Lei nº 10.406, de 2002).
2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - SIACCO);	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	SEI 10280895 fls. 3 a 6	- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967	-

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
3. Ato constitutivo da entidade e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	( ) Sim ( ) Não (X) Não se aplica	Estatuto SEI 10230514 fls. 6 a 11  Ata SEI 10230514 fls. 12 a 15	- Art. 113, inciso I do Decreto nº 52.795, de 1963.	- Revogado pelo art. 6º, inciso I, alínea "c" do Decreto nº 10.775, de 2021.
4. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	SEI 10230514 fls. 29 a 31	- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963.	-



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

5. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira (vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura);	( ) Sim ( ) Não (X) Não se aplica	SEI 10230514 fl. 20	- Art. 113, inciso III do Decreto nº 52.795, de 1963.	- Revogado pelo art. 6º, inciso I, alínea "c" do Decreto nº 10.775, de 2021.
6. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	( ) Sim ( ) Não (X) Não se aplica	Não se aplica	- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963.	- A interessada/ outorgada tem natureza de fundação de direito privado, não sendo aplicável os institutos da falência ou recuperação judicial (concordata) - art. 1º da Lei nº 11.101, de 2005.
7. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial.	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	SEI 10230514 fl. 21 Emitida em 13/06/2022	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963.	-
8. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	<b>Federal</b> SEI 10230514 fl. 25 Válida até 09/01/2023 <b>Estadual</b> SEI 10230514 fl. 26 Válida até 12/08/2022 <b>Municipal</b> SEI 10230514 fl. 27 Válida até 22/09/2022	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963.	-
9. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel.	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	SEI 10280895 fl. 1 Válida até 07/09/2022	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963.	-
10. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	SEI 10280895 fl. 2 Válida até 02/09/2022	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963.	-
11. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	SEI 10230514 fl. 28 Válida até 10/12/2022	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963.	-
12. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte.  Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	Presidente Thalyta Sales Pereira SEI 10230514 fl. 32  Secretário Aristides Sales Pereira SEI 10230514 fl. 33  Tesoureira Shirley Almeida Pereira Magalhães SEI 10230514 fl. 34	- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal.	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

13. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga;	( ) Sim (X) Não ( ) Não se aplica	<b>Pendente</b>	- Art. 29, §§ 7º ao 10, da Portaria nº 2.524/2021/MCOM.	- <b>Autorização de uso de radiofrequência vencida</b>
--	---	-----------------	---	--

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
Instrumento jurídico (contrato, convênio, termo de parceria, etc.) que comprove a vinculação de fundação de natureza privada com instituição de ensino ou com o Município onde o serviço é executado.	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	SEI 10230514 fls. 16 a 19  Vigência do Instrumento Jurídico até 09/12/2025	art. 16, caput e §§ 5º e 6º da Portaria nº 3.238/2018	e-MEC SEI 10280886 fls. 1 a 4  Representante legal SEI 10230514 fl. 19

Observações Adicionais
Não há

Conclusão
A documentação apresentada <b>não está em conformidade</b> com o disposto na legislação, sendo necessário nova instrução processual.

Analisado por:	Data:
Nome: Donizetti José dos Santos Cargo: Engenheiro	08 de agosto de 2022



Documento assinado eletronicamente por **Donizetti Jose dos Santos, Engenheiro**, em 08/08/2022, às 13:36 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10281011** e o código CRC **8B91148C**.







**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Outorga e Pós-Outorga  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária

OFÍCIO Nº 19292/2022/MCOM

Brasília, 08 de agosto de 2022.

A Senhora

**Thalyta Sales Pereira**

Representante Legal da FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ

Inscrição no CNPJ nº 05.388.377/0001-83

PV Taquara 1 Lote 16

CEP: 61685-000 / Caucaia - CE

**Assunto: Solicitação para apresentação de documentos relacionados ao processo de renovação.**

Senhora Representante Legal,

1. Cumprimento cordialmente com as considerações de estilo para informar que houve análise do pedido de renovação da outorga de serviço de radiodifusão educativa acostado no autos em questão conforme Checklist (SEI 10281011).
2. Para prosseguirmos com a avaliação e, principalmente, ser possível o deferimento (aprovação) do pedido, é necessário que seja apresentado o seguinte documento:

I - **Cópia do certificado de licença para funcionamento da estação**, nos termos do art. 29, §§ 7º ao 10, da Portaria nº 2.524/2021;

A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação, em decorrência do vencimento da outorga, sendo requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

3. Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: <http://sistema.mctic.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf> e, também, nas orientações anexas (Anexo SEI 8330983).
4. Ressalto que, caso a resposta ocorra pela via postal, o endereço para correspondência é:  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar.  
CEP: 70044-900 / Brasília - DF.

5. Na resposta solicito a gentileza de indicar o número do processo de renovação da entidade (SEI 53115.020282/2022-54), para agilizar o trâmite.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

6. Estabeleço o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação. Se esta entidade entender necessário prorrogar o prazo, deverá apresentar pedido fundamentado dentro do referido prazo. O não atendimento poderá resultar no arquivamento do pedido de renovação, além de outras implicações legais.

7. Por fim, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizeram necessários.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Andre Saraiva de Paula, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária**, em 18/08/2022, às 14:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10282565** e o código CRC **4CF427E5**.

**Documentos a ser enviados no anexo(s) do e-mail de notificação, ou então, impressos juntamente com o Ofício pela via Postal (Correios):**

**Anexo - Checklist de avaliação - SEI 10281011;**

**Anexo - Orientações para realização e atualização do cadastro SEI do Ministério das Comunicações - SEI 8330983;**

---

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 19292/2022/MCOM - Processo nº 53115.020282/2022-54 - Nº SEI: 10282565



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

# Cadastro para acesso ao SEI CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



EMERSON SILVA VIANA

Relatório Consultar ▼ Sair

## Consultar e-mails

☐ CPF ☒ CNPJ

CNPJ: 05.388.377/0001-83

Razão Social

Pesquisar

10 ▼ 1 1 >> >>		
Razão Social	CNPJ	Emails
FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ	05.388.377/0001-83	fundacaoterradaluz@gmail.com, leonar@daterranet.com.br, Imcradiodifusao@gmail.com
10 ▼ 1 1 >> >>		



bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



**Data de Envio:**

22/08/2022 14:40:04

**De:**

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária <coroc@mctic.gov.br>

**Para:**

fundacaoterradaluz@gmail.com

leonar@daterranet.com.br

lmcradiodifusao@gmail.com

**Assunto:**

MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

**Mensagem:**

A Senhora

Thalyta Sales Pereira

Representante Legal da FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ

Inscrição no CNPJ nº 05.388.377/0001-83

PV Taquara 1 Lote 16

CEP: 61685-000 / Caucaia - CE

Assunto: Solicitação para apresentação de documentos relacionados ao processo de renovação. nº 53115.020282/2022-54

Senhor Representante Legal,

Cumprimentando-o, cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar o Ofício nº 19292/2022/SEI-MCOM, referente à análise do processo nº 53115.020282/2022-54.

Dessa forma, solicitamos que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: <http://sistema.mctic.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf> e, também, nas orientações anexas (Anexo SEI 8330983).

Ressalto que, caso a resposta ocorra via postal, o endereço para correspondência é:

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar.

CEP: 70044-900 / Brasília - DF.

Atenciosamente,

**Anexos:**

MANUAL\_CADSEI.pdf

Oficio\_10282565.html

Checklist\_10281011.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Outorga e Pós-Outorga  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária

OFÍCIO Nº 32476/2022/MCOM

Brasília, 14 de dezembro de 2022.

À Senhora

**Thalyta Sales Pereira**

Representante Legal da FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ

Inscrição no CNPJ nº 05.388.377/0001-83

PV Taquara 1 Lote 16

CEP: 61685-000 / Caucaia - CE

**Assunto: Solicitação para apresentação de documentos relacionados ao processo de renovação.**

Senhora Representante Legal,

1. Cumprimento cordialmente com as considerações de estilo para informar que houve análise do pedido de renovação da outorga de serviço de radiodifusão educativa acostado no autos em questão conforme Checklist (SEI 10281011).
2. Para prosseguirmos com a avaliação e, principalmente, ser possível o deferimento (aprovação) do pedido, é necessário que seja apresentado o seguinte documento:

I - **Cópia do certificado de licença para funcionamento da estação**, nos termos do art. 29, §§ 7º ao 10, da Portaria nº 2.524/2021;

A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação, em decorrência do vencimento da outorga, sendo requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

3. Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: <http://sistema.mctic.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf> e, também, nas orientações anexas (Anexo SEI 8330983).
4. Ressalto que, caso a resposta ocorra pela via postal, o endereço para correspondência é:  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar.  
CEP: 70044-900 / Brasília - DF.

5. Na resposta solicito a gentileza de indicar o número do processo de renovação da entidade (SEI 53115.020282/2022-54), para agilizar o trâmite.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

6. Estabeleço o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação. Se esta entidade entender necessário prorrogar o prazo, deverá apresentar pedido fundamentado dentro do referido prazo. O não atendimento poderá resultar no arquivamento do pedido de renovação, além de outras implicações legais.

7. Por fim, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizeram necessários.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Andre Saraiva de Paula, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária**, em 04/01/2023, às 11:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10568222** e o código CRC **E6DCE053**.

**Documentos a ser enviados no anexo(s) do e-mail de notificação, ou então, impressos juntamente com o Ofício pela via Postal (Correios):**

**Anexo - Checklist de avaliação - SEI 10281011;**

**Anexo - Orientações para realização e atualização do cadastro SEI do Ministério das Comunicações - SEI 8330983;**

---

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 32476/2022/MCOM - Processo nº 53115.020282/2022-54 - Nº SEI: 10568222



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



Cadastro para acesso ao SEI  
CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações



JOÃO PAULO OLIVEIRA DO NASCIMENTO

Relatório Consultar Sair

Consultar e-mails

☐ CPF ☒ CNPJ

CNPJ: 05.388.377/0001-83

Razão Social

Pesquisar

<div>10 ▾</div> <div><div>◀◀</div><div>1 / 1</div><div>▶▶</div></div>		
Razão Social ▾	CNPJ ▾	Emails
FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ	05.388.377/0001-83	fundacaoterradaluz@gmail.com, leonar@daterranet.com.br, lmcradiodifusao@gmail.com
<div>10 ▾</div> <div><div>◀◀</div><div>1 / 1</div><div>▶▶</div></div>		



**Data de Envio:**

05/01/2023 12:11:15

**De:**

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária <sei@mcom.gov.br>

**Para:**

fundacaoterradaluz@gmail.com

leonar@daterranet.com.br

lmcraiodifusao@gmail.com

**Assunto:**

envio de correspondencia Oficial dos Ministerio das Comunicações

**Mensagem:**

À Senhora

Thalyta Sales Pereira

Representante Legal da FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ

Inscrição no CNPJ nº 05.388.377/0001-83

PV Taquara 1 Lote 16

CEP: 61685-000 / Caucaia - CE

Assunto: Solicitação para apresentação de documentos relacionados ao processo de renovação.

Senhor Representante Legal,

Cumprimentando-o, cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar o Ofício nº 32476/2022/SEI-MCOM, referente à análise do processo nº 53115.020282/2022-54

Dessa forma, solicitamos que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:

Protocolo Digital do MCom (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).

Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.

Atenciosamente,

**Anexos:**

MANUAL\_CADSEI.pdf

Outros\_origem\_externa\_\_10611255\_05.388.377\_0001\_83.png

Oficio\_10568222.html

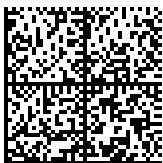
Checklist\_10281011.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



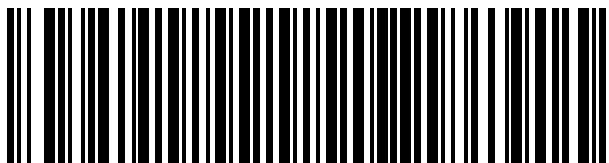
Contrato: 9912556366

CARTA REG AR O4

Volume: 1/1

Peso (g): 30.0

**YJ 364 064 276 BR**



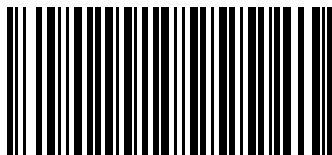
**AR**

Recebedor:

Assinatura: \_\_\_\_\_ Documento: \_\_\_\_\_

**DESTINATÁRIO**

FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ  
PV TAQUARA 1 LOTE 16 CENTRO



**61685-000** MIRAMBE CAUCAIA/CE

**Remetente:** MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEOPO  
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R SN ZONA CIVICOADMINIST  
70044-900 BRASILIA/DF  
PR-53115020282/2022-54 - OF 32476/2022 - COROC DOC



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d





Correios AR

AVISO DE  
RECEBIMENTO

VIA POSTAL  
05/01/2023

DESTINATARIO

FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ

PV TAQUARA, 1 LOTE 16  
CENTRO - MIRAMBE CAUCAIA - CE

61685-000

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR

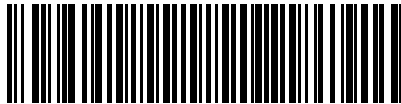
MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEOPO

ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R, SN

ZONA CIVICOADMINIST - BRASILIA - DF

70044-900

YJ364064276BR



PR-53115020282/2022-54 - OF 32476/2022 - COROC DOC

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

TENTATIVAS DE ENTREGA

1º \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ : \_\_\_\_ h

2º \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ : \_\_\_\_ h

3º \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ : \_\_\_\_ h

DECLARACAO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICACAO)

**MOTIVO DE DEVOLUÇÃO**  
[1] MUDOU-SE [5] RECUSADO  
[2] ENDEREÇO INSUFICIENTE [6] NÃO PROCURADO  
[3] NÃO EXISTE NUMERO [7] AUSENTE  
[4] DESCONHECIDO [8] FALECIDO  
[9] OUTROS \_\_\_\_\_

RUBRICA E MATRICULA DO CARTEIRO

( ) Informações Prestadas Pelo Porteiro Ou Síndico Reintegrado Ao Serviço Postal Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA

NOME LEGIVEL DO RECEBEDOR

N DOC. DE IDENTIDADE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 05.388.377/0001-83 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 26/08/2002</div>
--	---	--

NOME EMPRESARIAL  
FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)  
\*\*\*\*\*

PORTE  
DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL  
94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS  
94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte  
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA  
306-9 - Fundação Privada

LOGRADOURO  
LOT PV TAQUARA 1

NÚMERO  
SN

COMPLEMENTO  
LOTE 16

CEP  
61.685-000

BAIRRO/DISTRITO  
TAQUARA

MUNICÍPIO  
CAUCAIA

UF  
CE

ENDEREÇO ELETRÔNICO

TELEFONE  
(85) 3484-5173

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)  
\*\*\*\*\*

SITUAÇÃO CADASTRAL  
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL  
03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 27/05/2024 às 10:23:10 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





## Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União

### Resultado da Consulta

As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 05.388.377/0001-83 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet.

Para consultar sua situação fiscal, acesse [Centro Virtual de Atendimento e-CAC](#).

Para maiores esclarecimentos, consulte a página [Orientações para emissão de Certidão nas unidades da RFB](#).

[Nova consulta](#)[Avaliar](#)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d





GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
Procuradoria Geral do Estado

Certidão Negativa de Débitos Estaduais  
202406599790

Emitida para os efeitos da Instrução Normativa Nº 13 de 02/03/2001

IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE
Inscrição Estadual: *****
CNPJ / CPF: 05388377000183
RAZÃO SOCIAL:

Ressalvado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para fins de direito, que revendo os registros do Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual - CADINE, verificou-se nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para constar, foi emitida esta certidão.

EMITIDA VIA INTERNET EM 27/05/2024 ÀS 10:23:25  
VÁLIDA ATÉ 26/07/2024

A autenticidade deste documento deverá ser comprovada via Internet, no endereço  
[www.sefaz.ce.gov.br](http://www.sefaz.ce.gov.br)

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

[Imprimir](#)

**CARO CONTRIBUINTE, ALGUMAS PENDÊNCIAS FORAM DETECTADAS, POR FAVOR ENTRE EM CONTATO ATRAVÉS DOS NOSSOS CANAIS DE ATENDIMENTO ONLINE**  
**Clique e acesse nosso site para obter os endereços dos canais de atendimento**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



## **CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ

**CNPJ:** 05.388.377/0001-83

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:23:16 do dia 27/05/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 26/06/2024.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d





Imprimir

Voltar

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 05.388.377/0001-83

Certidão nº: 36903276/2024

Expedição: 27/05/2024, às 10:23:36

Validade: 23/11/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **05.388.377/0001-83**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: [cndt@tst.jus.br](mailto:cndt@tst.jus.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



# CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correcional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ**

CPF/CNPJ: **05.388.377/0001-83**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

*Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.*

*Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.*

*O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.*

*O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).*

*O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.*

Certidão emitida às 10:23:26 do dia 27/05/2024 , com validade até o dia 26/06/2024.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: 3v01w8ctw13BxRhYJOSb

*Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.*



NOME/RAZÃO SOCIAL <b>FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ</b>				CNPJ <b>05388377000183</b>
Nº DA ESTAÇÃO <b>682710474</b>	SERVIÇO <b>230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada</b>	NAT. SERV.	LATITUDE <b>3° 44' 39.08" S</b>	LONGITUDE <b>38° 30' 36.11" W</b>

<p>ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO</p> <p><b>Avenida Barão de Studart, nº 2360.</b></p>	<p>DISTRITO</p>	
<p>BAIRRO</p> <p><b>Joaquim Távora</b></p>	<p>MUNICÍPIO</p> <p><b>Fortaleza</b></p>	<p>UF</p> <p><b>CE</b></p>

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA:		13/12/2032	
LOCALIDADE PLANO BASICO:			
MUNICIPIO:	Caucaia	UF:	CE
LOCALIDADE:			
FREQUENCIA:	102.3 MHz	CANAL:	272
CLASSE:	A4	COTA BASE DA TORRE:	51
INDICATIVO DA ESTAÇÃO:		ZYS800	
NOME FANTASIA:		NUMPROCESSO:	
CIDADE DA OUTORGA:		Caucaia	
ESTUDIO PRINCIPAL		BAIRRO:	
ENDEREÇO:	Avenida Barão de Studart	Joaquim Távora	
MUNICÍPIO:		UF:	CE
NUMERO:	2360	COMPLEMENTO:	Edifício Torre Empresarial Quixadá
ESTUDIO AUXILIAR			
ENDEREÇO:		BAIRRO:	
MUNICÍPIO:		UF:	-
NUMERO:	-	COMPLEMENTO:	-
CATEGORIA DA ESTAÇÃO:		Principal	
TIPO:		Diretivo	
TRANSMISSOR PRINCIPAL		MODELO:	
FABRICANTE:	MTA Eletrônica Industrial Ltda.	FM10000S	
CÓDIGO:	005730500518	POTÊNCIA:	5.0 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR		MODELO:	
FABRICANTE:		POTÊNCIA:	
CÓDIGO:		kW	
TRANSMISSOR AUXILIAR 2		MODELO:	
FABRICANTE:		POTÊNCIA:	
CÓDIGO:		kW	
ANTENA PRINCIPAL			
FABRICANTE:	INOVATOR ANTENAS	MODELO:	INV-30-4
POLARIZAÇÃO:	Vertical	GANHO:	3.22 dBd
DESCRIÇÃO:	Antena de polarização vertic	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	30 graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	79 m	BEAM TILT:	.00 graus
ANTENA AUXILIAR		MODELO:	
FABRICANTE:		GANHO:	
POLARIZAÇÃO:		ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	
DESCRIÇÃO:		BEAM TILT:	
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	m	dBd	
LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL		graus	
FABRICANTE:	RFS Radio Frequency System	MODELO:	LCF158-50JA A0
LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR		MODELO:	
FABRICANTE:			
RDS			
Código PI:			

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'  
XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 27/05/2024 10:26:12



Autenticado eletronicamente, após conferência com o original	Emitido Em 03/11/2023	Esta licença pode ser validada em <a href="https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0n6C1xITQ1JcQ2xhc3NMAWwNlbmNhQm90MDI0NjY1NDg5ZjM0">https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0n6C1xITQ1JcQ2xhc3NMAWwNlbmNhQm90MDI0NjY1NDg5ZjM0</a> <a href="https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?cd-chef=4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d">https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?cd-chef=4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d</a>
--	--------------------------	---





**PORTARIA Nº 003/2023 DE 02 DE JANEIRO DE 2023**

**REF.: ATO DE CRIAÇÃO DE POLO DE ENSINO A DISTÂNCIA**

a) A Faculdade Escola Sobral de Oliveira - FAESDO, através da Diretoria Acadêmica, no exercício de suas competências institucionais, e de acordo com os ditames legais homologados, institui o presente ato com as seguintes considerações;

b) A LEI 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) estabelece em seu art. 80, que o poder público incentivará o desenvolvimento de programas de ensino a distância em todos os níveis de ensino e que a EAD será organizada com abertura e regimes especiais e oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União;

c) Para ampliar a oferta de cursos de ensino superior no país, o Ministério da Educação (MEC) publicou a portaria que regulamenta o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, melhorar qualidade da atuação regulatória do MEC na área, aperfeiçoando procedimentos, desburocratizando fluxos e reduzindo o tempo de análise e o estoque de processos;

d) A portaria de credenciamento para a modalidade a distância da Faculdade Escola Sobral de Oliveira - FAESDO deu-se pela Portaria MEC nº 434, de 24/06/2021;


e) O conceito de polo de apoio presencial estabelecido no art. 12, X, c, do Decreto nº 5.622, de 2005, que define as seguintes diretrizes: "polo de apoio presencial é a unidade operacional, no País ou no exterior, para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância; (Redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 2007)";

f) Institui o presente ato de instalação de endereço de polo de ensino a distância, conforme os dados abaixo discriminados:

Cidade: Acarape  
Estado: Ceará  
Endereço: Rua Madame Conceição, 23, São Benedito  
CEP: 62.785-000

Cidade: Capistrano  
Estado: Ceará  
Endereço: Rua Cel. Francisco Nunes, 35, Centro  
CEP: 62.748-000

Guaiúba-CE, 02 de janeiro de 2023.



**Danilo Sobral de Oliveira**  
Diretor-Geral  
Faculdade Escola Sobral de Oliveira – FAESDO  
Portaria 001/2019



## PORTARIA Nº 429, DE 24 DE JUNHO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e nas Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 622/2020, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201611138.

Art. 2º Recredenciar a Faculdade do Seridó (FAS), com sede na Rua Prefeito Alcindo Gomes, nº 679, bairro Manoel Salustino, no Município de Currais Novos, no Estado do Rio Grande do Norte, mantida pela Sociedade Seridense de Educação e Cultura S/C Ltda. - EPP, com sede no mesmo Município e Estado (CNPJ 05.439.863/0001-83).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

## PORTARIA Nº 430, DE 24 DE JUNHO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e nas Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 653/2020, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201901973.

Art. 2º Credenciar a Faculdade Menna Barreto (FMB), a ser instalada na Rua Prefeito Odorico Franco Ferreira, nº 654, Centro, no Município de Araucária, no Estado do Paraná, mantida pelo Centro Educacional Menna Barreto Eireli - ME, com sede no Município de São José dos Pinhais, no Estado do Paraná (CNPJ 04.310.392/0001-46).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

## PORTARIA Nº 431, DE 24 DE JUNHO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; no Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017; nas Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018 e na Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 660/2020, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201415277.

Art. 2º Credenciar a Faculdade Cidade de Patos de Minas (FPM), para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede na Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 1.200, Bairro Cidade Nova, no Município de Patos de Minas, no Estado de Minas Gerais, mantida pela Associação Educacional de Patos de Minas - AEPM, com sede no mesmo Município e Estado (CNPJ 03.238.898/0001-29).

Art. 3º As atividades presenciais serão desenvolvidas na sede da instituição e em polos EaD constantes do Cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16, do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 e art. 12, da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

## PORTARIA Nº 432, DE 24 DE JUNHO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; no Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017; nas Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018 e na Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 4/2021, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201801833.

Art. 2º Credenciar a Faculdade Instituto Brasileiro de Ensino (FACIBE), para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede na Rua Silva Jardim, nº 296, Bairro Floresta, no Município de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, mantida pelo IBE - Instituto Brasileiro de Ensino Ltda. - ME, com sede no mesmo Município e Estado (CNPJ 11.458.581/0001-26).

Art. 3º As atividades presenciais serão desenvolvidas na sede da instituição e em polos EaD constantes do Cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16, do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 e art. 12, da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

## PORTARIA Nº 433, DE 24 DE JUNHO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; no Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017; nas Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018 e na Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 1/2021, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201717743.

Art. 2º Credenciar a Faculdade Grau S Ensino Superior, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede na Avenida Conde da Boa Vista, nº 1.245, Bairro Soledade, no Município do Recife, no Estado de Pernambuco, mantida pelo Centro de Ensino Grau T Ltda., com sede no mesmo Município e Estado (CNPJ 24.050.766/0001-49).

Art. 3º As atividades presenciais serão desenvolvidas na sede da instituição e em polos EaD constantes do Cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16, do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 e art. 12, da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

## PORTARIA Nº 434, DE 24 DE JUNHO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; no Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017; nas Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018 e na Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 152/2021, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201906715.

Art. 2º Credenciar a Faculdade Escola Sobral de Oliveira (FAESDO), para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede na Rua Joaquim Dias da Cunha, nº 545, Bairro Francisco Rodrigues Ramos (Santo Antônio), no Município de Guaiúba, no Estado do Ceará, mantida por Danilo Sobral de Oliveira - EIRELI, com sede no Município de Fortaleza, no Estado do Ceará (CNPJ 18.454.197/0001-02).

Art. 3º As atividades presenciais serão desenvolvidas na sede da instituição e em polos EaD constantes do Cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16, do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 e art. 12, da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

## PORTARIA Nº 435, DE 24 DE JUNHO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; no Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017; nas Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018 e na Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 217/2021, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201905608.

Art. 2º Credenciar a Faculdade de Tecnologia Avançada para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede na Rua Desembargador Vicente Miguel, nº 56, bairro Jundiá, no Município de Anápolis, no Estado de Goiás, mantida pelo CEGRAN - Centro de Graduação de Anápolis Ltda., com sede no mesmo Município e Estado (CNPJ 21.406.450/0001-59).

Art. 3º As atividades presenciais serão desenvolvidas na sede da instituição e em polos EaD constantes do Cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16, do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 e art. 12, da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

## DESPACHO DE 24 DE JUNHO DE 2021

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, homologo o Parecer CNE/CES nº 282/2020, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que votou favoravelmente à convalidação dos estudos realizados por Isadora Martins, no curso superior de Odontologia, bacharelado, ministrado pelo Centro Universitário de Anápolis - Unievangelica, com sede no município de Anápolis, no estado de Goiás, mantido pela Associação Educativa Evangélica, com sede no mesmo município e estado, conforme consta no Processo nº 23001.000346/2020-55.

MILTON RIBEIRO  
Ministro de Estado

## DESPACHO DE 24 DE JUNHO DE 2021

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, homologo o Parecer CNE/CES nº 206/2020, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que votou favoravelmente à convalidação de estudos realizados por Adriana Nogueira de Moraes, no curso superior de Pedagogia, no período de 2011 a 2019, ministrado pela Universidade Cidade de São Paulo - UNICID, com sede no município de São Paulo, no estado de São Paulo, mantida pela Sociedade Educacional Cidade de São Paulo - SECID Ltda., com sede no mesmo município e estado, conforme consta no Processo nº 23001.000078/2020-71.

MILTON RIBEIRO  
Ministro de Estado

## DESPACHO DE 24 DE JUNHO DE 2021

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, homologo o Parecer CNE/CES nº 236/2021, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação - CES/CNE, que conheceu do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos do Despacho SERES nº 178/2020, que limitou o ingresso de novos alunos no curso superior de Biomedicina, bacharelado, e suspendeu a abertura de novos cursos de graduação e pós-graduação, da Faculdade de Ciências Biomédicas do Espírito Santo, com sede na Rua Bolívar de Abreu, nº 48, Bairro Campo Grande, no município de Cariacica, no estado do Espírito Santo, mantida pela Associação de Ensino Integrado e Organizado Universitário, com sede no mesmo município e estado, conforme consta do Processo nº 23709.000220/2019-80.

MILTON RIBEIRO  
Ministro de Estado

## DESPACHOS DE 24 DE JUNHO DE 2021

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, homologo o Parecer CNE/CES nº 509/2020, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que indeferiu o pedido de credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da RATIO - Faculdade Teológica e Filosófica, com sede na Avenida Visconde do Rio Branco, nº 2.801, bairro Joaquim Távora, no Município de Fortaleza, no Estado do Ceará, mantida pelo Centro de Ensino Superior Ratio Ltda., com sede no mesmo Município e Estado, CNPJ 03.529.230/0001-30, conforme Processo e-MEC nº 201716980.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, homologo o Parecer CNE/CES nº 153/2021, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que indeferiu o pedido de credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Faculdade Porto União (FPU) com sede à Rua Nossa Senhora do Bom Conselho, nº 351, Bairro Chácara Nossa Senhora do Bom Conselho, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, mantida pela Moscato Educação Superior EIRELI - EPP, com sede no mesmo Município e Estado, CNPJ 20.621.394/0001-02, conforme Processo e-MEC nº 201714666.

MILTON RIBEIRO  
Ministro



Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		05.388.377/0001-83									
FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ARISTIDES SALES PEREIRA	<a href="#">036.919.063-70</a>	FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ	<a href="#">05.388.377/0001-83</a>	Diretor (SECRETÁRIO)	0	--	--	FM	--	CE	Caucaia
SHIRLEY ALMEIDA PEREIRA MAGALHÃES	<a href="#">567.364.013-72</a>	FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ	<a href="#">05.388.377/0001-83</a>	Diretor (TESOUREIRA)	0	--	--	FM	--	CE	Caucaia
THALYTA SALES PEREIRA	<a href="#">036.948.263-86</a>	FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ	<a href="#">05.388.377/0001-83</a>	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	CE	Caucaia

Usuário: -

Data: 27/05/2024

Hora: 11:01:22





Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição**

menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

### Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		036.919.063-70									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ARISTIDES SALES PEREIRA	<a href="#">036.919.063-70</a>	FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ	<a href="#">05.388.377/0001-83</a>	Diretor (SECRETÁRIO)	0	--	--	FM	--	CE	Caucaia

Usuário: -

Data: 27/05/2024

Hora: 11:01:40



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>





Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		567.364.013-72									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
SHIRLEY ALMEIDA PEREIRA MAGALHÃES	<a href="#">567.364.013-72</a>	FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ	<a href="#">05.388.377/0001-83</a>	Diretor (TESOUREIRA)	0	--	--	FM	--	CE	Caucaia

Usuário: -      Data: **27/05/2024**      Hora: **11:01:46**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>



Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		036.948.263-86									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
THALYTA SALES PEREIRA	<a href="#">036.948.263-86</a>	FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ	<a href="#">05.388.377/0001-83</a>	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	CE	Caucaia

Usuário: -      Data: 27/05/2024      Hora: 11:01:53



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Processo:	53115.020282/2022-54				
Interessada:	FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ		CNPJ:	05.388.377/0001-83	
Tipo jurídico:	Fundação de Direito Privado				
Município/UF	Caucaia/CE	Serviço:	radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos - FME		
Data de recebimento da notificação (90 dias): - Base Legal: <a href="#">Art. 4º, §3º, da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972;</a>	-	Data do protocolo do pedido de renovação de outorga): - Base Legal: <a href="#">Art. 4º, caput, da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972.</a>	25/07/2022	Período a ser renovado:	17/11/2023 a 17/11/2033

Documentos	SEI nº	Observações
1. Requerimento de renovação de outorga assinado pelo atual dirigente: Base legal: <a href="#">Art. 113, caput, do Decreto nº 52.795, de 1963;</a> Anexo XIII, XIV e XV da <a href="#">Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023</a>	10230514 pgs.2,3 25/07/2022 Thalyta Sales Pereira	- Contém todas as declarações conforme Anexo XV da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023 (11088892) assinada pelos atuais diretores;  <input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.

Documentos	SEI nº	Observações
2. Ata de Eleição dos dirigentes, registrada; - Base Legal: <a href="#">Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963</a>	10230514 pgs.12-15	- Estatuto: 10230514 pgs.6-11 - Mandato 2022 a 2027 <input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
3. Certidão emitida pelo órgão de registro; - Base Legal: <a href="#">Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963</a>	10230514 pgs.29-31	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
4. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, de maioridade e inscrição no CPF - Base Legal: <a href="#">Art. 222, § 1º, da Constituição Federal.</a> <a href="#">Art. 15 § 3º do Decreto nº 52.795, de 1963</a>	Presidente Thalyta Sales Pereira 10230514 pg.32  Secretário Aristides Sales Pereira 10230514 pg.33  Tesoureira Shirley Almeida Pereira Magalhães 10230514 pg.34	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.

Documentos da Intuição de Ensino Superior	SEI nº	Observações
5. Instrumento jurídico (contrato, convênio, termo de parceria, etc.) que comprove a vinculação de fundação de natureza privada com instituição de ensino ou com o Município onde o serviço é executado; - Base Legal: Art. 138, caput e §§ 5º e 6º da <a href="#">Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023.</a>	10230514 pgs.16-18	O documento apresentado contém todos os itens obrigatórios dispostos no Art. 138, caput e §§ 5º e 6º da <a href="#">Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023;</a> <input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
6. Documento de identificação do representante da IES; - Base Legal: Art. 138, caput e §§ 5º e 6º da <a href="#">Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023.</a>	10230514 pgs.19	Documento que comprova a legitimidade do representante legal: link <input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
7. Comprovante de credenciamento junto ao Mec - <a href="#">e-Mec</a> ; - Base Legal: Art. 138, caput e §§ 5º e 6º da <a href="#">Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023.</a>	11547503, 10280886	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.

Documentos	SEI nº	Observações
8. <a href="#">CNPJ</a> ; - Base Legal: <a href="#">Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963</a>	11547292 pg.1 Emitida em 27/05/2024	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
9. <a href="#">Fazenda Federal</a> ; - Base Legal: <a href="#">Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963</a>	11547292 pg.2	<input type="checkbox"/> De acordo. <input checked="" type="checkbox"/> Pendência.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

10. Fazenda Estadual; - Base Legal: <a href="#">Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963</a>	11547292 pg.3 Válida até 26/07/2024	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
11. Fazenda Municipal; - Base Legal: <a href="#">Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963</a>	11547292 pg.4	<input type="checkbox"/> De acordo. <input checked="" type="checkbox"/> Pendência.
12. <a href="#">Fistel</a> ; - Base Legal: <a href="#">Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963</a>	11547292 pg.5 Válida até 26/06/2024.	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
13. <a href="#">FGTS</a> ; - Base Legal: <a href="#">Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963</a>	-	<input type="checkbox"/> De acordo. <input checked="" type="checkbox"/> Pendência.
14. <a href="#">Justiça do Trabalho</a> ; - Base Legal: <a href="#">Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963</a>	11547292 pg.7 Válida até 23/11/2024	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
15. <a href="#">Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)</a> .	11547292 pg.8 Válida até 26/06/2024	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.

Documentos	SEI nº	Observações
16. Portaria de Outorga/Decreto Presidencial - <a href="#">DOU</a> ;	10280815	Portaria 2.795, de 11 de dezembro de 2002, publicado no DOU de 13 de dezembro de 2002
17. Decreto Legislativo- <a href="#">DOU</a> ;	10280852	Decreto Legislativo nº 854 de 2003, publicado no DOU de 17 de novembro de 2003
18. Contrato com a União - <a href="#">DOU</a> ;	-	-
19. Licença de funcionamento da estação - <a href="#">Mosaico - Licenciamento</a> ; - Base Legal: Art. 16, §§ 7º ao 10, da <a href="#">Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023</a> .	11547296	Emitida em 03/11/2023; Válida até 13/12/2032 <input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência

Documentos	SEI nº	Observações
20. Relatório do Canal - <a href="#">Mosaico</a> ;	link	-
21. Relatório de apuração de infrações - CGFM;	link	-
22. Limites - <a href="#">Siacco</a> ; - Base Legal: <a href="#">Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967</a>	11547593	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência

Observações Adicionais

Conclusão
A documentação apresentada <b>não está em conformidade</b> com o disposto na legislação, não sendo possível a proposição do deferimento.



Documento assinado eletronicamente por **Heitor dos Santos Costa Pereira, Assistente**, em 28/05/2024, às 18:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11547367** e o código CRC **E4A105E8**.

Referência: Processo nº 53115.020282/2022-54

SEI nº 11547367



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária

OFÍCIO Nº 18393/2024/MCOM

Brasília, 27 de maio de 2024.

À Senhora

**Thalyta Sales Pereira**

Representante Legal da FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ

Inscrição no CNPJ nº 05.388.377/0001-83

PV Taquara 1 Lote 16

CEP: 61685-000 / Caucaia - CE

Assunto: **Processo nº 53115.020282/2022-54. Solicitação de documentos relacionados à renovação da outorga.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Informo que, após análise da documentação acostada ao processo em referência, que trata da renovação da outorga para o serviço de radiodifusão, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Caucaia, estado do Ceará, foi constatada a necessidade de saneamento das seguintes pendências, conforme *Checklist* (11547367):

- **Certidão Negativa da Receita Federal/PGFN** em relação à entidade, para comprovar a regularidade perante a Fazenda Federal, nos termos do art. 113, inciso VI do [Decreto nº 52.795, de 1963](#).
- **Certidão Negativa da Receita Municipal** em relação à entidade, para comprovar a regularidade perante a Fazenda Municipal, nos termos do art. 113, inciso VI do [Decreto nº 52.795, de 1963](#).
- **Certidão Negativa do FGTS** em relação à entidade, para comprovar a regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, nos termos do art. 113, inciso VIII do [Decreto nº 52.795, de 1963](#).

2. A documentação deverá ser encaminhada **exclusivamente** pelo Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>. Ressalto que, para fins de peticionamento no Sistema, é necessário possuir cadastro no Portal [gov.br](https://gov.br) (caso não possua, é possível solicitá-lo em <https://acesso.gov.br/>).

3. Mais informações sobre o Protocolo Digital podem ser obtidas em: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/acesso-a-informacao/processo-eletronico/protocolo-digital>.

4. **Na resposta, devem ser mencionados o número deste Ofício e do processo em referência (53115.020282/2022-54), condição para que o pleito seja analisado.**

5. Para atender esta notificação, fica estabelecido o **prazo de 30 (trinta) dias**, contados a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação.

6. Caso haja necessidade de prorrogação de prazo, a entidade deverá se atentar a apresentar o pedido, devidamente fundamentado, antes do final do prazo concedido neste Ofício. Caso contrário, o pedido será considerado intempestivo e poderá resultar no arquivamento ou indeferimento do processo, conforme o caso, além de outras implicações legais.

7. Por fim, este Órgão permanece à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Endereço de correspondência: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, térreo - Brasília/DF - CEP 70.044-902

Telefone: (61) 2027-6781 - <https://www.gov.br/mcom>



to assinado por delegação, na forma da [Portaria nº 11.091, de 16 de novembro de 2023](#), publicada no Diário Oficial da União de 20

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

de novembro de 2023.

**Anexos:**

*Checklist* (11547367).



Documento assinado eletronicamente por **Heitor dos Santos Costa Pereira, Assistente**, em 28/05/2024, às 18:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11547598** e o código CRC **930AE81A**.

Referência: Processo nº 53115.020282/2022-54

Documento nº 11547598



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

**Data de Envio:**

29/05/2024 10:26:03

**De:**

MCOM/Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária <copec@mcom.gov.br>

**Para:**

fundacaoterradaluz@gmail.com  
leonar@daterranet.com.br  
lmcradiodifusao@gmail.com  
fundacaoculturalterradaluz@gmail.com

**Assunto:**

MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

**Mensagem:**

À Senhora

Thalyta Sales Pereira

Representante Legal da FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ

Inscrição no CNPJ nº 05.388.377/0001-83

PV Taquara 1 Lote 16

CEP: 61685-000 / Caucaia - CE

Assunto: Encaminhamento de Ofício referente à análise do processo nº 53115.020282/2022-54

Senhor Representante Legal,

Cumprimentando-o, cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar o Ofício nº 18393/2024/SEI-MCOM, referente à análise do processo nº 53115.020282/2022-54

Dessa forma, solicitamos que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:

Protocolo Digital do MCom (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).

Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.

Atenciosamente,

**Anexos:**

Oficio\_11547598.html  
Checklist\_11547367.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

Id solicitação: 57dbac14a46cc

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ	
<b>Nome Fantasia:</b>	
<b>Telefone:</b> (85) 34845173	<b>E-mail:</b> villadocondefm@gmail.com
<b>CNPJ:</b> 05.388.377/0001-83	<b>Número do Fistel:</b> 50012913308
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 17/11/2003	<b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	<b>Categoria da Estação:</b> Principal
<b>Val. RF:</b> 13/12/2032	
<b>Observações:</b> ATO 28.588/2002;ATO 49.438/2005;ATO Nº 53.979, DE 10/11/2005, PUBLICADO NO DOU. DE 11/11/2005.	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> SÍTIO SANTA HELENA	<b>Complemento:</b> L. BANANA	
<b>Bairro:</b> GUAGIRU	<b>Numero:</b> S/Nº	
<b>Município:</b> Caucaia	<b>UF:</b> CE	<b>CEP:</b> 61600000

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b> Rua Gonçalves Ledo	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Praia de Iracema	<b>Numero:</b> 172	
<b>Município:</b> Fortaleza	<b>UF:</b> CE	<b>CEP:</b> 60060325

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> Avenida Barão de Studart	<b>Complemento:</b> Edifício Torre Empresarial Quixadá	
<b>Bairro:</b> Joaquim Távora	<b>Numero:</b> 2360	
<b>Município:</b> Fortaleza	<b>UF:</b> CE	<b>CEP:</b> 60120002

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> Avenida Barão de Studart	<b>Complemento:</b> Edifício Torre Empresarial Quixadá	
<b>Bairro:</b> Joaquim Távora	<b>Numero:</b> 2360	
<b>Município:</b> Fortaleza	<b>UF:</b> CE	<b>CEP:</b> 60120002

Endereço do Estúdio Auxiliar		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b> -	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Caucaia	<b>UF:</b> CE

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 272	<b>Frequência:</b> 102.3 MHz	<b>Classe:</b> A4	<b>ERP Máxima:</b> 9.078kW
<b>HCI:</b> 79 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 2

## Informações da Estação



24/11/2021 eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>



Informações Gerais	
Número da Estação: 682710474	Número Indicativo: ZYS800
Data Último Licenciamento: 03/11/2023	Número da Licença: 53500.094663/2023-15

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 3° 44' 39.08" S	Longitude: 38° 30' 36.11" W	Cota da base: 51 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 005730500518	Modelo: FM10000S
Fabricante: MTA Eletrônica Industrial Ltda.	Potência de Operação: 5.0 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF158-50JA A0	Fabricante: RFS Radio Frequency System		
Comprimento da Linha: 20.00 m	Atenuação: 0.649 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: INV-30-4	Fabricante: INOVATOR ANTENAS				
Ganho: 3.22 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 30 °	Polarização: Vertical	HCI: 79 m	ERP Máxima: 9.08 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 3.22	5°: 3.48	10°: 3.74	15°: 4.01	20°: 4.29	25°: 4.44	30°: 4.58	35°: 4.88	40°: 5.04	45°: 5.19	50°: 5.35	55°: 5.51
60°: 5.68	65°: 5.85	70°: 5.85	75°: 6.02	80°: 6.02	85°: 6.02	90°: 6.02	95°: 6.02	100°: 6.02	105°: 6.02	110°: 5.85	115°: 5.85
120°: 5.68	125°: 5.51	130°: 5.35	135°: 5.19	140°: 5.04	145°: 4.73	150°: 4.44	155°: 4.15	160°: 4.01	165°: 3.74	170°: 3.48	175°: 3.35
180°: 3.1	185°: 2.85	190°: 2.62	195°: 2.38	200°: 2.16	205°: 1.94	210°: 1.62	215°: 1.41	220°: 1.21	225°: 1.01	230°: 0.92	235°: 0.72
240°: 0.54	245°: 0.35	250°: 0.26	255°: 0.18	260°: 0.09	265°: 0.09	270°: 0	275°: 0.09	280°: 0.18	285°: 0.26	290°: 0.35	295°: 0.45
300°: 0.54	305°: 0.63	310°: 0.82	315°: 1.01	320°: 1.21	325°: 1.41	330°: 1.62	335°: 1.94	340°: 2.27	345°: 2.5	350°: 2.73	355°: 2.97

Coordenadas por radial											
0°: Lat 3°33'9.05'' S Lon 38°3 0'36.11'' W	5°: Lat 3°33'21.12'' S Lon 38° 29'36.68'' W	10°: Lat 3°33'38.21'' S Lon 38° 28'39.35'' W	15°: Lat 3°34'0.04'' S Lon 38°2 7'44.55'' W	20°: Lat 3°34'21.85'' S Lon 38° 26'51.02'' W	25°: Lat 3°34'52.37'' S Lon 38° 26'1.99'' W	30°: Lat 3°35'22.55'' S Lon 38° 25'14.17'' W	35°: Lat 3°36'0.44'' S Lon 38°2 4'32.25'' W	40°: Lat 3°36'37.69'' S Lon 38° 23'51.39'' W	45°: Lat 3°37'18.07'' S Lon 38° 23'14.24'' W	50°: Lat 3°38'7.32'' S Lon 38°2 2'48.33'' W	55°: Lat 3°38'52.22'' S Lon 38° 22'19.79'' W
60°: Lat 3°39'41.45'' S Lon 38° 21'59.61'' W	65°: Lat 3°40'31.51'' S Lon 38° 21'44.19'' W	70°: Lat 3°41'18.72'' S Lon 38° 21'24.59'' W	75°: Lat 3°42'8.67'' S Lon 38°2 1'13.77'' W	80°: Lat 3°42'58.98'' S Lon 38° 38'21'7.45'' W	85°: Lat 3°43'48.81'' S Lon 38° 38'21'0.87'' W	90°: Lat 3°44'39.03'' S Lon 38° 20'58.66'' W	95°: Lat 3°45'28.84'' S Lon 38° 38'21'5.58'' W	100°: Lat 3°46'18.27'' S Lon 38° 38'21'12.1'' W	105°: Lat 3°47'6.94'' S Lon 38° 38'21'22.9'' W	110°: Lat 3°47'59.36'' S Lon 38° 21'24.52'' W	115°: Lat 3°48'46.57'' S Lon 38° 38'21'44.1'' W
120°: Lat 3°49'31.89'' S Lon 38° 38'22'7.74'' W	125°: Lat 3°50'9.55'' S Lon 38°2 2'43.04'' W	130°: Lat 3°50'52.49'' S Lon 38° 23'10.06'' W	135°: Lat 3°51'33.21'' S Lon 38° 23'41.01'' W	140°: Lat 3°52'15'' S Lon 38°24' 12.65'' W	145°: Lat 3°52'42.73'' S Lon 38° 24'56.67'' W	150°: Lat 3°53'18.62'' S Lon 38° 25'35.45'' W	155°: Lat 3°53'51.39'' S Lon 38° 26'17.96'' W	160°: Lat 3°54'2.83'' S Lon 38°2 7'10.44'' W	165°: Lat 3°54'32.31'' S Lon 38° 27'56.78'' W	170°: Lat 3°54'53.25'' S Lon 38° 28'47.56'' W	175°: Lat 3°55'0.35'' S Lon 38°2 9'41.63'' W
180°: Lat 3°55'16.95'' S Lon 38° 30'36.11'' W	185°: Lat 3°55'19.25'' S Lon 38° 31'32.25'' W	190°: Lat 3°55'16.6'' S Lon 38°3 2'28.78'' W	195°: Lat 3°55'22.7'' S Lon 38°3 3'28.97'' W	200°: Lat 3°54'56.3'' S Lon 38°3 4'21.28'' W	205°: Lat 3°54'34.37'' S Lon 38° 35'14.35'' W	210°: Lat 3°54'12.01'' S Lon 38° 38'36'7.67'' W	215°: Lat 3°53'41'' S Lon 38°36' 56.45'' W	220°: Lat 3°53'16.75'' S Lon 38° 37'51.51'' W	225°: Lat 3°52'33.56'' S Lon 38° 38'31.71'' W	230°: Lat 3°51'59.54'' S Lon 38° 39'22.27'' W	235°: Lat 3°51'20.26'' S Lon 38° 40'10.42'' W
240°: Lat 3°50'28.78'' S Lon 38° 40'43.27'' W	245°: Lat 3°49'40.66'' S Lon 38° 41'24.43'' W	250°: Lat 3°48'44.75'' S Lon 38° 41'52.77'' W	255°: Lat 3°47'47.42'' S Lon 38° 42'20.83'' W	260°: Lat 3°46'47.06'' S Lon 38° 42'43.95'' W	265°: Lat 3°45'44.1'' S Lon 38° 38'43'1.82'' W	270°: Lat 3°44'38.99'' S Lon 38° 43'18.91'' W	275°: Lat 3°43'33.48'' S Lon 38° 38'43'6.52'' W	280°: Lat 3°42'29.29'' S Lon 38° 42'53.25'' W	285°: Lat 3°41'26.91'' S Lon 38° 42'34.51'' W	290°: Lat 3°40'25.16'' S Lon 38° 42'14.99'' W	295°: Lat 3°39'27.35'' S Lon 38° 41'45.84'' W
300°: Lat 3°38'25.54'' S Lon 38° 41'24.29'' W	305°: Lat 3°37'27.87'' S Lon 38° 40'53.09'' W	310°: Lat 3°36'26.71'' S Lon 38° 38'40'24'' W	315°: Lat 3°35'37.45'' S Lon 38° 39'38.76'' W	320°: Lat 3°34'55.95'' S Lon 38° 38'46.34'' W	325°: Lat 3°34'19.42'' S Lon 38° 37'50.82'' W	330°: Lat 3°33'52.19'' S Lon 38° 38'36'50.3'' W	335°: Lat 3°33'30.7'' S Lon 38°3 5'48.38'' W	340°: Lat 3°33'19.46'' S Lon 38°3 34'43.95'' W	345°: Lat 3°33'5.07'' S Lon 38°3 3'42.43'' W	350°: Lat 3°33'0.85'' S Lon 38°3 2'39.46'' W	355°: Lat 3°33'2.22'' S Lon 38°3 1'37.19'' W

Distância por radial											
0°: 21.31	5°: 21.02	10°: 20.73	15°: 20.43	20°: 20.29	25°: 20	30°: 19.85	35°: 19.56	40°: 19.41	45°: 19.26	50°: 18.82	55°: 18.68



60°: 18.38	65°: 18.09	70°: 18.09	75°: 17.94	80°: 17.8	85°: 17.8	90°: 17.8	95°: 17.65	100°: 17.65	105°: 17.65	110°: 18.09	115°: 18.09
120°: 18.09	125°: 17.8	130°: 17.94	135°: 18.09	140°: 18.38	145°: 18.24	150°: 18.53	155°: 18.82	160°: 18.53	165°: 18.97	170°: 19.26	175°: 19.26
180°: 19.7	185°: 19.85	190°: 20	195°: 20.58	200°: 20.29	205°: 20.29	210°: 20.43	215°: 20.43	220°: 20.87	225°: 20.73	230°: 21.17	235°: 21.61
240°: 21.61	245°: 22.05	250°: 22.19	255°: 22.49	260°: 22.78	265°: 23.07	270°: 23.51	275°: 23.22	280°: 23.07	285°: 22.92	290°: 22.92	295°: 22.78
300°: 23.07	305°: 23.22	310°: 23.66	315°: 23.66	320°: 23.51	325°: 23.36	330°: 23.07	335°: 22.78	340°: 22.34	345°: 22.19	350°: 21.9	355°: 21.61

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 9.08 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	2795	Portaria	MC	11/12/2002	13/12/2002	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	454	Portaria	SSCE	09/10/2006	11/12/2006	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	854	Decreto Legislativo	CN	14/11/2003	17/11/2003	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
535600018032004	44903	Ato	ER	22/06/2004	24/06/2004	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	159	Portaria	SSCE	06/05/2005	09/05/2005	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
53560002906/2011-41	1580	Portaria	MC	09/04/2015	27/07/2015	Multa	Jurídico
	8834626	Ato	ORLE	20/07/2022			

Horário de funcionamento							





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 05.388.377/0001-83 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 26/08/2002</div>	
<div>NOME EMPRESARIAL FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ</div>			
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****</div>	<div>PORTE DEMAIS</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 306-9 - Fundação Privada</div>			
<div>LOGRADOURO LOT PV TAQUARA 1</div>	<div>NÚMERO SN</div>	<div>COMPLEMENTO LOTE 16</div>	
<div>CEP 61.685-000</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO TAQUARA</div>	<div>MUNICÍPIO CAUCAIA</div>	<div>UF CE</div>
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO</div>	<div>TELEFONE (85) 3484-5173</div>		
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>			
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>			
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 01/07/2024 às 10:52:03 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ**  
**CNPJ: 05.388.377/0001-83**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 15:29:51 do dia 27/06/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 24/12/2024.

Código de controle da certidão: **311B.A346.36FC.BB07**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d





**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
Procuradoria Geral do Estado

**Certidão Negativa de Débitos Estaduais**  
202408204369

**Emitida para os efeitos da Instrução Normativa Nº 13 de 02/03/2001**

IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE
<b>Inscrição Estadual:</b> *****
<b>CNPJ / CPF:</b> 05388377000183
<b>RAZÃO SOCIAL:</b>

Ressalvado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para fins de direito, que revendo os registros do Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual - CADINE, verificou-se nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para constar, foi emitida esta certidão.

**EMITIDA VIA INTERNET EM 01/07/2024 ÀS 10:56:09**  
**VÁLIDA ATÉ 30/08/2024**

**A autenticidade deste documento deverá ser comprovada via Internet, no endereço**  
**[www.sefaz.ce.gov.br](http://www.sefaz.ce.gov.br)**

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



Imprimir

**GOVERNO MUNICIPAL DE CAUCAIA**  
**SECRETARIA DE FINANÇAS, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO****CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS**  
**CERTIDÃO N 014643/ 2024****DADOS DO CONTRIBUINTE**

Contribuinte	CPF/CNPJ
<b>FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ</b>	<b>05.388.377/0001-83</b>
Endereço	Bairro
<b>LOC. DE PV TAQUARA 01 - LOTE 16, -</b>	<b>LOC. DE PV TAQUARA</b>
Cidade	UF CEP
<b>CAUCAIA</b>	<b>CE 61.685-000</b>

Certificamos, para os devidos fins, que o(a) requerente acima qualificado(a) encontra-se quite com os tributos municipais até a presente data, ressalvado porém, o direito da Secretaria de Finanças e Planejamento de inscrever e cobrar as dividas que venham a ser apuradas, na forma de legislação em vigor. Válida para todos os fins.

Caucaia-CE, 27 de junho de 2024 (09:17:12)

Certidão expedida gratuitamente com base no Decreto n 254, de 25 de janeiro de 2011.  
A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada obrigatoriamente no site da SEFIN (<http://www.sefin.caucaia.ce.gov.br>).

Valido até **90 dias a partir da data de expedição, apresentada RASURA a CERTIDÃO e NULA.**

**CERTIDÃO EMITIDA VIA INTERNET**  
**<http://www.sefin.caucaia.ce.gov.br>**

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d





## **CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ

**CNPJ:** 05.388.377/0001-83

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 16:38:59 do dia 29/07/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 28/08/2024.

Certidão expedida gratuitamente.

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

[Voltar](#)[Imprimir](#)

### Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 05.388.377/0001-83

**Razão Social:** FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ

**Endereço:** R SITIO SANTA HELENA S/N GUAGIRU / CENTRO / CAUCAIA / CE / 61600-970

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 28/07/2024 a 26/08/2024

**Certificação Número:** 2024072801351345824625

Informação obtida em 29/07/2024 16:39:13

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 05.388.377/0001-83

Certidão nº: 46077143/2024

Expedição: 01/07/2024, às 10:52:18

Validade: 28/12/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **05.388.377/0001-83**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Dúvidas e sugestões: [cndt@tst.jus.br](mailto:cndt@tst.jus.br)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



# CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ**

CPF/CNPJ: **05.388.377/0001-83**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

*Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.*

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 16:38:13 do dia 29/07/2024 , com validade até o dia 28/08/2024.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: xKuX95jZeTKVq2SEnrSr

*Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

**Data de Envio:**

01/07/2024 11:07:16

**De:**

MCOM/Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária <copec@mcom.gov.br>

**Para:**

cgfm <cgfm@mcom.gov.br>  
inez.franca@mcom.gov.br  
karina.menezes@mcom.gov.br

**Assunto:**

Consulta - CGFM

**Mensagem:**

Processo nº: 53115.020282/2022-54

Assunto: Solicitação de informações de sanção (processo) de cassação de outorga (FM educativa)

Prezados senhores,

1. Cumprimentando-os, cordialmente, e visando instruir processo de renovação de outorga do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, em trâmite nesta coordenação, solicito à gentileza de nos informar quanto à existência de:

1.1 Condenação de cassação da outorga associada à FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ, CNPJ nº 05.388.377/0001-83, que executa o serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Caucaia, estado do Ceará.

1.2 Processo(s) de apuração de infração em trâmite que possa(m) resultar na aplicação de sanção de cassação da outorga em relação a interessada indicada acima; e

1.3 Processo de apuração de infração, com decisão administrativa transitada em julgado, cujo objeto verse sobre operação clandestina de serviço de radiodifusão e esteja relacionado à referida interessada.

2. Ademais, peço-lhes que a resposta seja encaminhada para os seguintes e-mails:

2.1 copec@mcom.gov.br associada à Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária.

2.2 heitor.pereira@mcom.gov.br - associado ao servidor Heitor dos Santos C Pereira

3. Desde já agradeço a ajuda e, colocamo-nos à disposição.

Atenciosamente,

Heitor dos S. C. Pereira

Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária - COPEC

**Anexos:**

Relatorio\_11609233\_relatorio\_canal.pdf



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

## RE: Consulta - CGFM

**De:** Inez Joffily França [inez.franca@mcom.gov.br](mailto:inez.franca@mcom.gov.br)  
**Para:** COPEC [COPEC@mcom.gov.br](mailto:COPEC@mcom.gov.br)  
**Cc:** Heitor dos Santos C Pereira [heitor.pereira@mcom.gov.br](mailto:heitor.pereira@mcom.gov.br)  
**Enviado:** segunda-feira, 1 de julho 11:31

Processo nº: 53115.020282/2022-54

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ, CNPJ nº 05.388.377/0001-83, que executa o serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Caucaia, estado do Ceará, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

**De:** MCOM/Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária  
<[copec@mcom.gov.br](mailto:copec@mcom.gov.br)>

**Enviado:** segunda-feira, 1 de julho de 2024 11:07

**Para:** cgfm <[cgfm@mcom.gov.br](mailto:cgfm@mcom.gov.br)>; Inez Joffily França <[inez.franca@mcom.gov.br](mailto:inez.franca@mcom.gov.br)>; Karina César da Silveira Santos Menezes <[karina.menezes@mcom.gov.br](mailto:karina.menezes@mcom.gov.br)>

**Assunto:** Consulta - CGFM

Processo nº: 53115.020282/2022-54

Assunto: Solicitação de informações de sanção (processo) de cassação de outorga (FM educativa)

Prezados senhores,

1. Cumprimentando-os, cordialmente, e visando instruir processo de renovação de outorga do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, em trâmite nesta coordenação, solicito à gentileza de nos informar quanto à existência de:

1.1 Condenação de cassação da outorga associada à FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ, CNPJ nº 05.388.377/0001-83, que executa o serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Caucaia, estado do Ceará.

1.2 Processo(s) de apuração de infração em trâmite que possa(m) resultar na aplicação de sanção de cassação da outorga em relação a interessada indicada acima; e

1.3 Processo de apuração de infração, com decisão administrativa transitada em julgado, cujo objeto verse sobre ope



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



2. Ademais, peço-lhes que a resposta seja encaminhada para os seguintes e-mails:

2.1 [copec@mcom.gov.br](mailto:copec@mcom.gov.br) associada à Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária.

2.2 [heitor.pereira@mcom.gov.br](mailto:heitor.pereira@mcom.gov.br) - associado ao servidor Heitor dos Santos C Pereira

3. Desde já agradeço a ajuda e, colocamo-nos à disposição.

Atenciosamente,

Heitor dos S. C. Pereira

Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária - COPEC



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**PARECER REFERENCIAL n. 00004/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP:** 00738.000083/2024-06

**INTERESSADO:** Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

**ASSUNTO:** Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos

**Ementa:** PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000083/2024-06. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS. ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) nº 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) nº 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos;

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

**I – RELATÓRIO**

1. Por meio do **Ofício Interno nº 47635/2023/MCOM**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos, com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio da **COTA n.º 00195/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, solicitou informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos (SEI - **11378839**):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, com fins exclusivamente educativos.

2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, com fins exclusivamente educativos, é necessário consultar à SECOE sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, **com fins exclusivamente educativos** permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União (AGU), por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

*ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.*

*O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:*

*I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.*

*II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e

b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja **grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos**. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da AGU foquem em questões de natureza mais complexa.

6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, **com fins exclusivamente educativos**, pode ser enquadrada nos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos.

8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora **com fins exclusivamente educativos**, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.

9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos (SEI - **11388447**):

(...)

2. Em atenção ao solicitado pela d. Consultoria Jurídica por meio da Cota nº 00195/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, informa-se que atualmente existem 567 processos de renovação de outorga de radiodifusão educativa em trâmite nesta Secretaria, sendo 463 referentes ao serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (FM) e 104 referentes ao serviço de radiodifusão de sons e imagens (TV).

3. Deste modo, considerando o quantitativo de processos de renovação de outorgas de rádio e tv em caráter educativo em trâmite nessa Pasta, entende-se que a expedição de Parecer Referencial contribuirá para o melhor andamento das atividades no setor.

4. Por fim, esta Secretaria permanece à disposição para quaisquer eventuais esclarecimentos e/ou questionamentos adicionais.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora com fins exclusivamente educativos**. Portanto, a MJR **não** trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de **sons e imagens**, assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial) ou comunitária.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** com fins exclusivamente educativos, aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

## II – FUNDAMENTAÇÃO

### II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

#### ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a **dispensa da apreciação individualizada** pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há **ganho de eficiência**, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a **uniformização** da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da **celeridade** e da **economicidade administrativa**.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o **volume de processos com matéria repetida**; e (ii) a **natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos**.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no **art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022**, que disciplina a utilização da MJR:

**Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022**

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos, que é superior a quatrocentos e sessenta processos (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), além dos pedidos administrativos posteriores que poderão apresentados sobre o mesmo assunto, tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. **A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve tar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>



bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

**Enunciado nº 7**

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. **É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos.**

20. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com **validade de dois anos**, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

## **II.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS**

### **II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS**

21. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea "a", art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea "d", art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

22. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea "a", do CBT).

23. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967, com redação pela Lei nº 14.812, de 2024).

24. A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

25. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

### **II.2.2 - ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS**

26. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR; art. 152 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 02 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União em 02 de junho de 2023).

27. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

28. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.



29. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de preempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

30. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas preempas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

31. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de preempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

32. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022.

33. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

Regra de tempestividade	Base legal
(I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016.
(II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785), devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados nos 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757, de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017.
(III) Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas preempas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.	Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14.351, de 2022.
(IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022).	Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022.

34. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

35. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. Apenas podem prestar o serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos: i) estados, Distrito Federal e municípios; ii) instituições de educação superior (IES), credenciadas pelo Ministério da Educação (MEC), inclusive aquelas que estão sob a condição de mantidas (universidades, centros universitários e faculdades); iii) fundações de direito privado.



público e de direito privado (vide art. 136, incisos I, II e III, § 1º, incisos I, II e III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

36. Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente formalizado, ou registrado em Cartório, quando for o caso; iii) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ; iv) cópia do certificado de licença para funcionamento da estação; v) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, se for caso (sociedade empresária); vi) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; vii) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; viii) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; ix) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e x) declaração de que: a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do MCOM, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento; a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão/permissão que será renovada; a entidade não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga; a entidade possui boa situação financeira e possui recursos para o empreendimento pleiteado; nenhum dos sócios ou dirigentes da mantenedora ou da mantida participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a renovação da concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; nenhum dos dirigentes da mantenedora ou da mantida está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; nenhum dos dirigentes e sócios da mantenedora ou da mantida foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos previstos nos art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 da Lei; pelo menos 70% (setenta por cento) do capital total e do capital votante da mantenedora pertence direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos; a responsabilidade editorial e as atividades de seleção, direção e conteúdo da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, nos termos dos §§1º e 2º do art. 222 da Constituição Federal; e caso a outorga seja renovada, a entidade se compromete a observar e cumprir, na produção de conteúdo e na sua programação, a finalidade exclusivamente educativa do serviço, notadamente quanto aos princípios e disposições do art. 221 da Constituição Federal, do art. 38, d, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, do art. 13, e seu parágrafo único, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, do art. 28, itens 11 e 12, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, da Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, e da Portaria que estabelece as regras e os critérios em relação aos serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos (vide art. 113 do RSR ANEXO XIII a XV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

38. É oportuno destacar que eventual existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica, constituída sob a forma de sociedade empresária, não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que **“a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”**. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão **não** requer a comprovação do pagamento do valor do preço público da outorga, visto que se trata de outorga não onerosa, não sendo aplicável, portanto, o art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar o limite de vinte outorgas de serviço de radiodifusão sonora. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter duas outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967, com redação dada pela Lei nº 14.812, de 2024).

43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, **caput**, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da **sociedade empresária** detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da entidade detentora da outorga e a produção para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT). A autenticidade da assinatura deve ser verificada por meio de uma conferência com o original.



de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente<sup>[1]</sup>.

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

## II.2.3 - REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

Requisito	Base normativa
i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.	Art. 222, caput, da CF.
ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, “a” do CBT.
iii) A gestão editorial e as atividades de seleção, direção e conteúdo da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.	Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, “a” do CBT.
iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.	Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967, com redação dada pela Lei nº 14.812, de 2024.
v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações.	Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.
viii) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR e nos ANEXOS XIII a XV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.	Art. 113, XI, do RSR, e ANEXOS XIII a XV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023
ix) ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente formalizado, ou registrado em Cartório, quando for o caso	ANEXOS XIII a XV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023
x) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso II, do RSR.
xi) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, quando for o caso de sociedade empresária.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
xii) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, quando for o caso de sociedade empresária	Art. 113, inciso IV, do RSR.
Prova de inscrição no CNPJ.	Art. 113, inciso V, do RSR.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

xiv) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.	Art. 113, inciso VI, do RSR.
xv) Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel.	Art. 113, inciso VII, do RSR.
xvi) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	Art. 113, inciso VIII, do RSR.
xvii) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.	Art. 113, IX, do RSR.
xviii) Licença de funcionamento da estação válida.	Art. 31-A, I, do RSR.
xix) convênio firmado com uma única IES, com sede ou campus no estado em que será executado o serviço de radiodifusão exclusivamente educativo, que garanta o fornecimento de suporte pedagógico e técnico à edição de programas voltados exclusivamente para a educação, quando for o caso.	ANEXO XV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023
xx) documento de identidade do representante da IES com a qual o convênio foi firmado, quando for o caso	ANEXO XV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023

48. Acrescente-se, por necessário, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR). **Além disso, as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga.**

49. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

50. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar outra entidade que presta o serviço de radiodifusão, quando for a hipótese de **sociedade empresarial**, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

51. **Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.**

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

#### **II.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)**

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>



## MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº **xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx**, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade **[denominação do outorgado]**, Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº **[xx.xxx.xxx/xxxx-xx]**, número de inscrição no FISTEL nº **[xxxxxxxxxx-xx]**, a partir de **[xxxxxx]**, para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos **[em frequência modulada/ondas médias]**, no município de **[identificação do município]**, estado de **[identificação do Estado]**.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**[NOME DO MINISTRO]**

Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

### III – CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos, cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos; vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui **validade por dois anos**, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N. 00004/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) e registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica.

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

*assinado eletronicamente*

**JOÃO PAULO SANTOS BORBA**

**ADVOGADO DA UNIÃO**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000083202406 e da chave de acesso 50ebec01

---



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1429587038 e chave de acesso 50ebec01 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 08-03-2024 16:53. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

---



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**DESPACHO n. 00375/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 00738.000083/2024-06**

**INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA - SECOE**

**ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio educativa. Renovação de outorga.**

1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL n. 00004/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, que trata dos requisitos para a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos.
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 8 de março de 2024.

Assinado eletronicamente  
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES  
ADVOGADO DA UNIÃO  
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000083202406 e da chave de acesso 50ebec01



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1432822668 e chave de acesso 50ebec01 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 08-03-2024 17:21. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Processo:	53115.020282/2022-54				
Interessada:	FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ		CNPJ:	05.388.377/0001-83	
Tipo jurídico:	Fundação de Direito Privado				
Município/UF	Caucaia/CE	Serviço:	radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos - FME		
Data de recebimento da notificação (90 dias): - Base Legal: <a href="#">Art. 4º, §3º, da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972;</a>	-	Data do protocolo do pedido de renovação de outorga): - Base Legal: <a href="#">Art. 4º, caput, da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972.</a>	25/07/2022	Período a ser renovado:	17/11/2023 a 17/11/2033

Documentos	SEI nº	Observações
1. Requerimento de renovação de outorga assinado pelo atual dirigente: Base legal: <a href="#">Art. 113, caput, do Decreto nº 52.795, de 1963;</a> Anexo XIII, XIV e XV da <a href="#">Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023</a>	10230514 pgs.2,3 25/07/2022 Thalyta Sales Pereira	- Contém todas as declarações conforme Anexo XV da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023 (11088892) assinada pelos atuais diretores;  <input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.

Documentos	SEI nº	Observações
2. Ata de Eleição dos dirigentes, registrada; - Base Legal: <a href="#">Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963</a>	10230514 pgs.12-15	- Estatuto: 10230514 pgs.6-11 - Mandato 2022 a 2027 <input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
3. Certidão emitida pelo órgão de registro; - Base Legal: <a href="#">Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963</a>	10230514 pgs.29-31	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
4. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, de maioridade e inscrição no CPF - Base Legal: <a href="#">Art. 222, § 1º, da Constituição Federal.</a> <a href="#">Art. 15 § 3º do Decreto nº 52.795, de 1963</a>	Presidente Thalyta Sales Pereira 10230514 pg.32  Secretário Aristides Sales Pereira 10230514 pg.33  Tesoureira Shirley Almeida Pereira Magalhães 10230514 pg.34	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.

Documentos da Intuição de Ensino Superior	SEI nº	Observações
5. Instrumento jurídico (contrato, convênio, termo de parceria, etc.) que comprove a vinculação de fundação de natureza privada com instituição de ensino ou com o Município onde o serviço é executado; - Base Legal: Art. 138, caput e §§ 5º e 6º da <a href="#">Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023.</a>	10230514 pgs.16-18	O documento apresentado contém todos os itens obrigatórios dispostos no Art. 138, caput e §§ 5º e 6º da <a href="#">Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023;</a> <input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
6. Documento de identificação do representante da IES; - Base Legal: Art. 138, caput e §§ 5º e 6º da <a href="#">Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023.</a>	10230514 pgs.19	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
7. Comprovante de credenciamento junto ao Mec - <a href="#">e-Mec</a> ; - Base Legal: Art. 138, caput e §§ 5º e 6º da <a href="#">Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023.</a>	11547503, 10280886	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.

Documentos	SEI nº	Observações
8. <a href="#">CNPJ</a> ; - Base Legal: <a href="#">Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963</a>	11609201 pg.1 Emitida em 01/07/2024	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
9. <a href="#">Fazenda Federal</a> ; - Base Legal: <a href="#">Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963</a>	11609201 pg.2 Válida até 24/12/2024	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

10. Fazenda Estadual; - Base Legal: <a href="#">Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963</a>	11609201 pg.3 Válida até 30/08/2024	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
11. Fazenda Municipal; - Base Legal: <a href="#">Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963</a>	11609201 pg.4 Válida até 27/09/2024	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
12. <a href="#">Fistel</a> ; - Base Legal: <a href="#">Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963</a>	11609201 pg.5 Válida até 31/07/2024	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
13. <a href="#">FGTS</a> ; - Base Legal: <a href="#">Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963</a>	11609201 pg.6 Válida até 19/07/2024	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
14. <a href="#">Justiça do Trabalho</a> ; - Base Legal: <a href="#">Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963</a>	11609201 pg.7 Válida até 28/12/2024	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
15. <a href="#">Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)</a> .	11609201 pg.8 Válida até 31/07/2024.	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.

Documentos	SEI nº	Observações
16. Portaria de Outorga/Decreto Presidencial - <a href="#">DOU</a> ;	10280815	Portaria 2.795, de 11 de dezembro de 2002, publicado no DOU de 13 de dezembro de 2002
17. Decreto Legislativo- <a href="#">DOU</a> ;	10280852	Decreto Legislativo nº 854 de 2003, publicado no DOU de 17 de novembro de 2003
18. Contrato com a União - <a href="#">DOU</a> ;	-	-
19. Licença de funcionamento da estação - <a href="#">Mosaico - Licenciamento</a> ; - Base Legal: Art. 16, §§ 7º ao 10, da <a href="#">Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023</a> .	11547296	Emitida em 03/11/2023; Válida até 13/12/2032 <input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência

Documentos	SEI nº	Observações
20. Relatório do Canal - <a href="#">Mosaico</a> ;	11609233	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência
21. Relatório de apuração de infrações - CGFM;	11609248	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência
22. Limites - <a href="#">Siacco</a> ; - Base Legal: <a href="#">Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967</a>	11547593	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência

Observações Adicionais

Conclusão
A documentação apresentada <b>está em conformidade</b> com o disposto na legislação, sendo possível a proposição do deferimento.



Documento assinado eletronicamente por **Heitor dos Santos Costa Pereira, Assistente**, em 30/07/2024, às 11:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11609213** e o código CRC **89863F32**.







## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária

### NOTA TÉCNICA Nº 12031/2024/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.020282/2022-54.

INTERESSADA: FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA EDUCATIVA. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONSULTORIA JURÍDICA. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.

### SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O processo trata de pedido formulado pela **Fundação Cultural Terra da Luz**, inscrita no CNPJ nº 05.388.377/0001-83, objetivando a renovação da outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, vinculado ao Fistel nº 50012913308, no município de **Caucaia**, estado do **Ceará**, para o período de 17/11/2023 a 17/11/2033.
2. Os autos foram instaurados em 25/07/2022, quando da protocolização do requerimento (10230514, pgs. 2/3), objetivando a renovação da outorga em observância ao prazo previsto no art. 4º da [Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972](#).
3. Posteriormente, a Entidade foi notificada acerca da necessidade de complementação da documentação necessária ao deferimento do pleito, por meio dos seguintes documentos: Ofício 19292 (10282565), Ofício 32476 (10568222), Ofício 18393 (11547598).
4. Por fim, emitiu-se o Checklist 11609213, no qual se concluiu que a documentação "está em conformidade com o disposto na legislação, sendo possível a proposição do deferimento".
5. Esses são os principais acontecimentos até o momento.

### ANÁLISE

6. De acordo com o art. 33, § 3º da [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#), que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), o prazo da permissão para execução do serviço de radiodifusão sonora, com fins exclusivamente educativos, pode ser renovado por períodos sucessivos e iguais de 10 anos, mediante autorização do Poder Concedente. Atualmente, essa autorização é formalizada por portaria, subscrita pelo Senhor Ministro de Estado das Comunicações, posteriormente enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, conforme disposto no art. 223, **caput** e § 3º da [Constituição Federal de 1988](#), e no art. 113, § 1º do [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), que aprovou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR).
7. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na [Lei nº 4.117, de 1962](#), na [Lei nº 5.785, de 1972](#), no [Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967](#), e no [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).
8. De acordo com os arts. 112 e 113 do [Decreto nº 52.795, de 1963](#), o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros, a tempestividade do pleito e a colação, aos autos, dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>



bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

9. Além disso, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, nos processos de renovação será igualmente avaliado se há extrapolação dos limites de outorga, em atenção especial ao art. 12 do [Decreto-Lei nº 236, de 1967](#).

10. No caso em apreço, conferiu-se à Fundação Cultural Terra da Luz a outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, conforme Portaria 2.795, de 11 de dezembro de 2002, publicada no DOU de 13 de dezembro de 2002 (10280815), ratificada pelo Decreto Legislativo nº 854, de 2003, publicado no DOU de 17 de novembro de 2003 (10280852). Oportuno registrar que, à época, estava em vigor o art. 32 do RSR segundo o qual a data de publicação Decreto Legislativo seria utilizada como parâmetro de contagem do início do prazo de validade da outorga.

11. A Radiodifusora apresentou o pedido de renovação, firmado por representante legalmente instituído, em 25/07/2022 (10230514, pgs. 2/3), acompanhado de parte da documentação exigida até então. De acordo com o art. 4º, **caput** da [Lei nº 5.785, de 1972](#), as entidades interessadas na renovação da outorga devem apresentar o correspondente requerimento "durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga", ou seja, entre 17/11/2022 e 17/11/2023. Observa-se, portanto, que o pedido de renovação de outorga foi apresentado **tempestivamente**.

12. Neste momento, importa destacar que, embora a outorga esteja vencida desde 17/11/2023, a emissora pode continuar executando o serviço em caráter precário, enquanto não houver decisão definitiva do processo de renovação, conforme prevê o art. 4º, § 1º da [Lei nº 5.785, de 1972](#).

13. A documentação apresentada pela Interessada, inclusive em relação aos seus dirigentes, diretores e/ou responsáveis legais, está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (11609213).

14. Dito isso, a Interessada juntou requerimento de renovação da outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI do [Decreto nº 52.795, de 1963](#), alterado pelo [Decreto nº 10.775, de 2021](#) (10230514, pgs. 2/3). Acostou, também, ata de nomeação/eleição dos dirigentes (10230514 pgs. 12 a 15), bem como certidão simplificada ou outro documento equivalente, emitido pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica (10230514, pgs. 29 a 31).

15. Conforme art. 12 do [Decreto-Lei nº 236, de 1967](#), alterado pela [Lei nº 14.812, de 15 de janeiro de 2024](#), as radiodifusoras e seus dirigentes, diretores e/ou responsáveis legais poderão deter até 20 (vinte) outorgas de serviço de radiodifusão sonora e 20 (vinte) outorgas de serviço de radiodifusão de sons e imagens:

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

I - 20 (vinte) outorgas de serviço de radiodifusão sonora, que pode ser operada por meio de: ([Redação dada pela Lei nº 14.812, de 2024](#))

a) (revogada); ([Redação dada pela Lei nº 14.812, de 2024](#))

b) (revogada); ([Redação dada pela Lei nº 14.812, de 2024](#))

c) (revogada); ([Redação dada pela Lei nº 14.812, de 2024](#))

d) frequência modulada; ([Incluído pela Lei nº 14.812, de 2024](#))

e) ondas médias; ([Incluído pela Lei nº 14.812, de 2024](#))

f) ondas tropicais; ([Incluído pela Lei nº 14.812, de 2024](#))

g) ondas curtas; ([Incluído pela Lei nº 14.812, de 2024](#))

II - 20 (vinte) outorgas de serviço de radiodifusão de sons e imagens. ([Redação dada pela Lei nº 14.812, de 2024](#))

16. Em consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - Siacco (1547593), em 27/05/2024, observou-se que a Radiodifusora e seus dirigentes, diretores e/ou responsáveis legais estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do [Decreto-Lei nº 236, de 1967](#), alterado pela [Lei nº 14.812, de 2024](#).

17. Ademais, para fins de comprovação da vinculação da Radiodifusora com instituição de ensino superior conforme previsto no art. 134, **caput** e §§ 4º e 5º da [Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023](#) o processo foi instruído com o respectivo instrumento jurídico (contrato, convênio, termo de parceria etc.) (10230514, pgs. 16 a 18), atendendo-se, dessa forma, à , bem como com o documento de identidade do representante da IES com a qual o convênio foi firmado (10230514, pg.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

19).

18. Além disso, após pesquisa ao Sistema Mosaico (11609233), não foi verificada a aplicação de penalidade de cassação, no curso da prestação do serviço de radiodifusão, em desfavor da Outorgada. Nesse sentido, consultou-se a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações (CGFM) (11609248), que informou não estar em trâmite processo de apuração de infração cuja penalidade cabível seja a de cassação.

19. Observa-se, ainda, que constam nos autos, além do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, certidões emitidas pelos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento das obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidões emitidas pela Receita Federal Caixa Econômica Federal e Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), comprovando a ausência de irregularidades, respectivamente, perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (11609201).

20. Salienta-se que as certidões de regularidade são consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até 60 dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei, conforme art. 186 do [Decreto nº 52.795, de 1963](#).

21. Oportunamente, em consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) (11609201 pg.8), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU), verificou-se que **nenhuma** consta restrição, da pessoa jurídica ou da(s) pessoa(s) física(s) integrantes do quadro diretivo, para celebrar contratos com a Administração Pública.

22. Portanto, com base nos documentos acostados, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, não se verifica qualquer óbice ao deferimento da renovação da outorga.

23. Salienta-se que, a partir da entrada em vigor do [Decreto nº 10.405, de 25 de junho de 2020](#), que alterou o [Decreto nº 52.795, de 1963](#), deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões dos serviços de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da [Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023](#) a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada.

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações:

I - a identificação da entidade, com:

- a) a razão social;
- b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- c) o nome fantasia; e
- d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens);

II - os dados da outorga, com:

- a) o estado e o município de execução do serviço; e
- b) a frequência, a classe e o canal de operação;

III - os dados da estação, com:

- a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);
- b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;
- c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e
- d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; e

IV - a data de emissão da licença.

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI.

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação.

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo.

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

24. Isso significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a Entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, o qual será elaborado por profissional habilitado e deve permanecer na posse da Outorgada. Além disso, é obrigação da Radiodifusora possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado igualmente por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

Neste momento, é válido ressaltar que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga. Assim, ao final desse prazo, caso haja interesse na renovação da outorga, é necessário que a Radiodifusora obtenha um novo licenciamento (art. 36, § 3º da [Lei nº 4.117, de 1962](#)). Para tanto, a Interessada terá o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação. Destaca-se que, para fins de renovação de outorga, a emissão da nova licença para funcionamento da estação comprova a regularidade técnica da emissora, conforme art. 67, parágrafo único, da [Lei nº 4.117, de 1962](#).

26. Nesse contexto, em consulta ao Sistema Mosaico (11547296), verificou-se que a Interessada obteve a licença para funcionamento da estação, emitida em 03/11/2023, com validade até 13/12/2032.

27. Observa-se que os autos se encontram corretamente instruídos. Nesse sentido, a Consultoria Jurídica deste Ministério das Comunicações, por meio do Parecer Referencial nº 00004/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU1(628779), dispensou a análise jurídica individualizada dos processos administrativos cujo objeto diga respeito à renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, com fins exclusivamente educativos, desde que observadas as condições previstas na legislação, a saber:

34. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

35. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. Apenas podem prestar o serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos: i) estados, distrito federal e municípios; ii) instituições de educação superior (IES), credenciadas pelo Ministério da Educação (MEC), inclusive aquelas que estão sob a condição de mantidas (universidades, centros universitários e faculdades); iii) fundações de direito público e de direito privado (vide art. 136, incisos I, II e III, § 1º, incisos I, II e III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

36. Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente formalizado, ou registrado em Cartório, quando for o caso; iii) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ; iv) cópia do certificado de licença para funcionamento da estação; v) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, se for caso (sociedade empresária); vi) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; vii) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; viii) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; ix) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e x) declaração de que: a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do MCOM, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento; a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão/permissão que será renovada; a entidade não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga; a entidade possui boa situação financeira e possui recursos para o empreendimento pleiteado; nenhum dos sócios ou dirigentes da mantenedora ou da mantida participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a renovação da concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; nenhum dos dirigentes da mantenedora ou da mantida está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; nenhum dos dirigentes e sócios da mantenedora ou da mantida foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos previstos nos art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 da Lei; pelo menos 70% (setenta por cento) do capital total e do capital votante da mantenedora pertence direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos; a responsabilidade editorial e as atividades de seleção, direção e conteúdo da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, nos termos dos §§1º e 2º do art. 222 da Constituição Federal; e caso a outorga seja renovada, a entidade se compromete a observar e cumprir, na produção de conteúdo e na sua programação, a finalidade exclusivamente educativa do serviço, notadamente quanto aos princípios e disposições do art. 221 da Constituição Federal, do art. 38, d, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, do art. 13, e seu parágrafo único, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, do art. 28, itens 11 e 12, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, da Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, e da Portaria que estabelece as regras e os critérios em relação aos serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos (vide art. 113 do RSR ANEXO XIII a XV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

38. É oportuno destacar que eventual existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica, constituída sob a forma de sociedade empresária, não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que **"a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação"**. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão não requer à [sic] comprovação do pagamento do valor do preço público da outorga, visto que se trata de outorga não onerosa, não sendo aplicável, portanto, o art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

[...]

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar o limite de vinte outorgas de serviço de radiodifusão sonora. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter duas outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967, com redação dada pela Lei nº 14.812, de 2024).

43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, **caput**, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da **sociedade empresária** detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da entidade detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente[1].

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

[...]

51. Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico do Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações. [grifos no original]

28. Portanto, entende-se que é **dispensável o envio dos autos à unidade consultiva**, para fins de análise jurídica individualizada, uma vez que o caso concreto se amolda ao Parecer Referencial nº 00004/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11628779).

29. Pelo exposto, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opina pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga.

30. Oportunamente, destaca-se que, após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de permissão, nos termos do art. 223, §§ 1º a 3º da Constituição Federal e art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

## CONCLUSÃO

31. Com base nessas informações, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, com vistas à adoção das seguintes providências, em caso de aprovação desta manifestação:

a) remessa dos autos ao **Gabinete do Senhor Ministro de Estado das Comunicações** para deliberação, nos termos do art. 5º, da [Lei nº 5.785, de 1972](#); e

b) em caso de posicionamento favorável ao deferimento do pedido de renovação de outorga, remessa dos autos à **Casa Civil da Presidência da República** para que sejam adotadas as medidas necessárias para o posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, para análise e decisão na forma do art. 223, § 3º da [Constituição Federal](#).

32. Pede-se, ainda, o encaminhamento dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas.

33. Posteriormente, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que este Ministério das Comunicações seja notificado acerca da deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da [Constituição Federal de 1988](#), após a qual o processo deve ser remetido ao setor responsável pelos atos relacionados ao licenciamento das estações.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Leticia Barbosa Duarte Miele, Coordenadora de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária**, em 30/07/2024, às 11:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Heitor dos Santos Costa Pereira, Assistente**, em 30/07/2024, às 11:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 30/07/2024, às 17:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11628739** e o código CRC **41969525**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.



processo nº 53115.020282/2022-54

Documento nº 11628739

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



# MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária

\* MINUTA DE DOCUMENTO

## MINUTA

PORTARIA Nº , DE DE DE 2024.

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.020282/2022-54, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à Fundação Cultural Terra da Luz, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 05.388.377/0001-83, número de inscrição no FISTEL nº 50012913308, a partir de 17 de novembro de 2023, para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Caucaia, estado do Ceará.

§ 1º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

§ 2º A renovação da outorga não obsta a aplicação de sanções por fatos ocorridos antes da publicação desta Portaria.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações

### AVISO:

***O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.***

*A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.*

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele, Coordenadora de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária**, em 30/07/2024, às 11:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Heitor dos Santos Costa Pereira, Assistente**, em 30/07/2024, às 11:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 30/07/2024, às 17:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 22/08/2024, às 18:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11628958** e o código CRC **1FDD2658**.

---

Referência: Processo nº 53115.020282/2022-54

Documento nº 11628958

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

# MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária

\* MINUTA DE DOCUMENTO

## MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº / /MCOM

Brasília, de de 2024.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

- Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Processo Administrativo nº 53115.020282/2022-54, acompanhado da Portaria nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, publicada em \_\_/\_\_/\_\_\_\_, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de novembro de 2023, a permissão outorgada à Fundação Cultural Terra da Luz, inscrita no CNPJ nº 05.388.377/0001-83, nos termos da Portaria 2.795, de 11 de dezembro de 2002, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 854, de 2003, publicado em 17 de novembro de 2003, vinculada ao Fistel nº 50012913308, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Caucaia, estado do Ceará.
- Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO  
Ministro de Estado das Comunicações

### AVISO:

***O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.***

***A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.***

***Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.***



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Leticia Barbosa Duarte Miele, Coordenadora de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária**, em 30/07/2024, às 11:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Heitor dos Santos Costa Pereira, Assistente**, em 30/07/2024, às 11:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 30/07/2024, às 17:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 22/08/2024, às 18:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11628962** e o código CRC **1FA56988**.

---

Referência: Processo nº 53115.020282/2022-54

Documento nº 11628962

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

**DESPACHO**

**Processo nº:** 53115.020282/2022-54

**Interessado:** FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ

**Assunto:** SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA EDUCATIVA. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONSULTORIA JURÍDICA. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.

Ao Gacse,

Em consonância com a Nota Técnica 12031 (11628739), este Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal encaminha os autos ao Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, com vistas à adoção das seguintes providências, em caso de aprovação desta manifestação:

a) Remessa dos autos ao **Gabinete do Senhor Ministro de Estado das Comunicações** para deliberação, nos termos do art. 5º, da [Lei nº 5.785, de 1972](#); e

b) Em caso de posicionamento favorável ao deferimento do pedido de renovação de outorga, remessa dos autos à **Casa Civil da Presidência da República** para que sejam adotadas as medidas necessárias para o posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, para análise e decisão na forma do art. 223, § 3º da [Constituição Federal](#).

Pede-se, ainda, o encaminhamento dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas.

Posteriormente, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que este Ministério das Comunicações seja notificado acerca da deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da [Constituição Federal de 1988](#), após a qual o processo deve ser remetido ao setor responsável pelos atos relacionados ao licenciamento das estações.

Brasília, na data da assinatura.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino**, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, em 22/08/2024, às 18:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11786103** e o código CRC **23D1B311**.

**Minutas e Anexos**

Minuta de Portaria (11628958)

Minuta de Exposição de Motivos (11628962)

Referência: Processo nº 53115.020282/2022-54

Documento nº 11786103



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d





## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 14297, DE 23 DE AGOSTO DE 2024

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.020282/2022-54, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 05.388.377/0001-83, inscrição no Fistel nº 50012913308, a partir de 17 de novembro de 2023, para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Caucaia, estado do Ceará.

§ 1º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

§ 2º A renovação da outorga não obsta a aplicação de sanções por fatos ocorridos antes da publicação desta Portaria.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 30/08/2024, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11817720** e o código CRC **BD247A9F**.

Referência: Processo nº 53115.020282/2022-54

Documento nº 11817720



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 23 de agosto de 2024.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Processo Administrativo nº 53115.020282/2022-54, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 12031/2024/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Referencial nº 00004/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 14.297, de 23 de agosto de 2024, publicada em \_\_\_\_\_, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de novembro de 2023, a permissão outorgada à FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ, inscrita no CNPJ nº 05.388.377/0001-83, nos termos da Portaria 2.795, de 11 de dezembro de 2002, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 854, de 2003, publicado em 17 de novembro de 2003, vinculada ao Fistel nº 50012913308, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Caucaia, estado do Ceará.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 3º, do art. 223, da Constituição Federal, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO  
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 30/08/2024, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11817728** e o código CRC **CCE8FE4D**.

Referência: Processo nº 53115.020282/2022-54

Documento nº 11817728



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 54148/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora  
**Rafaela Calado e Silva Mello**  
Chefe de Gabinete do Ministro  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha a Portaria nº 14297/2024 (11817720) e a Exposição de Motivos nº 601/2024 (11817728)**

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 12031/2024 (11628739), encaminho a Portaria nº 14297/2024 (11817720) e a Exposição de Motivos nº 601/2024 (11817728), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

**Wilson Diniz Wellisch**  
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 27/08/2024, às 17:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11817732** e o código CRC **FB87182C**.

Referência: Processo nº 53115.020282/2022-54

Documento nº 11817732



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

Presidência da República  
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias  
Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

**Data de envio:** 02/09/2024 15:58:08  
**Origem do Ofício:** Gabinete do Ministro  
**Operador:** Rosiane Caixeta da Silva  
**Ofício:** 10555200  
**Data prevista de publicação:** 03/09/2024  
**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1  
**Forma de pagamento:** Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
21939392	PORTARIA MCOM NA 13734.rtf	f126f8d170e3b49a93500c3232e86616	28,00	R\$ 1.089,76
21939393	PORTARIA MCOM NA 14246.rtf	04532dde545b1efce268f5b2d31cab6	8,00	R\$ 311,36
21939394	PORTARIA MCOM NA 14250.rtf	3502f35ec0b463ecdaf46bc21f62143b	8,00	R\$ 311,36
21939395	PORTARIA MCOM NA 14251.rtf	0b90e8c172c056b2f4f9b00d76a0e886	8,00	R\$ 311,36
21939396	PORTARIA MCOM NA 14252.rtf	94e4348bd3369e0691494d96a99eae7a	8,00	R\$ 311,36
21939397	PORTARIA MCOM NA 14253.rtf	a8db5fb452043a6daa6b4d790c0a8d52	8,00	R\$ 311,36
21939398	PORTARIA MCOM NA 14254.rtf	9fad0fcba8a935cf088071997214bca	8,00	R\$ 311,36
21939399	PORTARIA MCOM NA 14255.rtf	d4cd11f34a6fb2f4c05046cb740f194b	8,00	R\$ 311,36
21939400	PORTARIA MCOM NA 14257.rtf	95df81c153a57b1ecd039049b0eba7d3	8,00	R\$ 311,36
21939401	PORTARIA MCOM NA 14258.rtf	4de3ea675e170fea1660f4a2952baf0a	8,00	R\$ 311,36
21939402	PORTARIA MCOM NA 14259.rtf	0eebdcb72be3b503a27a9ebbc8247015	8,00	R\$ 311,36
21939403	PORTARIA MCOM NA 13735.rtf	827ac895050dbccdf3191ddb2a941068	27,00	R\$ 1.050,84
21939404	PORTARIA MCOM NA 14260.rtf	1ac8e88c1697175fd9ae67364dcce819	8,00	R\$ 311,36
21939405	PORTARIA MCOM NA 14292.rtf	4823295487f12e9716835e6e9f8ea358	8,00	R\$ 311,36
21939406	PORTARIA MCOM NA 14293.rtf	c9974e91a5a9d5e8ebb45cb18098a3bf	8,00	R\$ 311,36
21939407	PORTARIA MCOM NA 14296.rtf	105a1f0187ca934f18a7cdec1a31ebae	8,00	R\$ 311,36



21939408	PORTARIA MCOM NA 14297.rtf	91192b8c6cf35bc998dffcd53f62ece6	8,00	R\$ 311,36
21939409	PORTARIA MCOM NA 14305.rtf	d1fa25c92e6abd0d9126a3a7df7f75e2	8,00	R\$ 311,36
21939410	PORTARIA MCOM NA 13743.rtf	5d43e66aae53c78c34401220691830b2	28,00	R\$ 1.089,76
21939411	PORTARIA MCOM NA 14037.rtf	e774cff2e66c27fd571f0e02d9a1015	28,00	R\$ 1.089,76
21939412	PORTARIA MCOM NA 14231.rtf	6523e289fbbeaed97da3548fcec59aa4	8,00	R\$ 311,36
21939413	PORTARIA MCOM NA 14232.rtf	b7546febba6102cb1da34ae9ac108832	7,00	R\$ 272,44
21939414	PORTARIA MCOM NA 14235.rtf	f4e590335855d39af7748ee3fd2d3d4b	8,00	R\$ 311,36
21939415	PORTARIA MCOM NA 14242.rtf	38c4d420f01b00b2f6fbeeec9faf94b1	7,00	R\$ 272,44
21939416	PORTARIA MCOM NA 14243.rtf	ce5386b40630332fd48182ee75ada690	8,00	R\$ 311,36
TOTAL DO OFICIO			277,00	R\$ 10.780,84



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[1.gov.br/recibo.do?idof=10555200](https://1.gov.br/recibo.do?idof=10555200)

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 03/09/2024 | Edição: 170 | Seção: 1 | Página: 29

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

## PORTARIA MCOM Nº 14.297, DE 23 DE AGOSTO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.020282/2022-54, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 05.388.377/0001-83, inscrição no Fistel nº 50012913308, a partir de 17 de novembro de 2023, para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Caucaia, estado do Ceará.

§ 1º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

§ 2º A renovação da outorga não obsta a aplicação de sanções por fatos ocorridos antes da publicação desta Portaria.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Id solicitação: 57dbac14a46cc

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ	
<b>Nome Fantasia:</b>	
<b>Telefone:</b> (85) 34845173	<b>E-mail:</b> villadocondefm@gmail.com
<b>CNPJ:</b> 05.388.377/0001-83	<b>Número do Fistel:</b> 50012913308
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 17/11/2003	<b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	<b>Categoria da Estação:</b> Principal
<b>Val. RF:</b> 13/12/2032	
<b>Observações:</b> ATO 28.588/2002;ATO 49.438/2005;ATO Nº 53.979, DE 10/11/2005, PUBLICADO NO DOU. DE 11/11/2005.	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> SÍTIO SANTA HELENA	<b>Complemento:</b> L. BANANA	
<b>Bairro:</b> GUAGIRU	<b>Numero:</b> S/Nº	
<b>Município:</b> Caucaia	<b>UF:</b> CE	<b>CEP:</b> 61600000

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b> Rua Gonçalves Ledo	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Praia de Iracema	<b>Numero:</b> 172	
<b>Município:</b> Fortaleza	<b>UF:</b> CE	<b>CEP:</b> 60060325

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> Avenida Barão de Studart	<b>Complemento:</b> Edifício Torre Empresarial Quixadá	
<b>Bairro:</b> Joaquim Távora	<b>Numero:</b> 2360	
<b>Município:</b> Fortaleza	<b>UF:</b> CE	<b>CEP:</b> 60120002

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> Avenida Barão de Studart	<b>Complemento:</b> Edifício Torre Empresarial Quixadá	
<b>Bairro:</b> Joaquim Távora	<b>Numero:</b> 2360	
<b>Município:</b> Fortaleza	<b>UF:</b> CE	<b>CEP:</b> 60120002

Endereço do Estúdio Auxiliar		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b> -	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Caucaia	<b>UF:</b> CE

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 272	<b>Frequência:</b> 102.3 MHz	<b>Classe:</b> A4	<b>ERP Máxima:</b> 9.078kW
<b>HCI:</b> 79 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 2

## Informações da Estação



24/13:09:19 Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

Informações Gerais	
Número da Estação: 682710474	Número Indicativo: ZYS800
Data Último Licenciamento: 03/11/2023	Número da Licença: 53500.094663/2023-15

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 3° 44' 39.08" S	Longitude: 38° 30' 36.11" W	Cota da base: 51 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 005730500518	Modelo: FM10000S
Fabricante: MTA Eletrônica Industrial Ltda.	Potência de Operação: 5.0 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF158-50JA A0	Fabricante: RFS Radio Frequency System		
Comprimento da Linha: 20.00 m	Atenuação: 0.649 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: INV-30-4	Fabricante: INOVATOR ANTENAS				
Ganho: 3.22 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 30 °	Polarização: Vertical	HCI: 79 m	ERP Máxima: 9.08 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 3.22	5°: 3.48	10°: 3.74	15°: 4.01	20°: 4.29	25°: 4.44	30°: 4.58	35°: 4.88	40°: 5.04	45°: 5.19	50°: 5.35	55°: 5.51
60°: 5.68	65°: 5.85	70°: 5.85	75°: 6.02	80°: 6.02	85°: 6.02	90°: 6.02	95°: 6.02	100°: 6.02	105°: 6.02	110°: 5.85	115°: 5.85
120°: 5.68	125°: 5.51	130°: 5.35	135°: 5.19	140°: 5.04	145°: 4.73	150°: 4.44	155°: 4.15	160°: 4.01	165°: 3.74	170°: 3.48	175°: 3.35
180°: 3.1	185°: 2.85	190°: 2.62	195°: 2.38	200°: 2.16	205°: 1.94	210°: 1.62	215°: 1.41	220°: 1.21	225°: 1.01	230°: 0.92	235°: 0.72
240°: 0.54	245°: 0.35	250°: 0.26	255°: 0.18	260°: 0.09	265°: 0.09	270°: 0	275°: 0.09	280°: 0.18	285°: 0.26	290°: 0.35	295°: 0.45
300°: 0.54	305°: 0.63	310°: 0.82	315°: 1.01	320°: 1.21	325°: 1.41	330°: 1.62	335°: 1.94	340°: 2.27	345°: 2.5	350°: 2.73	355°: 2.97

Coordenadas por radial											
0°: Lat 3°33'9.05" S Lon 38° 0'36.11" W	5°: Lat 3°33'21.12" S Lon 38° 29'36.68" W	10°: Lat 3°33'38.21" S Lon 38° 28'39.35" W	15°: Lat 3°34'0.04" S Lon 38° 27'44.55" W	20°: Lat 3°34'21.85" S Lon 38° 26'51.02" W	25°: Lat 3°34'52.37" S Lon 38° 26'51.02" W	30°: Lat 3°35'22.55" S Lon 38° 25'14.17" W	35°: Lat 3°36'0.44" S Lon 38° 24'32.25" W	40°: Lat 3°36'37.69" S Lon 38° 23'51.39" W	45°: Lat 3°37'18.07" S Lon 38° 23'14.24" W	50°: Lat 3°38'7.32" S Lon 38° 22'48.33" W	55°: Lat 3°38'52.22" S Lon 38° 22'19.79" W
60°: Lat 3°39'41.45" S Lon 38° 21'59.61" W	65°: Lat 3°40'31.51" S Lon 38° 21'44.19" W	70°: Lat 3°41'18.72" S Lon 38° 21'24.59" W	75°: Lat 3°42'8.67" S Lon 38° 21'13.77" W	80°: Lat 3°42'58.98" S Lon 38° 38°21'7.45" W	85°: Lat 3°43'48.81" S Lon 38° 38°21'0.87" W	90°: Lat 3°44'39.03" S Lon 38° 20'58.66" W	95°: Lat 3°45'28.84" S Lon 38° 38°21'5.58" W	100°: Lat 3°46'18.27" S Lon 38° 38°21'12.1" W	105°: Lat 3°47'6.94" S Lon 38° 38°21'22.9" W	110°: Lat 3°47'59.36" S Lon 38° 21'24.52" W	115°: Lat 3°48'46.57" S Lon 38° 38°21'44.1" W
120°: Lat 3°49'31.89" S Lon 38° 38°22'7.74" W	125°: Lat 3°50'9.55" S Lon 38° 2'43.04" W	130°: Lat 3°50'52.49" S Lon 38° 23'10.06" W	135°: Lat 3°51'33.21" S Lon 38° 23'41.01" W	140°: Lat 3°52'15" S Lon 38°24' 12.65" W	145°: Lat 3°52'42.73" S Lon 38° 24'56.67" W	150°: Lat 3°53'18.62" S Lon 38° 25'35.45" W	155°: Lat 3°53'51.39" S Lon 38° 26'17.96" W	160°: Lat 3°54'2.83" S Lon 38° 7'10.44" W	165°: Lat 3°54'32.31" S Lon 38° 27'56.78" W	170°: Lat 3°54'53.25" S Lon 38° 28'47.56" W	175°: Lat 3°55'0.35" S Lon 38° 9'41.63" W
180°: Lat 3°55'16.95" S Lon 38° 30'36.11" W	185°: Lat 3°55'19.25" S Lon 38° 31'32.25" W	190°: Lat 3°55'16.6" S Lon 38° 2'28.78" W	195°: Lat 3°55'22.7" S Lon 38° 3'28.97" W	200°: Lat 3°54'56.3" S Lon 38° 4'21.28" W	205°: Lat 3°54'34.37" S Lon 38° 35'14.35" W	210°: Lat 3°54'12.01" S Lon 38° 38°36'7.67" W	215°: Lat 3°53'41" S Lon 38°36' 56.45" W	220°: Lat 3°53'16.75" S Lon 38° 37'51.51" W	225°: Lat 3°52'33.56" S Lon 38° 38°31.71" W	230°: Lat 3°51'59.54" S Lon 38° 39'22.27" W	235°: Lat 3°51'20.26" S Lon 38° 40'10.42" W
240°: Lat 3°50'28.78" S Lon 38° 40'43.27" W	245°: Lat 3°49'40.66" S Lon 38° 41'24.43" W	250°: Lat 3°48'44.75" S Lon 38° 41'52.77" W	255°: Lat 3°47'47.42" S Lon 38° 42'20.83" W	260°: Lat 3°46'47.06" S Lon 38° 42'43.95" W	265°: Lat 3°45'44.1" S Lon 38° 38°43'1.82" W	270°: Lat 3°44'38.99" S Lon 38° 43'18.91" W	275°: Lat 3°43'33.48" S Lon 38° 38°43'6.52" W	280°: Lat 3°42'29.29" S Lon 38° 42'53.25" W	285°: Lat 3°41'26.91" S Lon 38° 42'34.51" W	290°: Lat 3°40'25.16" S Lon 38° 42'14.99" W	295°: Lat 3°39'27.35" S Lon 38° 41'45.84" W
300°: Lat 3°38'25.54" S Lon 38° 41'24.29" W	305°: Lat 3°37'27.87" S Lon 38° 40'53.09" W	310°: Lat 3°36'26.71" S Lon 38° 38°40'24" W	315°: Lat 3°35'37.45" S Lon 38° 39'38.76" W	320°: Lat 3°34'55.95" S Lon 38° 38'46.34" W	325°: Lat 3°34'19.42" S Lon 38° 37'50.82" W	330°: Lat 3°33'52.19" S Lon 38° 38°36'50.3" W	335°: Lat 3°33'30.7" S Lon 38° 5'48.38" W	340°: Lat 3°33'19.46" S Lon 38° 34'43.95" W	345°: Lat 3°33'5.07" S Lon 38° 3'42.43" W	350°: Lat 3°33'0.85" S Lon 38° 2'39.46" W	355°: Lat 3°33'2.22" S Lon 38° 1'37.19" W

Distância por radial											
0°: 21.31	5°: 21.02	10°: 20.73	15°: 20.43	20°: 20.29	25°: 20	30°: 19.85	35°: 19.56	40°: 19.41	45°: 19.26	50°: 18.82	55°: 18.68



60°: 18.38	65°: 18.09	70°: 18.09	75°: 17.94	80°: 17.8	85°: 17.8	90°: 17.8	95°: 17.65	100°: 17.65	105°: 17.65	110°: 18.09	115°: 18.09
120°: 18.09	125°: 17.8	130°: 17.94	135°: 18.09	140°: 18.38	145°: 18.24	150°: 18.53	155°: 18.82	160°: 18.53	165°: 18.97	170°: 19.26	175°: 19.26
180°: 19.7	185°: 19.85	190°: 20	195°: 20.58	200°: 20.29	205°: 20.29	210°: 20.43	215°: 20.43	220°: 20.87	225°: 20.73	230°: 21.17	235°: 21.61
240°: 21.61	245°: 22.05	250°: 22.19	255°: 22.49	260°: 22.78	265°: 23.07	270°: 23.51	275°: 23.22	280°: 23.07	285°: 22.92	290°: 22.92	295°: 22.78
300°: 23.07	305°: 23.22	310°: 23.66	315°: 23.66	320°: 23.51	325°: 23.36	330°: 23.07	335°: 22.78	340°: 22.34	345°: 22.19	350°: 21.9	355°: 21.61

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 9.08 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	2795	Portaria	MC	11/12/2002	13/12/2002	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	454	Portaria	SSCE	09/10/2006	11/12/2006	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	854	Decreto Legislativo	CN	14/11/2003	17/11/2003	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
535600018032004	44903	Ato	ER	22/06/2004	24/06/2004	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	159	Portaria	SSCE	06/05/2005	09/05/2005	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
53560002906/2011-41	1580	Portaria	MC	09/04/2015	27/07/2015	Multa	Jurídico
	8834626	Ato	ORLE	20/07/2022			Técnico
53115020282202254	14297	Portaria	MC	23/08/2024	03/09/2024	Renovação	Jurídico

Horário de funcionamento	





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 54540/2024/MCOM

Brasília, 04 de setembro de 2024

Ao Senhor  
**Ênio Soares Dias**  
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (11817728)**

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta do Despacho\_MCOM (11786103), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos nº 601/2024 (11817728), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 04/09/2024, às 11:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11856442** e o código CRC **72EB79CE**.

Referência: Processo nº 53115.020282/2022-54

Documento nº 11856442



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



Brasília, 10 de Setembro de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Processo Administrativo nº 53115.020282/2022-54, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 12031/2024/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Referencial nº 00004/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 14.297, de 23 de agosto de 2024, publicada em 3 de setembro de 2024, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de novembro de 2023, a permissão outorgada à FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ, inscrita no CNPJ nº 05.388.377/0001-83, nos termos da Portaria 2.795, de 11 de dezembro de 2002, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 854, de 2003, publicado em 17 de novembro de 2003, vinculada ao Fistel nº 50012913308, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Caucaia, estado do Ceará.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 3º, do art. 223, da Constituição Federal, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro das Comunicações  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 30438/2024/MCOM

Ao Senhor  
BRUNO MORETTI  
Secretário Especial de Análise Governamental  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53115.020282/2022-54.**

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS  
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro, em 11/09/2024, às 12:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11866002** e o código CRC **2BF83AE5**.

Referência: Processo nº 53115.020282/2022-54

Documento nº 11866002



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

AO

MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

Esplanada dos Ministerios

Brasília/DF

Assunto: Renovação de Outorga

A FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ, inscrita no CNPJ sob nº 05.388.377/0001-83, concessionaria do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada para a localidade de Caucaia/CE, vem, por meio de seu representante legal, infra-assinado, com fulcro na Lei 14.351/2022 publicada em 26/05/2022, apresentar pedido de Renovação de Outorga ante a anistia concedida quanto a tempestividade do pleito, relativo ao período 14/11/2003 a 14/11/2013.

Para tanto junta a documentação em anexo.

Caucaia/CE, 15 de junho de 2022.

*Thalyta Sales Pereira*

THALYTA SALES PEREIRA

Presidente

CPF:036.948.263-86

8º Tab.  
AGUIAR



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadesignatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

Petição (10230/24)

SEI 53115-020202/2022-54 / pg. 1

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

**REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA**

Para as Fundações de Direito Privado

IDENTIFICAÇÃO			
Nome da Pessoa Jurídica:	FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ		
CNPJ:	05.388.377/0001-83	CEP da sede:	61.685-000
Endereço da sede:	PV TAQUARA 1 LOTE 16, CAUCAIA/CE		
E-mail de contato:	fundacaoculturalterradaluz@gmail.com		
Serviço a ser renovado:	( x ) Radiodifusão Sonora	( x ) em frequência modulada ( ) em ondas curtas	
	( ) Radiodifusão de Sons e Imagens	( ) em ondas médias ( ) em ondas tropicais	
Canal ou frequência:	272		
Localidade de renovação:	CAUCAIA	UF:	CE
A localidade se encontra em faixa de fronteira?*	( ) Sim ( X ) Não	* A localidade se encontra em faixa de fronteira quando está situada, total ou parcialmente, na faixa interna de cento e cinquenta quilômetros da fronteira com outros países.	

Eu, THALYTA SALES PEREIRA, inscrito no CPF sob o nº 036.948.263-86, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, localidade e UF acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação necessária para a renovação da outorga.

Com vistas à instrução da presente solicitação, **DECLARO**, para os devidos fins, que:

- (a) a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do MCTIC, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento;
- (b) a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão/permissão que será renovada;
- (c) a entidade não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;
- (d) a entidade possui boa situação financeira e possui recursos para o empreendimento pleiteado;
- (e) nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a renovação da concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- (f) nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;



Assinatura do representante legal:

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadesignatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d> / pg. 2

*Thalyta Sales Pereira*



bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



ANEXO VI  
Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018

- (g) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- (h) a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- (i) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- (j) nenhum dos dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;
- (k) a responsabilidade editorial e as atividades de seleção, direção e conteúdo da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, nos termos dos §§1º e 2º do art. 222 da Constituição Federal; e
- (l) caso a outorga seja renovada, a entidade se compromete a observar e cumprir, na produção de conteúdo e na sua programação, a finalidade exclusivamente educativa do serviço, notadamente quanto aos princípios e disposições do art. 221 da Constituição Federal, do art. 38, d, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, do art. 13, e seu parágrafo único, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, do art. 28, itens 11 e 12, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, da Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, e da Portaria que estabelece as regras e os critérios em relação aos serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

*Thalyta Sales Pereira*

Assinatura do representante legal

THALYTA SALES PEREIRA

PRESIDENTE

**ESTADO DO CEARÁ**  
Cartório Aguiar - 8º Tabelionato de Notas e Protesto  
Tabelião: Antônio Claudio Mota de Aguiar  
Av. Des. Moreira, 2909-A, Aldeota, Fortaleza, Ce - CEP: 60170-4  
Fone 85 3486-7777 - Site: www.cartorioaguiar.com.br

Reconheço por **SEMELHANÇA** a firma de:  
[C0geyyf1]-**THALYTA SALES PEREIRA**.....

Em testemunho \_\_\_\_\_ da verdade - Valor Total dos Serviços: R\$5,30.  
Fortaleza, 04 de Julho de 2022 às 15:57:59 - Código do Ato: 002001  
Escrivente Autorizado: **KELLY MONTEIRO DE CASTRO**.  
**VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.**

SELO DE AUTENTICIDADE  
2021  
RECONHECIMENTO DE FIRMA  
C2548294  
TVMJ 02



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>





AGUIAR  
8º Tabelionato

**ESTADO DO CEARÁ**  
Cartório Aguiar - 8º Tabelionato de Notas e Protesto  
Tabelião: Antônio Claudio Mota de Aguiar  
Av. Des. Moreira, 7000-A, Aldeota, Fortaleza, Ce - CEP: 60170-  
Fone: 35.3066-7777 - Site: www.cartorioaguiar.com.br

Reconheço por **SEMELHANÇA** a firma de:  
[COgeyyf0]-**THALYTA SALES PEREIRA**.....

junho \_\_\_\_\_ da Verdade - Valor Total dos Serviços: R\$5,30  
04 de Julho de 2022 às 15:57:59 - Código do Ato: 002001  
e Autorizado: **KELLY MONTEIRO DE CASTRO** com original

**IONENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE**

2021  
SELO  
AUTENTICIDADE  
RECONHECIMENTO  
DE FIRMA  
C248293

KZMS 02



**DOCUMENTOS DE RENOVAÇÃO DA OUTORGA**

Para as Fundações de Direito Privado

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA RENOVAÇÃO	
DOCUMENTOS DA PESSOA JURÍDICA	<p>(a) requerimento de renovação de outorga, <b>corretamente preenchido e assinado em todas as páginas</b>, com todas as declarações indicadas;</p> <p>(b) estatuto social em vigor e suas alterações, ou sua consolidação, devidamente registrado no Cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas, aprovado pelo Ministério Público, contendo a finalidade de executar serviço de radiodifusão;</p> <p>(c) ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas;</p> <p>(d) convênio firmado com uma única IES, com sede ou campus no Estado em que será executado o serviço de radiodifusão exclusivamente educativo, que garanta o fornecimento de suporte pedagógico e técnico à edição de programas voltados exclusivamente para a educação;</p> <p>(e) cópia do documento de identidade do representante da IES com a qual o convênio foi firmado;</p> <p>(f) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;</p> <p>(g) laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART;</p> <p>(h) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;</p> <p>(i) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;</p> <p>(j) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;</p> <p>(k) certidão conjunta negativa de débitos relativa aos tributos federais, à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;</p> <p>(l) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual/Distrital do local de sede;</p> <p>(m) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do local de sede;</p> <p>(n) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;</p> <p>(o) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; e</p> <p>(p) cópia do certificado de licença para funcionamento da estação.</p>
DOCUMENTOS DOS DIRIGENTES	<p>(a) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos por meio de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento/casamento, certificado de reservista, cédula de identidade, certificado de naturalização expedido há mais de dez anos, carteira profissional, carteira de trabalho e previdência social ou passaporte.</p>

**OBSERVAÇÕES**

- Os documentos registrados em cartório devem conter, em local visível e de forma legível, a indicação dos dados de registro.

RS





**CERTIDÃO**  
CARTÓRIO FRANCISCO XIMENES DE MELO  
3º Tabelionato de Notas de Caucaia/CE  
PATRICIA GUIMARÃES LOIOLA  
Substituta

**"ESTATUTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ"**

**CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINS E DURAÇÃO** Art. 1º. A FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ, sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado, de caráter científico – cultural, sem fins lucrativos, duração por tempo indeterminado, com sede no Sítio Santa Helena – Guajiru (Lagoa do Banana), Caucaia, estado do Ceará, podendo atuar em todo território nacional, e reger-se-á pelo presente Estatuto e pela legislação pertinente. Art.2º. A FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ, tem por objetivos: I – Manter, preservar e divulgar acervos, estimulando a realização de estudos e pesquisas de caráter histórico, político e social; II – Promover e realizar estudos e pesquisas sobre o pensamento político e a compreensão econômica e social do País; III – Promover a melhoria da qualidade de vida dos mais carentes em qualquer área de desenvolvimento; VI – Promover e executar a implantação, organização, manutenção, produção e supervisão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada e sons e imagens (Televisão) com fins exclusivamente educativos e culturais que forem outorgados pelo Poder Concedente, local e regional ou nacional; VI – O Departamento de Radiodifusão Sonora será operado em regime exclusivamente educativo, cultural e informativo, e seus dirigentes deverão ser brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e a sua investidura no cargo, depois que a Entidade se tornar Concessionária ou Permissionária do serviço de Radiodifusão Sonora Educativa, somente poderá ocorrer após haverem sido aprovados pelo Poder Concedente; VII – Realizar cursos, seminários, encontros e palestras e todas as promoções culturais necessárias à divulgação do conhecimento; VIII – Editar, publicar livros e periódicos produzir vídeos ou filmes; IX – Construir e abranger novos acervos pessoais, históricos e culturais de interesse da preservação da memória do Estado do Ceará; X – Contribuir para o desenvolvimento social e cultural do Município. XI – Promoção do desenvolvimento cultural do Município através do estímulo e da criação de condições de todas as exposições culturais; XII - Promoção e incentivo da realização de atividades e estudos de interesse local, de natureza científica, sócio cultural do Município e fora dele; XIII – Promoção com regularidade de programas culturais e recreativos de interesse da população; XIV -O quadro de pessoal da Rádio Educativa será constituído por pelo menos 2/3(dois terços)de trabalhadores brasileiros.XV –Qualquer alteração Estatutária dependerá de prévia autorização do poder Concedente. XVI – A Entidade constituirá um Conselho de Programação com representantes da Sociedade Civil e órgãos de Educação e Cultura do município e cidades circunvizinhas, para analisar o conteúdo pedagógico e a

*Substituta*  
Maria do Socorro C. Matos  
Advogada - OAB 1537/CE

Telefone	3366-7777
Endereço	Av. ...
CEP	61100-000
Cidade	CAUCAIA - CE

06 OUT 2017

Carilson Moura Albuquerque  
Escritório Autorizado





**CERTIDÃO**  
CARTÓRIO FRANCISCO XIMENES DE MELO  
3º Tabelionato de Notas de Caucaia/CE  
Maria Angélica de Souza  
Tabela Substituta - CPF: 561.158.533-12  
Caucaia-CE

forma dos programas produzidos. **Art. 3º.** No desenvolvimento de suas atividades, a Fundação não fará qualquer discriminação de raça, cor, sexo ou religião. **Art. 4º.** Para concretização de seus objetivos, a Fundação poderá receber patrocínios, doações e subvenções, contratar serviços de terceiros e estabelecer convênios, acordos, ajustes, e contratos com entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras. **CAPÍTULO II - DO PATRIMÔNIO E RECURSOS - Art. 5º.** A FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ tem seu patrimônio constituído: I - Pelos bens, direitos e deveres relacionados na escritura de constituição; II - Por doação, dotações, legados e auxílios recebidos de terceiros; III - Pelos bens, direitos e haveres que adquirir; IV - Pelas rendas patrimoniais e pelas provenientes de serviços prestados a terceiros; V - Pela contribuição inicial de seus fundadores. **Art. 6º.** A Fundação poderá contar com o cumprimento de suas finalidades com as seguintes fontes de recurso: I - Os provenientes de convênios, acordos, ajustes, doações, subvenções e dotações; II - As remunerações recebidas por serviços; III - As rendas próprias dos bens que possua ou administre; IV - As rendas destinadas por terceiros a seu favor; V - As rendas dos títulos, ações ou papéis financeiros de sua propriedade; VI - Os juros de capital e outras receitas da mesma natureza; VII - Os usufrutos que lhe forem conferidos. **Art. 7º.** A Fundação aplicará integralmente suas rendas, recursos e eventuais resultados operacionais na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais no território nacional; I - Subvenções e doações recebidas somente serão aplicadas nas finalidades a que se vinculem; II - À Fundação fica vedado remunerar, conceder vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título, a seus diretores, sócios, conselheiros, instituidores, benfeitores ou equivalentes; III - Igualmente não poderá a Fundação, sob nenhuma forma ou pretexto, distribuir resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio. **CAPÍTULO III - DOS ORGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO - Art. 8º.** São órgãos da administração da Fundação: I - O conselho da administração; II - A Presidência; III - O Conselho Fiscal. **Art. 9º.** O CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO é o poder máximo da Fundação e será integrado por todos os instituidores da FUNDAÇÃO e por mais quatro (04) membros por eles designados. **Parágrafo Primeiro** - Cabe aos instituidores remanescentes promover a substituição daqueles que vierem a falecer ou renunciar a essa condição. **Parágrafo Segundo** - O Conselho da Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano e, extraordinariamente, sempre que necessário mediante convocação do Presidente da Fundação ou 2/3 (dois terços) de seus membros, a fim de deliberar, sobre: I - O Plano anual de trabalho da FUNDAÇÃO; II - A guarda, movimentação e alienação dos bens da Fundação; III - O relatório

*S. Mates*  
Maria de Socorro C. Mates  
Advogada - OAB 1587/CE





# CERTIDÃO

CARTÓRIO FRANCISCO XIMENES DE MELO  
3º Tabelionato de Notas de Caucaia - CE

32 R.P.J. DE CAUCAIA-CE  
Registro Livro 2 - PJ  
26 Ago 2002 = Folha: 154

CARTÓRIO FRANCISCO XIMENES DE MELO  
3º Tabelionato de Notas de Caucaia - CE  
PATRICIA GUIMARÃES Designado d. Notas de Caucaia/CE  
Substituta  
Maria Inês Lima de Souza  
Tabela Substituta - 567.188.543.72

anual e o balanço geral do exercício anterior; IV – A eleição da Presidência; V – O Regimento Interno da Fundação; VI – O Estatuto; VII – Casos omissos no Estatuto. **Parágrafo Terceiro** – A convocação do Conselho da Administração, quer ordinariamente ou extraordinariamente, será realizada com antecedência mínima de 24 horas, e deliberará, em primeira convocação, com maioria absoluta dos seus membros, e em segunda convocação, com os presentes, qualquer seja o número. **Parágrafo Quarto** – As deliberações nas reuniões do Conselho de Administração serão aprovadas por maioria simples, exceção aos casos neste Estatuto previsto expressamente. **Art. 10º.** A Fundação constituirá um Conselho de Programação com membros da comunidade para executar e acompanhar a programação da Radiodifusão Educativa. **Art. 11º.** A Presidência da Fundação será composta da seguinte forma: Presidente, Secretário e Tesoureiro. **Parágrafo Único** – O mandato dos membros da Presidência será de cinco (05) anos, permitida reeleição. **Art. 12º.** Compete ao **Presidente:** I – Representar a Fundação ativa e passivamente em juízo ou fora dele; II – Convocar, ordinariamente, e presidir as assembléias do Conselho da Administração; III – Designar o Superintendente Geral da Fundação; IV – Firmar convênios, acordos, ajustes e contratos no nome da Fundação; V – Fixar o quadro funcional, provê-lo e estabelecer a sua remuneração; VI – Apresentar ao Conselho da Administração o plano anual de trabalho, o relatório e o balanço do exercício anterior, ouvindo, com relação a este último, o Conselho Fiscal; VII – Prover os casos da Presidência em caso de vacância. **Art. 13º.** Compete ao **Secretário:** I – Redigir e assinar, com o Presidente, as atas das reuniões do Conselho da Administração; II – Responsabilizar-se pelos ofícios e demais correspondências da Fundação, assinando-os juntamente com o Presidente; III – Providenciar, organizar, arquivar e preservar toda a documentação referente à Fundação. **Parágrafo Único** – O secretário poderá delegar atribuições. **Art. 14º.** Compete ao **Tesoureiro:** I – Elaborar os balancetes mensais e anuais da Fundação; II – Assinar cheques, depositar e movimentar conta bancária aberta em nome da entidade, tudo juntamente com o Presidente, receber e pagar contas; III – Receber doações, legados e auxílios recebidos de terceiros. **Art. 15º.** O **conselho Fiscal** será constituído de quatro (04) membros, com mandato de cinco (05) anos, escolhidos pelo Conselho da Administração e reunindo-se semestralmente para: I – Apreçar as prestações de contas, balanços anuais e balancetes mensais da Fundação, emitindo competente parecer quando necessário; II – Promover por solicitação do Presidente ou do Conselho da Administração, auditorias e tomadas de contas em unidades, programas ou convênios específicos; III – Elaborar as normas e procedimentos contábeis, financeiros e patrimoniais a serem observadas em todos os registros e operações da Fundação. **CAPÍTULO IV – DO REGIME**



*Sufatos*  
Marta da Sampaio O. Nunes  
Advogada - OAB 1187/CE

*nunes*

*[Signature]*

*[Signature]*



# CERTIDÃO

CARTÓRIO FRANCISCO XIMENES DE MELO  
3º Tabelionato de Notas de Caucaia/CE

Caucaia - CE  
CARTÓRIO FRANCISCO XIMENES DE MELO  
3º Tabelionato de Notas de Caucaia/CE  
Maria Angélica de Souza  
Tabela Substituta - CPF: 567.188.533-72

30 R.P.J. DE CAUCAIA-CE  
Registro Livro 2 - PJ  
26 Ago 2002 = Folha: 155

CARTÓRIO FRANCISCO XIMENES DE MELO  
3º Tabelionato de Notas de Caucaia-CE  
PATRICIA GUIMARÃES LOIOLA  
Substituto

**FINANCEIRO – Art. 16º.** O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.  
**Art. 17º.** Até o dia 30 de novembro de cada ano, o Presidente apresentará ao Conselho da Administração o plano de trabalho e a respectiva proposta orçamentária. **Art. 18º.** Ao fim de cada exercício a Presidência encaminhará ao Conselho da Administração, o relatório de atividades, a prestação de contas, o balanço geral e o inventário, com as deliberações financeiras e parecer do Conselho Fiscal, para deliberação, até o último dia de março do ano subsequente ao exercício. **CAPÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS – Art. 19º.** O presente Estatuto poderá ser emendado ou revisto mediante proposta do Presidente ou de metade dos membros do Conselho da Administração, dependendo a aprovação do voto favorável de dois terços dos membros do mesmo colegiado. **Art. 20º.** A Fundação se extinguirá ou se dissolverá por decisão favorável de dois terços dos membros do Conselho da Administração, na forma da lei, e o seu eventual patrimônio remanescente será destinado à entidade registrada no CNAS, ou entidade pública, a critério da instituição. **Art. 21º.** Os membros da Administração não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas em nome desta, por ato regular de gestão, todavia, serão responsáveis pelos atos que praticarem com culpa ou dolo violação da lei ou do presente Estatuto. **Art. 22º.** O presente Estatuto passará a vigorar quando devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Caucaia, Estado do Ceará. Após a leitura, sem nenhuma divergência, foi o Estatuto da FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ, acima transcrito e aprovado. Como patrimônio inicial da “FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ”, fazem desde já as seguintes contribuições: CLAUDIVAL CARDOZO DA SILVA, R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) em moeda corrente nacional; ROBERTA MARIA FERNANDES CAVALCANTE, R\$ 1.000,00 (hum mil reais) em moeda corrente nacional; ANA CLAUDIA CARDOSO DA SILVA, R\$ 1.000,00 (hum mil reais) em moeda corrente nacional; RAIMUNDA ALVES DA SILVA, R\$ 1.000,00 (hum mil reais) em moeda corrente nacional; LUIZ ANTONIO DE SANTANA, R\$ 1.000,00 (hum mil reais) em moeda corrente nacional; MARIA CLEIDE CARDOZA SILVA SANTANA, R\$ 1.000,00 (hum mil reais) em moeda corrente nacional; ROBERTO DA FROTA CAVALCANTE, R\$ 1.000,00 (hum mil reais) em moeda corrente nacional. A Assembléia passou a convocação dos órgãos da Administração da Fundação, na forma do Estatuto aprovado; I – são membros do Conselho da Administração, na qualidade de Instituidores: CLAUDIVAL CARDOZO DA SILVA, ROBERTA MARIA FERNANDES CAVALCANTE, ANA CLAUDIA CARDOSO DA SILVA, RAIMUNDA ALVES DA SILVA, LUIZ ANTONIO DE SANTANA, MARIA CLEIDE CARDOZO SILVA

*Substituta*  
Maria do Socorro C. Matos  
Advogada - OAB 1587/CE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d> / pg. 9

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



CARTÓRIO FRANCISCO XIMENES DE MELO  
3º Tabelionato de Notas de Caucaia  
Caucaia - CE  
CARTÓRIO FRANCISCO XIMENES DE MELO  
3º Tabelionato de Notas de Caucaia / CE  
*Maria Angélica de Souza*  
Tabela Substituta - CPF: 567.188.533-72

30 R.P.J. DE CAUCAIA-CE  
Registro Livro 2 -PJ  
26 Ago 2002 = Folha: 156

CARTÓRIO FRANCISCO XIMENES DE MELO  
3ª Tabelionato de Notas de Caucaia-CE  
PATRICIA GUIMARÃES LIDIA  
Substituto

Wardlaw & Co

RG 23506787-8 SSP-SP CPF 609.684.604-10  
Roberta Maria Peron de Carvalho

Ana claudia Cardoso da Silva

RG 2000000594826 SSP-CE CPF 957.445.683  
Raimunda Alves da Silva

RG  
Mlatas

Mario de Sovero C. Urates  
Abogado - 228 1831 06



06 OCT 2017





39 R.P.J. DE CAUCAIA-CE  
Registro Livro 2 -PJ  
28 Ago 2002 = Folha: 157

CARTÓRIO FRANCISCO XIMENES DE MELO  
3º Tabelionato de Notas de Caucaia-CE  
PATRICIA GUIMARÃES LOIOLA  
Substituta

**CERTIDÃO**  
CARTÓRIO FRANCISCO XIMENES DE MELO  
3º Tabelionato de Notas de Caucaia/CE  
Maria Angélica de Souza  
Tabela Substituta - CPF: 567.188.533-72

*Luiz Antônio de Santana*  
Luiz Antônio de Santana - Conselho Fiscal  
RG 1571532 SSP-PE CPF 235.266.294-04

*Maria Cleide Cardozo Silva Santana*  
Maria Cleide Cardozo Silva Santana - Conselho Fiscal  
RG 4284706 SSP-PE CPF 643.996.134-91

*Roberto da Frota Cavalcante*  
Roberto da Frota Cavalcante - Conselho Fiscal  
RG 100750 SSP-CE CPF 001.195.803-06

*Suêtas*  
Maria da Soterra G. Molas  
Advogada - OAB 155245

CARTÓRIO FRANCISCO XIMENES DE MELO	
TRIBUNAL DE JUSTIÇA PROVIMENTO 06/97	Emolumentos <u>57,37</u>
	FERMOJU <u>4,00</u>
	ACM <u>0,20</u>
	FERC <u>2,00</u>
	Nº Selo <u>PP 183196</u>
	Via(s) <u>12) duas</u>
VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE	

Autêntico, para os devidos efeitos o presente  
copiar reprodução do original que me foi  
apresentado em Cartório pela parte interessada  
Esta foi a verdade.

Des. Mota  
Nº 1000 A  
Adeola  
F. 06/09/2017  
CPF 60192-21

Telefone  
357777

*Cláudio M. Escrivão*  
06 OUT 2017



**CERTIDÃO**  
CARTÓRIO XIMENES  
3º Tabelionato de Notas de Caucaia  
Rua Pedro Gomes de Rocha, 732 - Açude-Caucaia/CE  
De acordo com o dispositivo no art. 14 do Regulamento  
aprovado pelo Decreto nº 1.789 de 20/02/1999  
Atesto a autenticidade deste documento  
CAUCAIA

**08 MAR. 2017**

Belª ANA KARINA LIMA LINHARES LOIOLA - TITULR  
MARIA ANGÉLICA DE SOUZA TABELIA SUBSTITUTA  
ANTONYA LYDIANNE GOMES DE SOUZA TABELIA SUBSTITUTA

CARTÓRIO FRANCISCO XIMENES DE MELO  
3º Tabelionato de Notas de Caucaia/CE  
Maria Angélica de Souza  
Tabela Substituta - CPF: 567.188.533-72



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>





Averbado sob o nº

002906  
3º RPJ DE CAUCAIA/CENáglia Lopes Souza  
Escritor Autorizada  
CPF: 853.718.665-15

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA PARA A ELEIÇÃO E POSSE DO NOVO MANDATO DA DIRETORIA DA FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ - CNPJ: 05.388.377/0001-83**

Aos 13(treze) dias do mês de junho do ano de 2022(dois mil e vinte e dois), às 16 horas, na sua sede, localidade de PV Taquara 1 Lote 16, na Cidade de Caucaia, Estado do Ceará, CEP: 61685-000, reuniram-se em Assembléia Geral Ordinária, todos os membros da Fundação, sob a presidência da Sra. Thalyta Sales Pereira, a qual convidou a mim Carla Almeida Pereira Pfaender para secretariar os trabalhos. Assim, em primeira convocação, constatado o quorum estabelecido no Estatuto, a Presidente deu início a reunião com a leitura da Ordem do Dia, - Eleição e Posse da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, para o mandato de 05(cinco) anos, quinquênio 2022 a 2027- nos termos estatutários, conforme edital de convocação afixado na sede da entidade. Em seguida, foi apresentado chapa única composta pelos membros que já ocupam os cargos da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, sendo referendada pela Assembléia Geral, com a reeleição por aclamação unânime da Diretoria e do Conselho Fiscal, constituída dos seguintes membros: **DIRETORIA EXECUTIVA: PRESIDENTE: THALYTA SALES PEREIRA**, brasileira, natural da Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, solteira, maior, estudante, portadora da cédula de identidade RG nº2007498332 SSP/CE e inscrita no CPF/MF sob o nº 036.948.263-86, residente e domiciliada na Av. Beira Mar, n. 1000, apto 1500, Ed. Jangada, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.165-120; **SECRETÁRIO: ARISTIDES SALES PEREIRA**, brasileiro, natural da Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 2006002022630 SSP/CE e inscrito no CPF/MF sob o nº 036.919.063-70, residente e domiciliada na Av. Beira Mar, n. 1000, apto 1500, Ed. Jangada, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.165-120; **TESOUREIRA: SHIRLEY ALMEIDA PEREIRA MAGALHÃES**, brasileira, natural da Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, casada, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 8908002018027- SSPDS/CE e inscrita no CPF/MF sob o nº 567.364.013-72, residente e domiciliada na Rua José Vilar, 180, apto 1500, Meireles, Fortaleza/CE, CEP: 60.125-000; e **CONSELHO FISCAL: 1. ZEQUINHA ARISTIDES PEREIRA**, brasileiro, natural da Cidade de Jati, Estado do Ceará, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 95002398059 SSPDS/CE e inscrito no CPF/MF sob o nº 058.499.263-72, residente e domiciliada na Av. Beira Mar, n. 1000, apto 1500, Ed. Jangada, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.165-120; **2. RAIMUNDA EDILEUDA DE SALES NOGUEIRA**, brasileira, natural da Cidade de Quixeré, Estado do Ceará, casada, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 950022394622- SSP/CE e inscrita no CPF/MF sob o nº 391.698.713-53, residente e domiciliada na Av. Beira Mar, n. 1000, apto 1500, Ed. Jangada, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.165-120; **3. CARLA ALMEIDA PEREIRA PFAENDER**, brasileira, natural da Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, casada, administradora, portadora da cédula de identidade RG nº95021000820 - SSPDS/CE e inscrita no CPF/MF sob o nº 740.194.494-68, residente e domiciliada na Av. CE 040, n. 700, Condomínio Ibis, Euzébio/CE, CEP: 61.760.908; **4. CHARLES ARISTIDES DE ALMEIDA PEREIRA**, brasileiro, natural da Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 99010237169 -SSP/CE e inscrito no CPF/MF sob o nº

Lopes



Autenticado eletronicamente, após conferência com o original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados.br/bc0705d01cbef4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d> / pg. 12

bc0705d01cbef4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d





Averbado sob o nº  
002906

Nágila Lopes Souza  
Escrevente Autorizada  
CPF: 853.718.665-15

038.200.383-70, residente e domiciliada na Rua Prof. Jacinto Botelho, n. 222, apto 1101, Ed. Paradiase, Guararapes, Fortaleza/CE, CEP: 60.810-050. Ficam empossados, neste ato, os eleitos acima nomeados e qualificados, para novo mandato que compreenderá o quinquênio 2022/2027, que se inicia nesta data. E nada a mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a Assembléia Geral Ordinária, cuja ata aprovada foi lida e lavrada por mim CARLA ALMEIDA PEREIRA PFAENDER, que secretariei os trabalhos, vai assinada por todos os presentes, e segue para apreciação do ilustre **Ministério Público do Estado do Ceará**, e posterior registro no Cartório Francisco Ximenes de Melo, para que surta seus efeitos legais e jurídicos. Caucaia/CE, 13 de junho de 2022.

*Thalyta Sales Pereira*

**THALYTA SALES PEREIRA**  
**PRESIDENTE**

CPF/MF : 036.948.263-86

*Aristides Sales Pereira*

**ARISTIDES SALES PEREIRA**  
**SECRETÁRIO:**

CPF/MF: 036.919.063-70

*Shirley Almeida Pereira Magalhães*

**SHIRLEY ALMEIDA PEREIRA MAGALHÃES**  
**TESOUREIRA**

CPF/MF : 567.364.013-72

**CONSELHO FISCAL:**

*Zequinha Aristides Pereira*

**1. ZEQUINHA ARISTIDES PEREIRA**  
CPF/MF : 058.499.263-72

*Raimunda Edileuda de Sales Nogueira*

**2. RAIMUNDA EDILEUDA DE SALES NOGUEIRA**  
CPF/MF: 391.698.713-53

*Carla Almeida Pereira Pfaender*

**3. CARLA ALMEIDA PEREIRA PFAENDER**  
CPF/MF: 740.194.493-68

*Charles Aristides de Almeida Pereira*

**4. CHARLES ARISTIDES DE ALMEIDA PEREIRA**  
CPF/MF: 038.200.383-70





Averbado sob o nº  
002906  
3º RPJ DE CAUCAIA/CE

Nágila Lopes Souza  
Escritor Autorizada  
CPF: 853.718.665-15



ESTADO DO CEARÁ  
Cartório Aguiar - 8º Tabelionato de Notas e Protesto  
Tabelião: Antônio Claudio Mota de Aguiar  
Av. Des. Moreira, 1000-A, Aldeota, Fortaleza, Ce - CEP: 60170-001  
Fone: 85 3466-7777 - Site: www.cartorioaguiar.com.br

Reconheço por SEMELHANÇA a firma de:

[CQs075q0]-CHARLES ARISTIDES ALMEIDA PEREIRA.....

Em testemunho da verdade - Valor Total dos Serviços: R\$5,30.

Fortaleza, 06 de Julho de 2022 às 10:01:32 - Código do Ato: 002001

Escritor Autorizado: KELLY MONTEIRO DE CASTRO.

VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.



ESTADO DO CEARÁ  
Cartório Aguiar - 8º Tabelionato de Notas e Protesto  
Tabelião: Antônio Claudio Mota de Aguiar  
Av. Des. Moreira, 1000-A, Aldeota, Fortaleza, Ce - CEP: 60170-001  
Fone: 85 3466-7777 - Site: www.cartorioaguiar.com.br

Reconheço por SEMELHANÇA a firma de:

[CQs09eb0]-RAIMUNDA EDILEUDA DE SALES NOGUEIRA.....

[CQs1XTU0]-CARLA ALMEIDA PEREIRA PFAENDER.....

Em testemunho da verdade - Valor Total dos Serviços: R\$10,60.

Fortaleza, 06 de Julho de 2022 às 10:01:32 - Código do Ato: 002001

Escritor Autorizado: KELLY MONTEIRO DE CASTRO.

VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.



ESTADO DO CEARÁ  
Cartório Aguiar - 8º Tabelionato de Notas e Protesto  
Tabelião: Antônio Claudio Mota de Aguiar  
Av. Des. Moreira, 1000-A, Aldeota, Fortaleza, Ce - CEP: 60170-001  
Fone: 85 3466-7777 - Site: www.cartorioaguiar.com.br

Reconheço por SEMELHANÇA a firma de:

[CQs0ECH0]-SHIRLEY ALMEIDA PEREIRA MAGALHAES.....

[CQsSh30]-ZEQUINHA ARISTIDES PEREIRA.....

Em testemunho da verdade - Valor Total dos Serviços: R\$10,60.

Fortaleza, 06 de Julho de 2022 às 10:01:32 - Código do Ato: 002001

Escritor Autorizado: KELLY MONTEIRO DE CASTRO.

VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.



ESTADO DO CEARÁ  
Cartório Aguiar - 8º Tabelionato de Notas e Protesto  
Tabelião: Antônio Claudio Mota de Aguiar  
Av. Des. Moreira, 1000-A, Aldeota, Fortaleza, Ce - CEP: 60170-001  
Fone: 85 3466-7777 - Site: www.cartorioaguiar.com.br

Reconheço por SEMELHANÇA a firma de:

[CQs0mLB0]-THALYTA SALES PEREIRA.....

[CQs075u0]-ARISTIDES SALES PEREIRA.....

Em testemunho da verdade - Valor Total dos Serviços: R\$10,60.

Fortaleza, 06 de Julho de 2022 às 10:01:31 - Código do Ato: 002001

Escritor Autorizado: KELLY MONTEIRO DE CASTRO.

VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA PARA A ELEIÇÃO E POSSE DO NOVO MANDATO DA  
DIRETORIA DA FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ - CNPJ: 05.388.377/0001-83

LISTA DE PRESENÇA - 13 de junho de 2022

Averbado sob o nº  
002906  
3º RPJ DE CAUCAIA/CE

Thalyta Sales Pereira

THALYTA SALES PEREIRA  
CPF/MF : 036.948.263-86  
RG : 2007498332 SSP/CE

Nágila Lopes Souza  
Escrivente Autorizada  
CPF: 853.718.665-15

Aristides Sales Pereira

ARISTIDES SALES PEREIRA,  
CPF/MF: 036.919.063-70  
RG: 2006002022630 SSP/CE

Shirley

SHIRLEY ALMEIDA PEREIRA MAGALHÃES  
CPF/MF : 567.364.013-72  
RG : 8908002018027- SSPDS/CE

Zequinha Aristides Pereira

ZEQUINHA ARISTIDES PEREIRA  
CPF/MF : 058.499.263-72  
RG : 95002398059 SSPDS/CE

Raimunda Edileuda de Sales Nogueira

RAIMUNDA EDILEUDA DE SALES NOGUEIRA  
CPF/MF: 391.698.713-53  
RG : 950022394622- SSP/CE

Carla Almeida Pereira Pfaender

CARLA ALMEIDA PEREIRA PFAENDER  
CPF/MF: 740.194.493-68  
RG : 95021000820 - SSPDS/CE

Charles Aristides de Almeida Pereira

CHARLES ARISTIDES DE ALMEIDA PEREIRA  
CPF/MF: 038.200.383-70  
RG : 99010237169 -SSP/CE

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d





## TERMO DE CONVÊNIO

Termo de Convênio nº 001/2020 que entre si celebram a **FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ** e a **FACULDADE ESCOLA SOBRAL DE OLIVEIRA**, para os fins que especifica.

A **FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ**, inscrita no CNPJ sob nº 05.388.377/0001-83, com endereço de sua sede na localidade de PV Taquara 1 Lote 16, na Cidade de Caucaia, Estado do Ceará, sendo neste ato representada por sua Presidente, **THALYTA SALES PEREIRA**, brasileira, solteira, maior, universitária, portadora da cédula de identidade RG nº 2007498332 -SSP/CE e inscrita no CPF/MF sob o nº 036.948.263-86, doravante denominada simplesmente de **FUNDAÇÃO**, nos termos do Estatuto Social da Fundação, e a **FACULDADE ESCOLA SOBRAL DE OLIVEIRA**, com sede à Rua Joaquim Dias da Cunha, 545, Francisco Rodrigues Ramos, Guaiúba/CE, mantida por **DANILO SOBRAL DE OLIVEIRA EIRELI**, inscrito no CNPJ sob nº 18.454.197/0001-02, com endereço Rua Pinto Madeira, 519, Centro, Fortaleza/CE, CEP: 60.150-000, neste ato representada por seu Diretor Geral, Danilo Sobral de Oliveira, brasileiro, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 34.917 OAB/CE, inscrito no CPF/MF sob o nº 035.735.454-08, doravante denominada simplesmente de **FACULDADE**, resolvem de comum acordo celebrar o presente Termo de Convênio, regido pelas seguintes cláusulas e condições:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Constitui objeto do presente Termo de Convênio **a garantia do fornecimento do suporte pedagógico e técnico à edição de programas voltados exclusivamente para a educação, para imprimir melhor qualidade na execução** da programação do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, com vistas a contribuir com o processo de contínua formação do cidadão, com programas produzidos pela FUNDAÇÃO e orientados pela FACULDADE, de cunho educativo, com fins à comunicação, elevação do nível de vida e bem estar social nas áreas de abrangência da emissora.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES**

São obrigações dos partícipes:

#### **I – DA FUNDAÇÃO:**

T.S.

6



- a) Execução do Serviço de Radiodifusão Sonora e de sons e imagens em caráter educativo e cultural, produzindo e veiculando programas educacionais, culturais e artísticos de interesse comunitário.
- b) Realizar ações conjuntas com a FACULDADE recebendo da mesma a assessoria técnica na promoção da educação, nas localidades de atuação, de forma a difundir a programação informativa, educativa, cultural e científica.
- c) Divulgar a FACULDADE, por meio de 01(uma) inserção de 1(um) minuto, diariamente, dentro de sua grade de programação.
- d) Auxiliar de acordo com suas condições, atividades com finalidades sociais, educativo-culturais e de lazer, profissional e desenvolvimento de projetos comunitários, por meio da emissora;

## II-DA FACULDADE

- a) ***Garantir além do suporte pedagógico, o fornecimento do suporte técnico à edição de programas voltados exclusivamente para a educação.***
- b) Em ação conjunta com a FUNDAÇÃO, desenvolver/e ou sugerir conteúdo pedagógico a serem produzidos e transmitidos pela estação do serviço de radiodifusão, contemplada com a outorga do poder concedente para executar o serviço com fins exclusivamente educativos e culturais;
- c) Prestar a assistência necessária à consecução dos objetivos educativos de veiculação da emissora.
- d) Produzir a inserção institucional de divulgação da FACULDADE, para ser entregue à FUNDAÇÃO que transmitirá na emissora.

## CLÁUSULA TERCEIRA- DA VIGÊNCIA

O presente instrumento vigorará pelo prazo de 60(sessenta) meses, contados da data de sua assinatura e poderá ser prorrogado por igual período, mediante aditamento.

## CLÁUSULA QUARTA - RESCISÃO

O presente termo poderá ser rescindido a qualquer momento, por qualquer das partes contratantes, mediante comunicação formal com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

## CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

**O presente Termo não envolve a transferência de recursos financeiros entre os partícipes, sendo cada uma delas, responsável, exclusiva e integralmente pela execução de suas respectivas atribuições.**

## CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICIDADE

A publicidade dos atos praticados em função deste Termo deverá restringir-se caráter educativos, informativo, ou de orientação social, não podendo dela constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

TS.







## CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Para dirimir os possíveis litígios decorrentes deste Convênio elege-se o fórum da cidade de Caucaia do Estado do Ceará.

E por estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento em 02(duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo, que também o subscrevem, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

Caucaia/CE, 09 de dezembro de 2020.

  
Thalyta Sales Pereira  
**FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ**  
**THALYTA SALES PEREIRA**  
**CPF: 036.948.263-86**  
**PRESIDENTE**

  
Daniilo Sobral de Oliveira  
**FACULDADE ESCOLA SOBRAL DE OLIVEIRA**  
**DANILO SOBRAL DE OLIVEIRA**  
**CPF: 035.735.454-08**  
**DIRETOR-GERAL**

## TESTEMUNHAS:

- Rafaelly Gomes Ferreira  
RG Nº 95002394622
- \_\_\_\_\_  
RG Nº \_\_\_\_\_





TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 13508930

USO OBRIGATÓRIO  
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS  
(Art. 13 da Lei nº 9.906/94)



ASSINATURA DO PORTADOR

14/4/2

AB

OBSERVAÇÕES



**ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL**

CONSELHO SECCIONAL DO CEARÁ  
IDENTIDADE DE ADVOGADO

INSCRIÇÃO: 34917

NOME:  
DANILO SOBRAL DE OLIVEIRA

FILIAÇÃO:  
JOSE DA GUIA AGIOLES DE OLIVEIRA  
MARIA DAS NEVES PEREIRA DE SOBRAL OLIVEIRA

NATURALIDADE:  
PATOS-PB

DATA DE NASCIMENTO:  
18/09/1982

RG:  
2473416 - SSPB

CPF:  
035.735.454-08

DOADOR DE ÓRGÃOS E TEJIDOS:  
NÃO DECLARADO

VIA EXPEDIDO EM:  
01 27/07/2018

MARCELO MOTA GURGEL DO AMARAL  
PRESIDENTE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

**FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ**  
CNPJ 05.388.377/0001-83

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

CONTAS	2020
<b>ATIVO</b>	<b>234.936,28</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>116.896,80</b>
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>116.896,80</b>
<b>CAIXA</b>	<b>11.550,20</b>
<b>BANCOS C/MOVIMENTO</b>	<b>1,00</b>
BANCO BRADESCO S/A - C/C 0027977-3	1,00
<b>APLICAÇÃO DE LIQUIDEZ IMEDIATA</b>	<b>105.345,60</b>
BANCO BRADESCO S/A 0027977-3	105.345,60
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>118.039,48</b>
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>118.039,48</b>
MAQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS	120.356,00
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	-(12.035,60)
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	10.798,98
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	-(1.079,90)
<b>PASSIVO</b>	<b>234.936,28</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>357,20</b>
<b>OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E FISCAIS A RECOLHER</b>	<b>357,20</b>
<b>OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS</b>	<b>306,85</b>
FGTS A RECOLHER	306,85
<b>IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>50,35</b>
PIS S/ FOLHA DE PAGAMENTO A RECOLHER	50,35
<b>PATRIMONIO SOCIAL</b>	<b>234.579,08</b>
<b>PATRIMONIO SOCIAL</b>	<b>234.579,08</b>

**CAUCAIA, 31 DE DEZEMBRO DE 2020.**

*Thalyta Sales Pereira*  
THALYTA SALES PEREIRA  
PRESIDENTE  
CPF 036.948.263-86

*Alzira Maria Azevedo de Moura*  
ALZIRA MARIA AZEVEDO DE MOURA  
CONTADORA - CRC-CE 9087/0-8  
CPF 322.000.053-34

SEDE: LOTE PV TAQUARA, I Nº 01, LOTE 16, BAIRRO TAQUARA CEP 61-685-000  
CAUCAIA-CEARÁ-BRASIL



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>05.388.377/0001-83</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA <b>26/08/2002</b>
NOME EMPRESARIAL <b>FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>306-9 - Fundação Privada</b>		
LOGRADOURO <b>LOT PV TAQUARA 1</b>	NÚMERO <b>SN</b>	COMPLEMENTO <b>LOTE 16</b>
CEP <b>61.685-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>TAQUARA</b>	MUNICÍPIO <b>CAUCAIA</b>
UF <b>CE</b>		
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE <b>(85) 3484-5173</b>
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>03/11/2005</b>
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **13/06/2022** às **16:36:21** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

Petição (10290514)

SEI 53115-020202/2022-54 / pg. 21

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 05.388.377/0001-83

**Razão Social:** FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ

**Endereço:** R SITIO SANTA HELENA S/N GUAGIRU / CENTRO / CAUCAIA / CE / 61600-970

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 27/06/2022 a 26/07/2022

**Certificação Número:** 2022062701265770756809

Informação obtida em 13/07/2022 09:32:08

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[a-crif.caixa.gov.br/consultacrif/pages/consultaEmpregador.jsf](http://a-crif.caixa.gov.br/consultacrif/pages/consultaEmpregador.jsf)

<https://mforeg-autenticidade-assinatura-fundacaoterra.org.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

Petição (10299374)

SEI 55115.020202/2022-54 / pg. 22

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



BOM DIA  
ALESSANDRA DUDASistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

BOLETO »» **Nada Consta** | menu ajuda

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

**Nome:** FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ**CNPJ:** 05.388.377/0001-83

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 09:45:42 do dia 13/07/2022 (hora e data de Brasília).

Válida até 12/08/2022.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

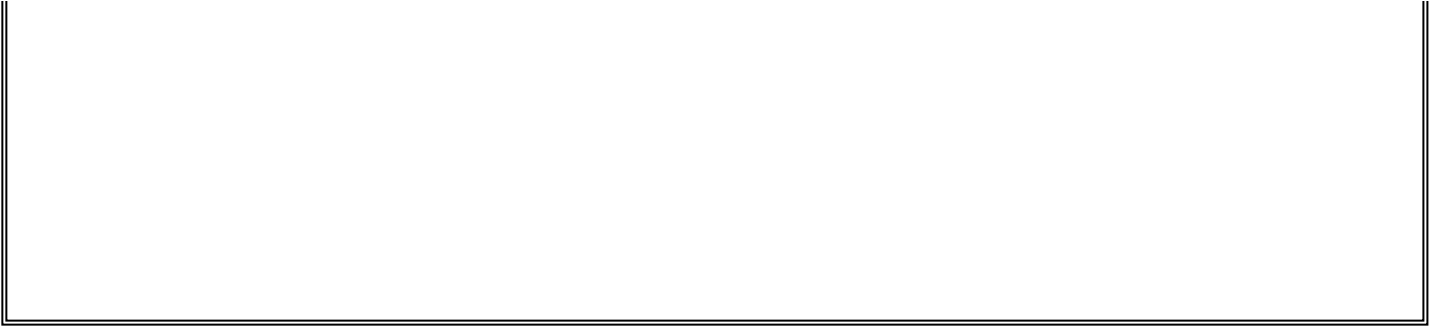
[as.anatel.gov.br/boleto/NadaConsta/certidao.asp](https://as.anatel.gov.br/boleto/NadaConsta/certidao.asp)

<https://mreleg-autenticidade-assinatura-da-mara-reg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

Petição (10280374)

SEI 55115.020202/2022-54 / pg. 23

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[as.anatel.gov.br/boleto/NadaConsta/certidao.asp](https://anatel.gov.br/boleto/NadaConsta/certidao.asp)

<https://mefeg-autenticidade-assinatura-da-mefeg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

Petição (10280574)

SEI 55115.020202/2022-54 / pg. 24

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ**  
**CNPJ: 05.388.377/0001-83**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:34:23 do dia 13/07/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 09/01/2023.

Código de controle da certidão: **D2DE.4DB8.2E73.B0EF**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d> / pg. 25

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
Procuradoria Geral do Estado**

**Certidão Negativa de Débitos Estaduais**  
202212185370

**Emitida para os efeitos da Instrução Normativa Nº 13 de 02/03/2001**

IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE
<b>Inscrição Estadual:</b> *****
<b>CNPJ / CPF:</b> 05388377000183
<b>RAZÃO SOCIAL:</b> *****

**Ressalvado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para fins de direito, que revendo os registros do Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual - CADINE, verificou-se nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para constar, foi emitida esta certidão.**

**EMITIDA VIA INTERNET EM 13/06/2022 ÀS 16:40:57**  
**VÁLIDA ATÉ 12/08/2022**

**A autenticidade deste documento deverá ser comprovada via Internet, no endereço**  
**[www.sefaz.ce.gov.br](http://www.sefaz.ce.gov.br)**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[t-consultapublica.apps.sefaz.ce.gov.br/certidaonegativa/consultarPdf?tipoDevedor=2&codigoDevedor=05388377000183](https://internet-consultapublica.apps.sefaz.ce.gov.br/certidaonegativa/consultarPdf?tipoDevedor=2&codigoDevedor=05388377000183)

Petição (10290374) - SEI 53115.020202/2022-54 / pg. 26

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d





**GOVERNO MUNICIPAL DE CAUCAIA**  
**SECRETARIA DE FINANÇAS, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS**  
**CERTIDÃO N 016560/ 2022**

**DADOS DO CONTRIBUINTE**

Contribuinte	CPF/CNPJ
<b>FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ</b>	<b>05.388.377/0001-83</b>
Endereço	Bairro
<b>LOC. DE PV TAQUARA 01 - LOTE 16, -</b>	<b>LOC. DE PV TAQUARA</b>
Cidade	UF CEP
<b>CAUCAIA</b>	<b>CE 61.685-000</b>

Certificamos, para os devidos fins, que o(a) requerente acima qualificado(a) encontra-se quite com os tributos municipais até a presente data, ressalvado porém, o direito da Secretaria de Finanças e Planejamento de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, na forma de legislação em vigor. Válida para todos os fins.

Caucaia-CE, 22 de junho de 2022 (11:21:52)

Certidão expedida gratuitamente com base no Decreto n 254, de 25 de janeiro de 2011.  
 A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada obrigatoriamente no site da SEFIN  
 (<http://www.sefin.caucaia.ce.gov.br>).

Válido até **90 dias a partir da data de expedição, apresentada RASURA a CERTIDÃO e NULA.**

**CERTIDÃO EMITIDA VIA INTERNET**  
<http://www.sefin.caucaia.ce.gov.br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 05.388.377/0001-83

Certidão nº: 18841480/2022

Expedição: 13/06/2022, às 16:45:39

Validade: 10/12/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **05.388.377/0001-83**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: [cnadt@tst.jus.br](mailto:cnadt@tst.jus.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

Petição 10290574

SEI 53115.020202/2022-54 / pg. 28

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

## CARTÓRIO XIMENES

3º TABELIONATO DE NOTAS E DE PROTESTO DE TÍTULOS, OFÍCIO DE REGISTROS DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIS DAS PESSOAS JURÍDICAS E TABELIONATO E OFÍCIO DE REGISTRO DE CONTRATOS MARÍTIMOS

Titular: **Bela. Ana Karina Lima Linhares Loiola**  
Substituta: **Antonya Lydianne Gomes de Souza**  
Substituta: **Ana Patrícia da Costa Câmara**

## CERTIDÃO DE PESSOA JURÍDICA

CERTIDÃO

A DRA. ANA KARINA LIMA LINHARES LOIOLA, TITULAR DO CARTÓRIO FRANCISCO XIMENES DE MELO, 3º TABELIONATO DE NOTAS E DE PROTESTOS DE TÍTULOS, OFÍCIO DE REGISTROS DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIS DAS PESSOAS JURÍDICAS E TABELIONATO E OFÍCIO E REGISTRO DE CONTRATOS MARÍTIMOS DA COMARCA DE CAUCAIA, ESTADO DO CEARÁ, POR NOMEAÇÃO LEGAL, ETC.

CERTIFICO, a requerimento da parte interessada, que, procedendo à busca nos assentamentos próprios do arquivo deste Cartório, à meu cargo, revendo os livros de registro de Pessoas Jurídicas, deles verifiquei existir a averbação da ata da **FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ** livro nº **A-142**, às fls. 232/238 datada de 21 de julho de 2022. Sendo recolhido às custas de R\$ 101,57. O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ. Caucaia, 21 de julho de 2022.

EM TESTEMUNHO DA VERDADE

*Nágila Lopes Souza*  
*Escrevente Autorizada*  
CPF: 853.718.665-15  
**Nágila Lopes Souza**  
**Escrevente autorizada**

	 <b>Poder Judiciário Estado do Ceará</b> <b>Selo Digital de Autenticidade</b>	<b>CUSTAS E EMOLUMENTOS INCIDENTES</b>
	<b>Selo Tipo 4</b> <b>CERTIDÃO - SELO 4</b> <b>Nº AAC124787-E4P9</b>  Consulte a validade do Selo Digital em: <a href="https://selodigital.tjce.jus.br/portal">selodigital.tjce.jus.br/portal</a>	<b>Nº Atendimento: 20220721673966</b> <b>Total Emolumentos: 76,28</b> <b>Total Fermoju: 4,86</b> <b>ISS, FFADEP e FRMP: 11,43</b> <b>Total Selos: 9,01</b> <b>Valor Total: 101,57</b>  <b>Base de Cálculo / Atos com Valor Declarado</b> 0,00  <b>Detalhamento da cobrança / Listagem dos</b> <b>códigos da tabela de emolumentos envolvidos</b>  <b>Códigos: 5025</b>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

Petição (10290514)

SEI 53115.020202/2022-54 / pg. 29

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d





## CARTÓRIO XIMENES

3º TABELIONATO DE NOTAS E DE PROTESTO DE TÍTULOS, OFÍCIO DE REGISTROS DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIS DAS PESSOAS JURÍDICAS E TABELIONATO E OFÍCIO DE REGISTRO DE CONTRATOS MARÍTIMOS

Titular: **Bela. Ana Karina Lima Linhares Loiola**  
Substituta: **Antonya Lydianne Gomes de Souza**  
Substituta: **Ana Patricia da Costa Câmara**

Rua Pedro Gomes da Rocha, 732 - Açude CEP: 61605-150 Caucaia-Ce Fone: (85)3521.7501

### REGISTRO PARA FINS DE PUBLICIDADE E EFICÁCIA CONTRA TERCEIROS

Nº 2906 de 21/07/2022 13:46:50

Certifico e dou fé que o documento em papel com 7 (Sete) página(s), foi apresentado em 21/07/2022 13:46:50, o qual foi protocolado e registrado sob nº 2906 em 21/07/2022 13:46:50, no Livro de Registro Civil das Pessoas Jurídicas (Livro A-142) deste Cartório do 3º Tabelionato de Notas e de Protesto de Títulos, Ofício de Registros de Títulos e Documentos e Civis das Pessoas Jurídicas e Tabelionato e Ofício de Registros de Contratos Marítimos de Caucaia - CE, CNPJ 01.730.807/0001-42, na presente data.

#### Natureza:

AVERBACAO DE ATA

CNPJ do Emitente: 05388377000183

Caucaia, 21/07/2022 13:46:50

**Luana Soares da Silva**  
Escrevente

**Márcia Lopes Souza**  
Escrevente Autorizada  
CPF: 853.718.665-15

Este certificado é parte integrante e inseparável do registro do documento acima descrito.

#### CUSTAS E EMOLUMENTOS INCIDENTES

Nº do Atendimento: 20220721000988  
Total Emolumentos: R\$ 122,85  
Total FERMOJU: R\$ 9,05  
Total Selos: R\$ 8,15  
Total ISS, FRMMP e FAADep: R\$ 18,42  
Valor Total: R\$ 158,47

**Base de Cálculo / Atos com Valor Declarado**  
Bem/Negócio: R\$ 0,00

**Detalhamento da cobrança / Listagem dos**  
**códigos da tabela de emolumentos envolvidos**

Códigos: 005013 / 005023 / 005026



**PODER JUDICIÁRIO**  
Estado do Ceará

Selo Tipo 1  
MicroFilmagem e Digitalização  
Nº AAO619613-I5K9/  
AAO619614-J6K9

Selo Tipo 11  
Registro RTD&PJ  
Nº AAK2941-I7W9

**SELO DIGITAL DE  
AUTENTICIDADE**



Consulte a validade do Selo Digital em:  
[selodigital.tjce.jus.br/portal](https://selodigital.tjce.jus.br/portal)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.tjce.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

Petição (1029034)

SEI 53115-020202/2022-54 / pg. 30

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



Nágila Lopes Souza  
Escritor Autorizada  
CPF: 853.718.665-15

Averbado sob o nº  
002906  
3º RPJ DE CAUCAIA/CE



**MPCE**  
Ministério Público  
do Estado do Ceará

12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAUCAIA

SAJ/MPCE nº 01.2022.00022271-5

**CERTIDÃO Nº 0174/2022/12ª PmJCAU**

Certifico, que dei ciência pessoal à interessada acerca da autorização do registro da ata em Cartório e procedi a devolução dos documentos originais juntados ao procedimento em epígrafe, na data de 20/07/2022.

O referido é verdade. Dou fé.

Caucaia/CE, 20 de julho de 2022.

(Assinado eletronicamente conforme o Ato Normativo nº 209/2021)

Willia Soares Lopes  
Assessor Jurídico  
Matrícula nº 21416410

12ª Promotoria de Justiça de Caucaia  
Rua José Emídio da Rocha, 331, Grilo, Caucaia-CE - CEP 61600-420  
Telefone: (85) 3342-9083, E-mail: 12prom.caucaia@mpce.mp.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

Petição (10290574)

SEI 53115.020202/2022-54 / pg. 31

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO MILTON BARBOSA DE SOUSA



Polgar Direito



Thalyta Sales Pereira

ASSINATURA DO TITULAR

ARTEIRA DE IDENTIDADE

Autentico para os devidos efeitos a presente  
cópia reprográfica do original que me foi  
apresentado em Cartório pela parte interessada  
Dou fé.  
Em test. da verdade

31 JUL. 2017

Rafaelly Gomes Ferreira  
Escrevente Autorizada

Telefone  
3466-7777

REGISTRO GERAL 2007498332 - 0

DATA DE EXPEDIÇÃO 05/04/2010

NOME  
THALYTA SALES PEREIRA

FILIAÇÃO  
ZEQUINHA ARISTIDES PEREIRA

RAIMUNDA EDILEUDA DE SALES NOGUEIRA

NATURALIDADE  
FORTALEZA - CE

DATA DE NASCIMENTO  
25/11/1996

DOC. ORIGEM

CERT. NASCIMENTO - CARTÓRIO: MONDUBIM TERMO: 13417 FOLHA: 044

LIVRO: A-15 FORTALEZA - CE

CPF 036.948.263-86

1 VIA

ASSINATURA DO DIRETOR

P.: 178

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



Autentico para os devidos efeitos a presente  
cópia reprográfica do original que me foi  
apresentado em Cartório pela parte interessada  
Dou fé.  
Em test. da verdade

31 JUL. 2017

Rafaelly Gomes Ferreira  
Escrevente Autorizada

Telefone  
3466-7777

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
<b>ESTADO DO CEARÁ</b> SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO HUMANA E PERÍCIAS BIOMÉTRICAS	
 Polegar Direito	 PROIBIDO PLASTIFICAR
Aristides Sales Pereira ASSINATURA DO TITULAR	
CARTEIRA DE IDENTIDADE	
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL 2006002022630	DATA DE EXPEDIÇÃO 31/03/2015
NOME ARISTIDES SALES PEREIRA	
FILIAÇÃO ZEQUINHA ARISTIDES PEREIRA	
RAIMUNDA EDILEUDA DE SALES NOGUEIRA	
NATURALIDADE FORTALEZA - CE	DATA DE NASCIMENTO 18/10/1991
DOC. ORIGEM CERT. CASAMENTO - CARTÓRIO:5 OFÍCIO TERMO:22452 FOLHA:252	
LIVRO:839 FORTALEZA - CE	
CPF 036.919.063-70	
2 VIA	ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83	
P.: 8	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://mef.gov.br/autenticidade/consulta/10250514?token=bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

Petição (10250514)

SLI 55115:020202/2022 54 / pg. 34

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
ESTADO DO CEARÁ		0903002010027	
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL		DATA DE EMISSÃO	
PODEM FORNECER DO ESTADO DO CEARÁ		11/09/2016	
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO HUMANA E PROTEÇÃO SOCIOFAMILIAR			
PROIBIDO PLASTIFICAR			
			
Polegar Direito			
			
Assinatura			
			
NOME		SHIRLEY ALMEIDA PEREIRA MAGALHÃES	
FILIAÇÃO		EZEQUIAS AMSTINES PEREIRA	
NATURALIDADE		RAIMUNDA ALMEIDA PEREIRA	
LOCALIDADE		FORTALEZA - CE	
DOC. PRESENTE		CERT. CASAMENTO - CARTÓRIO: MORMUBIN TERMO: 3407 FOLHA: 227	
		LIVRO: 8.18 FORTALEZA - CE	
		CPF: 567.344.013-72	
		DATA DE NASCIMENTO	
		03/12/1974	
		P. 1 2	
		2 VIA	
		LEI Nº 7.110 DE 19-08-03	

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



ceptora de sinais de televisão repetidos via satélite, visando a retransmitir os seus próprios sinais.

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO  
(7.386-0 03/12/02 95,23)

PORTARIA Nº 2.639, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 53000.005284/02, resolve:

Autorizar, de acordo com o artigo 18 do Decreto n.º 3.965, de 10 de outubro de 2001, a TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 5 (cinco), na cidade de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul, a executar os Serviços de Retransmissão e de Repetição de Televisão, anclares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, na cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão, através do canal 27 (vinte e sete), utilizando estação terrena receptora de sinais de televisão repetidos via satélite, visando a retransmitir os seus próprios sinais.

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO  
(7.410-7 04/12/02 95,23)

PORTARIA Nº 2.640, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 53000.005263/02, resolve:

Autorizar, de acordo com o artigo 18 do Decreto n.º 3.965, de 10 de outubro de 2001, a TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 5 (cinco), na cidade de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul, a executar os Serviços de Retransmissão e de Repetição de Televisão, anclares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, na cidade de Limeira, Estado de São Paulo, através do canal 4 (quatro), utilizando estação terrena receptora de sinais de televisão repetidos via satélite, visando a retransmitir os seus próprios sinais.

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO  
(7.312-7 04/12/02 95,23)

PORTARIA Nº 2.641, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 53000.005260/02, resolve:

Autorizar, de acordo com o artigo 18 do Decreto n.º 3.965, de 10 de outubro de 2001, a TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 5 (cinco), na cidade de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul, a executar os Serviços de Retransmissão e de Repetição de Televisão, anclares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo, através do canal 12 (doze), utilizando estação terrena receptora de sinais de televisão repetidos via satélite, visando a retransmitir os seus próprios sinais.

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO  
(7.313-5 04/12/02 95,23)

PORTARIA Nº 2.643, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 53000.005283/02, resolve:

Autorizar, de acordo com o artigo 18 do Decreto n.º 3.965, de 10 de outubro de 2001, a TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 5 (cinco), na cidade de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul, a executar os Serviços de Retransmissão e de Repetição de Televisão, anclares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, na cidade de Americana, Estado de São Paulo, através do canal 33 (trinta e três), utilizando estação terrena receptora de sinais de televisão repetidos via satélite, visando a retransmitir os seus próprios sinais.

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO  
(7.314-3 04/12/02 95,23)

PORTARIA Nº 2.644, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, resolve:

Outorgar permissão à Fundação Quilombo para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Marechal Deodoro, Estado de Alagoas. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição. (Processo n.º 53000.000848/2002).

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO  
(413-1- 02.12.02 - 95,23)

PORTARIA Nº 2.701, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, resolve:

Outorgar permissão à Fundação Stênio Congro para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Paranaíba, Estado de Mato Grosso do Sul. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição. (Processo n.º 53700.000079/2002).

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO  
(399-2- 02.12.02 - 95,23)

PORTARIA Nº 2.703, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, resolve:

Outorgar permissão à Fundação Rádio Igreja de Araquai para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Araquai, Estado de Minas Gerais. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição. (Processo n.º 53710.000221/2001).

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO  
(400-X- 02.12.02 - 95,23)

PORTARIA Nº 2.704, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, resolve:

Outorgar permissão à Fundação Cultural e Educacional Cescage para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição. (Processo n.º 53000.000113/2002).

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO  
(412-3- 03.12.02 - 95,23)

PORTARIA Nº 2.709, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, resolve:

Outorgar permissão à Fundação Espaço Cultural de Paulínia para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Paulínia, Estado de São Paulo. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição. (Processo n.º 53830.001494/99).

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO  
(455-7-3- 04.12.02 - 95,23)

PORTARIA Nº 2.781, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, resolve:

Outorgar permissão à Fundação Stênio Congro para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Aparecida do Taboado, Estado de Mato Grosso do Sul. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição. (Processo n.º 53700.000081/02).

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO  
(298-8- 09.12.02 - 95,23)

PORTARIA Nº 2.782, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, resolve:

Outorgar permissão à Fundação Cultural de Radiodifusão Educativa Costa Dourada para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição. (Processo n.º 53000.002138/02).

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO  
(448-4- 06.12.02 - 95,23)

PORTARIA Nº 2.795, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, resolve:

Outorgar permissão à Fundação Cultural Terra da Luz para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Caucaia, Estado do Ceará. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição. (Processo n.º 53000.005113/2002).

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO  
(300-3- 11.12.02 - 95,23)

PORTARIAS DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto n.º 2.615, de 3 de junho de 1998, resolve autorizar as entidades abaixo relacionadas a executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária. Os atos de autorização somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição.

Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF
2.833	53830.002489/98	Associação Comunitária Rádio e Televisão Dom Bonifácio	São José do Rio Pardo/SP
2.834	53740.002009/99	Associação de Difusão Comunitária Prefeito Luiz Gonzaga Bonissoni	Ouro/SC
2.835	53790.000307/99	Associação Cultural de Divulgação Comunitária da Vila Tropical e Região Sul de Santa Maria	Santa Maria/RS
2.836	53740.000173/99	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Presidente Castelo Branco - ACODECAB	Presidente Castelo Branco/PR
2.837	53103.000668/98	Sociedade de Radiodifusão Comunitária Couraço	Cachoeirinha/PE
2.838	53640.001454/98	Associação Comunitária Beneficente de Tanhaçu para o Desenvolvimento Cultural e Artístico	Tanhaçu/BA
2.839	53710.000613/99	Associação Comunitária de Radiodifusão "Novo Horizonte de Virginópolis"	Virginópolis/MG
2.840	53830.001742/98	Associação Comunitária de Amparo Social	Álvares Machado/SP
2.841	53740.000900/98	Rádio Comunitária Terra FM	Terra Rica/PR
2.842	53830.000986/99	Associação Rioclarense dos Colecionadores de Discos de Vinil	Rio Claro/SP
2.843	53700.001313/98	Associação Comunitária e Cultural Shalon	Cassilândia/MS
2.844	53650.001150/01	Associação de Radiodifusão Comunitária para o Progresso de Triunfo	Nova Olinda/CE
2.845	53830.000717/99	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico do Bairro da Capela	Vinhedo/SP
2.846	53830.000654/99	Associação Cultural Comunitária do Alto do Ginásio	Sertãozinho/SP
2.847	53670.000463/98	Associação Cultural e Educativa de Goiatuba	Goiatuba/GO
2.848	53830.002238/98	Associação Mensageiros da Paz de Iepê	Iepê/SP
2.849	53740.001052/98	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Jaguapitã	Jaguapitã/PR
2.850	53740.000897/99	Associação Comunitária, Ecológica, Cultural e Esportiva de Campo Bonito - Paraná	Campo Bonito/PR
2.851	53670.000459/98	Associação de Radiodifusão Comunitária de Itapuranga	Itapuranga/GO
2.852	53710.000648/02	Associação Comunitária e Cultural Projeto Vida	Igaratinga/MG

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

(Of. El. nº 538/02/SE/MC)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/doc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que refere a Portaria nº 525, de 29 de agosto de 2001, que autoriza a Associação Comunitária dos Bairros Funcionários, Inconfidentes e Plataforma - ASFIP a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedra Azul, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de novembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 850, DE 2003

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO VERDES CAMPOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que refere a Portaria nº 191, de 25 de fevereiro de 2002, que renova, a partir de 4 de outubro de 1996, a permissão outorgada à Rádio Verdes Campos Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de novembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 851, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO PADRE ADELMAR DA MOTA VALENÇA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Garanhuns, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 876, de 4 de junho de 2002, que outorga permissão à Fundação Padre Ademar da Mota Valença para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Garanhuns, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de novembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 852, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à UNIESTE PROPAGANDA MARKETING E RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Guapó, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que refere a Portaria nº 1.221, de 5 de julho de 2002, que outorga permissão à Unieste Propaganda Marketing e Radiodifusão Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Guapó, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de novembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 853, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA LIBERDADE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Guaiúba, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere Portaria nº 1.937, de 1º de outubro de 2002, que outorga permissão ao Sistema Liberdade de Comunicação Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Guaiúba, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de novembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 854, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caucaia, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.795, de 11 de dezembro de 2002, que outorga permissão à Fundação Cultural Terra da Luz para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Caucaia, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de novembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 855, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à AJURICABA COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Massapê, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.060, de 26 de junho de 2002, que outorga permissão à Ajuricaba Comunicações Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Massapê, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de novembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 856, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à CEBELWAM COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Acorizal, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 436, de 22 de março de 2002, que outorga permissão à Cebelwam Comunicação e Consultoria Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Acorizal, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de novembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 857, DE 2003

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à TROPICAL RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Macapá, Estado do Amapá.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.215, de 5 de julho de 2002, que renova, a partir de 25 de agosto de 1998, a permissão outorgada à Tropical Radiodifusão Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Macapá, Estado do Amapá.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de novembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 858, DE 2003

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE CENTRO OESTE DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 634, de 24 de outubro de 2001, que renova, a partir de 24 de agosto de 1996, a permissão outorgada à Rede Centro Oeste de Rádio e Televisão Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de novembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 859, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO CULTURAL MONTE SIÃO, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Jacareí, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 494, de 26 de março de 2002, que outorga permissão à Fundação Cultural Monte Sião, para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Jacareí, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de novembro de 2003  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal



DETALHES DA IES

ATO REGULATÓRIO

GRADUAÇÃO

ESPECIALIZAÇÃO

PROCESSOS E-MEC

OCORRÊNCIAS



MANTENEDORA

**Mantenedora:** (17352) DANILO SOBRAL DE OLIVEIRA - EIRELI**CNPJ:** 18.454.197/0001-02**Natureza Jurídica:** Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresária)**Representante Legal:** DANILO SOBRAL DE OLIVEIRA ( COORDENADOR )

IES

**Nome da IES - Sigla:** (24399) Faculdade Escola Sobral de Oliveira - FAESDO**Situação:** Ativa**Endereço:** Rua Joaquim Dias da Cunha**Nº:** 545**Complemento:****CEP:** 61890-000**Bairro:** Francisco Rodrigues Ramos (Santo Antônio)**Município:** Guaiúba**UF:** CE

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/doc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>**Telefone:** 85 301530517**Ass:**

Infoleg (10289886)

SEI-33115-020282/2022-54 / pg. 37

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

**Telefone:** 85 991569547**Fax:****Organização Acadêmica:** Faculdade**Sítio:** www.faesdo.com.br**E-mail:** faesdo@gmail.com**Categoria Administrativa:** Privada com fins lucrativos**Reitor/Dirigente Principal:** DANILO SOBRAL DE OLIVEIRA**Tipo de Credenciamento:** EAD

## ÍNDICES

Índice	Valor	Ano
CI - Conceito Institucional:	-	-
CI-EaD - Conceito Institucional EaD:	4	2020
IGC - Índice Geral de Cursos:	-	-
IGC Contínuo:	-	-



## DE ÍNDICES

ANO	CI	IGC	CI-EaD
2020	-	-	4

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.


<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/doc0705d0-cbef-4e42-8dc9-9aef6b4f7dc5d>



**PORTARIA Nº 001/2022 DE 22 DE MARÇO DE 2022**

**REF.: ATO DE CRIAÇÃO DE POLO DE ENSINO A DISTÂNCIA**

- a) A Faculdade Escola Sobral de Oliveira – FAESDO, através da Diretoria Acadêmica, no exercício de suas competências institucionais, e de acordo com os ditames legais homologados, institui o presente ato com as seguintes considerações;
- b) A LEI 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) estabelece em seu art. 80, que o poder público incentivará o desenvolvimento de programas de ensino a distância em todos os níveis de ensino e que a EAD será organizada com abertura e regimes especiais e oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União;
- c) Para ampliar a oferta de cursos de ensino superior no país, o Ministério da Educação (MEC) publicou a portaria que regulamenta o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, melhorar qualidade da atuação regulatória do MEC na área, aperfeiçoando procedimentos, desburocratizando fluxos e reduzindo o tempo de análise e o estoque de processos;
- d) A portaria de credenciamento para a modalidade a distância da Faculdade Escola Sobral de Oliveira - FAESDO deu-se pela Portaria MEC nº 434, de 24/06/2021;
- e) O conceito de polo de apoio presencial estabelecido no art. 12, X, c, do Decreto nº 5.622, de 2005, que define as seguintes diretrizes: "polo de apoio presencial é a unidade operacional, no País ou no exterior, para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância; (Redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 2007)";
- f) Institui o presente ato de instalação de endereço de polo de ensino a distância, conforme os dados abaixo discriminados:

  
Danilo Sobral de Oliveira  
Diretor Geral  
Portaria 001/2019

1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.


<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/doc705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d> Anexo e MEC (1026086) SER 33 P15.02262/2022-54 / pg. 39

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

Cidade: Fortaleza  
Estado: Ceará  
Endereço: Rua Boa Vista, 901, João XXIII  
CEP: 60525-555

Cidade: Fortaleza  
Estado: Ceará  
Endereço: Av. João Pessoa, 4976, Damas  
CEP: 60.115-082

Guaiúba-CE, 22 de março de 2022.

  
Danilo Sobral de Oliveira  
Diretor-Geral  
Faculdade Escola Sobral de Oliveira - FAESDO

Danilo Sobral de Oliveira  
Diretor Geral  
Portaria 001/2019





## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

**Nome:** FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ

**CNPJ:** 05.388.377/0001-83

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 09:32:32 do dia 08/08/2022 (hora e data de Brasília).

Válida até 07/09/2022.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<http://www.anatel.gov.br/consultas/geral/nadaconsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC>

SEI 53115.020282/2022-54 / pg. 41

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 05.388.377/0001-83

**Razão Social:** FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ

**Endereço:** R SITIO SANTA HELENA S/N GUAGIRU / CENTRO / CAUCAIA / CE /  
61600-970

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 04/08/2022 a 02/09/2022

**Certificação Número:** 2022080401372226539030

Informação obtida em 08/08/2022 09:35:06

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[www.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf](http://www.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf)

5-D00 DE AFONOTIME CAIXA 2725 CAUCAIA-CE (10260655)

SEI 53115.020282/2022-54 / pg. 42

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d





BOM DIA  
Donizetti José dos Santos

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ											
CNPJ: 05.388.377/0001-83											
FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ARISTIDES SALES PEREIRA	<a href="#">036.919.063-70</a>	FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ	<a href="#">05.388.377/0001-83</a>	Diretor (SECRETÁRIO)	0	--	--	FM	--	CE	Caucaia
SHIRLEY ALMEIDA PEREIRA MAGALHÃES	<a href="#">567.364.013-72</a>	FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ	<a href="#">05.388.377/0001-83</a>	Diretor (TESOUREIRA)	0	--	--	FM	--	CE	Caucaia
THALYTA SALES PEREIRA	<a href="#">036.948.263-86</a>	FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ	<a href="#">05.388.377/0001-83</a>	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	CE	Caucaia

Usuário: donizetti.mc - Donizetti José dos Santos

Data: 08/08/2022

Hora: 09:25:14



BOM DIA  
Donizetti José dos Santos

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		036.919.063-70									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICÍPIO
ARISTIDES SALES PEREIRA	<a href="#">036.919.063-70</a>	FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ	<a href="#">05.388.377/0001-83</a>	Diretor (SECRETÁRIO)	0	--	--	FM	--	CE	Caucaia

Usuário: donizetti.mc - Donizetti José dos Santos

Data: 08/08/2022

Hora: 09:25:58



BOM DIA  
Donizetti José dos Santos

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		036.948.263-86									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICÍPIO
THALYTA SALES PEREIRA	<a href="#">036.948.263-86</a>	FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ	<a href="#">05.388.377/0001-83</a>	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	CE	Caucaia

Usuário: donizetti.mc - Donizetti José dos Santos

Data: 08/08/2022

Hora: 09:27:21



BOM DIA  
Donizetti José dos Santos

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		567.364.013-72									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICÍPIO
SHIRLEY ALMEIDA PEREIRA MAGALHÃES	<a href="#">567.364.013-72</a>	FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ	<a href="#">05.388.377/0001-83</a>	Diretor (TESOUREIRA)	0	--	--	FM	--	CE	Caucaia

Usuário: donizetti.mc - Donizetti José dos Santos

Data: 08/08/2022

Hora: 09:26:42



Id solicitação: 57dbac14a46cc

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ	
<b>Nome Fantasia:</b>	
<b>Telefone: ( )</b>	<b>E-mail:</b>
<b>CNPJ:</b> 05.388.377/0001-83	<b>Número do Fistel:</b> 50012913308
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 17/11/2003	<b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	<b>Categoria da Estação:</b> Principal
<b>Val. RF:</b> 17/11/2013	
<b>Observações:</b> ATO 28.588/2002;ATO 49.438/2005;ATO Nº 53.979, DE 10/11/2005, PUBLICADO NO DOU. DE 11/11/2005.	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> SÍTIO SANTA HELENA	<b>Complemento:</b> L. BANANA	
<b>Bairro:</b> GUAGIRU	<b>Numero:</b> S/Nº	
<b>Município:</b> Caucaia	<b>UF:</b> CE	<b>CEP:</b> 61600000

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b> Rua Gonçalves Ledo	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Praia de Iracema	<b>Numero:</b> 172	
<b>Município:</b> Fortaleza	<b>UF:</b> CE	<b>CEP:</b> 60060325

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> SERRA DA TAQUARA	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> -	<b>Numero:</b> S/N	
<b>Município:</b> Caucaia	<b>UF:</b> CE	<b>CEP:</b> 61640000

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> SERRA DA TAQUARA	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> -	<b>Numero:</b> N/S	
<b>Município:</b> Caucaia	<b>UF:</b> CE	<b>CEP:</b> 61640000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b>	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Caucaia	<b>UF:</b> CE

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 272	<b>Frequência:</b> 102.3 MHz	<b>Classe:</b> A4	<b>ERP Máxima:</b> 16.8kW
<b>HCI:</b> 42 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 2

## Informações da Estação



22/09/2022 09:08:46 eletronicamente, após conferência com original.

<https://infopleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bo0705d0cbef4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

SEI 53115.020282/2022-54 / pg. 47

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

Informações Gerais	
Número da Estação: 682710474	Número Indicativo: ZYS800
Data Último Licenciamento: 05/08/2016	Número da Licença: 000007/2016-CE

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 3° 49' 29.00" S	Longitude: 38° 40' 13.00" W	Cota da base: 232.00 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 005730500518	Modelo: FM10000S
Fabricante: MTA Eletrônica Industrial Ltda.	Potência de Operação: 10.000 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 1 5/8	Fabricante: KMP CABOS ESPECIAIS E SISTEMAS LTD		
Comprimento da Linha: 50.00 m	Atenuação: .90 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: INV-30-4	Fabricante: INOVATOR ANTENAS				
Ganho: 3.22 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 30 °	Polarização: Vertical	HCI: 42 m	ERP Máxima: 16.8 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.54	5°: 0	10°: 0.28	15°: 0	20°: 0.08	25°: 0	30°: 0	35°: 0	40°: 0.08	45°: 0	50°: 0.28	55°: 0
60°: 0.54	65°: 0	70°: 0.88	75°: 0	80°: 1.28	85°: 0	90°: 1.62	95°: 0	100°: 1.76	105°: 0	110°: 1.85	115°: 0
120°: 2.16	125°: 0	130°: 2.92	135°: 0	140°: 3.92	145°: 0	150°: 4.73	155°: 0	160°: 5.2	165°: 0	170°: 5.48	175°: 0
180°: 5.68	185°: 0	190°: 5.81	195°: 0	200°: 5.86	205°: 0	210°: 5.85	215°: 0	220°: 5.81	225°: 0	230°: 5.71	235°: 0
240°: 5.52	245°: 0	250°: 5.23	255°: 0	260°: 4.85	265°: 0	270°: 4.44	275°: 0	280°: 3.97	285°: 0	290°: 3.47	295°: 0
300°: 2.97	305°: 0	310°: 2.5	315°: 0	320°: 2.05	325°: 0	330°: 1.62	335°: 0	340°: 1.22	345°: 0	350°: 0.85	355°: 0

Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -

Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW



Transmissor Auxiliar 2							
<b>Código Equipamento:</b>				<b>Modelo:</b> Equipamento não encontrado			
<b>Fabricante:</b>				<b>Potência de Operação:</b> kW			
Linha de Transmissão Auxiliar							
<b>Modelo:</b>				<b>Fabricante:</b>			
<b>Comprimento da Linha:</b> m	<b>Atenuação:</b> dB/100m			<b>Perdas Acessórias:</b> dB		<b>Impedância:</b> ohms	
Antena Auxiliar							
<b>Modelo:</b>				<b>Fabricante:</b>			
<b>Ganho:</b> dBd	<b>Beam-Tilt:</b> °	<b>Orientação NV:</b> °	<b>Polarização:</b>	<b>HCI:</b> m	<b>ERP Máxima:</b> 16.8 kW		
Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	2795	Portaria	MC	11/12/2002	13/12/2002	Outorga	1
Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	454	Portaria	SSCE	09/10/2006	11/12/2006	Aprovação de Local	Técnico
Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	854	Decreto Legislativo	CN	14/11/2003	17/11/2003	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
535600018032004	44903	Ato	ER	22/06/2004	24/06/2004	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	159	Portaria	SSCE	06/05/2005	09/05/2005	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
53560002906/2011-41	1580	Portaria	MC	09/04/2015	27/07/2015	Multa	Jurídico
Horário de funcionamento							



## CHECKLIST DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

### RENOVAÇÃO DE OUTORGA RÁDIO EDUCATIVA (Pessoas Jurídicas de Direito Privado - Fundação de Direito Privado)

**Processo nº:** 53115.020282/2022-54

**Interessada/Outorgada:** FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ

**CNPJ nº:** 05.388.377/0001-83

**Município:** Caucaia

**Estado:** Ceará

**Data do protocolo do pedido de renovação de outorga:** 25/07/2022

**Período da outorga a ser renovado:** 17/11/2013 a 17/11/2023

#### Tipo de outorga a ser renovada:

☐ Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter educativo.

☒ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter educativo.

☐ Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter educativo.

#### Natureza jurídica da interessada/outorgada:

☐ Pessoa Jurídica de Direito Público (Ente Federativo, Fundação Pública e Instituição de Educação Superior Pública)

☐ Instituição de Educação Superior de Natureza Privada

☒ Fundação de Direito Privado

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade, acompanhado das declarações de que:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	SEI 10230514 fls. 2 e 3	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelo Decreto nº 9.138/2017 e Decreto nº 10.775/2021)	-



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

Checklist 10281011

SEI 53115.020282/2022-54 / pg. 50

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;	(X ) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	SEI 10230514 fl. 2 "d"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;	(X ) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	SEI 10230514 fl. 2 "e"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;	(X ) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	SEI 10230514 fl. 2 "f"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;	(X ) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	SEI 10230514 fl. 3 "g"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;	(X ) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	SEI 10230514 fl. 3 "h"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;	(X ) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	SEI 10230514 fl. 3 "i"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

Checklist 10281011

SEI 53115.020202/2022-54 / pg. 51

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q”, da Lei Complementar nº 64, de 1990;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	SEI 10230514 fl. 3 "j"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	SEI 10230514 fl. 3 "l"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;	( ) Sim ( ) Não (X) Não se aplica	Não se aplica	- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.	- A interessada/ outorgada tem natureza de fundação de direito privado, logo, ela não possui capital social - art. 62 e seguintes do Código Civil (Lei nº 10.406, de 2002).
2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - SIACCO);	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	SEI 10280895 fls. 3 a 6	- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967	-

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
------------	--------------	--------	------------	-------------



3. Ato constitutivo da entidade e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input checked="" type="radio"/> Não se aplica	Estatuto SEI 10230514 fls. 6 a 11  Ata SEI 10230514 fls. 12 a 15	- Art. 113, inciso I do Decreto nº 52.795, de 1963.	- Revogado pelo art. 6º, inciso I, alínea "c" do Decreto nº 10.775, de 2021.
4. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	<input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica	SEI 10230514 fls. 29 a 31	- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963.	-
5. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira (vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura);	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input checked="" type="radio"/> Não se aplica	SEI 10230514 fl. 20	- Art. 113, inciso III do Decreto nº 52.795, de 1963.	- Revogado pelo art. 6º, inciso I, alínea "c" do Decreto nº 10.775, de 2021.
6. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input checked="" type="radio"/> Não se aplica	Não se aplica	- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963.	- A interessada/ outorgada tem natureza de fundação de direito privado, não sendo aplicável os institutos da falência ou recuperação judicial (concordata) - art. 1º da Lei nº 11.101, de 2005.



7. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial.	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	SEI 10230514 fl. 21 Emitida em 13/06/2022	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963.	-
8. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	<b>Federal</b> SEI 10230514 fl.25 Válida até 09/01/2023 <b>Estadual</b> SEI 10230514 fl. 26 Válida até 12/08/2022 <b>Municipal</b> SEI 10230514 fl. 27 Válida até 22/09/2022	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963.	-
9. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel.	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	SEI 10280895 fl. 1 Válida até 07/09/2022	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963.	-
10. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	SEI 10280895 fl. 2 Válida até 02/09/2022	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963.	-
11. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	SEI 10230514 fl. 28 Válida até 10/12/2022	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963.	-





12. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte.  Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.	(X ) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	Presidente Thalyta Sales Pereira SEI 10230514 fl. 32  Secretário Aristides Sales Pereira SEI 10230514 fl. 33  Tesoureira Shirley Almeida Pereira Magalhães SEI 10230514 fl. 34	- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal.	
13. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga;	( ) Sim (X ) Não ( ) Não se aplica	<b>Pendente</b>	- Art. 29, §§ 7º ao 10, da Portaria nº 2.524/2021/MCOM.	<b>-Autorização de uso de radiofrequência vencida</b>

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
Instrumento jurídico (contrato, convênio, termo de parceria, etc.) que comprove a vinculação de fundação de natureza privada com instituição de ensino ou com o Município onde o serviço é executado.	(X ) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	SEI 10230514 fls. 16 a 19  Vigência do Instrumento Jurídico até 09/12/2025	art. 16, caput e §§ 5º e 6º da Portaria nº 3.238/2018	e-MEC SEI 10280886 fls. 1 a 4  Representante legal SEI 10230514 fl. 19

Observações Adicionais
Não há

Conclusão
A documentação apresentada <b>não está em conformidade</b> com o disposto na legislação, sendo necessário nova instrução processual.

<b>Analisado por:</b>	<b>Data:</b>
-----------------------	--------------



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

Checklist 10230514

SEI 53115.020202/2022-54 / pg. 55

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

**Nome:** Donizetti José dos Santos  
**Cargo:** Engenheiro

08 de agosto de 2022



Documento assinado eletronicamente por **Donizetti Jose dos Santos, Engenheiro**, em 08/08/2022, às 13:36 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10281011** e o código CRC **8B91148C**.

**Referência:** Processo nº 53115.020282/2022-54

SEI nº 10281011



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Outorga e Pós-Outorga  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária

OFÍCIO Nº 19292/2022/MCOM

Brasília, 08 de agosto de 2022.

A Senhora

**Thalyta Sales Pereira**

Representante Legal da FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ

Inscrição no CNPJ nº 05.388.377/0001-83

PV Taquara 1 Lote 16

CEP: 61685-000 / Caucaia - CE

Assunto: **Solicitação para apresentação de documentos relacionados ao processo de renovação.**

Senhora Representante Legal,

1. Cumprimento cordialmente com as considerações de estilo para informar que houve análise do pedido de renovação da outorga de serviço de radiodifusão educativa acostado no autos em questão conforme Checklist (SEI 10281011).

2. Para prosseguirmos com a avaliação e, principalmente, ser possível o deferimento (aprovação) do pedido, é necessário que seja apresentado o seguinte documento:

I - **Cópia do certificado de licença para funcionamento da estação**, nos termos do art. 29, §§ 7º ao 10, da Portaria nº 2.524/2021;

A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação, em decorrência do vencimento da outorga, sendo requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bo0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

Ofício 19292 (10282365)

SEI 53415-020202/2022-54 / pg. 57

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: <http://sistema.mctic.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf> e, também, nas orientações anexas (Anexo SEI 8330983).

4. Ressalto que, caso a resposta ocorra pela via postal, o endereço para correspondência é:  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar.  
CEP: 70044-900 / Brasília - DF.
5. Na resposta solicito a gentileza de indicar o número do processo de renovação da entidade (SEI 53115.020282/2022-54), para agilizar o trâmite.
6. Estabeleço o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação. Se esta entidade entender necessário prorrogar o prazo, deverá apresentar pedido fundamentado dentro do referido prazo. O não atendimento poderá resultar no arquivamento do pedido de renovação, além de outras implicações legais.
7. Por fim, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizeram necessários.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Andre Saraiva de Paula**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária**, em 18/08/2022, às 14:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10282565** e o código CRC **4CF427E5**.

**Documentos a ser enviados no anexo(s) do e-mail de notificação, ou então, impressos juntamente com o Ofício pela via Postal (Correios):**

**Anexo - Checklist de avaliação - SEI 10281011;**

**Anexo - Orientações para realização e atualização do cadastro SEI do Ministério das Comunicações - SEI 8330983;**

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 19292/2022/MCOM - Processo nº 53115.020282/2022-54 - Nº SEI: 10282565



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bco0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>



# Cadastro para acesso ao SEI CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



EMERSON SILVA VIANA

Relatório Consultar ▼ Sair

## Consultar e-mails

☐ CPF

☒ CNPJ

CNPJ:

05.388.377/0001-83

Razão Social

Pesquisar

10 ▼ 1 / 1		
Razão Social	CNPJ	Emails
FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ	05.388.377/0001-83	fundacaoterradaluz@gmail.com, leonar@daterranet.com.br, lmcradiodifusao@gmail.com
10 ▼ 1 / 1		

MCTIC/SE/SPOA/CGTI/COINF/DSIS - Divisão de Desenvolvimento de Sistemas

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

(origem externa) CADSEI CNPJ 05.388.377/0001-83 (10938759)

SEI 53115.020282/2022-54 / pg. 59

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

**Data de Envio:**

22/08/2022 14:40:04

**De:**

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária <coroc@mctic.gov.br>

**Para:**

fundacaoterradaluz@gmail.com  
leonar@daterranet.com.br  
lmcradiodifusao@gmail.com

**Assunto:**

MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

**Mensagem:**

A Senhora

Thalyta Sales Pereira

Representante Legal da FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ

Inscrição no CNPJ nº 05.388.377/0001-83

PV Taquara 1 Lote 16

CEP: 61685-000 / Caucaia - CE

Assunto: Solicitação para apresentação de documentos relacionados ao processo de renovação. nº 53115.020282/2022-54

Senhor Representante Legal,

Cumprimentando-o, cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar o Ofício nº 19292/2022/SEI-MCOM, referente à análise do processo nº 53115.020282/2022-54.

Dessa forma, solicitamos que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: <http://sistema.mctic.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf> e, também, nas orientações anexas (Anexo SEI 8330983).



que, caso a resposta ocorra via postal, o endereço para correspondência é:

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar.

CEP: 70044-900 / Brasília - DF.

Atenciosamente,

**Anexos:**

MANUAL\_CADSEI.pdf

Oficio\_10282565.html

Checklist\_10281011.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

Correspondência Eletrônica 10338773

SEI 53113.020282/2022-54 / pg. 61

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Outorga e Pós-Outorga  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária

OFÍCIO Nº 32476/2022/MCOM

Brasília, 14 de dezembro de 2022.

À Senhora

**Thalyta Sales Pereira**

Representante Legal da FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ

Inscrição no CNPJ nº 05.388.377/0001-83

PV Taquara 1 Lote 16

CEP: 61685-000 / Caucaia - CE

Assunto: **Solicitação para apresentação de documentos relacionados ao processo de renovação.**

Senhora Representante Legal,

1. Cumprimento cordialmente com as considerações de estilo para informar que houve análise do pedido de renovação da outorga de serviço de radiodifusão educativa acostado no autos em questão conforme Checklist (SEI 10281011).

2. Para prosseguirmos com a avaliação e, principalmente, ser possível o deferimento (aprovação) do pedido, é necessário que seja apresentado o seguinte documento:

I - **Cópia do certificado de licença para funcionamento da estação**, nos termos do art. 29, §§ 7º ao 10, da Portaria nº 2.524/2021;

A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação, em decorrência do vencimento da outorga, sendo requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bo0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

Ofício 32476 (10369222)

SEI 53115.020202/2022-54 / pg. 62

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: <http://sistema.mctic.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf> e, também, nas orientações anexas (Anexo SEI 8330983).

4. Ressalto que, caso a resposta ocorra pela via postal, o endereço para correspondência é:  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar.  
CEP: 70044-900 / Brasília - DF.
5. Na resposta solicito a gentileza de indicar o número do processo de renovação da entidade (SEI 53115.020282/2022-54), para agilizar o trâmite.
6. Estabeleço o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação. Se esta entidade entender necessário prorrogar o prazo, deverá apresentar pedido fundamentado dentro do referido prazo. O não atendimento poderá resultar no arquivamento do pedido de renovação, além de outras implicações legais.
7. Por fim, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizeram necessários.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Andre Saraiva de Paula**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária**, em 04/01/2023, às 11:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10568222** e o código CRC **E6DCE053**.

**Documentos a ser enviados no anexo(s) do e-mail de notificação, ou então, impressos juntamente com o Ofício pela via Postal (Correios):**

**Anexo - Checklist de avaliação - SEI 10281011;**

**Anexo - Orientações para realização e atualização do cadastro SEI do Ministério das Comunicações - SEI 8330983;**

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 32476/2022/MCOM - Processo nº 53115.020282/2022-54 - Nº SEI: 10568222



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bo0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

# Cadastro para acesso ao SEI CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações



JOÃO PAULO OLIVEIRA DO NASCIMENTO

Relatório Consultar ▼ Sair

## Consultar e-mails

☐ CPF

☒ CNPJ

CNPJ:

05.388.377/0001-83

Razão Social

Pesquisar

			10 ▾	◀◀ ◀ ▶ ▶▶	1 / 1	▶▶ ▶
Razão Social	◊	CNPJ	◊	Emails		
FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ		05.388.377/0001-83		fundacaoterradaluz@gmail.com, leonar@daterranet.com.br, lmcradiodifusao@gmail.com		
			10 ▾	◀◀ ◀ ▶ ▶▶	1 / 1	▶▶ ▶

MCTIC/SE/SPOA/CGTI/COINF/DSIS - Divisão de Desenvolvimento de Sistemas



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

SEI 53115.020282/2022-54 / pg. 64

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

**Data de Envio:**

05/01/2023 12:11:15

**De:**

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária <sei@mcom.gov.br>

**Para:**

fundacaoterradaluz@gmail.com  
leonar@daterranet.com.br  
lmcradiodifusao@gmail.com

**Assunto:**

envio de correspondencia Oficial dos Ministerio das Comunicações

**Mensagem:**

À Senhora

Thalyta Sales Pereira

Representante Legal da FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ

Inscrição no CNPJ nº 05.388.377/0001-83

PV Taquara 1 Lote 16

CEP: 61685-000 / Caucaia - CE

Assunto: Solicitação para apresentação de documentos relacionados ao processo de renovação.

Senhor Representante Legal,

Cumprimentando-o, cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar o Ofício nº 32476/2022/SEI-MCOM, referente à análise do processo nº 53115.020282/2022-54

Dessa forma, solicitamos que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:

Protocolo Digital do MCom (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).

Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/doc705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

Atenciosamente,

**Anexos:**

MANUAL\_CADSEI.pdf

Outros\_\_origem\_externa\_\_10611255\_05.388.377\_0001\_83.png

Oficio\_10568222.html

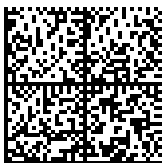
Checklist\_10281011.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>





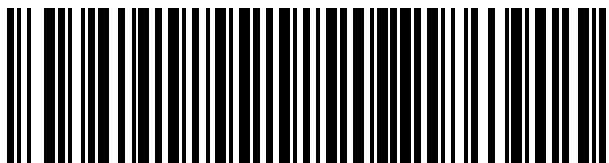
Contrato: 9912556366

CARTA REG AR O4

Volume: 1/1

Peso (g): 30.0

**YJ 364 064 276 BR**



AR

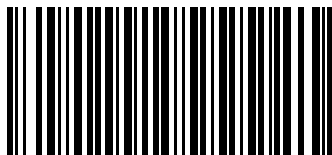
Recebedor:

Assinatura:

Documento:

**DESTINATÁRIO**

FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ  
PV TAQUARA 1 LOTE 16 CENTRO



61685-000 MIRAMBE CAUCAIA/CE

**Remetente:** MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEOPO  
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R SN ZONA CIVICOADMINIST  
70044-900 BRASILIA/DF  
PR-53115020282/2022-54 - OF 32476/2022 - COROC DOC



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intelig-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bs0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

js (origem externa) YJ 364 064 276 BR OF 32476/2022 (10611261)

SEI 53115.020282/2022-54 / pg. 67

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



**Correios AR**

**AVISO DE  
RECEBIMENTO**

VIA POSTAL  
05/01/2023

**DESTINATARIO**

FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ

PV TAQUARA, 1 LOTE 16  
CENTRO - MIRAMBE CAUCAIA - CE

61685-000

**ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR**

MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEOPO

ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R, SN

ZONA CIVICOADMINIST - BRASILIA - DF

70044-900

**YJ364064276BR**



PR-53115020282/2022-54 - OF 32476/2022 - COROC DOC

**CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA**

**TENTATIVAS DE ENTREGA**

1º \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ \_\_\_\_:\_\_\_\_ h

2º \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ \_\_\_\_:\_\_\_\_ h

3º \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ \_\_\_\_:\_\_\_\_ h

**DECLARACAO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICACAO)**

**MOTIVO DE DEVOLUÇÃO**

- |                           |                   |
|---------------------------|-------------------|
| [1] MUDOU-SE              | [5] RECUSADO      |
| [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE | [6] NÃO PROCURADO |
| [3] NÃO EXISTE NUMERO     | [7] AUSENTE       |
| [4] DESCONHECIDO          | [8] FALECIDO      |
| [9] OUTROS _____          |                   |

RUBRICA E MATRICULA DO CARTEIRO

( ) Informações Prestadas Pelo Porteiro Ou Síndico      Reintegrado Ao Serviço Postal Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA

NOME LEGIVEL DO RECEBEDOR

N DOC. DE IDENTIDADE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

Cópias (origem externa) YJ364064276BR (10611269)

SEI53115.020282/2022-54 / pg. 68

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 05.388.377/0001-83 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 26/08/2002</div>
--	---	--

NOME EMPRESARIAL  
FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)  
\*\*\*\*\*

PORTE  
DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL  
94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS  
94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte  
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA  
306-9 - Fundação Privada

LOGRADOURO  
LOT PV TAQUARA 1

NÚMERO  
SN

COMPLEMENTO  
LOTE 16

CEP  
61.685-000

BAIRRO/DISTRITO  
TAQUARA

MUNICÍPIO  
CAUCAIA

UF  
CE

ENDEREÇO ELETRÔNICO

TELEFONE  
(85) 3484-5173

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)  
\*\*\*\*\*

SITUAÇÃO CADASTRAL  
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL  
03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 27/05/2024 às 10:23:10 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pro0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d Anexo - certificados (14547292) SLEI 99115-020282/2022-54 / pg. 69

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



## Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União

### Resultado da Consulta

As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 05.388.377/0001-83 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet.

Para consultar sua situação fiscal, acesse [Centro Virtual de Atendimento e-CAC](#).

Para maiores esclarecimentos, consulte a página [Orientações para emissão de Certidão nas unidades da RFB](#).

[Nova consulta](#)[Avaliar](#)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pro0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

Anexo - certidões (14547292)

SEI 99115.020282/2022-54 / pg. 70

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d





GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
Procuradoria Geral do Estado

Certidão Negativa de Débitos Estaduais  
202406599790

Emitida para os efeitos da Instrução Normativa Nº 13 de 02/03/2001

IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE
Inscrição Estadual: *****
CNPJ / CPF: 05388377000183
RAZÃO SOCIAL:

Ressalvado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para fins de direito, que revendo os registros do Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual - CADINE, verificou-se nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para constar, foi emitida esta certidão.

EMITIDA VIA INTERNET EM 27/05/2024 ÀS 10:23:25  
VÁLIDA ATÉ 26/07/2024

A autenticidade deste documento deverá ser comprovada via Internet, no endereço  
[www.sefaz.ce.gov.br](http://www.sefaz.ce.gov.br)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/pro0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

Anexo - certidões (14547292)

SEI 99115-020282/2022-54 / pg. 71

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

[Imprimir](#)

**CARO CONTRIBUINTE, ALGUMAS PENDÊNCIAS FORAM DETECTADAS, POR FAVOR ENTRE EM CONTATO ATRAVÉS DOS NOSSOS CANAIS DE ATENDIMENTO ONLINE**  
**Clique e acesse nosso site para obter os endereços dos canais de atendimento**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pro0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

Anexo - certidões (14547292)

SEI 99115.020282/2022-54 / pg. 72

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



## CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

**Nome:** FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ

**CNPJ:** 05.388.377/0001-83

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:23:16 do dia 27/05/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 26/06/2024.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/pro0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

Anexo - certidões (14547292)

SEI 99115-020282/2022-54 / pg. 73

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



Imprimir

Voltar

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pro705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

### **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 05.388.377/0001-83

Certidão nº: 36903276/2024

Expedição: 27/05/2024, às 10:23:36

Validade: 23/11/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **05.388.377/0001-83**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

#### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: [cndt@tst.jus.br](mailto:cndt@tst.jus.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pro0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>





# CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correcional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ**

CPF/CNPJ: **05.388.377/0001-83**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

*Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.*

*Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.*

*O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.*

*O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).*

*O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.*

Certidão emitida às 10:23:26 do dia 27/05/2024 , com validade até o dia 26/06/2024.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: 3v01w8ctw13BxRhYJOSb

*Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.*





NOME/RAZÃO SOCIAL FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ				CNPJ 05388377000183
Nº DA ESTAÇÃO 682710474	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 3° 44' 39.08" S	LONGITUDE 38° 30' 36.11" W

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO Avenida Barão de Studart, nº 2360.	DISTRITO	
BAIRRO Joaquim Távora	MUNICÍPIO Fortaleza	UF CE

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 13/12/2032

LOCALIDADE PLANO BÁSICO:

MUNICÍPIO: Caucaia UF: CE

LOCALIDADE:

FREQUÊNCIA: 102.3 MHz CANAL: 272

CLASSE: A4 COTA BASE DA TORRE: 51

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYS800

NOME FANTASIA: NUMPROCESSO:

CIDADE DA OUTORGA: Caucaia

ESTUDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: Avenida Barão de Studart BAIRRO: Joaquim Távora

MUNICÍPIO: Fortaleza UF: CE

NUMERO: 2360 COMPLEMENTO: Edifício Torre Empresarial Quixadá

ESTUDIO AUXILIAR

ENDEREÇO: BAIRRO:

MUNICÍPIO: - UF:

NUMERO: COMPLEMENTO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Diretivo

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: MTA Eletrônica Industrial Ltda. MODELO: FM10000S

CÓDIGO: 005730500518 POTÊNCIA: 5.0 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO: POTÊNCIA: kW

CÓDIGO: MODELO: POTÊNCIA: kW

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE: MODELO: POTÊNCIA: kW

CÓDIGO: MODELO: POTÊNCIA: kW

ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE: INOVATOR ANTENAS MODELO: INV-30-4

POLARIZAÇÃO: Vertical GANHO: 3.22 dBd

DESCRIÇÃO: Antena de polarização vertic ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: 30 graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 79 m BEAM TILT: .00 graus

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

POLARIZAÇÃO: GANHO: dBd

DESCRIÇÃO: ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: m BEAM TILT: graus

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: RFS Radio Frequency System MODELO: LCF158-50JA A0

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

RDS

Código PI:

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'  
XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 27/05/2024 10:26:12



Emitido Em  
03/11/2023

Autenticado eletronicamente, após conferência com original

Esta licença pode ser validada em  
<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NCYlxTQ1JcQ2xhc3NMZWVlbmNhOjoyMDI0NjY1NDg5ZjM0>



<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?cid=5NA95d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

Licença (11347296) - SLP 55115-020202/2022-54 / pg. 77

**PORTARIA Nº 003/2023 DE 02 DE JANEIRO DE 2023**

**REF.: ATO DE CRIAÇÃO DE POLO DE ENSINO A DISTÂNCIA**

a) A Faculdade Escola Sobral de Oliveira - FAESDO, através da Diretoria Acadêmica, no exercício de suas competências institucionais, e de acordo com os ditames legais homologados, institui o presente ato com as seguintes considerações;

b) A LEI 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) estabelece em seu art. 80, que o poder público incentivará o desenvolvimento de programas de ensino a distância em todos os níveis de ensino e que a EAD será organizada com abertura e regimes especiais e oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União;

c) Para ampliar a oferta de cursos de ensino superior no país, o Ministério da Educação (MEC) publicou a portaria que regulamenta o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, melhorar qualidade da atuação regulatória do MEC na área, aperfeiçoando procedimentos, desburocratizando fluxos e reduzindo o tempo de análise e o estoque de processos;

d) A portaria de credenciamento para a modalidade a distância da Faculdade Escola Sobral de Oliveira - FAESDO deu-se pela Portaria MEC nº 434, de 24/06/2021;

e) O conceito de polo de apoio presencial estabelecido no art. 12, X, c, do Decreto nº 5.622, de 2005, que define as seguintes diretrizes: "polo de apoio presencial é a unidade operacional, no País ou no exterior, para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância; (Redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 2007)";

f) Institui o presente ato de instalação de endereço de polo de ensino a distância, conforme os dados abaixo discriminados:

Cidade: Acarape  
Estado: Ceará  
Endereço: Rua Madame Conceição, 23, São Benedito  
CEP: 62.785-000

Cidade: Capistrano  
Estado: Ceará  
Endereço: Rua Cel. Francisco Nunes, 35, Centro  
CEP: 62.748-000

Guaiúba-CE, 02 de janeiro de 2023.



**Danilo Sobral de Oliveira**  
Diretor-Geral  
Faculdade Escola Sobral de Oliveira – FAESDO  
Portaria 001/2019



## PORTARIA Nº 429, DE 24 DE JUNHO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e nas Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 622/2020, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201611138.

Art. 2º Recredenciar a Faculdade do Seridó (FAS), com sede na Rua Prefeito Alcindo Gomes, nº 679, bairro Manoel Salustino, no Município de Currais Novos, no Estado do Rio Grande do Norte, mantida pela Sociedade Seridense de Educação e Cultura S/C Ltda. - EPP, com sede no mesmo Município e Estado (CNPJ 05.439.863/0001-83).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

## PORTARIA Nº 430, DE 24 DE JUNHO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e nas Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 653/2020, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201901973.

Art. 2º Credenciar a Faculdade Menna Barreto (FMB), a ser instalada na Rua Prefeito Odorico Franco Ferreira, nº 654, Centro, no Município de Araucária, no Estado do Paraná, mantida pelo Centro Educacional Menna Barreto Eireli - ME, com sede no Município de São José dos Pinhais, no Estado do Paraná (CNPJ 04.310.392/0001-46).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

## PORTARIA Nº 431, DE 24 DE JUNHO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; no Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017; nas Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018 e na Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 660/2020, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201415277.

Art. 2º Credenciar a Faculdade Cidade de Patos de Minas (FPM), para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede na Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 1.200, Bairro Cidade Nova, no Município de Patos de Minas, no Estado de Minas Gerais, mantida pela Associação Educacional de Patos de Minas - AEPM, com sede no mesmo Município e Estado (CNPJ 03.238.898/0001-29).

Art. 3º As atividades presenciais serão desenvolvidas na sede da instituição e em polos EaD constantes do Cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16, do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 e art. 12, da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

## PORTARIA Nº 432, DE 24 DE JUNHO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; no Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017; nas Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018 e na Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 4/2021, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201801833.

Art. 2º Credenciar a Faculdade Instituto Brasileiro de Ensino (FACIBE), para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede na Rua Silva Jardim, nº 296, Bairro Floresta, no Município de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, mantida pelo IBE - Instituto Brasileiro de Ensino Ltda. - ME, com sede no mesmo Município e Estado (CNPJ 11.458.581/0001-26).

Art. 3º As atividades presenciais serão desenvolvidas na sede da instituição e em polos EaD constantes do Cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16, do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 e art. 12, da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

## PORTARIA Nº 433, DE 24 DE JUNHO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; no Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017; nas Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018 e na Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 1/2021, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201717743.

Art. 2º Credenciar a Faculdade Grau S Ensino Superior, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede na Avenida Conde da Boa Vista, nº 1.245, Bairro Soledade, no Município do Recife, no Estado de Pernambuco, mantida pelo Centro de Ensino Grau T Ltda., com sede no mesmo Município e Estado (CNPJ 24.050.766/0001-49).

Art. 3º As atividades presenciais serão desenvolvidas na sede da instituição e em polos EaD constantes do Cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16, do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 e art. 12, da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

## PORTARIA Nº 434, DE 24 DE JUNHO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; no Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017; nas Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018 e na Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 152/2021, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201906715.

Art. 2º Credenciar a Faculdade Escola Sobral de Oliveira (FAESDO), para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede na Rua Joaquim Dias da Cunha, nº 545, Bairro Francisco Rodrigues Ramos (Santo Antônio), no Município de Guaiúba, no Estado do Ceará, mantida por Danilo Sobral de Oliveira - EIRELI, com sede no Município de Fortaleza, no Estado do Ceará (CNPJ 18.454.197/0001-02).

Art. 3º As atividades presenciais serão desenvolvidas na sede da instituição e em polos EaD constantes do Cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16, do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 e art. 12, da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

## PORTARIA Nº 435, DE 24 DE JUNHO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; no Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017; nas Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018 e na Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 217/2021, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201905608.

Art. 2º Credenciar a Faculdade de Tecnologia Avançada para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede na Rua Desembargador Vicente Miguel, nº 56, bairro Jundiá, no Município de Anápolis, no Estado de Goiás, mantida pelo CEGRAN - Centro de Graduação de Anápolis Ltda., com sede no mesmo Município e Estado (CNPJ 21.406.450/0001-59).

Art. 3º As atividades presenciais serão desenvolvidas na sede da instituição e em polos EaD constantes do Cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16, do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 e art. 12, da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

## DESPACHO DE 24 DE JUNHO DE 2021

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, homologo o Parecer CNE/CES nº 282/2020, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que votou favoravelmente à convalidação dos estudos realizados por Isadora Martins, no curso superior de Odontologia, bacharelado, ministrado pelo Centro Universitário de Anápolis - Unievangelica, com sede no município de Anápolis, no estado de Goiás, mantido pela Associação Educativa Evangélica, com sede no mesmo município e estado, conforme consta no Processo nº 23001.000346/2020-55.

MILTON RIBEIRO  
Ministro de Estado

## DESPACHO DE 24 DE JUNHO DE 2021

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, homologo o Parecer CNE/CES nº 206/2020, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que votou favoravelmente à convalidação de estudos realizados por Adriana Nogueira de Moraes, no curso superior de Pedagogia, no período de 2011 a 2019, ministrado pela Universidade Cidade de São Paulo - UNICID, com sede no município de São Paulo, no estado de São Paulo, mantida pela Sociedade Educacional Cidade de São Paulo - SECID Ltda., com sede no mesmo município e estado, conforme consta no Processo nº 23001.000078/2020-71.

MILTON RIBEIRO  
Ministro de Estado

## DESPACHO DE 24 DE JUNHO DE 2021

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, homologo o Parecer CNE/CES nº 236/2021, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação - CES/CNE, que conheceu do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos do Despacho SERES nº 178/2020, que limitou o ingresso de novos alunos no curso superior de Biomedicina, bacharelado, e suspendeu a abertura de novos cursos de graduação e pós-graduação, da Faculdade de Ciências Biomédicas do Espírito Santo, com sede na Rua Bolívar de Abreu, nº 48, Bairro Campo Grande, no município de Cariacica, no estado do Espírito Santo, mantida pela Associação de Ensino Integrado e Organizado Universitário, com sede no mesmo município e estado, conforme consta do Processo nº 23709.000220/2019-80.

MILTON RIBEIRO  
Ministro de Estado

## DESPACHOS DE 24 DE JUNHO DE 2021

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, homologo o Parecer CNE/CES nº 509/2020, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que indeferiu o pedido de credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da RATIO - Faculdade Teológica e Filosófica, com sede na Avenida Visconde do Rio Branco, nº 2.801, bairro Joaquim Távora, no Município de Fortaleza, no Estado do Ceará, mantida pelo Centro de Ensino Superior Ratio Ltda., com sede no mesmo Município e Estado, CNPJ 03.529.230/0001-30, conforme Processo e-MEC nº 201716980.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, homologo o Parecer CNE/CES nº 153/2021, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que indeferiu o pedido de credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Faculdade Porto União (FPU) com sede à Rua Nossa Senhora do Bom Conselho, nº 351, Bairro Chácara Nossa Senhora do Bom Conselho, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, mantida pela Moscato Educação Superior EIRELI - EPP, com sede no mesmo Município e Estado, CNPJ 20.621.394/0001-02, conforme Processo e-MEC nº 201714666.

MILTON RIBEIRO  
Ministro

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico  
tp://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021062500084  
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO »» Consultas Gerais »» Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

### Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		05.388.377/0001-83									
FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ARISTIDES SALES PEREIRA	036.919.063-70	FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ	05.388.377/0001-83	Diretor (SECRETÁRIO)	0	--	--	FM	--	CE	Caucaia
SHIRLEY ALMEIDA PEREIRA MAGALHÃES	567.364.013-72	FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ	05.388.377/0001-83	Diretor (TESOUREIRA)	0	--	--	FM	--	CE	Caucaia
THALYTA SALES PEREIRA	036.948.263-86	FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ	05.388.377/0001-83	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	CE	Caucaia

Usuário: -      Data: 27/05/2024      Hora: 11:01:22



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/proc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

Consulta - Siacco (14547595)

SEI 99145-020282/2022-54 / pg. 80

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d





Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição**

menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

### Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		036.919.063-70									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ARISTIDES SALES PEREIRA	<a href="#">036.919.063-70</a>	FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ	<a href="#">05.388.377/0001-83</a>	Diretor (SECRETÁRIO)	0	--	--	FM	--	CE	Caucaia

Usuário: -

Data: 27/05/2024

Hora: 11:01:40



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pp0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

Consulta - Siacco (14547595)

SLI-99115-020282/2022-54 / pg. 81

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição**

menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

### Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		567.364.013-72									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
SHIRLEY ALMEIDA PEREIRA MAGALHÃES	<a href="#">567.364.013-72</a>	FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ	<a href="#">05.388.377/0001-83</a>	Diretor (TESOUREIRA)	0	--	--	FM	--	CE	Caucaia

Usuário: -

Data: 27/05/2024

Hora: 11:01:46



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pp0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

Consulta - Siacco (14547595)

SLI 99115.020282/2022-54 / pg. 82

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição**

menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		036.948.263-86									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
THALYTA SALES PEREIRA	<a href="#">036.948.263-86</a>	FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ	<a href="#">05.388.377/0001-83</a>	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	CE	Caucaia

Usuário: -      Data: 27/05/2024      Hora: 11:01:53



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/proc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

Consulta - Siacco (14547595)

SLI 99115.020282/2022-54 / pg. 83

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

# LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Processo:	53115.020282/2022-54				
Interessada:	FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ		CNPJ:	05.388.377/0001-83	
Tipo juridico:	Fundação de Direito Privado				
Município/UF	Caucaia/CE	Serviço:	radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos - FME		
Data de recebimento da notificação (90 dias): - Base Legal: <a href="#">Art. 4º, §3º, da Lei no 5.785, de 23 de junho de 1972;</a>	-	Data do protocolo do pedido de renovação de outorga): - Base Legal: <a href="#">Art. 4º, caput, da Lei no 5.785, de 23 de junho de 1972.</a>	25/07/2022	Período a ser renovado:	17/11/2023 a 17/11/2033

Documentos	SEI nº	Observações
1. Requerimento de renovação de outorga assinado pelo atual dirigente: Base legal: <a href="#">Art. 113, caput, do Decreto nº 52.795, de 1963;</a> Anexo XIII, XIV e XV da <a href="#">Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023</a>	10230514 pgs.2,3 25/07/2022 Thalyta Sales Pereira	- Contém todas as declarações conforme Anexo XV da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023 ( 11088892) assinada pelos atuais diretores;  <input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.

Documentos	SEI nº	Observações
2. Ata de Eleição dos dirigentes, registrada; - Base Legal: <a href="#">Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963</a>	10230514 pgs.12-15	- Estatuto: 10230514 pgs.6-11 - Mandato 2022 a 2027 <input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
3. Certidão emitida pelo órgão de registro; - Base Legal: <a href="#">Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963</a>	10230514 pgs.29-31	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
4. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, de maioria e inscrição no CPF - Base Legal: <a href="#">Art. 222, § 1º, da Constituição Federal.</a> <a href="#">Art. 15 § 3º do Decreto nº 52.795, de 1963</a>	Presidente Thalyta Sales Pereira 10230514 pg.32  Secretário Aristides Sales Pereira 10230514 pg.33  Tesoureira Shirley Almeida Pereira Magalhães 10230514 pg.34	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.

Documentos da Intuição de Ensino Superior	SEI nº	Observações
5. Instrumento jurídico (contrato, convênio, termo de parceria, etc.) que comprove a vinculação de fundação de natureza privada com instituição de ensino ou com o Município onde o serviço é executado; - Base Legal: Art. 138, caput e §§ 5º e 6º da <a href="#">Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023.</a>	10230514 pgs.16-18	O documento apresentado contém todos os itens obrigatórios dispostos no Art. 138, caput e §§ 5º e 6º da <a href="#">Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023;</a> <input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

Checklist 11347367

SEI 53115.020282/2022-54 / pg. 84

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

6. Documento de identificação do representante da IES; - Base Legal: Art. 138, caput e §§ 5º e 6º da <a href="#">Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023</a> .	10230514 pgs.19	Documento que comprova a legitimidade do representante legal: link <input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
7. Comprovante de credenciamento junto ao Mec - <a href="#">e-Mec</a> ; - Base Legal: Art. 138, caput e §§ 5º e 6º da <a href="#">Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023</a> .	11547503, 10280886	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.

Documentos	SEI nº	Observações
8. <a href="#">CNPJ</a> ; - Base Legal: <a href="#">Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963</a>	11547292 pg.1 Emitida em 27/05/2024	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
9. <a href="#">Fazenda Federal</a> ; - Base Legal: <a href="#">Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963</a>	11547292 pg.2	<input type="checkbox"/> De acordo. <input checked="" type="checkbox"/> Pendência.
10. Fazenda Estadual; - Base Legal: <a href="#">Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963</a>	11547292 pg.3 Válida até 26/07/2024	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
11. Fazenda Municipal; - Base Legal: <a href="#">Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963</a>	11547292 pg.4	<input type="checkbox"/> De acordo. <input checked="" type="checkbox"/> Pendência.
12. <a href="#">Fistel</a> ; - Base Legal: <a href="#">Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963</a>	11547292 pg.5 Válida até 26/06/2024.	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
13. <a href="#">FGTS</a> ; - Base Legal: <a href="#">Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963</a>	-	<input type="checkbox"/> De acordo. <input checked="" type="checkbox"/> Pendência.
14. <a href="#">Justiça do Trabalho</a> ; - Base Legal: <a href="#">Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963</a>	11547292 pg.7 Válida até 23/11/2024	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
15. <a href="#">Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)</a> .	11547292 pg.8 Válida até 26/06/2024	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.

Documentos	SEI nº	Observações
16. Portaria de Outorga/Decreto Presidencial - <a href="#">DOU</a> ;	10280815	Portaria 2.795, de 11 de dezembro de 2002, publicado no DOU de 13 de dezembro de 2002
17. Decreto Legislativo- <a href="#">DOU</a> ;	10280852	Decreto Legislativo nº 854 de 2003, publicado no DOU de 17 de novembro de 2003
18. Contrato com a União - <a href="#">DOU</a> ;	-	-
19. Licença de funcionamento da estação - <a href="#">Mosaico - Licenciamento</a> ; - Base Legal: Art. 16, §§ 7º ao 10, da <a href="#">Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023</a> .	11547296	Emitida em 03/11/2023; Válida até 13/12/2032 <input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência

Documentos	SEI nº	Observações
20. Relatório do Canal - <a href="#">Mosaico</a> ;	link	-
21. Relatório de apuração de infrações - CGFM;	link	-
22. Limites - <a href="#">Siacco</a> ; - Base Legal: <a href="#">Art. 12 do Decreto- Lei nº 236, de 1967</a>	11547593	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência

Observações Adicionais





## Conclusão

A documentação apresentada **não está em conformidade** com o disposto na legislação, não sendo possível a proposição do deferimento.



Documento assinado eletronicamente por **Heitor dos Santos Costa Pereira**, Assistente, em 28/05/2024, às 18:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11547367** e o código CRC **E4A105E8**.

Referência: Processo nº 53115.020282/2022-54

SEI nº 11547367



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

Checklist 11547367

SEI 53115.020282/2022-54 / pg. 86

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária

OFÍCIO Nº 18393/2024/MCOM

Brasília, 27 de maio de 2024.

À Senhora

**Thalyta Sales Pereira**

Representante Legal da FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ

Inscrição no CNPJ nº 05.388.377/0001-83

PV Taquara 1 Lote 16

CEP: 61685-000 / Caucaia - CE

Assunto: **Processo nº 53115.020282/2022-54. Solicitação de documentos relacionados à renovação da outorga.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Informo que, após análise da documentação acostada ao processo em referência, que trata da renovação da outorga para o serviço de radiodifusão, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Caucaia, estado do Ceará, foi constatada a necessidade de saneamento das seguintes pendências, conforme *Checklist* (11547367):

- **Certidão Negativa da Receita Federal/PGFN** em relação à entidade, para comprovar a regularidade perante a Fazenda Federal, nos termos do art. 113, inciso VI do [Decreto nº 52.795, de 1963](#).
- **Certidão Negativa da Receita Municipal** em relação à entidade, para comprovar a regularidade perante a Fazenda Municipal, nos termos do art. 113, inciso VI do [Decreto nº 52.795, de 1963](#).
- **Certidão Negativa do FGTS** em relação à entidade, para comprovar a regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, nos termos do art. 113, inciso VIII do [Decreto nº 52.795, de 1963](#).

2. A documentação deverá ser encaminhada **exclusivamente** pelo Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>. Ressalto que, para fins de peticionamento no Sistema, é necessário possuir cadastro no Portal [gov.br](https://gov.br) (caso não possua, é possível solicitá-lo em <https://acesso.gov.br/>).

3. Mais informações sobre o Protocolo Digital podem ser obtidas em: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/acesso-a-informacao/processo-eletronico/protocolo-digital>.

4. Na resposta, devem ser mencionados o número deste Ofício e do processo em referência (53115.020282/2022-54), condição para que o pleito seja analisado.

Para atender esta notificação, fica estabelecido o **prazo de 30 (trinta) dias**, contados a

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bo0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

Ofício 18393 (11547367)

SEI 53115.020282/2022-54 / pg. 87



bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação.

6. Caso haja necessidade de prorrogação de prazo, a entidade deverá se atentar a apresentar o pedido, devidamente fundamentado, antes do final do prazo concedido neste Ofício. Caso contrário, o pedido será considerado intempestivo e poderá resultar no arquivamento ou indeferimento do processo, conforme o caso, além de outras implicações legais.

7. Por fim, este Órgão permanece à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Endereço de correspondência: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, térreo - Brasília/DF - CEP 70.044-902

Telefone: (61) 2027-6781 - <https://www.gov.br/mcom>

\*Documento assinado por delegação, na forma da [Portaria nº 11.091, de 16 de novembro de 2023](#), publicada no Diário Oficial da União de 20 de novembro de 2023.

**Anexos:**

*Checklist* (11547367).



Documento assinado eletronicamente por **Heitor dos Santos Costa Pereira**, Assistente, em 28/05/2024, às 18:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11547598** e o código CRC **930AE81A**.

**Referência:** Processo nº 53115.020282/2022-54

Documento nº 11547598



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bo0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

Ofício 18595 (11547598)

SEI 53115.020282/2022-54 / pg. 88

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

**Data de Envio:**

29/05/2024 10:26:03

**De:**

MCOM/Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária  
<copec@mcom.gov.br>

**Para:**

fundacaoterradaluz@gmail.com  
leonar@daterranet.com.br  
lmcradiodifusao@gmail.com  
fundacaoculturalterradaluz@gmail.com

**Assunto:**

MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

**Mensagem:**

À Senhora

Thalyta Sales Pereira

Representante Legal da FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ

Inscrição no CNPJ nº 05.388.377/0001-83

PV Taquara 1 Lote 16

CEP: 61685-000 / Caucaia - CE

Assunto: Encaminhamento de Ofício referente à análise do processo nº 53115.020282/2022-54

Senhor Representante Legal,

Cumprimentando-o, cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar o Ofício nº 18393/2024/SEI-MCOM, referente à análise do processo nº 53115.020282/2022-54

Dessa forma, solicitamos que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:

Protocolo Digital do MCom (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.

Atenciosamente,

**Anexos:**

Oficio\_11547598.html

Checklist\_11547367.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>



Id solicitação: 57dbac14a46cc

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ	
<b>Nome Fantasia:</b>	
<b>Telefone:</b> (85) 34845173	<b>E-mail:</b> villadocondefm@gmail.com
<b>CNPJ:</b> 05.388.377/0001-83	<b>Número do Fistel:</b> 50012913308
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 17/11/2003	<b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	<b>Categoria da Estação:</b> Principal
<b>Val. RF:</b> 13/12/2032	
<b>Observações:</b> ATO 28.588/2002;ATO 49.438/2005;ATO Nº 53.979, DE 10/11/2005, PUBLICADO NO DOU. DE 11/11/2005.	

Endereço Sede	
<b>Logradouro:</b> SÍTIO SANTA HELENA	<b>Complemento:</b> L. BANANA
<b>Bairro:</b> GUAGIRU	<b>Numero:</b> S/Nº
<b>Município:</b> Caucaia	<b>UF:</b> CE <b>CEP:</b> 61600000

Endereço Correspondência	
<b>Logradouro:</b> Rua Gonçalves Ledo	<b>Complemento:</b>
<b>Bairro:</b> Praia de Iracema	<b>Numero:</b> 172
<b>Município:</b> Fortaleza	<b>UF:</b> CE <b>CEP:</b> 60060325

Endereço do Transmissor	
<b>Logradouro:</b> Avenida Barão de Studart	<b>Complemento:</b> Edifício Torre Empresarial Quixadá
<b>Bairro:</b> Joaquim Távora	<b>Numero:</b> 2360
<b>Município:</b> Fortaleza	<b>UF:</b> CE <b>CEP:</b> 60120002

Endereço do Estúdio Principal	
<b>Logradouro:</b> Avenida Barão de Studart	<b>Complemento:</b> Edifício Torre Empresarial Quixadá
<b>Bairro:</b> Joaquim Távora	<b>Numero:</b> 2360
<b>Município:</b> Fortaleza	<b>UF:</b> CE <b>CEP:</b> 60120002

Endereço do Estúdio Auxiliar	
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>
<b>Município:</b> -	<b>UF:</b> <b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Caucaia	<b>UF:</b> CE

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 272	<b>Frequência:</b> 102.3 MHz	<b>Classe:</b> A4	<b>ERP Máxima:</b> 9.078kW
<b>HCI:</b> 79 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 2

## Informações da Estação



24/11/2021 eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

Relatório do Canal - Mosaico (11005235)

SEI 55115.020282/2022-54 / pg. 91

Informações Gerais	
Número da Estação: 682710474	Número Indicativo: ZYS800
Data Último Licenciamento: 03/11/2023	Número da Licença: 53500.094663/2023-15

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 3° 44' 39.08" S	Longitude: 38° 30' 36.11" W	Cota da base: 51 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 005730500518	Modelo: FM10000S
Fabricante: MTA Eletrônica Industrial Ltda.	Potência de Operação: 5.0 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF158-50JA A0	Fabricante: RFS Radio Frequency System		
Comprimento da Linha: 20.00 m	Atenuação: 0.649 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: INV-30-4	Fabricante: INOVATOR ANTENAS				
Ganho: 3.22 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 30 °	Polarização: Vertical	HCI: 79 m	ERP Máxima: 9.08 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 3.22	5°: 3.48	10°: 3.74	15°: 4.01	20°: 4.29	25°: 4.44	30°: 4.58	35°: 4.88	40°: 5.04	45°: 5.19	50°: 5.35	55°: 5.51
60°: 5.68	65°: 5.85	70°: 5.85	75°: 6.02	80°: 6.02	85°: 6.02	90°: 6.02	95°: 6.02	100°: 6.02	105°: 6.02	110°: 5.85	115°: 5.85
120°: 5.68	125°: 5.51	130°: 5.35	135°: 5.19	140°: 5.04	145°: 4.73	150°: 4.44	155°: 4.15	160°: 4.01	165°: 3.74	170°: 3.48	175°: 3.35
180°: 3.1	185°: 2.85	190°: 2.62	195°: 2.38	200°: 2.16	205°: 1.94	210°: 1.62	215°: 1.41	220°: 1.21	225°: 1.01	230°: 0.92	235°: 0.72
240°: 0.54	245°: 0.35	250°: 0.26	255°: 0.18	260°: 0.09	265°: 0.09	270°: 0	275°: 0.09	280°: 0.18	285°: 0.26	290°: 0.35	295°: 0.45
300°: 0.54	305°: 0.63	310°: 0.82	315°: 1.01	320°: 1.21	325°: 1.41	330°: 1.62	335°: 1.94	340°: 2.27	345°: 2.5	350°: 2.73	355°: 2.97

Coordenadas por radial											
0°: Lat 3°33'9.05'' S Lon 38°3 0'36.11'' W	5°: Lat 3°33'21.12'' S Lon 38° 29'36.68'' W	10°: Lat 3°33'38.21'' S Lon 38° 28'39.35'' W	15°: Lat 3°34'0.04'' S Lon 38°2 7'44.55'' W	20°: Lat 3°34'21.85'' S Lon 38° 26'51.02'' W	25°: Lat 3°34'52.37'' S Lon 38° 26'1.99'' W	30°: Lat 3°35'22.55'' S Lon 38° 25'14.17'' W	35°: Lat 3°36'0.44'' S Lon 38°2 4'32.25'' W	40°: Lat 3°36'37.69'' S Lon 38° 23'51.39'' W	45°: Lat 3°37'18.07'' S Lon 38° 23'14.24'' W	50°: Lat 3°38'7.32'' S Lon 38°2 2'48.33'' W	55°: Lat 3°38'52.22'' S Lon 38° 22'19.79'' W
60°: Lat 3°39'41.45'' S Lon 38° 21'59.61'' W	65°: Lat 3°40'31.51'' S Lon 38° 21'44.19'' W	70°: Lat 3°41'18.72'' S Lon 38° 21'24.59'' W	75°: Lat 3°42'8.67'' S Lon 38°2 1'13.77'' W	80°: Lat 3°42'58.98'' S Lon 38° 38'21'7.45'' W	85°: Lat 3°43'48.81'' S Lon 38° 38'21'0.87'' W	90°: Lat 3°44'39.03'' S Lon 38° 20'58.66'' W	95°: Lat 3°45'28.84'' S Lon 38° 38'21'5.58'' W	100°: Lat 3°46'18.27'' S Lon 38° 38'21'12.1'' W	105°: Lat 3°47'6.94'' S Lon 38° 38'21'22.9'' W	110°: Lat 3°47'59.36'' S Lon 38° 21'24.52'' W	115°: Lat 3°48'46.57'' S Lon 38° 38'21'44.1'' W
120°: Lat 3°49'31.89'' S Lon 38° 38'22'7.74'' W	125°: Lat 3°50'9.55'' S Lon 38°2 2'43.04'' W	130°: Lat 3°50'52.49'' S Lon 38° 23'10.06'' W	135°: Lat 3°51'33.21'' S Lon 38° 23'41.01'' W	140°: Lat 3°52'15'' S Lon 38°24' 12.65'' W	145°: Lat 3°52'42.73'' S Lon 38° 24'56.67'' W	150°: Lat 3°53'18.62'' S Lon 38° 25'35.45'' W	155°: Lat 3°53'51.39'' S Lon 38° 26'17.96'' W	160°: Lat 3°54'2.83'' S Lon 38°2 7'10.44'' W	165°: Lat 3°54'32.31'' S Lon 38° 27'56.78'' W	170°: Lat 3°54'53.25'' S Lon 38° 28'47.56'' W	175°: Lat 3°55'0.35'' S Lon 38°2 9'41.63'' W
180°: Lat 3°55'16.95'' S Lon 38° 30'36.11'' W	185°: Lat 3°55'19.25'' S Lon 38° 31'32.25'' W	190°: Lat 3°55'16.6'' S Lon 38°3 2'28.78'' W	195°: Lat 3°55'22.7'' S Lon 38°3 3'28.97'' W	200°: Lat 3°54'56.3'' S Lon 38°3 4'21.28'' W	205°: Lat 3°54'34.37'' S Lon 38° 35'14.35'' W	210°: Lat 3°54'12.01'' S Lon 38° 38'36'7.67'' W	215°: Lat 3°53'41'' S Lon 38°36' 56.45'' W	220°: Lat 3°53'16.75'' S Lon 38° 37'51.51'' W	225°: Lat 3°52'33.56'' S Lon 38° 38'31.71'' W	230°: Lat 3°51'59.54'' S Lon 38° 39'22.27'' W	235°: Lat 3°51'20.26'' S Lon 38° 40'10.42'' W
240°: Lat 3°50'28.78'' S Lon 38° 40'43.27'' W	245°: Lat 3°49'40.66'' S Lon 38° 41'24.43'' W	250°: Lat 3°48'44.75'' S Lon 38° 41'52.77'' W	255°: Lat 3°47'47.42'' S Lon 38° 42'20.83'' W	260°: Lat 3°46'47.06'' S Lon 38° 42'43.95'' W	265°: Lat 3°45'44.1'' S Lon 38° 38'43'1.82'' W	270°: Lat 3°44'38.99'' S Lon 38° 43'18.91'' W	275°: Lat 3°43'33.48'' S Lon 38° 38'43'6.52'' W	280°: Lat 3°42'29.29'' S Lon 38° 42'53.25'' W	285°: Lat 3°41'26.91'' S Lon 38° 42'34.51'' W	290°: Lat 3°40'25.16'' S Lon 38° 42'14.99'' W	295°: Lat 3°39'27.35'' S Lon 38° 41'45.84'' W
300°: Lat 3°38'25.54'' S Lon 38° 41'24.29'' W	305°: Lat 3°37'27.87'' S Lon 38° 40'53.09'' W	310°: Lat 3°36'26.71'' S Lon 38° 38'40'24'' W	315°: Lat 3°35'37.45'' S Lon 38° 39'38.76'' W	320°: Lat 3°34'55.95'' S Lon 38° 38'46.34'' W	325°: Lat 3°34'19.42'' S Lon 38° 37'50.82'' W	330°: Lat 3°33'52.19'' S Lon 38° 38'36'50.3'' W	335°: Lat 3°33'30.7'' S Lon 38°3 5'48.38'' W	340°: Lat 3°33'19.46'' S Lon 38° 34'43.95'' W	345°: Lat 3°33'5.07'' S Lon 38°3 3'42.43'' W	350°: Lat 3°33'0.85'' S Lon 38°3 2'39.46'' W	355°: Lat 3°33'2.22'' S Lon 38°3 1'37.19'' W

Distância por radial											
0°: 21.31	5°: 21.02	10°: 20.73	15°: 20.43	20°: 20.29	25°: 20	30°: 19.85	35°: 19.56	40°: 19.41	45°: 19.26	50°: 18.82	55°: 18.68



60°: 18.38	65°: 18.09	70°: 18.09	75°: 17.94	80°: 17.8	85°: 17.8	90°: 17.8	95°: 17.65	100°: 17.65	105°: 17.65	110°: 18.09	115°: 18.09
120°: 18.09	125°: 17.8	130°: 17.94	135°: 18.09	140°: 18.38	145°: 18.24	150°: 18.53	155°: 18.82	160°: 18.53	165°: 18.97	170°: 19.26	175°: 19.26
180°: 19.7	185°: 19.85	190°: 20	195°: 20.58	200°: 20.29	205°: 20.29	210°: 20.43	215°: 20.43	220°: 20.87	225°: 20.73	230°: 21.17	235°: 21.61
240°: 21.61	245°: 22.05	250°: 22.19	255°: 22.49	260°: 22.78	265°: 23.07	270°: 23.51	275°: 23.22	280°: 23.07	285°: 22.92	290°: 22.92	295°: 22.78
300°: 23.07	305°: 23.22	310°: 23.66	315°: 23.66	320°: 23.51	325°: 23.36	330°: 23.07	335°: 22.78	340°: 22.34	345°: 22.19	350°: 21.9	355°: 21.61

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 9.08 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	2795	Portaria	MC	11/12/2002	13/12/2002	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	454	Portaria	SSCE	09/10/2006	11/12/2006	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	854	Decreto Legislativo	CN	14/11/2003	17/11/2003	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
535600018032004	44903	Ato	ER	22/06/2004	24/06/2004	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	159	Portaria	SSCE	06/05/2005	09/05/2005	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
53560002906/2011-41	1580	Portaria	MC	09/04/2015	27/07/2015	Multa	Jurídico
	8834626	Ato	ORLE	20/07/2022			

Horário de funcionamento							





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 05.388.377/0001-83 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 26/08/2002</div>	
<div>NOME EMPRESARIAL FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ</div>			
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****</div>	<div>PORTE DEMAIS</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 306-9 - Fundação Privada</div>			
<div>LOGRADOURO LOT PV TAQUARA 1</div>	<div>NÚMERO SN</div>	<div>COMPLEMENTO LOTE 16</div>	
<div>CEP 61.685-000</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO TAQUARA</div>	<div>MUNICÍPIO CAUCAIA</div>	<div>UF CE</div>
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO</div>	<div>TELEFONE (85) 3484-5173</div>		
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>			
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>			
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 01/07/2024 às 10:52:03 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ**  
**CNPJ: 05.388.377/0001-83**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 15:29:51 do dia 27/06/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 24/12/2024.

Código de controle da certidão: **311B.A346.36FC.BB07**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

ANEXO - certidões (11609207)

SEI58116:020282/2022-54 / pg. 95

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d





GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
Procuradoria Geral do Estado

Certidão Negativa de Débitos Estaduais  
202408204369

Emitida para os efeitos da Instrução Normativa Nº 13 de 02/03/2001

IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE
Inscrição Estadual: *****
CNPJ / CPF: 05388377000183
RAZÃO SOCIAL:

Ressalvado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para fins de direito, que revendo os registros do Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual - CADINE, verificou-se nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para constar, foi emitida esta certidão.

EMITIDA VIA INTERNET EM 01/07/2024 ÀS 10:56:09  
VÁLIDA ATÉ 30/08/2024

A autenticidade deste documento deverá ser comprovada via Internet, no endereço  
[www.sefaz.ce.gov.br](http://www.sefaz.ce.gov.br)

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



Imprimir

**GOVERNO MUNICIPAL DE CAUCAIA**  
**SECRETARIA DE FINANÇAS, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO****CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS**  
**CERTIDÃO N 014643/ 2024****DADOS DO CONTRIBUINTE**

Contribuinte	CPF/CNPJ
<b>FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ</b>	<b>05.388.377/0001-83</b>
Endereço	Bairro
<b>LOC. DE PV TAQUARA 01 - LOTE 16, -</b>	<b>LOC. DE PV TAQUARA</b>
Cidade	UF CEP
<b>CAUCAIA</b>	<b>CE 61.685-000</b>

Certificamos, para os devidos fins, que o(a) requerente acima qualificado(a) encontra-se quite com os tributos municipais até a presente data, ressalvado porém, o direito da Secretaria de Finanças e Planejamento de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, na forma de legislação em vigor. Válida para todos os fins.

Caucaia-CE, 27 de junho de 2024 (09:17:12)

Certidão expedida gratuitamente com base no Decreto n 254, de 25 de janeiro de 2011.  
A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada obrigatoriamente no site da SEFIN (<http://www.sefin.caucaia.ce.gov.br>).

Valido até **90 dias a partir da data de expedição, apresentada RASURA a CERTIDÃO e NULA.**

**CERTIDÃO EMITIDA VIA INTERNET**  
**<http://www.sefin.caucaia.ce.gov.br>**

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d





## CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

**Nome:** FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ

**CNPJ:** 05.388.377/0001-83

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 16:38:59 do dia 29/07/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 28/08/2024.

Certidão expedida gratuitamente.

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 05.388.377/0001-83

**Razão Social:** FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ

**Endereço:** R SITIO SANTA HELENA S/N GUAGIRU / CENTRO / CAUCAIA / CE / 61600-970

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 28/07/2024 a 26/08/2024

**Certificação Número:** 2024072801351345824625

Informação obtida em 29/07/2024 16:39:13

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

ANEXO - certidões (11609201)

SEI55113:020282/2022-54 / pg. 99

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 05.388.377/0001-83

Certidão nº: 46077143/2024

Expedição: 01/07/2024, às 10:52:18

Validade: 28/12/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **05.388.377/0001-83**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Dúvidas e sugestões: [cndt@tst.jus.br](mailto:cndt@tst.jus.br)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

Anexo - certidões (11609201)

SEI 33115-020202/2022-54 / pg. 100

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d





# CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correcional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ**

CPF/CNPJ: **05.388.377/0001-83**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

*Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.*

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 16:38:13 do dia 29/07/2024, com validade até o dia 28/08/2024.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: xKuX95jZeTKVq2SEnrSr

*Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.*



**Data de Envio:**

01/07/2024 11:07:16

**De:**

MCOM/Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária  
<copec@mcom.gov.br>

**Para:**

cgfm <cgfm@mcom.gov.br>  
inez.franca@mcom.gov.br  
karina.menezes@mcom.gov.br

**Assunto:**

Consulta - CGFM

**Mensagem:**

Processo nº: 53115.020282/2022-54

Assunto: Solicitação de informações de sanção (processo) de cassação de outorga (FM educativa)

Prezados senhores,

1. Cumprimentando-os, cordialmente, e visando instruir processo de renovação de outorga do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, em trâmite nesta coordenação, solicito à gentileza de nos informar quanto à existência de:

1.1 Condenação de cassação da outorga associada à FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ, CNPJ nº 05.388.377/0001-83, que executa o serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Caucaia, estado do Ceará.

1.2 Processo(s) de apuração de infração em trâmite que possa(m) resultar na aplicação de sanção de cassação da outorga em relação a interessada indicada acima; e

1.3 Processo de apuração de infração, com decisão administrativa transitada em julgado, cujo objeto verse sobre operação clandestina de serviço de radiodifusão e esteja relacionado à referida interessada.

2. Ademais, peço-lhes que a resposta seja encaminhada para os seguintes e-mails:

2.1 copec@mcom.gov.br associada à Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária.

2.2 heitor.pereira@mcom.gov.br - associado ao servidor Heitor dos Santos C Pereira

3. Desde já agradeço a ajuda e, colocamo-nos à disposição.

Atenciosamente,

Heitor dos S. C. Pereira

Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária - COPEC

**Anexos:**

Relatorio\_11609233\_relatorio\_canal.pdf



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

## RE: Consulta - CGFM

**De:** Inez Joffily França [inez.franca@mcom.gov.br](mailto:inez.franca@mcom.gov.br)  
**Para:** COPEC [COPEC@mcom.gov.br](mailto:COPEC@mcom.gov.br)  
**Cc:** Heitor dos Santos C Pereira [heitor.pereira@mcom.gov.br](mailto:heitor.pereira@mcom.gov.br)  
**Enviado:** segunda-feira, 1 de julho 11:31

Processo nº: 53115.020282/2022-54

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ, CNPJ nº 05.388.377/0001-83, que executa o serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Caucaia, estado do Ceará, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

**De:** MCOM/Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária  
<[copec@mcom.gov.br](mailto:copec@mcom.gov.br)>

**Enviado:** segunda-feira, 1 de julho de 2024 11:07

**Para:** cgfm <[cgfm@mcom.gov.br](mailto:cgfm@mcom.gov.br)>; Inez Joffily França <[inez.franca@mcom.gov.br](mailto:inez.franca@mcom.gov.br)>; Karina César da Silveira Santos Menezes <[karina.menezes@mcom.gov.br](mailto:karina.menezes@mcom.gov.br)>

**Assunto:** Consulta - CGFM

Processo nº: 53115.020282/2022-54

Assunto: Solicitação de informações de sanção (processo) de cassação de outorga (FM educativa)

Prezados senhores,

1. Cumprimentando-os, cordialmente, e visando instruir processo de renovação de outorga do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, em trâmite nesta coordenação, solicito à gentileza de nos informar quanto à existência de:

1.1 Condenação de cassação da outorga associada à FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ, CNPJ nº 05.388.377/0001-83, que executa o serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Caucaia, estado do Ceará.

1.2 Processo(s) de apuração de infração em trâmite que possa(m) resultar na aplicação de sanção de cassação da outorga em relação a interessada indicada acima; e

1.3 Processo de apuração de infração, com decisão administrativa transitada em julgado, cujo objeto verse sobre ope



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadegassinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

2. Ademais, peço-lhes que a resposta seja encaminhada para os seguintes e-mails:

2.1 [copec@mcom.gov.br](mailto:copec@mcom.gov.br) associada à Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária.

2.2 [heitor.pereira@mcom.gov.br](mailto:heitor.pereira@mcom.gov.br) - associado ao servidor Heitor dos Santos C Pereira

3. Desde já agradeço a ajuda e, colocamo-nos à disposição.

Atenciosamente,

Heitor dos S. C. Pereira

Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária - COPEC



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadigital.camara-leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

E-mail: COPEM (11669248)

SEI 95115.020262/2022-54 / pg. 104

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIO-DIFUSÃO - CGJR  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**PARECER REFERENCIAL n. 00004/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP:** 00738.000083/2024-06

**INTERESSADO:** Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

**ASSUNTO:** Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos

**Ementa:** PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000083/2024-06. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO SONORA COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS. ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) nº 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) nº 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos;

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

**I – RELATÓRIO**

1. Por meio do **Ofício Interno nº 47635/2023/MCOM**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos, com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio da **COTA n.º 00195/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, solicitou informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos (SEI - **11378839**):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, com fins exclusivamente educativos.

2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, com fins exclusivamente educativos, é necessário consultar à SECOE sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, **com fins exclusivamente educativos** permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União (AGU), por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

*ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.*

*O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:*

*I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.*

*II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:*

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.de/br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

Referência n.º: 00004/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11628775)

SEI 53115.020282/2022-54 / pg. 105



bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e

b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja **grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos**. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da AGU foquem em questões de natureza mais complexa.

6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

7. A análise de processos administrativos que tratam da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, **com fins exclusivamente educativos**, pode ser enquadrada nos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos.

8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora **com fins exclusivamente educativos**, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.

9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos (SEI - **11388447**):

(...)

2. Em atenção ao solicitado pela d. Consultoria Jurídica por meio da Cota nº 00195/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, informa-se que atualmente existem 567 processos de renovação de outorga de radiodifusão educativa em trâmite nesta Secretaria, sendo 463 referentes ao serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (FM) e 104 referentes ao serviço de radiodifusão de sons e imagens (TV).

3. Deste modo, considerando o quantitativo de processos de renovação de outorgas de rádio e tv em caráter educativo em trâmite nessa Pasta, entende-se que a expedição de Parecer Referencial contribuirá para o melhor andamento das atividades no setor.

4. Por fim, esta Secretaria permanece à disposição para quaisquer eventuais esclarecimentos e/ou questionamentos adicionais.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora com fins exclusivamente educativos**. Portanto, a MJR **não** trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de **sons e imagens**, assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial) ou comunitária.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** com fins exclusivamente educativos, aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

## II – FUNDAMENTAÇÃO

### II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

#### ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.de/br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

Referência nº: 0004/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11628775)

SEI 53115.020282/2022-54 / pg. 106

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a **dispensa da apreciação individualizada** pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há **ganho de eficiência**, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a **uniformização** da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da **celeridade** e da **economicidade administrativa**.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o **volume de processos com matéria repetida**; e (ii) a **natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos**.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no **art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022**, que disciplina a utilização da MJR:

**Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022**

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos, que é superior a quatrocentos e sessenta processos (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), além dos pedidos administrativos posteriores que poderão apresentados sobre o mesmo assunto, tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. **A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve tar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.de/br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

Referência: n.º 0004/2024-CONJUR/AGU/CGU (11628775)

SEI 53115.020282/2022-54 / pg. 107



bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

**Enunciado nº 7**

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. **É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos.**

20. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com **validade de dois anos**, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

## **II.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS**

### **II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS**

21. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea "a", art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea "d", art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

22. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea "a", do CBT).

23. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967, com redação pela Lei nº 14.812, de 2024).

24. A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

25. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

### **II.2.2 - ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS**

26. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR; art. 152 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 02 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União em 02 de junho de 2023).

27. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

28. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.



29. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de preempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

30. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

31. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de preempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

32. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022.

33. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

Regra de tempestividade	Base legal
(I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016.
(II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785), devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados nos 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757, de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017.
(III) Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.	Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14.351, de 2022.
(IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022).	Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022.

34. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

35. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. Apenas podem prestar o serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos: i) estados, Distrito Federal e municípios; ii) instituições de educação superior (IES), credenciadas pelo Ministério da Educação (MEC), inclusive aquelas que estão sob a condição de mantidas (universidades, centros universitários e faculdades); iii) fundações de direito privado.



36. Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente formalizado, ou registrado em Cartório, quando for o caso; iii) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ; iv) cópia do certificado de licença para funcionamento da estação; v) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, se for caso (sociedade empresária); vi) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; vii) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; viii) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; ix) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e x) declaração de que: a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do MCOM, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento; a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão/permissão que será renovada; a entidade não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga; a entidade possui boa situação financeira e possui recursos para o empreendimento pleiteado; nenhum dos sócios ou dirigentes da mantenedora ou da mantida participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a renovação da concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; nenhum dos dirigentes da mantenedora ou da mantida está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; nenhum dos dirigentes e sócios da mantenedora ou da mantida foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos previstos nos art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 da Lei; pelo menos 70% (setenta por cento) do capital total e do capital votante da mantenedora pertence direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos; a responsabilidade editorial e as atividades de seleção, direção e conteúdo da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, nos termos dos §§1º e 2º do art. 222 da Constituição Federal; e caso a outorga seja renovada, a entidade se compromete a observar e cumprir, na produção de conteúdo e na sua programação, a finalidade exclusivamente educativa do serviço, notadamente quanto aos princípios e disposições do art. 221 da Constituição Federal, do art. 38, d, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, do art. 13, e seu parágrafo único, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, do art. 28, itens 11 e 12, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, da Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, e da Portaria que estabelece as regras e os critérios em relação aos serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos (vide art. 113 do RSR ANEXO XIII a XV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

38. É oportuno destacar que eventual existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica, constituída sob a forma de sociedade empresária, não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que **“a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”**. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão **não** requer a comprovação do pagamento do valor do preço público da outorga, visto que se trata de outorga não onerosa, não sendo aplicável, portanto, o art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar o limite de vinte outorgas de serviço de radiodifusão sonora. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter duas outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967, com redação dada pela Lei nº 14.812, de 2024).

43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, **caput**, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da **sociedade empresária** detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da entidade detentora da outorga e a produção para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT).  
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.





de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente<sup>[1]</sup>.

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

**II.2.3 - REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS**

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

Requisito	Base normativa
i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.	Art. 222, caput, da CF.
ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, “a” do CBT.
iii) A gestão editorial e as atividades de seleção, direção e conteúdo da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.	Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, “a” do CBT.
iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.	Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967, com redação dada pela Lei nº 14.812, de 2024.
v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações.	Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.
viii) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR e nos ANEXOS XIII a XV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.	Art. 113, XI, do RSR, e ANEXOS XIII a XV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023
ix) ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente formalizado, ou registrado em Cartório, quando for o caso	ANEXOS XIII a XV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023
x) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso II, do RSR.
xi) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, quando for o caso de sociedade empresária.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
xii) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, quando for o caso de sociedade empresária	Art. 113, inciso IV, do RSR.
Prova de inscrição no CNPJ.	Art. 113, inciso V, do RSR.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.de/br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d  
referência n.º: 00004/2024-CONJUR/MCOM/CCB/AGU (11628775)

xiv) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.	Art. 113, inciso VI, do RSR.
xv) Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel.	Art. 113, inciso VII, do RSR.
xvi) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	Art. 113, inciso VIII, do RSR.
xvii) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.	Art. 113, IX, do RSR.
xviii) Licença de funcionamento da estação válida.	Art. 31-A, I, do RSR.
xix) convênio firmado com uma única IES, com sede ou campus no estado em que será executado o serviço de radiodifusão exclusivamente educativo, que garanta o fornecimento de suporte pedagógico e técnico à edição de programas voltados exclusivamente para a educação, quando for o caso.	ANEXO XV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023
xx) documento de identidade do representante da IES com a qual o convênio foi firmado, quando for o caso	ANEXO XV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023

48. Acrescente-se, por necessário, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR). **Além disso, as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga.**

49. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

50. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar outra entidade que presta o serviço de radiodifusão, quando for a hipótese de **sociedade empresarial**, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

51. **Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.**

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

## II.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.dea.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

referência nº: 00007/2024-CONJUR/MCOM/CGU/AGU (11628775)

SEI 53115.020282/2022-54 / pg. 112

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº **xxxxxx.xxxxxx/xxxx-xx**, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade **[denominação do outorgado]**, Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº **[xx.xxx.xxx/xxxx-xx]**, número de inscrição no FISTEL nº **[xxxxxxxxxx-xx]**, a partir de **[xxxxxx]**, para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos **[em frequência modulada/ondas médias]**, no município de **[identificação do município]**, estado de **[identificação do Estado]**.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**[NOME DO MINISTRO]**

Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

### III – CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos, cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos; vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui **validade por dois anos**, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N. 00004/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) e registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica.

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

*assinado eletronicamente*

**JOÃO PAULO SANTOS BORBA**

**ADVOGADO DA UNIÃO**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.de/br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

referência n.º: 00004/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11628775)

SEI 53115.020282/2022-54 / pg. 113



bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000083202406 e da chave de acesso 50ebec01

---



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1429587038 e chave de acesso 50ebec01 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 08-03-2024 16:53. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

---



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.dea.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

Referência n.º: 00004/2024-CONJUR4MCOM/CGJ/AGU (11628775)

SEI 53115.020282/2022-54 / pg. 114

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**DESPACHO n. 00375/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 00738.000083/2024-06**

**INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA - SECOE**

**ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio educativa. Renovação de outorga.**

1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL n. 00004/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, que trata dos requisitos para a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos.
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 8 de março de 2024.

Assinado eletronicamente  
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES  
ADVOGADO DA UNIÃO  
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000083202406 e da chave de acesso 50ebec01



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1432822668 e chave de acesso 50ebec01 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 08-03-2024 17:21. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.dea.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

Referência n.º: 00004/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11628775)

SEI 53115.020282/2022-54 / pg. 115

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



# LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Processo:	53115.020282/2022-54				
Interessada:	FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ		CNPJ:	05.388.377/0001-83	
Tipo juridico:	Fundação de Direito Privado				
Município/UF	Caucaia/CE	Serviço:	radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos - FME		
Data de recebimento da notificação (90 dias): - Base Legal: <a href="#">Art. 4º, §3º, da Lei no 5.785, de 23 de junho de 1972;</a>	-	Data do protocolo do pedido de renovação de outorga): - Base Legal: <a href="#">Art. 4º, caput, da Lei no 5.785, de 23 de junho de 1972.</a>	25/07/2022	Período a ser renovado:	17/11/2023 a 17/11/2033

Documentos	SEI nº	Observações
1. Requerimento de renovação de outorga assinado pelo atual dirigente: Base legal: <a href="#">Art. 113, caput, do Decreto nº 52.795, de 1963;</a> Anexo XIII, XIV e XV da <a href="#">Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023</a>	10230514 pgs.2,3 25/07/2022 Thalyta Sales Pereira	- Contém todas as declarações conforme Anexo XV da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023 ( 11088892) assinada pelos atuais diretores;  <input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.

Documentos	SEI nº	Observações
2. Ata de Eleição dos dirigentes, registrada; - Base Legal: <a href="#">Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963</a>	10230514 pgs.12-15	- Estatuto: 10230514 pgs.6-11 - Mandato 2022 a 2027 <input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
3. Certidão emitida pelo órgão de registro; - Base Legal: <a href="#">Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963</a>	10230514 pgs.29-31	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
4. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, de maioria e inscrição no CPF - Base Legal: <a href="#">Art. 222, § 1º, da Constituição Federal.</a> <a href="#">Art. 15 § 3º do Decreto nº 52.795, de 1963</a>	Presidente Thalyta Sales Pereira 10230514 pg.32  Secretário Aristides Sales Pereira 10230514 pg.33  Tesoureira Shirley Almeida Pereira Magalhães 10230514 pg.34	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.

Documentos da Intuição de Ensino Superior	SEI nº	Observações
5. Instrumento jurídico (contrato, convênio, termo de parceria, etc.) que comprove a vinculação de fundação de natureza privada com instituição de ensino ou com o Município onde o serviço é executado; - Base Legal: Art. 138, caput e §§ 5º e 6º da <a href="#">Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023.</a>	10230514 pgs.16-18	O documento apresentado contém todos os itens obrigatórios dispostos no Art. 138, caput e §§ 5º e 6º da <a href="#">Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023;</a> <input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d> / pg. 116

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

6. Documento de identificação do representante da IES; - Base Legal: Art. 138, caput e §§ 5º e 6º da <a href="#">Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023</a> .	10230514 pgs.19	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
7. Comprovante de credenciamento junto ao Mec - <a href="#">e-Mec</a> ; - Base Legal: Art. 138, caput e §§ 5º e 6º da <a href="#">Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023</a> .	11547503, 10280886	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.

Documentos	SEI nº	Observações
8. <a href="#">CNPJ</a> ; - Base Legal: <a href="#">Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963</a>	11609201 pg.1 Emitida em 01/07/2024	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
9. <a href="#">Fazenda Federal</a> ; - Base Legal: <a href="#">Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963</a>	11609201 pg.2 Válida até 24/12/2024	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
10. Fazenda Estadual; - Base Legal: <a href="#">Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963</a>	11609201 pg.3 Válida até 30/08/2024	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
11. Fazenda Municipal; - Base Legal: <a href="#">Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963</a>	11609201 pg.4 Válida até 27/09/2024	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
12. <a href="#">Fistel</a> ; - Base Legal: <a href="#">Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963</a>	11609201 pg.5 Válida até 31/07/2024	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
13. <a href="#">FGTS</a> ; - Base Legal: <a href="#">Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963</a>	11609201 pg.6 Válida até 19/07/2024	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
14. <a href="#">Justiça do Trabalho</a> ; - Base Legal: <a href="#">Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963</a>	11609201 pg.7 Válida até 28/12/2024	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
15. <a href="#">Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)</a> .	11609201 pg.8 Válida até 31/07/2024.	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.

Documentos	SEI nº	Observações
16. Portaria de Outorga/Decreto Presidencial - <a href="#">DOU</a> ;	10280815	Portaria 2.795, de 11 de dezembro de 2002, publicado no DOU de 13 de dezembro de 2002
17. Decreto Legislativo- <a href="#">DOU</a> ;	10280852	Decreto Legislativo nº 854 de 2003, publicado no DOU de 17 de novembro de 2003
18. Contrato com a União - <a href="#">DOU</a> ;	-	-
19. Licença de funcionamento da estação - <a href="#">Mosaico - Licenciamento</a> ; - Base Legal: Art. 16, §§ 7º ao 10, da <a href="#">Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023</a> .	11547296	Emitida em 03/11/2023; Válida até 13/12/2032 <input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência

Documentos	SEI nº	Observações
20. Relatório do Canal - <a href="#">Mosaico</a> ;	11609233	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência
21. Relatório de apuração de infrações - CGFM;	11609248	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência
22. Limites - <a href="#">Siacco</a> ; - Base Legal: <a href="#">Art. 12 do Decreto- Lei nº 236, de 1967</a>	11547593	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência

Observações Adicionais



**Conclusão**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d> / pg. 117

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação, sendo possível a proposição do deferimento.



Documento assinado eletronicamente por **Heitor dos Santos Costa Pereira**, Assistente, em 30/07/2024, às 11:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11609213** e o código CRC **89863F32**.

Referência: Processo nº 53115.020282/2022-54

SEI nº 11609213



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

Checklist 11609213

SEI 53115.020282/2022-54 / pg. 118

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária

**NOTA TÉCNICA Nº 12031/2024/SEI-MCOM**

**PROCESSO: 53115.020282/2022-54.**

**INTERESSADA: FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ.**

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA EDUCATIVA. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONSULTORIA JURÍDICA. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. O processo trata de pedido formulado pela **Fundação Cultural Terra da Luz**, inscrita no CNPJ nº 05.388.377/0001-83, objetivando a renovação da outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, vinculado ao Fistel nº 50012913308, no município de **Caucaia**, estado do **Ceará**, para o período de 17/11/2023 a 17/11/2033.
2. Os autos foram instaurados em 25/07/2022, quando da protocolização do requerimento (10230514, pgs. 2/3), objetivando a renovação da outorga em observância ao prazo previsto no art. 4º da [Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972](#).
3. Posteriormente, a Entidade foi notificada acerca da necessidade de complementação da documentação necessária ao deferimento do pleito, por meio dos seguintes documentos: Ofício 19292 (10282565), Ofício 32476 (10568222), Ofício 18393 (11547598).
4. Por fim, emitiu-se o Checklist 11609213, no qual se concluiu que a documentação "está em conformidade com o disposto na legislação, sendo possível a proposição do deferimento".
5. Esses são os principais acontecimentos até o momento.

**ANÁLISE**

6. De acordo com o art. 33, § 3º da [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#), que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), o prazo da permissão para execução do serviço de radiodifusão sonora, com fins exclusivamente educativos, pode ser renovado por períodos sucessivos e iguais de 10 anos, mediante autorização do Poder Concedente. Atualmente, essa autorização é formalizada por portaria, subscrita pelo Senhor Ministro de Estado das Comunicações, posteriormente enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, conforme disposto no art. 223, **caput** e § 3º da [Constituição Federal de 1988](#), e no art. 113, § 1º do [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), que aprovou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR).

7. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na [Lei nº 4.117, de 1962](#), na [Lei nº 5.785, de 1972](#), no [Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967](#), e no [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).

De acordo com os arts. 112 e 113 do [Decreto nº 52.795, de 1963](#), o exame dos pedidos de outorga levará em consideração, entre outros, a tempestividade do pleito e a colação, aos



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/br0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

Nota Técnica 12031 (14626733)

SEI 53115.020282/2022-54 / pg. 119

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

autos, dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

9. Além disso, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, nos processos de renovação será igualmente avaliado se há extrapolação dos limites de outorga, em atenção especial ao art. 12 do [Decreto-Lei nº 236, de 1967](#).

10. No caso em apreço, conferiu-se à Fundação Cultural Terra da Luz a outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, conforme Portaria 2.795, de 11 de dezembro de 2002, publicada no DOU de 13 de dezembro de 2002 (10280815), ratificada pelo Decreto Legislativo nº 854, de 2003, publicado no DOU de 17 de novembro de 2003 (10280852). Oportuno registrar que, à época, estava em vigor o art. 32 do RSR segundo o qual a data de publicação Decreto Legislativo seria utilizada como parâmetro de contagem do início do prazo de validade da outorga.

A Radiodifusora apresentou o pedido de renovação, firmado por representante legalmente do, em 25/07/2022 (10230514, pgs. 2/3), acompanhado de parte da documentação exigida até

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/br0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>



então. De acordo com o art. 4º, **caput** da [Lei nº 5.785, de 1972](#), as entidades interessadas na renovação da outorga devem apresentar o correspondente requerimento "durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga", ou seja, entre 17/11/2022 e 17/11/2023. Observa-se, portanto, que o pedido de renovação de outorga foi apresentado **tempestivamente**.

12. Neste momento, importa destacar que, embora a outorga esteja vencida desde 17/11/2023, a emissora pode continuar executando o serviço em caráter precário, enquanto não houver decisão definitiva do processo de renovação, conforme prevê o art. 4º, § 1º da [Lei nº 5.785, de 1972](#).

13. A documentação apresentada pela Interessada, inclusive em relação aos seus dirigentes, diretores e/ou responsáveis legais, está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (11609213).

14. Dito isso, a Interessada juntou requerimento de renovação da outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI do [Decreto nº 52.795, de 1963](#), alterado pelo [Decreto nº 10.775, de 2021](#) (10230514, pgs. 2/3). Acostou, também, ata de nomeação/eleição dos dirigentes (10230514 pgs. 12 a 15), bem como certidão simplificada ou outro documento equivalente, emitido pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica (10230514, pgs. 29 a 31).

15. Conforme art. 12 do [Decreto-Lei nº 236, de 1967](#), alterado pela [Lei nº 14.812, de 15 de janeiro de 2024](#), as radiodifusoras e seus dirigentes, diretores e/ou responsáveis legais poderão deter até 20 (vinte) outorgas de serviço de radiodifusão sonora e 20 (vinte) outorgas de serviço de radiodifusão de sons e imagens:

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

**I - 20 (vinte) outorgas de serviço de radiodifusão sonora, que pode ser operada por meio de:** [\(Redação dada pela Lei nº 14.812, de 2024\)](#)

a) (revogada); [\(Redação dada pela Lei nº 14.812, de 2024\)](#)

b) (revogada); [\(Redação dada pela Lei nº 14.812, de 2024\)](#)

c) (revogada); [\(Redação dada pela Lei nº 14.812, de 2024\)](#)

**d) frequência modulada;** [\(Incluído pela Lei nº 14.812, de 2024\)](#)

e) ondas médias; [\(Incluído pela Lei nº 14.812, de 2024\)](#)

f) ondas tropicais; [\(Incluído pela Lei nº 14.812, de 2024\)](#)

g) ondas curtas; [\(Incluído pela Lei nº 14.812, de 2024\)](#)

**II - 20 (vinte) outorgas de serviço de radiodifusão de sons e imagens.** [\(Redação dada pela Lei nº 14.812, de 2024\)](#)

16. Em consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - Siacco (11547593), em 27/05/2024, observou-se que a Radiodifusora e seus dirigentes, diretores e/ou responsáveis legais estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do [Decreto-Lei nº 236, de 1967](#), alterado pela [Lei nº 14.812, de 2024](#).

17. Ademais, para fins de comprovação da vinculação da Radiodifusora com instituição de ensino superior conforme previsto no art. 134, **caput** e §§ 4º e 5º da [Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023](#), o processo foi instruído com o respectivo instrumento jurídico (contrato, convênio, termo de parceria etc.) (10230514, pgs. 16 a 18), atendendo-se, dessa forma, à legislação, bem como com o documento de identidade do representante da IES com a qual o convênio foi firmado (10230514, pg. 19).

18. Além disso, após pesquisa ao Sistema Mosaico (11609233), não foi verificada a aplicação de penalidade de cassação, no curso da prestação do serviço de radiodifusão, em desfavor da Outorgada. Nesse sentido, consultou-se a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações (CGFM) (11609248), que informou não estar em trâmite processo de apuração de infração cuja penalidade cabível seja a de cassação.

19. Observa-se, ainda, que constam nos autos, além do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, certidões emitidas pelos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento das obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidões da Receita Federal Caixa Econômica Federal e Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), comprovando a ausência de irregularidades, respectivamente, perante o Fundo de Garantia do

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/br0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

Nota Técnica 12051 (11626793)

SEI 53113-620262/2022-54 / pg. 121

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (11609201).

20. Salienta-se que as certidões de regularidade são consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até 60 dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei, conforme art. 186 do [Decreto nº 52.795, de 1963](#).

21. Oportunamente, em consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) (11609201 pg.8), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU), verificou-se que **não** consta restrição, da pessoa jurídica ou da(s)pessoa(s) física(s) integrantes do quadro diretivo, para celebrar contratos com a Administração Pública.

22. Portanto, com base nos documentos acostados, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, não se verifica qualquer óbice ao deferimento da renovação da outorga.

23. Salienta-se que, a partir da entrada em vigor do [Decreto nº 10.405, de 25 de junho de 2020](#), que alterou o [Decreto nº 52.795, de 1963](#), deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões dos serviços de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da [Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023](#), a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada.

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações:

I - a identificação da entidade, com:

- a) a razão social;
- b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- c) o nome fantasia; e
- d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens);

II - os dados da outorga, com:

- a) o estado e o município de execução do serviço; e
- b) a frequência, a classe e o canal de operação;

III - os dados da estação, com:

- a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);
- b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;
- c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e
- d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; e

IV - a data de emissão da licença.

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI.

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação.

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo.

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/br0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

Nota Técnica 12031 (14626793)

SEI 33113-620262/2022-54 / pg. 122

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

24. Isso significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a Entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, o qual será elaborado por profissional habilitado e deve permanecer na posse da Outorgada. Além disso, é obrigação da Radiodifusora possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado igualmente por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

25. Neste momento, é válido ressaltar que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga. Assim, ao final desse prazo, caso haja interesse na renovação da outorga, é necessário que a Radiodifusora obtenha um novo licenciamento (art. 36, § 3º da [Lei nº 4.117, de 1962](#)). Para tanto, a Interessada terá o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação. Destaca-se que, para fins de renovação de outorga, a emissão da nova licença para funcionamento da estação comprova a regularidade técnica da emissora, conforme art. 67, parágrafo único, da [Lei nº 4.117, de 1962](#).

26. Nesse contexto, em consulta ao Sistema Mosaico (11547296), verificou-se que a Interessada obteve a licença para funcionamento da estação, emitida em 03/11/2023, com validade até 13/12/2032.

27. Observa-se que os autos se encontram corretamente instruídos. Nesse sentido, a Consultoria Jurídica deste Ministério das Comunicações, por meio do Parecer Referencial nº 00004/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11628779), dispensou a análise jurídica individualizada dos processos administrativos cujo objeto diga respeito à renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, com fins exclusivamente educativos, desde que observadas as condições previstas na legislação, a saber:

34. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

35. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. Apenas podem prestar o serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos: i) estados, distrito federal e municípios; ii) instituições de educação superior (IES), credenciadas pelo Ministério da Educação (MEC), inclusive aquelas que estão sob a condição de mantidas (universidades, centros universitários e faculdades); iii) fundações de direito público e de direito privado (vide art. 136, incisos I, II e III, § 1º, incisos I, II e III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

36. Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente formalizado, ou registrado em Cartório, quando for o caso; iii) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ; iv) cópia do certificado de licença para funcionamento da estação; v) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, se for caso (sociedade empresária); vi) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; vii) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; viii) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; ix) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e x) declaração de que: a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do MCOM, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento; a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão/permissão que será renovada; a entidade não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga; a entidade



possui boa situação financeira e possui recursos para o empreendimento pleiteado; nenhum dos sócios ou dirigentes da mantenedora ou da mantida participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a renovação da concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; nenhum dos dirigentes da mantenedora ou da mantida está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; nenhum dos dirigentes e sócios da mantenedora ou da mantida foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos previstos nos art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 da Lei; pelo menos 70% (setenta por cento) do capital total e do capital votante da mantenedora pertence direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos; a responsabilidade editorial e as atividades de seleção, direção e conteúdo da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, nos termos dos §§1º e 2º do art. 222 da Constituição Federal; e caso a outorga seja renovada, a entidade se compromete a observar e cumprir, na produção de conteúdo e na sua programação, a finalidade exclusivamente educativa do serviço, notadamente quanto aos princípios e disposições do art. 221 da Constituição Federal, do art. 38, d, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, do art. 13, e seu parágrafo único, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, do art. 28, itens 11 e 12, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, da Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, e da Portaria que estabelece as regras e os critérios em relação aos serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos (vide art. 113 do RSR ANEXO XIII a XV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

38. É oportuno destacar que eventual existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica, constituída sob a forma de sociedade empresária, não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que **“a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”**. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão não requer à [sic] comprovação do pagamento do valor do preço público da outorga, visto que se trata de outorga não onerosa, não sendo aplicável, portanto, o art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

[...]

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar o limite de vinte outorgas de serviço de radiodifusão sonora. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter duas outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967, com redação dada pela Lei nº 14.812, de 2024).

43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, **caput**, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da **sociedade empresária** detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da entidade detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente[1].

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a



renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

[...]

**51. Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.**

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações. [grifos no original]

28. Portanto, entende-se que é **dispensável o envio dos autos à unidade consultiva**, para fins de análise jurídica individualizada, uma vez que o caso concreto se amolda ao Parecer Referencial nº 00004/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11628779).

29. Pelo exposto, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opina pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga.

30. Oportunamente, destaca-se que, após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de permissão, nos termos do art. 223, §§ 1º a 3º da Constituição Federal e art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

## CONCLUSÃO

31. Com base nessas informações, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, com vistas à adoção das seguintes providências, em caso de aprovação desta manifestação:

- a) remessa dos autos ao **Gabinete do Senhor Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º, da [Lei nº 5.785, de 1972](#); e
- b) em caso de posicionamento favorável ao deferimento do pedido de renovação de outorga, remessa dos autos à **Casa Civil da Presidência da República**, para que sejam adotadas as medidas necessárias para o posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, para análise e decisão na forma do art. 223, § 3º da [Constituição Federal](#).

32. Pede-se, ainda, o encaminhamento dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas.

33. Posteriormente, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que este Ministério das Comunicações seja notificado acerca da deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da [Constituição Federal de 1988](#), após a qual o processo deve ser remetido ao setor responsável pelos atos relacionados ao licenciamento das estações.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele, Coordenadora de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária**, em 30/07/2024, às 11:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Heitor dos Santos Costa Pereira, Assistente**, em 30/07/2024, às 11:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/br0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>





Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**,  
**Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em  
30/07/2024, às 17:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto](#)  
[nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>,  
informando o código verificador **11628739** e o código CRC **41969525**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.020282/2022-54

Documento nº 11628739



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

# MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária

\* MINUTA DE DOCUMENTO

## MINUTA

PORTARIA Nº , DE DE DE 2024.

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.020282/2022-54, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à Fundação Cultural Terra da Luz, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 05.388.377/0001-83, número de inscrição no Fistel nº 50012913308, a partir de 17 de novembro de 2023, para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Caucaia, estado do Ceará.

§ 1º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

§ 2º A renovação da outorga não obsta a aplicação de sanções por fatos ocorridos antes da publicação desta Portaria.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO  
Ministro de Estado das Comunicações

### AVISO:

***O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.***

***A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.***

***Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.***



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele**, **Coordenadora de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária**, em 30/07/2024, às 11:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

Minuta de Portaria (11628958)

SEI 53115.020282/2022-54 / pg. 127

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



Documento assinado eletronicamente por **Heitor dos Santos Costa Pereira**, **Assistente**, em 30/07/2024, às 11:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 30/07/2024, às 17:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino**, **Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 22/08/2024, às 18:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11628958** e o código CRC **1FDD2658**.

Referência: Processo nº 53115.020282/2022-54

Documento nº 11628958



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

Minuta de Portaria (11628958)

SEI 53115.020282/2022-54 / pg. 128

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

# MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária

\* MINUTA DE DOCUMENTO

## MINUTA

### EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº / /MCOM

Brasília, de de 2024.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Processo Administrativo nº 53115.020282/2022-54, acompanhado da Portaria nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de novembro de 2023, a permissão outorgada à Fundação Cultural Terra da Luz, inscrita no CNPJ nº 05.388.377/0001-83, nos termos da Portaria 2.795, de 11 de dezembro de 2002, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 854, de 2003, publicado em 17 de novembro de 2003, vinculada ao Fistel nº 50012913308, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Caucaia, estado do Ceará.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO  
Ministro de Estado das Comunicações

#### AVISO:

*O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.*

*A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.*

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele**, **Coordenadora de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária**, em 30/07/2024, às 11:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg.autenticadassinatura.camara-leg.br/bc0705d0cbef4e428dc9eaf6b4f7dc5d> Minuta de Exposição de Motivos (11628962) SEI 53115.020282/2022-54 / pg. 129

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



Documento assinado eletronicamente por **Heitor dos Santos Costa Pereira**, **Assistente**, em 30/07/2024, às 11:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 30/07/2024, às 17:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino**, **Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 22/08/2024, às 18:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11628962** e o código CRC **1FA56988**.

Referência: Processo nº 53115.020282/2022-54

Documento nº 11628962



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

Minuta de Exposição de Motivos (11628962)

SEI 53115.020282/2022-54 / pg. 130

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

**DESPACHO**

**Processo nº:** 53115.020282/2022-54

**Interessado:** FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ

**Assunto:** SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA EDUCATIVA. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONSULTORIA JURÍDICA. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.

Ao Gacse,

Em consonância com a Nota Técnica 12031 (11628739), este Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal encaminha os autos ao Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, com vistas à adoção das seguintes providências, em caso de aprovação desta manifestação:

a) Remessa dos autos ao **Gabinete do Senhor Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º, da [Lei nº 5.785, de 1972](#); e

b) Em caso de posicionamento favorável ao deferimento do pedido de renovação de outorga, remessa dos autos à **Casa Civil da Presidência da República**, para que sejam adotadas as medidas necessárias para o posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, para análise e decisão na forma do art. 223, § 3º da [Constituição Federal](#).

Pede-se, ainda, o encaminhamento dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas.

Posteriormente, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que este Ministério das Comunicações seja notificado acerca da deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da [Constituição Federal de 1988](#), após a qual o processo deve ser remetido ao setor responsável pelos atos relacionados ao licenciamento das estações.

Brasília, na data da assinatura.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino**, **Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 22/08/2024, às 18:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11786103** e o código CRC **23D1B311**.

**Minutas e Anexos**

Minuta de Portaria (11628958)

Minuta de Exposição de Motivos (11628962)

**Referência:** Processo nº 53115.020282/2022-54

Documento nº 11786103



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

Despacho DEFOB (11786103)

SEI 53115.020282/2022-54 / pg. 132

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 14297, DE 23 DE AGOSTO DE 2024

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.020282/2022-54, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à **FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 05.388.377/0001-83, inscrição no Fistel nº 50012913308, a partir de 17 de novembro de 2023, para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Caucaia, estado do Ceará.

§ 1º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

§ 2º A renovação da outorga não obsta a aplicação de sanções por fatos ocorridos antes da publicação desta Portaria.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 30/08/2024, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11817720** e o código CRC **BD247A9F**.

Referência: Processo nº 53115.020282/2022-54

Documento nº 11817720



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://portal.autenticidade-assinatura.camara-leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

Portaria 14297-Renovação FME (11817720)

SEI 53115.020282/2022-54 / pg. 133

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 23 de agosto de 2024.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Processo Administrativo nº 53115.020282/2022-54, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 12031/2024/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Referencial nº 00004/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 14.297, de 23 de agosto de 2024, publicada em \_\_\_\_\_, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de novembro de 2023, a permissão outorgada à FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ, inscrita no CNPJ nº 05.388.377/0001-83, nos termos da Portaria 2.795, de 11 de dezembro de 2002, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 854, de 2003, publicado em 17 de novembro de 2003, vinculada ao Fistel nº 50012913308, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Caucaia, estado do Ceará.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 3º, do art. 223, da Constituição Federal, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO  
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 30/08/2024, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11817728** e o código CRC **CCE8FE4D**.

Referência: Processo nº 53115.020282/2022-54

Documento nº 11817728



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/br0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

Exposição de Motivos 501 - Renovação PME (11817728)

SEI 53115.020282/2022-54 / pg. 134

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 54148/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora  
**Rafaela Calado e Silva Mello**  
Chefe de Gabinete do Ministro  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha a Portaria nº 14297/2024 (11817720) e a Exposição de Motivos nº 601/2024 (11817728)**

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 12031/2024 (11628739), encaminho a Portaria nº 14297/2024 (11817720) e a Exposição de Motivos nº 601/2024 (11817728), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

**Wilson Diniz Wellisch**  
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 27/08/2024, às 17:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11817732** e o código CRC **FBB7182C**.

Referência: Processo nº 53115.020282/2022-54

Documento nº 11817732



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/br0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

Ofício Interno 54148 (11817732)

SEI 53115.020282/2022-54 / pg. 135

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



Presidência da República  
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias  
Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

**Data de envio:** 02/09/2024 15:58:08  
**Origem do Ofício:** Gabinete do Ministro  
**Operador:** Rosiane Caixeta da Silva  
**Ofício:** 10555200  
**Data prevista de publicação:** 03/09/2024  
**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1  
**Forma de pagamento:** Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
21939392	PORTARIA MCOM NA 13734.rtf	f126f8d170e3b49a93500c3232e86616	28,00	R\$ 1.089,76
21939393	PORTARIA MCOM NA 14246.rtf	04532dde545b1efce268f5b2d31cab6	8,00	R\$ 311,36
21939394	PORTARIA MCOM NA 14250.rtf	3502f35ec0b463ecdaf46bc21f62143b	8,00	R\$ 311,36
21939395	PORTARIA MCOM NA 14251.rtf	0b90e8c172c056b2f4f9b00d76a0e886	8,00	R\$ 311,36
21939396	PORTARIA MCOM NA 14252.rtf	94e4348bd3369e0691494d96a99eae7a	8,00	R\$ 311,36
21939397	PORTARIA MCOM NA 14253.rtf	a8db5fb452043a6daa6b4d790c0a8d52	8,00	R\$ 311,36
21939398	PORTARIA MCOM NA 14254.rtf	9fad0fcbaf8a935cf088071997214bca	8,00	R\$ 311,36
21939399	PORTARIA MCOM NA 14255.rtf	d4cd11f34a6fb2f4c05046cb740f194b	8,00	R\$ 311,36
21939400	PORTARIA MCOM NA 14257.rtf	95df81c153a57b1ecd039049b0eba7d3	8,00	R\$ 311,36
21939401	PORTARIA MCOM NA 14258.rtf	4de3ea675e170fea1660f4a2952baf0a	8,00	R\$ 311,36
21939402	PORTARIA MCOM NA 14259.rtf	0eebdcb72be3b503a27a9ebbc8247015	8,00	R\$ 311,36
21939403	PORTARIA MCOM NA 13735.rtf	827ac895050dbccdf3191ddb2a941068	27,00	R\$ 1.050,84
21939404	PORTARIA MCOM NA 14260.rtf	1ac8e88c1697175fd9ae67364dcce819	8,00	R\$ 311,36
21939405	PORTARIA MCOM NA 14292.rtf	4823295487f12e9716835e6e9f8ea358	8,00	R\$ 311,36
21939406	PORTARIA MCOM NA 14293.rtf	c9974e91a5a9d5e8ebb45cb18098a3bf	8,00	R\$ 311,36
21939407	PORTARIA MCOM NA 14296.rtf	105a1f0187ca934f18a7cdec1a31ebae	8,00	R\$ 311,36



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[gov.br/recibo.do?idof=10555200](https://gov.br/recibo.do?idof=10555200)

<https://mcom.gov.br/autenticacao-de-matéria-camara-leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

Comprovante Portaria nº 14297 (11852376)

SEI-55115-020282/2022-54 / pg. 136

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

21939408	PORTARIA MCOM NA 14297.rtf	91192b8c6cf35bc998dffcd53f62ece6	8,00	R\$ 311,36
21939409	PORTARIA MCOM NA 14305.rtf	d1fa25c92e6abd0d9126a3a7df7f75e2	8,00	R\$ 311,36
21939410	PORTARIA MCOM NA 13743.rtf	5d43e66aae53c78c34401220691830b2	28,00	R\$ 1.089,76
21939411	PORTARIA MCOM NA 14037.rtf	e774cff2e66c27fd571f0e02d9a1015	28,00	R\$ 1.089,76
21939412	PORTARIA MCOM NA 14231.rtf	6523e289fbbeaed97da3548fcec59aa4	8,00	R\$ 311,36
21939413	PORTARIA MCOM NA 14232.rtf	b7546febba6102cb1da34ae9ac108832	7,00	R\$ 272,44
21939414	PORTARIA MCOM NA 14235.rtf	f4e590335855d39af7748ee3fd2d3d4b	8,00	R\$ 311,36
21939415	PORTARIA MCOM NA 14242.rtf	38c4d420f01b00b2f6fbeeec9faf94b1	7,00	R\$ 272,44
21939416	PORTARIA MCOM NA 14243.rtf	ce5386b40630332fd48182ee75ada690	8,00	R\$ 311,36
TOTAL DO OFICIO			277,00	R\$ 10.780,84



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[1.gov.br/recibo.do?idof=10555200](https://1.gov.br/recibo.do?idof=10555200)

<https://infoesq.legisbrasil.senado.leg.br/legis/br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

Comprovante Portaria nº 14297 (11852578)

SEI 55115.020282/2022-54 / pg. 137

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 03/09/2024 | Edição: 170 | Seção: 1 | Página: 29

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

## PORTARIA MCOM Nº 14.297, DE 23 DE AGOSTO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.020282/2022-54, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 05.388.377/0001-83, inscrição no Fistel nº 50012913308, a partir de 17 de novembro de 2023, para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Caucaia, estado do Ceará.

§ 1º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

§ 2º A renovação da outorga não obsta a aplicação de sanções por fatos ocorridos antes da publicação desta Portaria.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Id solicitação: 57dbac14a46cc

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ	
<b>Nome Fantasia:</b>	
<b>Telefone:</b> (85) 34845173	<b>E-mail:</b> villadocondefm@gmail.com
<b>CNPJ:</b> 05.388.377/0001-83	<b>Número do Fistel:</b> 50012913308
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 17/11/2003	<b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	<b>Categoria da Estação:</b> Principal
<b>Val. RF:</b> 13/12/2032	
<b>Observações:</b> ATO 28.588/2002;ATO 49.438/2005;ATO Nº 53.979, DE 10/11/2005, PUBLICADO NO DOU. DE 11/11/2005.	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> SÍTIO SANTA HELENA	<b>Complemento:</b> L. BANANA	
<b>Bairro:</b> GUAGIRU	<b>Numero:</b> S/Nº	
<b>Município:</b> Caucaia	<b>UF:</b> CE	<b>CEP:</b> 61600000

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b> Rua Gonçalves Ledo	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Praia de Iracema	<b>Numero:</b> 172	
<b>Município:</b> Fortaleza	<b>UF:</b> CE	<b>CEP:</b> 60060325

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> Avenida Barão de Studart	<b>Complemento:</b> Edifício Torre Empresarial Quixadá	
<b>Bairro:</b> Joaquim Távora	<b>Numero:</b> 2360	
<b>Município:</b> Fortaleza	<b>UF:</b> CE	<b>CEP:</b> 60120002

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> Avenida Barão de Studart	<b>Complemento:</b> Edifício Torre Empresarial Quixadá	
<b>Bairro:</b> Joaquim Távora	<b>Numero:</b> 2360	
<b>Município:</b> Fortaleza	<b>UF:</b> CE	<b>CEP:</b> 60120002

Endereço do Estúdio Auxiliar		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b> -	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Caucaia	<b>UF:</b> CE

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 272	<b>Frequência:</b> 102.3 MHz	<b>Classe:</b> A4	<b>ERP Máxima:</b> 9.078kW
<b>HCI:</b> 79 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 2

## Informações da Estação



24/13/09:19 Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://portal.autenticidadeassinatura.camara-leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

Relatório Canal FM 27.2 Caucaia/CE (11854210)

SER 93115.020282/2022-54 / pg. 139

Informações Gerais	
Número da Estação: 682710474	Número Indicativo: ZYS800
Data Último Licenciamento: 03/11/2023	Número da Licença: 53500.094663/2023-15

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 3° 44' 39.08" S	Longitude: 38° 30' 36.11" W	Cota da base: 51 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 005730500518	Modelo: FM10000S
Fabricante: MTA Eletrônica Industrial Ltda.	Potência de Operação: 5.0 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF158-50JA A0	Fabricante: RFS Radio Frequency System		
Comprimento da Linha: 20.00 m	Atenuação: 0.649 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: INV-30-4	Fabricante: INOVATOR ANTENAS				
Ganho: 3.22 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 30 °	Polarização: Vertical	HCI: 79 m	ERP Máxima: 9.08 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 3.22	5°: 3.48	10°: 3.74	15°: 4.01	20°: 4.29	25°: 4.44	30°: 4.58	35°: 4.88	40°: 5.04	45°: 5.19	50°: 5.35	55°: 5.51
60°: 5.68	65°: 5.85	70°: 5.85	75°: 6.02	80°: 6.02	85°: 6.02	90°: 6.02	95°: 6.02	100°: 6.02	105°: 6.02	110°: 5.85	115°: 5.85
120°: 5.68	125°: 5.51	130°: 5.35	135°: 5.19	140°: 5.04	145°: 4.73	150°: 4.44	155°: 4.15	160°: 4.01	165°: 3.74	170°: 3.48	175°: 3.35
180°: 3.1	185°: 2.85	190°: 2.62	195°: 2.38	200°: 2.16	205°: 1.94	210°: 1.62	215°: 1.41	220°: 1.21	225°: 1.01	230°: 0.92	235°: 0.72
240°: 0.54	245°: 0.35	250°: 0.26	255°: 0.18	260°: 0.09	265°: 0.09	270°: 0	275°: 0.09	280°: 0.18	285°: 0.26	290°: 0.35	295°: 0.45
300°: 0.54	305°: 0.63	310°: 0.82	315°: 1.01	320°: 1.21	325°: 1.41	330°: 1.62	335°: 1.94	340°: 2.27	345°: 2.5	350°: 2.73	355°: 2.97

Coordenadas por radial											
0°: Lat 3°33'9.05" S Lon 38° 0'36.11" W	5°: Lat 3°33'21.12" S Lon 38° 29'36.68" W	10°: Lat 3°33'38.21" S Lon 38° 28'39.35" W	15°: Lat 3°34'0.04" S Lon 38° 27'44.55" W	20°: Lat 3°34'21.85" S Lon 38° 26'51.02" W	25°: Lat 3°34'52.37" S Lon 38° 26'14.17" W	30°: Lat 3°35'22.55" S Lon 38° 25'14.17" W	35°: Lat 3°36'0.44" S Lon 38° 24'32.25" W	40°: Lat 3°36'37.69" S Lon 38° 23'51.39" W	45°: Lat 3°37'18.07" S Lon 38° 23'14.24" W	50°: Lat 3°38'7.32" S Lon 38° 22'48.33" W	55°: Lat 3°38'52.22" S Lon 38° 22'19.79" W
60°: Lat 3°39'41.45" S Lon 38° 21'59.61" W	65°: Lat 3°40'31.51" S Lon 38° 21'44.19" W	70°: Lat 3°41'18.72" S Lon 38° 21'24.59" W	75°: Lat 3°42'8.67" S Lon 38° 21'13.77" W	80°: Lat 3°42'58.98" S Lon 38° 20'58.66" W	85°: Lat 3°43'48.81" S Lon 38° 20'58.66" W	90°: Lat 3°44'39.03" S Lon 38° 20'58.66" W	95°: Lat 3°45'28.84" S Lon 38° 20'58.66" W	100°: Lat 3°46'18.27" S Lon 38° 20'58.66" W	105°: Lat 3°47'6.94" S Lon 38° 20'58.66" W	110°: Lat 3°47'59.36" S Lon 38° 21'24.52" W	115°: Lat 3°48'46.57" S Lon 38° 21'24.52" W
120°: Lat 3°49'31.89" S Lon 38° 38'22'7.74" W	125°: Lat 3°50'9.55" S Lon 38° 2'43.04" W	130°: Lat 3°50'52.49" S Lon 38° 23'10.06" W	135°: Lat 3°51'33.21" S Lon 38° 23'41.01" W	140°: Lat 3°52'15" S Lon 38°24' 12.65" W	145°: Lat 3°52'42.73" S Lon 38° 24'56.67" W	150°: Lat 3°53'18.62" S Lon 38° 25'35.45" W	155°: Lat 3°53'51.39" S Lon 38° 26'17.96" W	160°: Lat 3°54'2.83" S Lon 38° 27'10.44" W	165°: Lat 3°54'32.31" S Lon 38° 27'56.78" W	170°: Lat 3°54'53.25" S Lon 38° 28'47.56" W	175°: Lat 3°55'0.35" S Lon 38° 29'41.63" W
180°: Lat 3°55'16.95" S Lon 38° 30'36.11" W	185°: Lat 3°55'19.25" S Lon 38° 31'32.25" W	190°: Lat 3°55'16.6" S Lon 38° 2'28.78" W	195°: Lat 3°55'22.7" S Lon 38° 3'28.97" W	200°: Lat 3°54'56.3" S Lon 38° 4'21.28" W	205°: Lat 3°54'34.37" S Lon 38° 35'14.35" W	210°: Lat 3°54'12.01" S Lon 38° 38'36'7.67" W	215°: Lat 3°53'41" S Lon 38°36' 56.45" W	220°: Lat 3°53'16.75" S Lon 38° 37'51.51" W	225°: Lat 3°52'33.56" S Lon 38° 38'31.71" W	230°: Lat 3°51'59.54" S Lon 38° 39'22.27" W	235°: Lat 3°51'20.26" S Lon 38° 40'10.42" W
240°: Lat 3°50'28.78" S Lon 38° 40'43.27" W	245°: Lat 3°49'40.66" S Lon 38° 41'24.43" W	250°: Lat 3°48'44.75" S Lon 38° 41'52.77" W	255°: Lat 3°47'47.42" S Lon 38° 42'20.83" W	260°: Lat 3°46'47.06" S Lon 38° 42'43.95" W	265°: Lat 3°45'44.1" S Lon 38° 38'43'1.82" W	270°: Lat 3°44'38.99" S Lon 38° 43'18.91" W	275°: Lat 3°43'33.48" S Lon 38° 42'53.25" W	280°: Lat 3°42'29.29" S Lon 38° 42'53.25" W	285°: Lat 3°41'26.91" S Lon 38° 42'34.51" W	290°: Lat 3°40'25.16" S Lon 38° 42'14.99" W	295°: Lat 3°39'27.35" S Lon 38° 41'45.84" W
300°: Lat 3°38'25.54" S Lon 38° 41'24.29" W	305°: Lat 3°37'27.87" S Lon 38° 40'53.09" W	310°: Lat 3°36'26.71" S Lon 38° 38'40'24" W	315°: Lat 3°35'37.45" S Lon 38° 39'38.76" W	320°: Lat 3°34'55.95" S Lon 38° 38'46.34" W	325°: Lat 3°34'19.42" S Lon 38° 37'50.82" W	330°: Lat 3°33'52.19" S Lon 38° 38'36'50.3" W	335°: Lat 3°33'30.7" S Lon 38° 5'48.38" W	340°: Lat 3°33'19.46" S Lon 38° 34'43.95" W	345°: Lat 3°33'5.07" S Lon 38° 3'42.43" W	350°: Lat 3°33'0.85" S Lon 38° 2'39.46" W	355°: Lat 3°33'2.22" S Lon 38° 1'37.19" W

Distância por radial											
0°: 21.31	5°: 21.02	10°: 20.73	15°: 20.43	20°: 20.29	25°: 20	30°: 19.85	35°: 19.56	40°: 19.41	45°: 19.26	50°: 18.82	55°: 18.68





60°: 18.38	65°: 18.09	70°: 18.09	75°: 17.94	80°: 17.8	85°: 17.8	90°: 17.8	95°: 17.65	100°: 17.65	105°: 17.65	110°: 18.09	115°: 18.09
120°: 18.09	125°: 17.8	130°: 17.94	135°: 18.09	140°: 18.38	145°: 18.24	150°: 18.53	155°: 18.82	160°: 18.53	165°: 18.97	170°: 19.26	175°: 19.26
180°: 19.7	185°: 19.85	190°: 20	195°: 20.58	200°: 20.29	205°: 20.29	210°: 20.43	215°: 20.43	220°: 20.87	225°: 20.73	230°: 21.17	235°: 21.61
240°: 21.61	245°: 22.05	250°: 22.19	255°: 22.49	260°: 22.78	265°: 23.07	270°: 23.51	275°: 23.22	280°: 23.07	285°: 22.92	290°: 22.92	295°: 22.78
300°: 23.07	305°: 23.22	310°: 23.66	315°: 23.66	320°: 23.51	325°: 23.36	330°: 23.07	335°: 22.78	340°: 22.34	345°: 22.19	350°: 21.9	355°: 21.61

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
<b>Código Equipamento:</b>	<b>Modelo:</b> Equipamento não encontrado
<b>Fabricante:</b>	<b>Potência de Operação:</b> kW

Transmissor Auxiliar 2	
<b>Código Equipamento:</b>	<b>Modelo:</b> Equipamento não encontrado
<b>Fabricante:</b>	<b>Potência de Operação:</b> kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
<b>Modelo:</b>	<b>Fabricante:</b>		
<b>Comprimento da Linha:</b> m	<b>Atenuação:</b> dB/100m	<b>Perdas Acessórias:</b> dB	<b>Impedância:</b> ohms

Antena Auxiliar					
<b>Modelo:</b>	<b>Fabricante:</b>				
<b>Ganho:</b> dBd	<b>Beam-Tilt:</b> °	<b>Orientação NV:</b> °	<b>Polarização:</b>	<b>HCI:</b> m	<b>ERP Máxima:</b> 9.08 kW
RDS					
<b>Código PI:</b>					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	2795	Portaria	MC	11/12/2002	13/12/2002	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	454	Portaria	SSCE	09/10/2006	11/12/2006	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	854	Decreto Legislativo	CN	14/11/2003	17/11/2003	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
535600018032004	44903	Ato	ER	22/06/2004	24/06/2004	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	159	Portaria	SSCE	06/05/2005	09/05/2005	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
53560002906/2011-41	1580	Portaria	MC	09/04/2015	27/07/2015	Multa	Jurídico
	8834626	Ato	ORLE	20/07/2022			Técnico
531150202822022-54	14297	Portaria	MC	23/08/2024	03/09/2024	Renovação	Jurídico

Horário de funcionamento	





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 54540/2024/MCOM

Brasília, 04 de setembro de 2024

Ao Senhor  
**Ênio Soares Dias**  
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (11817728)**

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta do Despacho\_MCOM (11786103), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos nº 601/2024 (11817728), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 04/09/2024, às 11:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11856442** e o código CRC **72EB79CE**.

Referência: Processo nº 53115.020282/2022-54

Documento nº 11856442



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

Ofício Interno 54540 (11856442)

SEI 53115.020282/2022-54 / pg. 142

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

Brasília, 10 de Setembro de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Processo Administrativo nº 53115.020282/2022-54, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 12031/2024/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Referencial nº 00004/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 14.297, de 23 de agosto de 2024, publicada em 3 de setembro de 2024, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de novembro de 2023, a permissão outorgada à FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ, inscrita no CNPJ nº 05.388.377/0001-83, nos termos da Portaria 2.795, de 11 de dezembro de 2002, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 854, de 2003, publicado em 17 de novembro de 2003, vinculada ao Fistel nº 50012913308, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Caucaia, estado do Ceará.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 3º, do art. 223, da Constituição Federal, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

***Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho***



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<http://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

Exposição de Motivos MCOM-673-2024 (11665955)

SEI 53115.020282/2022-54 / pg. 143

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro das Comunicações  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 30438/2024/MCOM

Ao Senhor  
**BRUNO MORETTI**  
Secretário Especial de Análise Governamental  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53115.020282/2022-54.**

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

**ÊNIO SOARES DIAS**  
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 11/09/2024, às 12:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11866002** e o código CRC **2BF83AE5**.

Referência: Processo nº 53115.020282/2022-54

Documento nº 11866002



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

Ofício 30438 (11866002)

SEI 53115.020282/2022-54 / pg. 144

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

Brasília, 10 de Setembro de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Processo Administrativo nº 53115.020282/2022-54, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 12031/2024/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Referencial nº 00004/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 14.297, de 23 de agosto de 2024, publicada em 3 de setembro de 2024, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de novembro de 2023, a permissão outorgada à FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ, inscrita no CNPJ nº 05.388.377/0001-83, nos termos da Portaria 2.795, de 11 de dezembro de 2002, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 854, de 2003, publicado em 17 de novembro de 2003, vinculada ao Fistel nº 50012913308, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Caucaia, estado do Ceará.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 3º, do art. 223, da Constituição Federal, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 03/09/2024 | Edição: 170 | Seção: 1 | Página: 29

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

## PORTARIA MCOM Nº 14.297, DE 23 DE AGOSTO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.020282/2022-54, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 05.388.377/0001-83, inscrição no Fistel nº 50012913308, a partir de 17 de novembro de 2023, para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Caucaia, estado do Ceará.

§ 1º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

§ 2º A renovação da outorga não obsta a aplicação de sanções por fatos ocorridos antes da publicação desta Portaria.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSCELINO FILHO**

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.





**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO - CGJR**  
**ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915**

**PARECER REFERENCIAL n. 00004/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 00738.000083/2024-06**

**INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)**

**ASSUNTO: Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos**

**Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 00738.000083/2024-06. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO SONORA COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS. ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.**

**I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) n° 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) n° 05, de 2022;**

**II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos;**

**III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;**

**IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;**

**V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.**

## **I – RELATÓRIO**

1. Por meio do Ofício Interno n° 47635/2023/MCOM, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos, com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei n° 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto n° 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio da COTA n.º 00195/2024/CONJUR- MCOM/CGU/AGU, solicitou informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos (SEI - 11378839):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, com fins exclusivamente educativos.

2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, com fins exclusivamente educativos, é necessário consultar à SECOE sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, com fins exclusivamente educativos, permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União (AGU), por meio da Orientação Normativa AGU n° 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA N° 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.**

*O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar n° 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo n° 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar n° 73, de 1993:*

*I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.*

*II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:*

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>



bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e

b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da AGU foquem em questões de natureza mais complexa.

6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, com fins exclusivamente educativos, pode ser enquadrada nos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos.

8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, com fins exclusivamente educativos, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.

9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos (SEI - 11388447):

(...)

2. Em atenção ao solicitado pela d. Consultoria Jurídica por meio da Cota nº 00195/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, informa-se que atualmente existem 567 processos de renovação de outorga de radiodifusão educativa em trâmite nesta Secretaria, sendo 463 referentes ao serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (FM) e 104 referentes ao serviço de radiodifusão de sons e imagens (TV).

3. Deste modo, considerando o quantitativo de processos de renovação de outorgas de rádio e tv em caráter educativo em trâmite nessa Pasta, entende-se que a expedição de Parecer Referencial contribuirá para o melhor andamento das atividades no setor.

4. Por fim, esta Secretaria permanece à disposição para quaisquer eventuais esclarecimentos e/ou questionamentos adicionais.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos. Portanto, a MJR não trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de sons e imagens, assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) ou comunitária.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos, aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

## II – FUNDAMENTAÇÃO

### II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a dispensa da apreciação individualizada pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há ganho de eficiência, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a uniformização da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da celeridade e da economicidade administrativa.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o volume de processos com matéria repetida ; e (ii) a natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, que disciplina a utilização da MJR:

Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos, que é superior a quatrocentos e sessenta processos (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), além dos pedidos administrativos posteriores que poderão apresentados sobre o mesmo assunto, tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

**Enunciado nº 7**

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos.

20. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com validade de dois anos, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

## **II.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS**

### **II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS**

21. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea “a”, art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea “d”, art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

22. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea “a”, do CBT).

23. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967, com redação pela Lei nº 14.812, de 2024).

24. A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

25. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

### **II.2.2 - ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS**

26. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR; art. 152 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 02 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União em 02 de junho de 2023).

27. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

28. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



29. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de perempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

30. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

31. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de perempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

32. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022.

33. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

Regra de tempestividade	Base legal
(I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016.
(II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5785), devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados nos 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757, de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017.
(III) Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.	Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14.351, de 2022.
(IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022).	Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022.

34. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para apresentar a pessoa jurídica interessada. Apenas podem prestar o serviço de radiodifusão com fins exclusivamente ativos: i) estados, distrito federal e municípios; ii) instituições de educação superior (IES), credenciadas pelo Ministério da Educação (MEC), inclusive aquelas que estão sob a condição de mantidas (universidades, centros universitários e





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

público e de direito privado (vide art. 136, incisos I, II e III, § 1º, incisos I, II e III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

36. Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente formalizado, ou registrado em Cartório, quando for o caso; iii) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ; iv) cópia do certificado de licença para funcionamento da estação; v) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, se for caso (sociedade empresária); vi) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; vii) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; viii) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; ix) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e x) declaração de que: a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do MCOM, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento; a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão/permissão que será renovada; a entidade não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga; a entidade possui boa situação financeira e possui recursos para o empreendimento pleiteado; nenhum dos sócios ou dirigentes da mantenedora ou da mantida participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a renovação da concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; nenhum dos dirigentes da mantenedora ou da mantida está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; nenhum dos dirigentes e sócios da mantenedora ou da mantida foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos previstos nos art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 da Lei; pelo menos 70% (setenta por cento) do capital total e do capital votante da mantenedora pertence direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos; a responsabilidade editorial e as atividades de seleção, direção e conteúdo da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, nos termos dos §§1º e 2º do art. 222 da Constituição Federal; e caso a outorga seja renovada, a entidade se compromete a observar e cumprir, na produção de conteúdo e na sua programação, a finalidade exclusivamente educativa do serviço, notadamente quanto aos princípios e disposições do art. 221 da Constituição Federal, do art. 38, d, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, do art. 13, e seu parágrafo único, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, do art. 28, itens 11 e 12, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, da Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, e da Portaria que estabelece as regras e os critérios em relação aos serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos (vide art. 113 do RSR ANEXO XIII a XV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

38. É oportuno destacar que eventual existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica, constituída sob a forma de sociedade empresária, não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que “a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão não requer à comprovação do pagamento do valor do preço público da outorga, visto que se trata de outorga não onerosa, não sendo aplicável, portanto, o art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar o limite de vinte outorgas de serviço de radiodifusão sonora. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter duas outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967, com redação dada pela Lei nº 14.812, de 2024).

43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do tal votante da sociedade empresária detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de



brasileiros natos ou naturalizados há mais



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente<sup>11</sup>.

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, não se deve aplicar esta MJR e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

## II.2.3 - REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

Requisito	Base normativa
i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.	Art. 222, caput, da CF.
ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, “a” do CBT.
iii) A gestão editorial e as atividades de seleção, direção e conteúdo da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.	Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, “a” do CBT.
iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.	Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967, com redação dada pela Lei nº 14.812, de 2024.
v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações.	Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.
viii) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR e nos ANEXOS XIII a XV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.	Art. 113, XI, do RSR, e ANEXOS XIII a XV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023
ix) ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente formalizado, ou registrado em Cartório, quando for o caso	ANEXOS XIII a XV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023
x) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso II, do RSR.
xi) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, quando for o caso de sociedade empresária.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
xii) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, quando for o caso de sociedade empresária	Art. 113, inciso IV, do RSR.
Prova de inscrição no CNPJ	Art. 113, inciso V, do RSR.





xiv) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.	Art. 113, inciso VI, do RSR.
xv) Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel.	Art. 113, inciso VII, do RSR.
xvi) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	Art. 113, inciso VIII, do RSR.
xvii) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.	Art. 113, IX, do RSR.
xviii) Licença de funcionamento da estação válida.	Art. 31-A, I, do RSR.
xix) convênio firmado com uma única IES, com sede ou campus no estado em que será executado o serviço de radiodifusão exclusivamente educativo, que garanta o fornecimento de suporte pedagógico e técnico à edição de programas voltados exclusivamente para a educação, quando for o caso.	ANEXO XV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023
xx) documento de identidade do representante da IES com a qual o convênio foi firmado, quando for o caso	ANEXO XV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023

48. Acrescente-se, por necessário, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR). Além disso, as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga.

49. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

50. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar outra entidade que presta o serviço de radiodifusão, quando for a hipótese de sociedade empresarial, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

51. Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

## II.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

## MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº **XXXXX.XXXXXX/XXXX-XX**, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade **[denominação do outorgado]**, Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº **[xx.xxx.xxx/xxxx-xx]**, número de inscrição no FISTEL nº **[XXXXXXXXXX-XX]**, a partir de **[xxxxxx]**, para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos **[em frequência modulada/ondas médias]**, no município de **[identificação do município]**, estado de **[identificação do Estado]**.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua

publicação. **[NOME DO MINISTRO]**  
Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

### III – CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos, cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, não se deve aplicar esta MJR e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos; vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui validade por dois anos, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) identificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N. 00004/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) e registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica.

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

*assinado eletronicamente*

JOÃO PAULO SANTOS BORBA

ADVOGADO DA UNIÃO



Autenticado eletronicamente, após conferência com o original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000083202406 e da chave de acesso 50ebec01

---



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1429587038 e chave de acesso 50ebec01 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 08-03-2024 16:53. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

---



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE - GAB  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**DESPACHO n. 00375/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

NUP: 00738.000083/2024-06

INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA - SECOE

ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio educativa. Renovação de outorga.

1. Aprovo o PARECER REFERENCIAL n. 00004/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, que trata dos requisitos para a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos.
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 8 de março de 2024.

Assinado eletronicamente  
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES  
ADVOGADO DA UNIÃO  
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000083202406 e da chave de acesso 50ebec01



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1432822668 e chave de acesso 50ebec01 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 08-03-2024 17:21. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária

**NOTA TÉCNICA Nº 12031/2024/SEI-MCOM**

**PROCESSO: 53115.020282/2022-54.**

**INTERESSADA: FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ.**

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA EDUCATIVA. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONSULTORIA JURÍDICA. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. O processo trata de pedido formulado pela **Fundação Cultural Terra da Luz**, inscrita no CNPJ nº 05.388.377/0001-83, objetivando a renovação da outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, vinculado ao Fistel nº 50012913308, no município de **Caucaia**, estado do **Ceará**, para o período de 17/11/2023 a 17/11/2033.
2. Os autos foram instaurados em 25/07/2022, quando da protocolização do requerimento (10230514, pgs. 2/3), objetivando a renovação da outorga em observância ao prazo previsto no art. 4º da [Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972](#).
3. Posteriormente, a Entidade foi notificada acerca da necessidade de complementação da documentação necessária ao deferimento do pleito, por meio dos seguintes documentos: Ofício 19292 (10282565), Ofício 32476 (10568222), Ofício 18393 (11547598).
4. Por fim, emitiu-se o Checklist 11609213, no qual se concluiu que a documentação "está em conformidade com o disposto na legislação, sendo possível a proposição do deferimento".
5. Esses são os principais acontecimentos até o momento.

**ANÁLISE**

6. De acordo com o art. 33, § 3º da [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#), que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), o prazo da permissão para execução do serviço de radiodifusão sonora, com fins exclusivamente educativos, pode ser renovado por períodos sucessivos e iguais de 10 anos, mediante autorização do Poder Concedente. Atualmente, essa autorização é formalizada por portaria, subscrita pelo Senhor Ministro de Estado das Comunicações, posteriormente enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, conforme disposto no art. 223, **caput** e § 3º da [Constituição Federal de 1988](#), e no art. 113, § 1º do [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), que aprovou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR).

7. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na [Lei nº 4.117, de 1962](#), na [Lei nº 5.785, de 1972](#), no [Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967](#), e no [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).

De acordo com os arts. 112 e 113 do [Decreto nº 52.795, de 1963](#), o exame dos pedidos de outorga levará em consideração, entre outros, a tempestividade do pleito e a colação, aos



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/doc705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

Nota Técnica 12031/2024/SEI-MCOM

SEI 53115.020282/2022-54 / pg. 1

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



autos, dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

9. Além disso, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, nos processos de renovação será igualmente avaliado se há extrapolação dos limites de outorga, em atenção especial ao art. 12 do [Decreto-Lei nº 236, de 1967](#).

10. No caso em apreço, conferiu-se à Fundação Cultural Terra da Luz a outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, conforme Portaria 2.795, de 11 de dezembro de 2002, publicada no DOU de 13 de dezembro de 2002 (10280815), ratificada pelo Decreto Legislativo nº 854, de 2003, publicado no DOU de 17 de novembro de 2003 (10280852). Oportuno registrar que, à época, estava em vigor o art. 32 do RSR segundo o qual a data de publicação Decreto Legislativo seria utilizada como parâmetro de contagem do início do prazo de validade da outorga.

A Radiodifusora apresentou o pedido de renovação, firmado por representante legalmente do, em 25/07/2022 (10230514, pgs. 2/3), acompanhado de parte da documentação exigida até

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

Nota Técnica 12031 (14826735)

SEI 99115-020282/2022-54 / pg. 2



bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

então. De acordo com o art. 4º, **caput** da [Lei nº 5.785, de 1972](#), as entidades interessadas na renovação da outorga devem apresentar o correspondente requerimento "durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga", ou seja, entre 17/11/2022 e 17/11/2023. Observa-se, portanto, que o pedido de renovação de outorga foi apresentado **tempestivamente**.

12. Neste momento, importa destacar que, embora a outorga esteja vencida desde 17/11/2023, a emissora pode continuar executando o serviço em caráter precário, enquanto não houver decisão definitiva do processo de renovação, conforme prevê o art. 4º, § 1º da [Lei nº 5.785, de 1972](#).

13. A documentação apresentada pela Interessada, inclusive em relação aos seus dirigentes, diretores e/ou responsáveis legais, está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (11609213).

14. Dito isso, a Interessada juntou requerimento de renovação da outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI do [Decreto nº 52.795, de 1963](#), alterado pelo [Decreto nº 10.775, de 2021](#) (10230514, pgs. 2/3). Acostou, também, ata de nomeação/eleição dos dirigentes (10230514 pgs. 12 a 15), bem como certidão simplificada ou outro documento equivalente, emitido pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica (10230514, pgs. 29 a 31).

15. Conforme art. 12 do [Decreto-Lei nº 236, de 1967](#), alterado pela [Lei nº 14.812, de 15 de janeiro de 2024](#), as radiodifusoras e seus dirigentes, diretores e/ou responsáveis legais poderão deter até 20 (vinte) outorgas de serviço de radiodifusão sonora e 20 (vinte) outorgas de serviço de radiodifusão de sons e imagens:

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

**I - 20 (vinte) outorgas de serviço de radiodifusão sonora, que pode ser operada por meio de:** [\(Redação dada pela Lei nº 14.812, de 2024\)](#)

a) (revogada); [\(Redação dada pela Lei nº 14.812, de 2024\)](#)

b) (revogada); [\(Redação dada pela Lei nº 14.812, de 2024\)](#)

c) (revogada); [\(Redação dada pela Lei nº 14.812, de 2024\)](#)

**d) frequência modulada;** [\(Incluído pela Lei nº 14.812, de 2024\)](#)

e) ondas médias; [\(Incluído pela Lei nº 14.812, de 2024\)](#)

f) ondas tropicais; [\(Incluído pela Lei nº 14.812, de 2024\)](#)

g) ondas curtas; [\(Incluído pela Lei nº 14.812, de 2024\)](#)

**II - 20 (vinte) outorgas de serviço de radiodifusão de sons e imagens.** [\(Redação dada pela Lei nº 14.812, de 2024\)](#)

16. Em consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - Siacco (11547593), em 27/05/2024, observou-se que a Radiodifusora e seus dirigentes, diretores e/ou responsáveis legais estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do [Decreto-Lei nº 236, de 1967](#), alterado pela [Lei nº 14.812, de 2024](#).

17. Ademais, para fins de comprovação da vinculação da Radiodifusora com instituição de ensino superior conforme previsto no art. 134, **caput** e §§ 4º e 5º da [Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023](#), o processo foi instruído com o respectivo instrumento jurídico (contrato, convênio, termo de parceria etc.) (10230514, pgs. 16 a 18), atendendo-se, dessa forma, à legislação, bem como com o documento de identidade do representante da IES com a qual o convênio foi firmado (10230514, pg. 19).

18. Além disso, após pesquisa ao Sistema Mosaico (11609233), não foi verificada a aplicação de penalidade de cassação, no curso da prestação do serviço de radiodifusão, em desfavor da Outorgada. Nesse sentido, consultou-se a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações (CGFM) (11609248), que informou não estar em trâmite processo de apuração de infração cuja penalidade cabível seja a de cassação.

19. Observa-se, ainda, que constam nos autos, além do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, certidões emitidas pelos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento das obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidões da Receita Federal Caixa Econômica Federal e Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), comprovando a ausência de irregularidades, respectivamente, perante o Fundo de Garantia do

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/br0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

Nota Técnica 12031 (14026735)

SEI 99115-020282/2022-54 / pg. 3

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (11609201).

20. Salienta-se que as certidões de regularidade são consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até 60 dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei, conforme art. 186 do [Decreto nº 52.795, de de 1963](#).

21. Oportunamente, em consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) (11609201 pg.8), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU), verificou-se que **não** consta restrição, da pessoa jurídica ou da(s)pessoa(s) física(s) integrantes do quadro diretivo, para celebrar contratos com a Administração Pública.

22. Portanto, com base nos documentos acostados, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, não se verifica qualquer óbice ao deferimento da renovação da outorga.

23. Salienta-se que, a partir da entrada em vigor do [Decreto nº 10.405, de 25 de junho de 2020](#), que alterou o [Decreto nº 52.795, de 1963](#), deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões dos serviços de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da [Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023](#), a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada.

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações:

I - a identificação da entidade, com:

- a) a razão social;
- b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- c) o nome fantasia; e
- d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens);

II - os dados da outorga, com:

- a) o estado e o município de execução do serviço; e
- b) a frequência, a classe e o canal de operação;

III - os dados da estação, com:

- a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);
- b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;
- c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e
- d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; e

IV - a data de emissão da licença.

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI.

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação.

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo.

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.



§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

24. Isso significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a Entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, o qual será elaborado por profissional habilitado e deve permanecer na posse da Outorgada. Além disso, é obrigação da Radiodifusora possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado igualmente por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

25. Neste momento, é válido ressaltar que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga. Assim, ao final desse prazo, caso haja interesse na renovação da outorga, é necessário que a Radiodifusora obtenha um novo licenciamento (art. 36, § 3º da [Lei nº 4.117, de 1962](#)). Para tanto, a Interessada terá o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação. Destaca-se que, para fins de renovação de outorga, a emissão da nova licença para funcionamento da estação comprova a regularidade técnica da emissora, conforme art. 67, parágrafo único, da [Lei nº 4.117, de 1962](#).

26. Nesse contexto, em consulta ao Sistema Mosaico (11547296), verificou-se que a Interessada obteve a licença para funcionamento da estação, emitida em 03/11/2023, com validade até 13/12/2032.

27. Observa-se que os autos se encontram corretamente instruídos. Nesse sentido, a Consultoria Jurídica deste Ministério das Comunicações, por meio do Parecer Referencial nº 00004/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11628779), dispensou a análise jurídica individualizada dos processos administrativos cujo objeto diga respeito à renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, com fins exclusivamente educativos, desde que observadas as condições previstas na legislação, a saber:

34. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

35. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. Apenas podem prestar o serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos: i) estados, distrito federal e municípios; ii) instituições de educação superior (IES), credenciadas pelo Ministério da Educação (MEC), inclusive aquelas que estão sob a condição de mantidas (universidades, centros universitários e faculdades); iii) fundações de direito público e de direito privado (vide art. 136, incisos I, II e III, § 1º, incisos I, II e III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

36. Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente formalizado, ou registrado em Cartório, quando for o caso; iii) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ; iv) cópia do certificado de licença para funcionamento da estação; v) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, se for caso (sociedade empresária); vi) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; vii) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; viii) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; ix) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e x) declaração de que: a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do MCOM, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento; a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão/permissão que será renovada; a entidade não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga; a entidade



possui boa situação financeira e possui recursos para o empreendimento pleiteado; nenhum dos sócios ou dirigentes da mantenedora ou da mantida participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a renovação da concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; nenhum dos dirigentes da mantenedora ou da mantida está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; nenhum dos dirigentes e sócios da mantenedora ou da mantida foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos previstos nos art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 da Lei; pelo menos 70% (setenta por cento) do capital total e do capital votante da mantenedora pertence direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos; a responsabilidade editorial e as atividades de seleção, direção e conteúdo da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, nos termos dos §§1º e 2º do art. 222 da Constituição Federal; e caso a outorga seja renovada, a entidade se compromete a observar e cumprir, na produção de conteúdo e na sua programação, a finalidade exclusivamente educativa do serviço, notadamente quanto aos princípios e disposições do art. 221 da Constituição Federal, do art. 38, d, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, do art. 13, e seu parágrafo único, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, do art. 28, itens 11 e 12, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, da Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, e da Portaria que estabelece as regras e os critérios em relação aos serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos (vide art. 113 do RSR ANEXO XIII a XV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

38. É oportuno destacar que eventual existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica, constituída sob a forma de sociedade empresária, não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que **“a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”**. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão não requer à [sic] comprovação do pagamento do valor do preço público da outorga, visto que se trata de outorga não onerosa, não sendo aplicável, portanto, o art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

[...]

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar o limite de vinte outorgas de serviço de radiodifusão sonora. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter duas outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967, com redação dada pela Lei nº 14.812, de 2024).

43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, **caput**, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da **sociedade empresária** detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da entidade detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente[1].

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a





renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

[...]

**51. Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.**

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações. [grifos no original]

28. Portanto, entende-se que é **dispensável o envio dos autos à unidade consultiva**, para fins de análise jurídica individualizada, uma vez que o caso concreto se amolda ao Parecer Referencial nº 00004/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11628779).

29. Pelo exposto, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opina pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga.

30. Oportunamente, destaca-se que, após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de permissão, nos termos do art. 223, §§ 1º a 3º da Constituição Federal e art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

## CONCLUSÃO

31. Com base nessas informações, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, com vistas à adoção das seguintes providências, em caso de aprovação desta manifestação:

- a) remessa dos autos ao **Gabinete do Senhor Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º, da [Lei nº 5.785, de 1972](#); e
- b) em caso de posicionamento favorável ao deferimento do pedido de renovação de outorga, remessa dos autos à **Casa Civil da Presidência da República**, para que sejam adotadas as medidas necessárias para o posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, para análise e decisão na forma do art. 223, § 3º da [Constituição Federal](#).

32. Pede-se, ainda, o encaminhamento dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas.

33. Posteriormente, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que este Ministério das Comunicações seja notificado acerca da deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da [Constituição Federal de 1988](#), após a qual o processo deve ser remetido ao setor responsável pelos atos relacionados ao licenciamento das estações.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Leticia Barbosa Duarte Miele**, **Coordenadora de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária**, em 30/07/2024, às 11:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Heitor dos Santos Costa Pereira**, **Assistente**, em 30/07/2024, às 11:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/doc705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 30/07/2024, às 17:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11628739** e o código CRC **41969525**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.020282/2022-54

Documento nº 11628739



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/hc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Recursos Logísticos  
Coordenação de Documentação  
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 13 de setembro de 2024.

AOS PROTOCOLOS DA SAJ, SAG, CGINF e SE/CC-PR

**ASSUNTO:** Trata-se da renovação, pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de novembro de 2023, a permissão outorgada à FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ, inscrita no CNPJ nº 05.388.377/0001-83, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Caucaia, estado do Ceará.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 673 2024 MCOM.

Att,

**Carlos Henrique T. Botelho**  
GSISTE



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho**, GSISTE NI, em 13/09/2024, às 13:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6087196** e o código CRC **0D225544** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva da Casa Civil  
Subsecretaria de Gestão Interna da Secretaria-Executiva da Casa Civil

Brasília, 13 de setembro de 2024.

**Referência: Exposição de Motivos nº 673/2024 - MCOM.**

De ordem do Subsecretário de Gestão Interna, concluo o presente registro nesta caixa, tendo em vista que este processo encontra-se na SAG/CC/PR e SAJ/CC/PR, que são as Unidades competentes pelas em análises de mérito e jurídica, respectivamente, nos termos do Capítulo VII do Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024.

**CAMILA MACHADO PIRES**  
Assessora Técnica SSGI/SE/CC/PR



Documento assinado eletronicamente por **Camila Machado Pires, Assistente Técnico(a)**, em 13/09/2024, às 14:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6087862** e o código CRC **E4DF075E** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Processo nº 53115.020282/2022-54

SEI nº 6087862



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL  
SECRETARIA ESPECIAL DE ANÁLISE GOVERNAMENTAL

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 1076/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

**PROCESSO SEI Nº:** 53115.020282/2022-54.

**INTERESSADO:** SAJ/CC/PR.

**REFERÊNCIA:** Exposição de Motivos nº 00673/2024 MCOM, de 10 de Setembro de 2024, do Ministério das Comunicações

**ASSUNTO:** Renovação da outorga de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Caucaia/CE.

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00673/2024 MCOM (6087181), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 53115.020282/2022-54, acompanhado da [Portaria MCOM nº 14.297, de 23 de agosto de 2024](#), que renova a outorga da permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, a partir de 17 de novembro de 2023, com o uso do canal 272 de frequência 102.3 MHz, no município de Caucaia, Ceará, para a FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DA LUZ inscrita no CNPJ sob nº 05.388.377/0001-83, sem direito de exclusividade, nos termos do § 3º do art. 33 do [Código Brasileiro de Telecomunicações](#)<sup>[1]</sup>.
2. Segundo o disposto no § 2º do art. 6º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência, nos termos do Código Brasileiro de Telecomunicações.
3. No presente processo, encontram-se registrados os seguintes documentos principais:
  - Parecer Jurídico Referencial nº 00004/2024/CONJUR-MCOM/GU/AGU<sup>[2]</sup>, de 08/03/2024 (6087186), que informa que a análise individualizada dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos pelos órgãos consultivos é dispensável nas situações em que a área técnica do MCOM atesta, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos do parecer referencial;
  - Nota Técnica nº 12031/2024/SEI-MCOM, de 30/07/2024 (6087189), da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE/MCOM), que, atendendo ao parecer jurídico referencial, registra, no item 28, que o caso concreto dispensa a análise jurídica individualizada, e conclui pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785, de 1972, e dos arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963.; e
  - Lista de Verificação de Documentos - Renovação de Outorga Rádio Educativa, de 30/07/2024 (6086851), com o registro de que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação.
4. Observa-se, ainda, que a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL mantém o cadastro das seguintes informações:
  - Quando societário e da diretoria da empresa, conforme registrado no [SIACCO - Sistema de Acompanhamento de Controle Social](#)<sup>[3]</sup>; e
  - Registros administrativos do canal, conforme registrado no [MOSAICO - Sistema Integrado de Gestão e Controle de Espectro](#)<sup>[4]</sup>, que disponibiliza acesso ao [Relatório do Canal](#).
5. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível consultar o [Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#) da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	05.388.377/0001-83
NOME EMPRESARIAL:	FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ
CAPITAL SOCIAL:	

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	THALYTA SALES PEREIRA
Qualificação:	16-Presidente

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 12/11/2024 às 14:56 (data e hora de Brasília).

6. Nesse sentido, considerando (i) que as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM são favoráveis ao pedido de renovação da outorga; (ii) que a documentação apresentada foi verificada pelo MCOM e está em conformidade com o disposto na legislação; (iii) que a documentação probatória da manutenção da regularidade da entidade deverá ser reapresentada por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato de permissão do serviço de radiodifusão sonora; e (iv) que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão<sup>[5]</sup>.
7. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no [art. § 3º do art. 223 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do [Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023](#), c/c art. 49 do [Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024](#).

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

JEFFERSON MILTON MARINHO  
Assessor  
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO DE CARVALHO DUARTE  
Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC  
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO MORETTI  
Secretário Especial de Análise Governamental  
(SAG/CC/PR)

[1] Instituído pela [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#).

[2] O Parecer Jurídico Referencial é disciplinado pela Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da [Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014](#), que disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos, dispensando a análise jurídica individualizada para questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, devendo ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

[3] O [SIACCO](#) é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de informações quanto aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa que foi decidida a desativação, exclusivamente, dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas todas as suas funcionalidades para as operadoras de radiodifusão.

[4] O [MOSAICO](#) é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SCR) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).

[5] Arovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963.





Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho, Assessor(a)**, em 05/02/2025, às 17:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 05/02/2025, às 17:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Moretti, Secretário(a) Especial**, em 05/02/2025, às 17:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6230247** e o código CRC **62395486** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53115.020282/2022-54

SEI nº 6230247

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. — Telefone: 61 3411.1958

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL  
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

53115.020282/2022-54

**Nota SAJ - Radiodifusão nº 1123 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR**

<b>Interessado:</b>	FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ
<b>Assunto:</b>	Serviço de Radiodifusão. Renovação de rádio Educativa. Encaminhamento da Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
<b>Processo:</b>	53115.020282/2022-54

Senhora Secretária Especial Adjunta,

#### I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 53115.020282/2022-54, que **renova** a outorga para exploração do serviço de **radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos**, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, cujo interessado é **FUNDACAO CULTURAL TERRA DA LUZ**, CNPJ nº 05.388.377/0001-83, na localidade do município de Caucaia, estado do Ceará.
- Os autos foram instruídos com os seguintes documentos:
  - Exposição de Motivos (6087181) -EM nº 00673/2024 MCOM - assinada eletronicamente pelo Ministro de Estado das Comunicações, Sr. José Juscelino Rezende Filho;
  - Anexo I (6087184) - Portaria MCOM Nº 14.297, de 23 de agosto de 2024, publicada no DO em 03/09/2024, renovada a outorga para execução pelo prazo de 10 (dez) anos a partir de 17 de novembro de 2023.
  - Anexo II (6087186) - PARECER REFERENCIAL n. 00004/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, aprovado em caráter final pelo DESPACHO n. 00375/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, parecer referencial;
  - Parecer DE MÉRITO (6087189) -NOTA TÉCNICA Nº 12031/2024/SEI-MCOM, emitida pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, que opina pela viabilidade do pedido e considerou "dispensável o envio dos autos à unidade consultiva, para fins de análise jurídica individualizada, uma vez que o caso concreto se amolda ao Parecer Referencial nº 00004/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11628779)".
- O Ministério das Comunicações - MCOM já havia outorgado originalmente a permissão, para que a rádio transmitisse sua programação. Devido ao fim do prazo de validade de tal permissão, a interessada pretende a renovação desta outorga, para continuar sua atividade de radiodifusão com fins educativos.
- Foram verificados pelo MCOM os documentos produzidos, que atestam a regularidade do procedimento.
- Nesse contexto, encontra-se a presente a Exposição de Motivos submetida à análise desta Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, a fim de que, uma vez preenchidos os requisitos, o ato do Ministro das Comunicações, que autoriza a outorga de radiodifusão comunitária, possa ser enviado ao Congresso Nacional, mediante Mensagem a ser expedida pelo Chefe do Executivo.
- Registre-se que a Secretaria Especial de Análise Governamental (SAG) ainda não disponibilizou a sua manifestação.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

## II - ANÁLISE

7. O ato tem fundamento no art. 223, § 1º da Constituição Federal e encontra-se em consonância com a Lei nº 4.117/1962, sendo também regido pelo Decreto nº 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão – RSR) e alterações posteriores, pela Portaria MC nº 329/2012, e legislação complementar.
8. De acordo com a legislação vigente, denomina-se serviço de **radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos** o serviço de rádio destinado à transmissão de programas educativo-culturais, que, além de atuar em conjunto com os sistemas de ensino de qualquer nível ou modalidade, vise à educação básica e superior, à educação permanente e à formação para o trabalho, além de abranger as atividades de divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional [1].
9. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela outorgada, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. Destaca-se que, em regra, é necessária a realização de licitação previamente à outorga dos serviços de radiodifusão. No entanto, nos casos de execução dos serviços de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos, **a licitação é dispensável**, por força do §1º do art. 13 do Decreto nº 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão – RSR), abrangendo, por consequência, os pedidos de renovação de tal outorga.
10. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela outorgada, das exigências legais e das finalidades culturais a que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. O ato tem fundamento no art. 223, § 1º da Constituição Federal e encontra-se em consonância com a Lei nº 4.117/1962, sendo também regido pelo Decreto nº 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão – RSR), pela Portaria MC nº 329/2012, e legislação complementar. Com efeito, conforme o Código Brasileiro de Comunicações (Lei nº 4.117/1962), o prazo para exploração de serviço de radiodifusão sonora é de dez anos, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais.
11. Nos casos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora (rádio), a competência encontra-se delegada ao Ministro das Comunicações, a quem compete exercê-la com o auxílio de seus órgãos de assessoramento técnico e jurídico, em cumprimento aos princípios da eficiência, consagrado pelo art. 37 da Constituição, e da descentralização, previsto no art. 10, do Decreto-Lei nº 200/1967.
12. De acordo com os autos do processo, tanto a **área técnica** quanto a **Consultoria Jurídica do MCOM**, por meio da apresentação de Parecer Referencial, afirmam que o procedimento legal para a renovação da outorga foi devidamente cumprido, tendo a interessada apresentado a documentação necessária e seu requerimento de renovação de modo tempestivo. Assim, a verificação técnica e jurídica, com análise e aceitação dos documentos obrigatórios, bem como sua subsunção às normas vigentes, já foi realizada pelo Ministério das Comunicações, no uso de suas atribuições e competências, tendo se posicionado favoravelmente à outorga. Com base nessas análises ministeriais, o Ministro de Estado publicou sua **Portaria** de renovação.
13. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por característica serem atos administrativos complexo, cuja produção e a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, os concernentes atos de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR indica [2] a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.
14. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, *"o constituinte deu feição de ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Poder Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF-1988"* [3]. O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de entidades públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.
15. No caso sob análise, encontram-se presentes os requisitos técnicos e jurídicos, que permitem o envio do ato para o Congresso Nacional, em atendimento ao que preconiza o art. 223, §§ 1º e 3º, da Carta.
16. Aponta-se ainda que eventuais complementações, desatualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo particular poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da renovação da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional), ou ainda ser apurada em procedimento administrativo próprio, de competência do MCOM [4].
17. Caso contrário, a exigência de atualização de documentos e de renovação da comprovação dos requisitos de habilitação, a cada fase de análise do processo de outorga, acabaria por penalizar o administrado, já considerado devidamente habilitado durante a instrução processual no âmbito do Ministério das Comunicações.

## III - CONCLUSÃO

18. Do exposto, relacionado ao processo nº 53115.020282/2022-54, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal de 1988.



ANDRÉA DE FREITAS VARELA

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

DE ACORDO.

**DANIELA FERREIRA MARQUES**

Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

**MARIA ROSA GUIMARÃES LOULA**

Secretária Especial Adjunta para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

(conforme Portaria SAI/CC/PR nº 9, de 31 de outubro de 2024)

[1] Podem pleitear a outorga e renovação para a execução de serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos as pessoas jurídicas de direito público interno, inclusive universidades, que terão preferência para a obtenção da outorga, e fundações instituídas por particulares e demais universidades brasileiras. É admitida, na radiodifusão educativa, apenas a transmissão de programas educativo-culturais. Os programas de caráter recreativo, informativo ou de divulgação desportiva poderão ser considerados educativo-culturais se neles estiverem presentes elementos instrutivos ou enfoques educativo-culturais identificados na sua apresentação.

[2] Vide art. 31 § 1º do Decreto nº 52.795/1963.

[3] RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luã. *regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais*. Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006.

No mesmo sentido, STJ, no Recurso Especial nº 1.536.976 - SP (2015/0088137-6). Rel. Min. Humberto Martins.

[4] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.



Documento assinado eletronicamente por **Andrea de Freitas Varela, Assessor**, em 19/12/2024, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 19/12/2024, às 18:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Rosa Guimarães Loula, Secretário(a) Especial Adjunto(a)**, em 20/12/2024, às 19:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6311164** e o código CRC **0294A188** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)





A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Carlos Veras  
Primeiro Secretário  
Câmara dos Deputados – Edifício Principal  
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 14.297, de 23 de agosto de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 3 de setembro de 2024, que renova, a partir de 17 de novembro de 2023, a permissão outorgada anteriormente conferida à Fundação Cultural Terra da Luz, para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Caucaia, Estado do Ceará.

Atenciosamente,

RUI COSTA  
Ministro de Estado



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos  
Secretário Especial Adjunto

Brasília, na data da assinatura.

Ao Senhor Ministro de Estado  
Casa Civil da Presidência da República  
Dr. Rui Costa

Assunto: Encaminhamento de Mensagem nº 151, de 6 de fevereiro de 2025, ao Congresso Nacional, referente ao ato constante da Portaria nº 14.297, de 23 de agosto de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 3 de setembro de 2024, que renova, a partir de 17 de novembro de 2023, a permissão outorgada anteriormente conferida à Fundação Cultural Terra da Luz, para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Caucaia, Estado do Ceará.

Senhor Ministro,

O processo está devidamente instruído. Nada a opor à assinatura do Ministro - Minuta do Ofício em anexo.

Encaminhe-se ao Secretário Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.

**MARIA CLARA OLIVEIRA SANTOS**  
Secretária Adjunta de Assuntos Legislativos  
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos  
Casa Civil da Presidência da República

APROVO.

Encaminhe-se ao Ministro da Casa Civil da Presidência da República.

APROVO.

**MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA**  
Secretário Especial  
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos  
Casa Civil da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Maria Clara Oliveira Santos, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 06/02/2025, às 17:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza, Secretário Especial**, em 07/02/2025, às 11:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6412317** e o código CRC **AE111835** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d

MENSAGEM Nº 151

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 14.297, de 23 de agosto de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 3 de setembro de 2024, que renova, a partir de 17 de novembro de 2023, a permissão outorgada anteriormente conferida à Fundação Cultural Terra da Luz, para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Caucaia, Estado do Ceará.

Brasília, 6 de fevereiro de 2025.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>



bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil

OFÍCIO Nº 152/2025/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Carlos Veras  
Primeiro Secretário  
Câmara dos Deputados – Edifício Principal  
70160-900 Brasília/DF

**Assunto: Radiodifusão.**

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 14.297, de 23 de agosto de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 3 de setembro de 2024, que renova, a partir de 17 de novembro de 2023, a permissão outorgada anteriormente conferida à Fundação Cultural Terra da Luz, para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Caucaia, Estado do Ceará.

Atenciosamente,

RUI COSTA  
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 07/02/2025, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6414596** e o código CRC **53393504** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53115.020282/2022-54

SEI nº 6414596

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva da Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Recursos Logísticos  
Coordenação de Documentação  
Divisão de Publicação de Atos Oficiais

Brasília-DF, na data da assinatura.

À Divisão de Arquivo Central - DIARQ

Assunto: **ARQUIVAMENTO DE PROCESSO**

1. Encaminhamos o presente processo e cópia do documento digital (6413390) para arquivamento, tendo em vista a publicação do ato e o encerramento da atuação nesta Divisão.

SANDRA TOMAZ DE AQUINO RODRIGUES  
Supervisora  
Divisão de Publicação de Atos Oficiais  
Coordenação de Documentação



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Tomaz de Aquino Rodrigues, Supervisor(a)**, em 07/02/2025, às 13:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6415507** e o código CRC **668F1508** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Processo nº 53115.020282/2022-54

SEI nº 6415507



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d>

bc0705d0-cbef-4e42-8dc9-eaf6b4f7dc5d